

13/01/2020

Grande Imprensa

VALOR ECONÔMICO - SP

[Avanço da ciência vive sob temor de novos cortes](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Que herança deixaremos às próximas gerações?](#)

[Melhor que remediar](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bombou nas redes](#)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CONTRA O TUMOR DE PELE

[Tecnologia ajuda a mapear criadouros de mosquito](#)

O GLOBO - RJ

[Como se preparar para um mundo em chamas](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Demografia e os gastos com saúde e educação](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

PROFESSORES

O HOJE

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

O SUL - RS

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Urbanidade e Educação](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

"IMPRECIONANTE"

ESTADO DE MINAS - MG

SAÚDE E EDUCAÇÃO FICAM EM SEGUNDO PLANO

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Presidente: concurso seleciona esquerdista](#)

MEIO NORTE - PI

MELHOR QUE REMEDIAR

[Repasses da União têm queda de 10,6% no Piauí](#)

O LIBERAL - PA

[Pesquisador recebe prêmio internacional](#)

O POPULAR - GO

[Seduc economiza R\\$ 82 milhões](#)

O TEMPO - MG

[Hora de despertar para a qualidade](#)

ZERO HORA - RS

[Mais de 500 serviços públicos estão disponíveis pela internet](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Capes financiou mais de 240 pesquisas desde 2018 em área de programa lançado por](#)

[Weintraub e Moro](#)

BBC BRASIL

[Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras,](#)

[diz vencedor do Prêmio Jabuti](#)

CORREIO WEB

[Confira lista com 4.106 vagas em 126 concursos locais e federais](#)

CLIPPING



DOURADOS AGORA

[Justiça e Educação financiarão pesquisas em segurança pública](#)

ESHOJE

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

MIX VALE

[Novas bolsas para a formação de professores](#)

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

NORDESTE 1

[PB terá pelo menos 672 bolsas para professores](#)

PARAÍBA ONLINE

[Ministro de C&T avisa: implementação do 5G só terá início em 2022](#)

PARANÁ PORTAL

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

PORTAL O DIA

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

R7

[Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti](#)

SÓ FATOS

[Capes financiou mais de 240 pesquisas nos últimos dois anos em área de programa lançado por Weintraub e Moro](#)

TERRA

[Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti](#)

TNH1

[Vazamento de óleo foi o mais severo desastre ambiental em oceanos tropicais, diz estudo](#)

[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Capes financiou mais de 240 pesquisas nos últimos dois anos em área de programa lançado por Weintraub e Moro](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Pais e filhos realizam troca de material escolar e uniformes para a volta às aulas](#)

G1

[Unicamp 2020: prova de redação propõe texto para podcast e crônica sobre micromachismos na sociedade](#)

[UFS oferta 1.650 vagas em cursos de graduação a distância](#)

JOTA

[Na Câmara, 76% dos deputados apoiam benefícios fiscais para educação](#)

PARANÁ PORTAL

[Bolsonaro posta fala de Weintraub sobre seleção por ideologia em concursos públicos](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

CLIPPING



[Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Competências que vão guiar o aprendizado](#)

[Desafio da educação é acabar com a demagogia](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Inexiste democracia de pensamento único](#)

[Nikola.Tesla@edu para Bolsonaro@gov](#)

[Lápis](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Menos textos, solução de Bolsonaro para o Brasil](#)

O GLOBO - RJ

[No Congresso, governo entra em 2020 já com obstáculos](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[O BEABÁ DE BOLSONARO](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Coleção Arquitetura Moderna na Bahia](#)

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Empresa e Pesquisa](#)

MEIA HORA

[Mais de 60 mil bolsas para capacitar docentes](#)

O DIA - RJ

[Mais de 60 mil bolsas para capacitar os professores](#)

O IMPARCIAL - MA

[DOUTORADO](#)

TODO DIA - SP

[Brasil ganha nova estação na Antártica](#)

A GAZETA - MT

[Para quem do Financiamento Estudantil](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Descartados ou “suavizados”](#)

O TEMPO - MG

[MEC deve descartar quase 3 milhões de livros didáticos](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Pesquisa RadarNE/TRIBUNA mostra que cursos da saúde são os mais desejados por jovens do RN](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[A dura tarefa para ser o professor do amanhã](#)

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS

[IGC de excelência à Fase](#)

FOCA NA NOTÍCIA

[PB terá pelo menos 672 bolsas para formação de professores em 2020](#)

MATO GROSSO MAIS

[Professores da rede pública podem manifestar interesse em licenciatura](#)

MIDIAMAX

[Abertas inscrições para professores atuarem no ensino a distância](#)

O ESTADO ONLINE

[UFMS abre inscrições para professores de ensino a distância](#)

PIAÚÍ HOJE

[Fulbright e Capes dão 486 bolsas para professores de inglês fazerem curso nos EUA](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Marcos Pontes quer centros de pesquisa na Amazônia e leilão de 5G em 2020](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo Bolsonaro tem livro didático barato e sem ideologia, afirma Weintraub](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC estuda descartar quase 3 milhões de livros didáticos sem uso](#)

G1

[MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos nunca usados, diz jornal](#)

PORTAL EXAME

[Em 2020, Congresso terá desafio de manter Fundeb e garantir recursos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo Bolsonaro tem livro didático barato e sem ideologia, diz Weintraub](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O Estado que nos educa](#)

[Aula](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Crítica infundada à universidade](#)

[Influenciador](#)

[MEC estuda o descarte de 2,9 milhões de livros didáticos](#)

[Bolsonaro quer mudar obras](#)

[Chegou ao fim?](#)

O GLOBO - RJ

[Menos é mais, presidente](#)

[Cotação](#)

[Relator quer acabar com gasto mínimo em Saúde e Educação](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[Educação e Justiça financiarão pesquisas](#)

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP

[Pesquisas sobre segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[2 ESCOLAS RURAIS SERÃO REABERTAS EM UBAJARA](#)

AMAZ. EM TEMPO - AM

[Mais de 30 mil profissionais do magistério receberam abono](#)

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Empresa e pesquisa](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Sou contra a militarização nas escolas, diz nova reitora do Ifba](#)
[‘Não me sinto intimidada’, afirma nova reitora do Ifba](#)

CORREIO DO ESTADO - MS

[Escolas militares devem exigir envolvimento da família de alunos](#)

[Ministro confirma o fim da TV Escola, diz ator](#)

CORREIO DO POVO - RS

[RS poderá receber a quinta escola cívico-militar](#)

AGENDA DO ENSINO

[UFSM terá Parque Tecnológico](#)

[Escola Padrão](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Um novo Brasil, um novo Nordeste](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Sonho realizado](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[O Estado que nos educa](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Hora de comemorar](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Aprendizagem escolar](#)

MEIO NORTE - PI

[Escola se destaca em feiras científicas](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Desce](#)

O LIBERAL - PA

[UFPA - Projeto Nacional HTLV](#)

[Educação teve lenta melhora em 15 anos](#)

[Ricardo Galvão no MEC!](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Projeto transforma esgoto em energia](#)

ZERO HORA - RS

[Falemos todos português!](#)

Agências de notícias e sites

AGORAMT

[MEC e Ministério da Justiça financiam pesquisas para enfrentamento de crimes](#)

ARATU ONLINE

[Pesquisas sobre segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Seleção da UFMS busca professores para dar aulas a distância em cinco cursos](#)

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS

[MEC concede IGC de excelência à Fase](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Artigos de pesquisadores da UFC sobre vazamento de óleo no Brasil são publicados na revista Science](#)

FOCO CIDADE

[Católica de MT investe em cursos de mestrado e doutorado](#)

FOLHA REGIONAL

[Pós-graduação: diferencial competitivo para o mercado de trabalho ganha cada vez mais adeptos no Brasil](#)

GAZ ONLINE

[Capes oferta mais de 60 mil bolsas para professores da educação básica](#)

ITAPORA NEWS

[Seleção da UFMS busca professores para dar aulas a distância em cinco cursos](#)

LAPADA LAPADA

[Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura](#)

O ATUAL - MT

[Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura](#)

O DOCUMENTO - MT

[Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura](#)

TRIBUNA DO SERTÃO

[Tribuna do Sertão - Do sertão ao litoral a opinião que Alagoas deseja saber!](#)

URGENTE NEWS

[Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura](#)

ALAGOAS 24hs

[Ministérios da Justiça e da Educação vão financiar pesquisas em segurança pública](#)

DIÁRIO DO AÇO

[Pesquisas em segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação](#)

G1

[Capes cadastra professores da rede pública para cursar licenciaturas pelo Parfor; saiba como participar](#)

MIDIAMAX

[Pesquisas em segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação](#)

NEWS RONDÔNIA

[PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA SERÃO FINANCIADAS PELOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA EDUCAÇÃO](#)

O LIBERAL - PA

[Capes oferece mais de 60 mil bolsas para formação de professores](#)

O PARANÁ - PR

[Justiça e Educação financiarão pesquisas em segurança pública](#)

O PROGRESSO - MS

[Abertas inscrições para professores atuarem no ensino a distância](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Inscrições para novo doutorado em Educação da Unoeste estão abertas](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Congresso não aceitará proposta de Weintraub para o Fundeb, diz relatora](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Avanço da ciência vive sob temor de novos cortes

Segundo especialistas, quadro é preocupante para o futuro

A evolução da produção científica no Brasil mostra que, apesar do avanço recente, o país ocupa um lugar aquém de sua posição econômica no mundo. Por isso, os cortes recentes nos recursos destinados à área de ciência e tecnologia, especialmente no fomento à pesquisa, apontam para um quadro mais preocupante no futuro, segundo especialistas.

Estudo do consultor legislativo Cristiano Aguiar Lopes mostra que a participação brasileira na produção científica mundial passou de 1,30% para 2,94% entre 2000 e 2017. O número foi calculado pelo autor a partir da contagem de citações em periódicos indexados na Scopus, a maior base global desse tipo de dado. Grosso modo, a quantidade de citações em publicações indexadas, ou seja, qualificadas, mede a influência da pesquisa do país no meio acadêmico.

O crescimento das citações acompanha a expansão de 150% do número de programas de mestrado e doutorado, de 1.430 para 3.557 no mesmo período no país. Já o número de alunos nesses programas aumentou 170%, de 116 mil para 313 mil, e o de bolsas

concedidas pela **Capes** saltou 336%, de 21.501 para 93.801.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/13/avanco-da-ciencia-vive-sob-temor-de-novos-cortes.ghtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Que herança deixaremos às próximas gerações?

Experiências da infância podem alterar nosso DNA

Outra estratégia para garantir que as crianças tenham boas experiências no começo da vida, e isso se reflita em um futuro melhor, é a priorização do investimento em educação infantil de qualidade, uma vez que, quando a criança pequena não está em casa, com seus cuidadores, espera-se que ela esteja na escola. E o acesso a uma educação infantil de qualidade, com bons profissionais, ambientes e materiais apropriados, propicia experiências positivas para a construção de uma base sólida, que preparará a criança para a aprendizagem ao longo da vida.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/que-heranca-deixaremos-as-proximas-geracoes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Melhor que remediar

Deputados e o grupo de ex-reitores que auxiliam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sugeriram ao parlamentar blindar o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) – que oferece ajuda de custo a alunos de universidades em situação de pobreza. O programa existe apenas por força de um decreto, e o ideal seria formalizá-lo em lei.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/13/maia-e-aconselhado-a-blindar-programa-que-da-ajuda-a-universitarios-de-baixa-renda/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Bombou nas redes

Randolfe Rodrigues Senador (Rede-AP)

“Não satisfeito em agredir a Educação e o povo, o ministro da Educação resolveu atentar contra a ortografia. Nada escapa de sua incompetência...”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CONTRA O TUMOR DE PELE

Projeto de cientistas da Unicamp treina computadores para identificar melanoma; taxa de acerto do algoritmo é de 86%, ante 67% na avaliação de dermatologistas. Ideia é usar algoritmo para compreender padrões de malignidade não percebidos pelos humanos

Pesquisa de um grupo de cientistas da Unicamp – do qual faz parte a professora Sandra Ávila (foto) – mostra que a inteligência artificial pode diagnosticar um tumor maligno de pele que até médicos especialistas não conseguem.

O uso de inteligência artificial no diagnóstico de câncer de pele vem sendo estudado em

todo o mundo como um possível auxiliar dos dermatologistas. Agora, uma pesquisa de cientistas brasileiros mostra que a máquina pode detectar um tumor maligno até em imagens nas quais a lesão foi coberta e somente a pele ao redor do tumor foi analisada. Em outras palavras, o computador se mostrou capaz de ver indícios de malignidade onde médicos especialistas não conseguem.

A descoberta, ainda preliminar, faz parte de estudos de um grupo de cientistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que tem utilizado técnicas avançadas de machine learning (aprendizado de máquina) para treinar computadores a fazer o diagnóstico de melanoma, tipo mais agressivo e letal de câncer de pele.

No Brasil, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima 6.260 novos casos de melanoma por ano. Embora represente apenas 3,6% de todos os casos de tumor de pele no País, o melanoma é responsável por 43,5% das mortes por esse tipo de câncer. Foram 1.775 vítimas da doença em 2018, segundo o Ministério da Saúde.

O projeto de pesquisa da Unicamp foi um dos premiados no fim do ano passado na 7ª edição do Latin America Research Awards (Lara), bolsa dada pelo Google a projetos acadêmicos da América Latina que propõem soluções tecnológicas para problemas do cotidiano (mais informações nesta página). O projeto foi um dos únicos a ganharem a bolsa pelo segundo ano consecutivo.

Técnica. Por meio de uma técnica sofisticada que utiliza redes neurais artificiais, os cientistas da Unicamp desenvolveram um algoritmo com 86% de índice de acerto no diagnóstico do melanoma, ante 67% de precisão na avaliação feita pelos médicos. Mesmo quando a parte central da lesão foi removida da imagem, a máquina ainda acertou 71% dos diagnósticos.

“Queremos investigar agora o que explica esse resultado, quais são os vieses desses algoritmos. Queremos entender se há algo na imagem que nós, humanos, não estamos prestando atenção e que a máquina consegue enxergar um padrão”, explica Sandra Ávila, professora do Instituto de Computação da Unicamp e uma das pesquisadoras do projeto.

Redes neurais artificiais são modelos computacionais inspirados na estrutura dos neurônios de seres inteligentes. Por meio de treinamento, são capazes de aprender, entre outras coisas, a identificar padrões. No caso da pesquisa da Unicamp, os cientistas utilizam uma técnica que ensina o computador não só a identificar o câncer de pele, mas também a criar imagens que “imitam” fotos reais do melanoma.

Isso é importante porque, para que o algoritmo seja ensinado a identificar padrões de malignidade, por exemplo, ele precisa ser treinado com um grande número de imagens de diferentes tipos de lesões para saber quais as características que diferem o melanoma de outros tipos de tumores malignos e benignos. O problema é que não existe um grande banco de imagens de melanomas, o que limita o aprendizado da máquina.

“Quando começamos a pesquisa, usávamos um banco de dados internacional com 2 mil imagens, o que é pouco. Ao treinarmos as redes neurais a produzirem imagens sintéticas, podemos gerar um número infinito de fotos”, explica Sandra.

Para ela, pesquisas como a do seu grupo podem ajudar em um diagnóstico mais precoce do melanoma. “Se o câncer de pele é detectado precocemente, as chances de cura são de mais de 90%. Se o diagnóstico demora, cai para 14%”, destaca.

Cautela. Para Elimar Gomes, coordenador do grupo de Dermatologia do Centro Oncológico da Beneficência Portuguesa de São Paulo, técnicas como a inteligência artificial no diagnóstico de melanoma serão um recurso extra e bem-vindo para o médico, mas não irão substituir o trabalho do especialista. “O computador geralmente apresenta as probabilidades em porcentagens, mas alguém terá de dar a palavra final e decidir se a lesão será removida ou não.”

Gomes diz ainda que, para o câncer de pele, é necessário garantir que os computadores sejam “treinados” com imagens precisas e de qualidade. “É preciso apresentar uma diversidade de imagens de acordo com a diversidade da população. Um diagnóstico numa população branca pode ser diferente do de uma população negra”, comenta. “A inteligência artificial veio para ficar e deve ajudar muito, como em casos nos quais o acesso ao médico é mais difícil. Mas não deve ser usada isoladamente. Deve ser complementar ao conhecimento adquirido pelo médico ao longo da carreira.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Tecnologia ajuda a mapear criadouros de mosquito

A pesquisa sobre o uso de tecnologia no diagnóstico de melanoma não foi a única de saúde a ser premiada pelo Google na 7ª edição do Latin American Research Awards (Lara), em novembro. No total, foram 25 projetos de cinco países que receberam a bolsa, dos quais quase metade deles propunham solução na área da saúde. A empresa recebeu 679 inscrições para o prêmio. De 25 vencedores, 15 são brasileiros.

Entre os premiados com soluções para a área da saúde está um projeto da Universidade Federal do Rio (UFRJ) que usará machine learning para identificar em imagens aéreas da cidade do Rio objetos abandonadas em terrenos que podem ser potenciais criadouros do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya.

Outro projeto, do Peru, utiliza técnicas de inteligência artificial para auxiliar no diagnóstico de autismo por meio de expressões faciais e olhar das crianças com suspeita da síndrome.

“Vemos um aumento de projetos no campo da saúde ao longo dos anos. São duas as principais tendências de utilização da tecnologia nessa área: aplicação de machine learning para auxiliar em diagnósticos e desenvolvimento de soluções tecnológicas para atendimentos a distância”, diz Berthier Ribeiro-Neto, diretor de Engenharia do Google na América Latina.

Ele destaca, no entanto, que, na área médica, é importante que a inteligência artificial e outras técnicas sejam usadas como auxiliares. “A tomada de decisão tem de estar na mão do profissional”, afirma.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Como se preparar para um mundo em chamus

Outro dia, num artigo, reproduzi uma frase do sociólogo Ulrich Beck em que ele afirma que as coisas estão mudando tão rápida e amplamente que as pessoas têm a impressão

de que o mundo ficou maluco.

Pois acrescento outra impressão inquietante: a de que o mundo está pegando fogo. Com causas e consequências diferentes, três grandes incêndios assustaram o planeta: Amazônia, Califórnia e Austrália.

O grande incêndio da Austrália foi mal compreendido pelo governo brasileiro, que provocou as ONGs e artistas: por que não se manifestam?

Ilusão. No momento em que escrevo, de Pink a Elton John, os artistas já doaram US\$15 milhões aos bombeiros de South Wales e Victoria, as regiões mais atingidas pelo fogo.

“Imprecionante”, como diria o ministro Weintraub. Acontece que a reação do governo australiano foi parecida com a do brasileiro, ao afirmar que eram incêndios frequentes e regulares nas regiões atingidas.

O primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, interrompeu suas férias no Havaí, mas ainda assim foi severamente criticado nas regiões devastadas.

Seu governo não se prepara para as consequências do aquecimento global. A própria oposição está de mãos atadas porque as forças políticas dependem das forças que produzem carvão e gás. Para completar a visão do sistema, a mídia, dominada por Rupert Murdoch, tende também à negação das importantes mudanças climáticas.

Alguns cientistas impressionados com o processo acham que entramos na era do fogo, a qual chamam de Piroceno.

Acontece que não estamos apenas sob impacto de grandes incêndios, mas de eventos extremos, tempestades, furacões, secas prolongadas.

Isso acontece num mundo que reage à tese do aquecimento global, e às conquistas da ciência de um modo geral. É uma tendência ampla que não se limita a negar o aquecimento, mas se estende ao movimento antivacinação e, na sua face mais radical, chega ao terraplanismo.

Não há o que fazer, exceto seguir argumentando pacientemente. Mas talvez fosse necessária uma inflexão tática.

Ao invés de convencer sobre o aquecimento global, centrar a discussão nos eventos extremos que se sucedem. Mesmo quem não acredita em aquecimento global pode ser convencido de que os desastres naturais são cada vez mais frequentes e é preciso uma séria preparação em escala nacional.

Isso não tem nada a ver com esquerda ou direita, muito menos é uma doutrinação do marxismo internacional.

Talvez seja possível obter dessa corrente de céticos, e até adversários da ciência, algum tipo de compromisso sobre o fortalecimento de uma Defesa Civil nacional.

Embora os dirigentes atuais sejam muito decididos a combater a ideia de aquecimento

ou mudanças climáticas, um certo pragmatismo tem chance no Brasil, independentemente da posição deles.

Tive a impressão de que, depois das grandes inundações em Blumenau, a Defesa Civil de Santa Catarina se organizou melhor e se tornou uma das mais eficazes do país.

Os bombeiros de Minas Gerais, depois de tantos desastres com barragens, transformaram-se, por sua vez, numa referência internacional nesse tipo de intervenção.

Num mundo que parece maluco e prestes a se consumir em chamas, é muito difícil convencer com grandes ideias, embora os governos não param de se reunir para debater o tema.

O desenvolvimento de uma sólida e bem equipada Defesa Civil pode ser um objetivo alcançável, se houver uma concentração de forças nessa tarefa, aparentemente, modesta.

O interessante é que isto diz respeito apenas parcialmente ao governo e ao Parlamento. É essencial preparar a sociedade em todos os níveis. Não alcançaremos o rigor e a disciplina dos japoneses.

Mas também não somos os vira-latas que os pessimistas acreditam que somos. Há experiências pontuais de comunidades de risco que já sabem quem precisa de ajuda na hora crítica, onde estão guardados os barcos, para onde fugir quando necessário.

Enfim, a sensação que tenho é que, se baixarmos a bola, temos mais chance de chegar ao gol, apesar das exasperantes dificuldades da partida.

Mas, se tivéssemos tido a intuição de criar realmente um grande front pelo saneamento básico, o atraso não seria tão pesado como é hoje.

Não trabalho com a tese de uma coisa ou outra. Apenas acho que é preciso definir o possível e o necessário em cada momento e não se perder apenas nas belas ideias gerais.

O desenvolvimento de uma sólida e bem equipada Defesa Civil pode ser um objetivo alcançável, se houver uma concentração de forças nessa tarefa

[topo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Demografia e os gastos com saúde e educação

A proposta contida na PEC 18 pode trazer maior eficiência alocativa para o gasto público dos governos estaduais

A Proposta de Emenda à Constituição nº 188 de 2019 (PEC 188) traz uma importante modificação no cálculo dos valores mínimos constitucionais em educação e saúde ao autorizar que o gasto excedente ao mínimo em uma das áreas seja contabilizado para o cumprimento do mínimo na outra. Dois argumentos amparam a proposta. O primeiro é dar maior flexibilidade ao orçamento público. Portanto, se o ente federado apresenta ganhos de eficiência nas suas políticas educacionais, por exemplo, e deseja destinar esses ganhos para políticas de saúde, poderá fazê-lo sem se preocupar com o cumprimento do mínimo em educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/demografia-e-os-gastos-com-saude-e-educacao.ghtml>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL PROFESSORES

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** oferta mais de 60 mil bolsas para formação de professores da educação básica. As vagas são para alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química. Site: <https://www.capes.gov.br/>.

topo ↕

O HOJE - CIDADES

Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

A Residência Pedagógica é uma das ações da **Capes** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. "Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PIBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês. (Agência Brasil)

topo ↕

O SUL - RS - REPORTAGEM

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

BRASÍLIA, DF (UOL/FOLHAPRESS) – A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G. Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

“Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto”.

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas (“não é plana, eu vi de fora”) e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

*

Terra plana e fake news

“Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido.”

Dados de desmatamento

“Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação. Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função.”

5G

“O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi

um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.”

Orçamento para ciência

“Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor.”

Fusão CNPq e Capes

“O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A **Capes** [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a **Capes** não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem.”

Base de Alcântara

“A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial.”

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO

Urbanidade e Educação

Na tradição do jornalismo de qualidade, este Diário de Pernambuco tem publicado artigos de opinião que, no conjunto, podem ajudar a reflexão sobre o muito que temos a melhorar como nação. Cristóvam Buarque, em sua coluna de ontem, voltou a nos alertar sobre o imenso desafio de revolucionar a educação básica. Corretamente, observou que os brasileiros recordamo-nos sempre das trágicas derrotas do nosso futebol nas copas do mundo. Mas esquecemos rapidamente derrotas muito mais trágicas. Como os resultados do PISA que colocam nossa educação básica entre as piores do mundo. Ou os do IDH, que nos envergonham em questões básicas como concentração de renda e persistência da pobreza. Na edição de 07/01/2020, o presidente do TRF-5, desembargador Vladimir Souza Carvalho, tratou dos inconvenientes do que chamou de homem-tartaruga. Aquele que carrega descuidadosamente uma mochila nas costas em espaços apertados como os do avião, dos elevadores e das filas. Sempre pronto a atingir os demais, muitas vezes sem ao menos pedir desculpas. Dia desses publiquei reflexão sobre o que podemos fazer em nosso cotidiano para diminuir os plásticos que poluem nossos rios, mares e ruas. Todos nós podemos fazer um pouquinho para que a educação melhore. E para que o homem-tartaruga e o homem-plástico nos incomodem menos.

Mas tem também o homem-microfone. Aquele que fala compulsivamente, em volume o mais elevado, em tudo que é espaço público. Sejam as latas de sardinha em que se transformaram nossos aviões e ônibus. Sejam as ruas e praças. Sejam os bares e restaurantes. A ele não ocorre que o viajante ou morador bem ao lado não esteja interessado no assunto da sua tagarelice. Ou que queira dormir, estudar ou rezar. Viajo sempre com o fone de ouvido no bolso. Não necessariamente para escutar música ou ouvir um bom programa de rádio. Mas muito mais para me proteger dos excessos do homem-microfone. Em viagens, quando ouço os rumores excessivos de um grupo na visita a um ponto turístico de grande concentração, geralmente acerto ao apostar que são brasileiros. Mas às vezes erro, porque os italianos não gostam de perder essa competição na modalidade de quem mais incomoda o semelhante.

O que é apenas um incômodo ganha proporções muito mais sérias quando pensamos no efeito da poluição sonora para a educação. Sempre que visito um bairro popular ou uma favela, como todo mundo, fico chocado com a degradação da vida em todas as suas dimensões. Mas nunca me passa despercebida a quase naturalização da convivência com níveis insuportáveis de ruídos. A música do bar, da bicicleta, do capô do carro, do vendedor, ou do aparelho de som do morador. Sempre no mais elevado volume. Quase a confundir música alta com alegria. As moradias apertadas, sem saneamento e calorentas, já representam obstáculos poderosos para quem alimenta o sonho de estudar para melhorar a vida. O barulho ensurdecidor e onipresente pode sepultar de vez qualquer pretensão nesse sentido. A melhoria da nossa educação básica reclama uma revolução de prioridades. A mudança de hábitos de convivência e urbanidade pode e deve ser incluída como um elemento dessa revolução. Até lá, vamos continuar sendo uma nação anestesiada com sua baixa performance educacional e científica. Sem se surpreender que até mesmo um ministro da educação reproduza o descaso com um dos

elementos básicos do patrimônio imaterial da nação, a própria língua. Que não parece ser prioridade para quem não se acanha em escrever “imprecionante” “suspensão” e “paralização”.

* Advogado formado pela FDR da UFPE, PhD pela Universidade Oxford

topo ↗

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - COMUNICADO "IMPRECIONANTE"

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai insistir em aprovar no Congresso proposta sobre a contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Em tempo: o título acima reproduz a forma como o ministro escreveu a palavra numa rede social da Internet, pelo que desde já a Coluna pede desculpas.

"PARALIZAÇÃO"

O Fundeb é a principal fonte de recursos para o ensino em prefeituras do País. Qualquer menção de mexer no sistema faz congelarem prefeitos e a comunidade escolar. A mesma observação final da nota anterior serve para a "paralização" nesta. Foi mal de novo.

NOMES

A Comissão de Educação na Câmara Federal inclui os deputados cearenses AJ. Albuquerque e Idilvan Alencar (PDT), como titulares. Os suplentes do Estado são Jaziel Pereira (PL), Heitor Freire (PSL), Leônidas Cristino (PDT) e José Guimarães (PT).

topo ↗

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA SAÚDE E EDUCAÇÃO FICAM EM SEGUNDO PLANO

Os parlamentares mineiros apresentaram 984 projetos no ano passado, segundo o Portal da Assembleia

Os deputados estaduais mineiros apresentaram 984 projetos de lei em 2019. Desse total, 240 projetos são para declarar instituições e entidades como de utilidade pública. Pelo menos 71 propostas autorizam doação de imóveis para municípios. Outros 22 dão nome a viadutos e trechos de rodovias, enquanto 28 pretendem instituir dia ou semana estadual para alguma causa, ou seja, mais de um terço das propostas de 2019 são destinadas a esses fins. Os dados estão disponíveis no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Sem contar com essas propostas, que normalmente constituem a maior parte da produção legislativa, a saúde foi um dos temas que mais receberam atenção dos deputados, mas muito abaixo dos projetos sobre utilidade pública. Pelo menos 112 propostas apresentadas em 2019 criam políticas públicas para a área. O PL 1128, do deputado Léo Portela (PL), propõe tornar gratuito o transporte coletivo intermunicipal para pacientes em tratamento de câncer no estado. Já o deputado Noraldino Júnior (PSC), conforme o Projeto 245, quer que as maternidades públicas distribuam repelentes que tenham como princípio ativo a substância icaridina. As gestantes interessadas teriam acesso ao produto gratuitamente durante a gestação. O deputado justifica a proposta afirmando que a intenção é prevenir o contágio pelo vírus zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, que pode causar microcefalia nos bebês.

Os deputados também dedicaram boa parte dos projetos à segurança pública e à

legislação sobre servidores do setor. Pelos menos 88 propostas tratam do tema. Um exemplo é o PL 277, do deputado Arlen Santiago (PTB), que estabelece a proporção de um policial militar a cada 250 habitantes. Além disso, o parlamentar propõe outras modificações na Polícia Militar, a fim de garantir que a corporação consiga “atender todas as necessidades da população”. Na justificativa, ele afirma que existe um “déficit de estrutura de segurança pública no estado que recai diretamente no nosso contingente de policiais”. O deputado Bruno Engler (PSL) propôs revogar a lei que proíbe o porte de arma branca no estado. Na justificativa do PL 1238, o parlamentar se limitou a afirmar que a lei é “inócua” e não há “nenhuma necessidade para tanto”.

Outras 88 propostas de lei protocoladas na Assembleia no ano passado tratam de legislação ambiental e proteção a animais. Uma delas proíbe uso de canudos e copos não biodegradáveis no estado. O PL 828, do Professor Irineu (PSL), determina que os utensílios de plástico deverão ser substituídos por biodegradáveis em até 180 dias a partir da promulgação da lei e multa de R\$ 10 mil para os estabelecimentos que descumprirem a determinação. Na justificativa, o parlamentar escreveu que os copos e canudos plásticos “representam grande parcela de todo o lixo produzido no mundo” e quando descartados podem provocar a morte de animais, aves e peixes.

O Projeto 957, do deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT), autoriza o poder público a dar desconto de 15% por dois anos na taxa de lixo para estabelecimentos que instalarem bebedouros e comedouros para animais de rua. O parlamentar argumenta que cada vez mais animais de estimação são abandonados e apresenta a proposta “com o intuito de que comedouros e bebedouros para gatos e cachorros de rua sejam instalados pelas ruas da cidade”.

* Estagiário sob supervisão

AS PROPOSTAS DOS DEPUTADOS

984 projetos apresentados em 2019

240 para decretar entidades como de utilidade pública

71 para autorizar doação de imóveis

22 dão nome a obras públicas

28 instituem dia ou semana estadual para determinada causa

112 sobre saúde

88 sobre segurança

88 sobre meio ambiente

79 Educação

Fonte: Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - POLÍTICA

Presidente: concurso seleciona esquerdista

Chefe do Executivo publicou vídeo com críticas do ministro da Educação sobre critérios na seleção para cargos públicos

BRASILIA (Folhapress) - O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicou em suas redes sociais um vídeo em que o ministro da Educação, Abra-ham Weintraub, afirma que os concursos públicos no Brasil selecionam pessoas com viés político de esquerda. "Entre na internet e veja como foi o último concurso público da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Se você ver, é um concurso que (não) tem praticamente nada de matemática e está lá falando governo estado-unidense. Então você, na seleção, já seleciona pessoas com viés de esquerda nos concursos, como é o Enem", diz Weintraub.

O ministro não explica em sua fala por que considera que o termo estado-unidense - reconhecido nos dicionários como sinônimo de americano- indicaria um viés político de esquerda. O vídeo foi publicado na conta oficial de Bolsonaro no Facebook. Na postagem, o presidente escreveu "doutrinação e mentiras até nos concursos". "Caso fosse perguntado numa prova: após a saída de João Goulart, em 1964, quem assumiu a presidência da república? Qual sua resposta?", acrescentou o mandatário, referindo-se ao presidente da República deposto pelo golpe militar daquele ano.

No vídeo, o ministro da Educação também diz que a suposta doutrinação nos concursos públicos remonta ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ele não apresenta no vídeo, que tem um minuto, provas que endossem suas afirmações. "Veja, isso começou com o Fernando Henrique. A gente não está falando de 16 anos de PT, a gente está falando mais de um quarto de século. De continuamente uma doutrinação que começa de uma forma suave e gradualmente você vai começando a achar o errado normal. E de repente você tem que achar o errado bonito. É disso que a gente está falando, afirma Weintraub.

Na peça, o ministro também classifica o ministério da Educação como "um colosso" e diz que a pasta concentra 300 mil dos 600 mil funcionários do governo federal. "Esse corpo aqui está cheio de pessoas que prestaram concurso público. É importante que seja dito como são esses concursos públicos", afirma.

Weintraub chegou à Esplanada em abril, ao substituir Ricardo Vélez Rodriguez, e desde então sua administração tem sido marcada pela intensificação de discurso ideológico e pela beligerância em redes sociais. Especialistas criticam a gestão do ministro e dizem que ela travou a política educacional do país. Não se cumpriu, por exemplo, a promessa de Bolsonaro de priorizar a educação infantil e os ensinos fundamental e médio - a chamada educação básica. A pasta computa uma precária articulação com as secretarias de educação pelo país e baixa execução orçamentária de recursos federais.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL

MELHOR QUE REMEDIAR

Deputados e o grupo de ex-reitores que auxiliam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sugeriram ao parlamentar blindar o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) — que oferece ajuda de custo a alunos de universidades em situação de pobreza. O programa existe apenas por força de um decreto, e o ideal seria formalizá-lo em lei.

MELHOR QUE REMEDIAR 2

A avaliação é que, sem o auxílio, muitos abandonariam os estudos. Acadêmicos narram que o MEC, sob Abraham Weintraub, já demonstrou interesse em rever o programa.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL

Repasses da União têm queda de 10,6% no Piauí PARA POLÍTICA

Foi repassado na última sexta-feira, 10 de janeiro, os valores referentes ao primeiro decên-dio de 2019 para os municípios brasileiros. No Piauí, a queda nos valores transferidos pela União é de 10,6% no comparativo com o mesmo período do ano passado.

Enquanto em janeiro de 2019 o montante bruto transmitido aos entes piauienses foi de R\$ 104,438 milhões, no primeiro repasse deste ano o valor bruto atingiu apenas R\$ 93,331 milhões; consi derando os descontos o montante líquido foi de R\$ 59,731 milhões. O balanço é da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

No Piauí, o maior valor foi destinado para Teresina, que recebeu R\$ 12,078 milhões. Por sua vez, 161 municípios tiveram o repasse de R\$ 159,8 mil por se enquadrarem no menor coeficiente do Fundo de Participação. No Brasil, segundo a CNM, o repasse líquido foi de R\$ 2,8 bilhões e redução de 10,74% em comparação com o montante transferido em 2019. Ao aplicar a infla ção, o impacto negativo chega a 13,16%. Segundo a instituição municipalista, a primeira parcela do FPM de janeiro é parte da arrecadação dos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI) obtida entre os dias 20 e 30 de dezembro. A previsão do valor feita pela CNM considera a retenção constitucional para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sem esse desconto, o Fundo cresce para R\$ 3,5 bilhões.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Pesquisador recebe prêmio internacional

O aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais (PP-GCF) da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) Raphael Lobato Prado Neves foi premiado, no último mês de dezembro, como "pesquisador inovador do ano em Ecologia e Manejo Florestal" pelo World Research Council, organização internacional que busca estimular a pesquisa e a inovação.

O prêmio foi proveniente do primeiro artigo de sua tese de doutorado do PPGCF, intitulado "Tratamentos silviculturais pós-colheita em clareiras de exploração florestal: efeitos a médio prazo de espécies comerciais sob condução do plantio e condução da regeneração natural", publicado em 2019 na revista científica Forest Ecology and Management.

De acordo com o autor, o artigo traz uma abordagem que visa mitigar a baixa densidade de espécies comerciais na Amazônia, principalmente após a exploração de impacto reduzido, que ocasiona mortalidade em até 11 anos após essa exploração.

"Objetivamos investigar qual o efeito a médio prazo dos tratamentos silviculturais e pós-colheita na sobrevivência, no crescimento e na estrutura das espécies comerciais, tanto as plantadas quanto as de regeneração natural, ambas conduzidas em clareiras de exploração florestal. Estes tratamentos poderão auxiliar em uma mais rápida produção

madeira associada com a conservação de espécies comerciais", diz o doutorando.

Ele conta que a honraria é um reconhecimento da importância do trabalho de toda a equipe do projeto. "Esse prêmio representa o resultado de todo o esforço e dedicação que todos os participantes, direta e indiretamente, dedicam à realização deste projeto que iniciou em 2006", afirma. "Todos estamos extremamente honrados pelo reconhecimento internacional e acreditamos que o prêmio dará maior visibilidade ao trabalho. Esperamos poder contribuir para que as gerações futuras tenham também o privilégio de usufruírem dos recursos florestais da mesma forma que às anteriores".

A tese está sendo desenvolvida no âmbito do projeto "Conservação, recuperação e rendimento de florestas na Amazônia Oriental via manejo de clareiras", coordenado pelo pesquisador Gustavo Schwartz da Embrapa/ Amazônia Oriental e professor permanente do programa da Ufra. A execução do projeto é realizada na empresa Jari Florestal S.A.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Seduc economiza R\$ 82 milhões

EDUCAÇÃO Reordenamento da rede estadual de ensino levou, até o momento, ao fechamento de 38 escolas. Secretária defende unificação de unidades que estavam sendo subutilizadas

Titular da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) de Goiás, Fátima Gavioli afirma que o processo de reordenamento da rede estadual organizado por ela assim que tomou posse em janeiro do ano passado representou uma economia aos cofres do Estado de R\$ 82 milhões em 2019. Em entrevista ao POPULAR, a secretária disse que cogitou usar estes recursos para valorizar a carreira dos servidores reajustando seus vencimentos, mas a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro que colocou Goiás com uma folha de pagamento acima do que permite a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) fez com que a Seduc mudasse os planos e investisse o valor economizado em melhorias na estrutura física das escolas.

O reordenamento da rede estadual levou até agora ao fechamento de 38 escolas, sendo que 20 delas foram anunciadas na semana passada e 18 ainda no ano letivo anterior. Os alunos e servidores efetivos destas unidades foram transferidos, segundo Fátima, para escolas próximas sem prejuízo nos estudos ou no trabalho. "Não é superlotação porque a escola para onde estão indo também está subutilizada", comentou.

A secretária não gosta que se fale em "fechamento" de escolas, explicando que houve um processo de unificação de unidades que estavam sendo subutilizadas e que todos os prédios que deixaram de servir como colégio estadual foram cedidos para algum outro aproveitamento por parte da comunidade, preferencialmente como escola da rede municipal, em parceria com as prefeituras. "A única coisa que o prédio não pode é ficar sem ser utilizado e a prioridade é abrir da educação infantil ao ensino fundamental I (anos iniciais). Muitas prefeituras deixaram de fazer uma construção e pegaram uma escola com 60% do seu mobiliário pronto."

Fátima trata do reordenamento como uma prioridade da pasta e diz que não há outra alternativa para conseguir recursos para a Educação. A secretária afirma que o processo de enxugamento da rede permitiu que a folha de pagamento caísse para 90% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação (Fun-deb). Antes, quando a secretária assumiu o cargo, a folha consumia 100% do Fundeb e mais 25% do orçamento estadual, segundo ela. Não é segredo para ninguém a intenção da titular de reduzir ao máximo o número de professores e servidores contratados temporariamente. Ela diz que isso permitirá que se valorize mais a carreira dos efetivos e que a economia promovida pelo reordenamento vai permitir a realização de concursos, mas só quando o Estado conseguir baixar o percentual de gastos com a folha para o exigido pela LRF. A secretária diz que atualmente o número de temporários equivale a 50% da folha.

"Se eu não fizer isso aqui, não consigo melhorar a estrutura física das escolas e não consigo fazer concurso. O que é melhor? Você ter uma quantidade dessas de contratos e não conseguir fazer concurso? Isso não faz sentido", argumenta.

Fátima garante que o reordenamento está sendo feito com base em critérios estabelecidos após um estudo desenvolvido pelo economista-chefe do Instituto Ayrton Senna no ano passado e frisa a palavra "técnicas" ao explicar as decisões assumidas até o momento. "O que nós demos foi sequência ao que já vinha sendo feito desde 2017, mas agora com critérios técnicos."

Entre os critérios, estão aspectos como a distância das unidades a serem unificadas, que na zona urbana não pode chegar a 2 quilômetros e na rural a 15 (considerando ida e volta neste caso). Outros pontos analisados seriam a capacidade da nova escola de absorver estes alunos e a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

"Criamos critérios e talvez seja por isso que chamou tanto a atenção", argumenta, ao tratar da repercussão que o assunto teve em Goiás.

"O mal foi pensar o público muito longe do que o privado faz"

A secretária estadual de Educação, Fátima Gavioli, critica a forma como a rede pública de ensino vinha sendo administrada de forma geral, sem citar nomes nem mesmo Estados. "O mal nosso foi pensar o público muito longe do que o privado faz. Na rede privada uma pessoa coloca uma escola num ponto e a outra não vai colocar uma do lado, vai na outra comunidade. O mal nosso foi pensar o público como alguém que tinha dinheiro infinito, sem a responsabilidade de gastar bem e tão distante da forma como é o gerenciamento na rede privada", comentou. Ela cita o caso de duas escolas que estavam com o número de matrículas bem abaixo da capacidade de vagas e que foram unificadas para exemplificar o que defende ser uma gestão mais eficiente da rede. "Quando estou com duas escolas a menos de 300 metros uma da outra e junto as duas, vou ter necessidade de menos funcionários por contrato (temporário), por exemplo. A economia veio em energia elétrica, em água, em impostos, em folha de pagamento."

A economia com o processo de reordenamento ajudou, segundo Fátima, com que a pasta conseguisse entrar em 2020 sem restos a pagar do ano passado, apesar de reconhecer que ainda há despesas da gestão anterior que estão sendo negociadas. "Quem prestou serviço para nós recebeu dentro do ano. Isso não é fácil." Com a alegada crise nos cofres públicos, o governo estadual tem priorizado os pagamentos de despesas criadas na atual gestão, negociando as de 2018 para trás.

Estimativa é de 27 mil vagas ociosas

A secretária de Educação de Goiás, Fátima Gavioli, diz que há muitas escolas na rede estadual com menos de 50 alunos, um número que para ela, conforme deixou claro em

entrevista ao POPULAR, acende o sinal de alerta para que a unidade entre no radar do reordenamento promovido com mais ênfase pela atual gestão. A rede conta atualmente, segundo Fátima, com capacidade para 500 mil vagas. Pelo número de pré-matrículas, cujo processo se encerrou no dia 7, as escolas estaduais devem absorver cerca de 473 mil alunos, colocando cerca de 27 mil vagas como ociosas.

Esta situação de poucos alunos e muitas vagas numa escola e a reação do governo quanto a isso teria despertado a atenção dos diretores. A secretaria diz que neste ano eles promoveram uma grande campanha de atração de novos alunos. "Estava uma situação bem confortável (para os diretores). Uma escola com pouco aluno, que tinha ficado somente aqueles que queriam realmente estudar, e agora eu disse para eles que a escola para ficar aberta vai ter de trazer aluno."

O resultado do pedido, segundo ela, foi uma mobilização que contou até com carro de som chamando jovem para se matricular, coordenadores fazendo convocação por meio de vídeos nas redes sociais. "A campanha de matrículas foi muito acirrada e eu quero que eles entendam que manter uma escola aberta significa trazer alunos para a sala de aula."

Destas 27 mil vagas que podem ficar ociosas em 2020, Fátima reconhece que muitas são de jovens que estão em idade escolar, mas não se matricularam. A secretária diz que estão sendo feito novos estudos para descobrir o índice de evasão escolar no Estado e que as campanhas de atração de estudantes visam justamente reduzir esse número. Mesmo assim, segundo ela, sobra vaga na rede. Fátima afirma que o impacto do reordenamento também foi sentido por diretores e professores das escolas que absorveram os alunos das unidades fechadas. "Ficou mais fácil gerir a escola porque aumentou muito a capacidade financeira dela. Uma escola recebe verbas pelo número de alunos matriculados e agora consegue fazer muito mais. Além disso, professores efetivos que estavam espalhados agora estão mais juntos, fazendo planejamento em conjunto, conversando nas suas áreas."

topo 

O TEMPO - MG - OPINIÃO

Hora de despertar para a qualidade

A questão da educação básica brasileira

Já constatou o Prêmio Nobel Ja-mes Heckman que investir na primeira infância influencia diretamente os resultados sociais e econômicos dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Porém, infelizmente, o Brasil parece ainda não ter despertado para esse fato. E os resultados do índice Pisa (sigla de Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), a maior avaliação de educação básica do mundo, divulgada recentemente, são um reflexo disso.

De acordo com o levantamento, apesar de a nota dos estudantes brasileiros ter tido uma leve melhora, o país continua figurando entre os últimos da lista de 79 países e economias avaliados. O Brasil ficou em 57º lugar em leitura, 66º em ciências e em 70º em matemática, com notas bem abaixo da média das nações participantes.

Outro dado estarrecedor, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é que quatro em cada dez adolescentes não

conseguem identificar a ideia principal de um texto, ler gráficos, resolver problemas com números inteiros nem entender um experimento científico simples. Os resultados mostram ainda que só 10% dos jovens no mundo conseguem distinguir fato de opinião, habilidade considerada complexa pelo Pisa. No Brasil, esse grupo representa apenas 2% e não inclui jovens de baixa renda. Além disso, o levantamento mostra que o país é uma das nações com maior diferença de desempenho entre estudantes ricos e pobres.

Os dados ainda são muito tristes, mas vemos uma luz no fim do túnel: a nota média do Brasil em leitura subiu de 407 para 413 pontos, entre 2015 e 2018, a mais alta já registrada. Apesar de o avanço em relação à última edição não ser estatisticamente significativo, a tendência de aumento desde 2000 é considerada relevante pela OCDE. A amostra de alunos também cresceu muito nos últimos anos, isso porque o Brasil tem aumentado o índice de jovens de 15 anos na escola — idade em que o adolescente deve ingressar no ensino médio. Diante desses fatos, o relatório do Pisa destaca o Brasil como um dos seis países em que "a qualidade da educação não foi sacrificada quando se aumentou o acesso à escola".

Ou seja, dados positivos e negativos mostram que tivemos alguns avanços, mas que ainda não temos nada o que comemorar. Acredito que em Minas Gerais o cenário seja muito semelhante. Para mudar a qualidade da educação medida pelo Pisa atualmente, o investimento mais eficiente é na primeira infância. Como comprovado cientificamente pelos estudos de Heckman e outros pesquisadores, os retornos sociais e econômicos dos investimentos no desenvolvimento infantil são significativamente mais elevados do que em outras fases da vida. Por isso, como deputada estadual, tenho trabalhado de todas as formas possíveis para melhorar a educação básica e o desenvolvimento na primeira infância. Inclusive, elegi o direito das crianças como uma das prioridades e compromissos do meu mandato.

De forma concreta, uma das medidas é direcionar, de acordo com critérios técnicos, minhas verbas de emendas parlamentares para escolas públicas estaduais e municipais que atendam crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

O objetivo é premiar as escolas públicas com maior evolução nos indicadores de aprendizagem dos alunos em português e matemática, criando um incentivo para melhoria contínua do desempenho escolar. Outra iniciativa importante é a fiscalização das contas públicas de programas e políticas voltadas para as crianças, em especial educação básica, saúde materno-infantil e prevenção à criminalidade. Monitoramos o cumprimento das metas físicas e financeiras.

Na mesma linha, acompanho constantemente o trabalho desenvolvido pelo governador Romeu Zema, que não mede esforços para melhorar a educação de nossas crianças. A Secretaria de Educação de Minas Gerais desenvolve ações muito relevantes, como o Programa de Revitalização de Escolas Estaduais de Minas Gerais — Mãos à Obra na Escola, criado para recuperar as instalações das unidades escolares, o Programa Gestão pela Aprendizagem, que capacita diretores de escolas públicas em gestão, e o programa de entrega de equipamentos de informática, entre outros.

São ações que têm o mesmo objetivo: melhorar a qualidade das escolas das nossas crianças e a aprendizagem dos alunos. Podem contar com todo meu empenho e trabalho para que o próximo índice Pisa seja bem melhor.

topo ↕

ZERO HORA - RS - POLÍTICA

Mais de 500 serviços públicos estão disponíveis pela internet Documentos online como carteiras de trabalho e estudantil fazem parte do plano de transformação digital do governo federal

Com a prerrogativa de desburocratizar o serviço público, o governo federal tem investido na digitalização de operações, como emissão das carteiras de trabalho. Por meio das secretarias de Governo Digital e de Desburocratização, o Ministério da Economia intensificou a pauta e diz ter digitalizado 515 serviços em 2019, superando em 20% a meta para o ano.

Até o final de 2020, a intenção é de digitalizar mil procedimentos na primeira semana do ano, foram 19. Caso a meta seja alcançada, cerca de 80% dos quase 3 mil serviços públicos prestados pelo Executivo federal estarão disponíveis por canais eletrônicos, como sites ou aplicativos para smartphones. A oferta de 100% está prevista para 2022.

Com isso, é facilitado o acesso ao pedido de aposentadoria, por exemplo, o que será realizado sem a necessidade de pegar filas. Também não será necessário deslocar-se para muito longe a fim de efetivar a licença-maternidade ou ir repetidas vezes ao aeroporto atrás da carteira internacional de vacinação, necessária para muitas viagens ao Exterior.

- Trabalhamos com a perspectiva de que, hoje, a sociedade brasileira é digital. Então, há necessidade de transformação do governo. O que a gente promoveu no ano passado foi a primeira onda de digitalização. Ainda teremos outras - destaca o secretário-adjunto de Governo Digital, Ciro Avelino.

A meta foi apresentada em maio de 2019 pelo secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, em evento em Brasília reunindo autoridades, empresas e analistas para discutir os desafios das telecomunicações.

- A digitalização envolve a simplificação de processos, a melhoria e integração das bases de dados, a automatização de determinados procedimentos como atendimento ao público e o treinamento de servidores - garantiu Uebel.

Economia

Hoje, 1.792 serviços públicos federais são totalmente digitais, 53% do total (3.384), conforme a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia. Mas a pauta, apesar de ter avançado no último ano, não é tão recente. Políticas para governança de dados têm sido criadas desde 2010. E, em 2016, durante a gestão de Michel Temer, teve início uma estratégia de governo digital.

Até 2025, como aponta projeção apresentada pela empresa chinesa Huawei em 2018, no estudo "Índice Global de Conectividade", a economia digital deverá movimentar US\$ 23,3 trilhões (R\$ 93,7 trilhões).

- A gente pretende que todo o governo se enxergue como um grande prestador de serviços, e a partir daí fazer a unificação das informações de todos os órgãos, pensando em aumentar a qualidade desses serviços - prevê Avelino.

Os planos tiveram início efetivo logo em março, quando o governo federal firmou com

a Dinamarca, líder em um ranking dos países com maior índice de digitalização do mundo, um acordo para aprender boas práticas de digitalização e desburocratização de serviços. O objetivo era descobrir a melhor forma de economizar e facilitar o acesso das pessoas a serviços essenciais. A cooperação entre os dois países no setor de inovação vem desde 2015, e a transformação digital é o início da segunda etapa desse projeto, junto com o fortalecimento das competências na área de direitos de propriedade intelectual no Brasil.

A Secretaria de Governo Digital explica, porém, que digitalizar não significa excluir o atendimento presencial. Pessoas sem internet e analfabetas, por exemplo, além daquelas que preferirem ir pessoalmente aos locais, continuarão tendo acesso a esses serviços, afirma o governo.

ID ESTUDANTIL

- Está disponível na Apple Store, para iOS, e na Google Play, para Android. Até ontem, 143.822 IDs Estudantis haviam sido emitidas.

Objetivo

- A intenção, segundo o MEC, é evitar burocracia e reduzir custos para os estudantes. Ao mesmo tempo, combater as fraudes recorrentes de carteirinhas de estudantes físicas falsificadas. Além disso, a iniciativa retirou o domínio para a confecção da carteirinha das entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O que muda

- As carteirinhas físicas emitidas por entidades estudantis continuarão existindo. A diferença é que a ID Estudantil é gratuita e adota o formato digital.

Benefícios

- O documento continua dando o direito ao benefício de meia-entrada em shows, teatros e outros eventos culturais e esportivos, sem que isso gere um custo extra para o aluno.

Economia prevista

- Conforme o MEC, o custo para o orçamento será de R\$ 0,15 por unidade. A economia será para os estudantes, que precisavam pagar até R\$ 35 pelo documento, além do frete, em alguns casos.

Desempenho

- Funciona, mas depende do envio ao Inep, por parte de representantes de cada instituição de ensino, pública e particular, de informações sobre todos os seus alunos para incluir no Sistema Educacional Brasileiro (SEB).

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Capex financiou mais de 240 pesquisas desde 2018 em área de programa lançado por Weintraub e Moro

Em postagem com erro de português, ministro da Educação sugeriu que incentivos a estudos em segurança pública eram inéditos no país

BRASÍLIA — Fonte de críticas, a postagem do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em que ele escreveu "imprecionante" no Twitter, chamou atenção não apenas pelo erro de português. Ao dizer na mensagem que "não havia a área de pesquisa em Segurança Pública", enquanto propagandeava a criação de um programa para

fomentar estudos sobre o tema, o ministro sugeriu a inexistência de trabalhos acadêmicos abordando o assunto com recurso federal.

No entanto, há nove linhas de pesquisa ativas sobre segurança pública na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que financiou, somente nos últimos dois anos, 246 trabalhos de mestrado e doutorado na área, segundo catálogo da própria instituição.

Responsável por financiar as novas bolsas anunciadas, a **Capes** afirmou em nota que o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses, lançado por Weintraub e pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, na quarta-feira, "é a primeira ação voltada especificamente para essa temática".

Mas pesquisadores ressaltam que a postagem do ministro pode levar a uma falsa impressão de que não há produção sobre o tema no Brasil, que tem tradição de estudos sobre o assunto. Universidades públicas contam, inclusive, com núcleos especializados na questão.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, o fomento à área da segurança pública dentro da academia é positivo e deve ser louvado, mas ele critica a tentativa de desqualificar o que já foi feito. Lima diz que a declaração de Weintraub é típica de políticos.

— Na política há a péssima mania de se querer recriar a roda. Mas, se for perguntado para quem trabalha com o tema faz anos, vai-se constatar que há uma longa tradição de pesquisas na segurança pública, incluindo nas áreas de engenharias e tecnologias. Incentivar pesquisa e desenvolvimento merece elogios, não é preciso desqualificar o passado para fazer a coisa certa— afirma Lima.

Livro de Lima lançado em 2010, em capítulo com o título "produção acadêmica e segurança pública no Brasil", apontou a produção de 8.205 teses e dissertações com recursos da **Capes** de 1983 a 2006. A maior parte (cerca de 85%) foi desenvolvida dentro das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais, aponta a publicação.

No tuíte que depois foi apagado, após a repercussão do erro de português, Weintraub respondia a um elogio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que sugeriu estudos sobre "uso defensivo de armas" dentro do novo programa.

"Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós-doutorados poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que geram redução de criminalidade", escreveu o ministro.

topo ↕

BBC BRASIL - TEMPO REAL

Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti

Autor da obra eleita o Livro do Ano do Prêmio Jabuti, o sociólogo Pedro Ferreira de Souza analisou a desigualdade no Brasil olhando principalmente para a parcela mais rica da população.

Se por um lado já são conhecidas explicações para a redução da pobreza — como valorização do salário mínimo e transferências de renda —, por outro lado, é mais difícil medir os motivos que levaram os ricos a continuarem ricos, ou a concentrarem ainda mais renda.

Em entrevista à BBC News Brasil, Souza diz que há várias hipóteses que explicam por que a renda continua muito concentrada. Entre elas, estão os ajustes para a elite do funcionalismo, o boom do mercado imobiliário em grandes cidades, o crescimento do mercado acionário e até as políticas que privilegiaram empresas específicas e diminuíram o grau de competição em alguns setores.

"O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá", diz o sociólogo. " Quase toda a renda dos muito ricos, hoje em dia, é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte."

A tese de doutorado de Souza, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), virou o livro *Uma História da Desigualdade: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil - 1926-2013*.

Por divergência do Brasil, Brics ignora crise sul-americana e muda posicionamento sobre Palestina

Com dificuldade para inovar e ainda em recessão, indústria se diz otimista para 2020: Nunca estivemos em situação como a atual

Meses antes do Jabuti, Celso Rocha de Barros, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford, já havia descrito a obra de Souza como "o melhor trabalho produzido pelas ciências sociais no país nos últimos anos" em sua coluna na Folha de S.Paulo. E a tese de doutorado recebeu os prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCs) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Na entrevista, Souza aponta que a disparidade de renda leva a uma desigualdade também no acesso ao poder e à capacidade de influenciar a agenda do país. O resultado é que grupos específicos conseguem, por exemplo, créditos ou subsídios que agravam a desigualdade. É por isso que ele diz que, muitas vezes, o Estado "dá com uma mão e tira com a outra".

O sociólogo destaca, ainda, que a democracia não é garantia de queda da desigualdade, mas é certo que a disparidade aumenta na ditadura.

"Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora."

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - De que forma desigualdade e democracia se relacionam?

Pedro Ferreira de Souza - Esse é um dos motivos importantes de prestar atenção na desigualdade. Tem uma tensão clara entre o princípio de todo mundo ser igualmente cidadão, com participação política e direitos iguais, e a existência de desigualdade econômica. Quando as desigualdades são muito altas, você tem sempre o risco de que alguns grupos vão conseguir converter o capital econômico em influência política. É algo que se vê no mundo todo.

A partir de determinado nível —quando você tem determinada disparidade de riqueza, o acesso ao poder e a capacidade de influenciar o que é votado, e quais decisões são tomadas—, começa a haver uma desigualdade entre os cidadãos que é extremamente alta e preocupante. E boa parte dos argumentos hoje que tentam olhar a desigualdade salientam essa questão do risco de captura do Estado e do sistema político por aqueles que têm mais recursos econômicos.

Essa tensão em países muito desiguais é muito clara. E também tem outras questões. Se você tem uma desigualdade muito grande, a própria construção de coalizões e maiorias se torna mais complicada. Você começa a ter grupos com interesses e características muito diferentes. Há indícios de que realmente o processo de conseguir aprovar reformas e construir maiorias se torna mais custoso e complicado.

BBC News Brasil - No Brasil, qual é o impacto para a população desse poder de pressão que alguns grupos têm no Congresso? É uma bola de neve?

Souza - Não só por ser tão desigual, mas também por outros motivos históricos. Somos um país muito corporativo, em várias dimensões, e com poder de lobby muito forte de alguns grupos. Mas não vejo como uma coisa que está sempre piorando, uma bola de neve que vai crescendo. O que vejo é mais um jogo de soma zero, em que fazer reformas e gerar mudanças, inclusive na direção certa, se torna muito difícil porque tem muitos grupos com poder de veto muito forte sobre qualquer pessoa que possa ameaçar o status quo, então fica um cabo de guerra que não sai muito do lugar.

Para o bem e para o mal, o que vemos hoje é que propostas são atacadas e descartadas mesmo antes de serem anunciadas. A sua margem de manobra para redimensionar os recursos e mudar o perfil dos gastos do Estado se torna muito restrita. Acontece que a estratégia que funciona é você torcer para entrar em um período de algum crescimento da economia, para o orçamento estar sempre crescendo e você conseguir ir acomodando todo mundo ao mesmo tempo, sem precisar fazer mudanças e cortes radicais.

É isso que estamos tentando fazer há muito tempo e o problema é que não crescemos muito. Então esses recursos adicionais que o crescimento traria não se materializam porque o crescimento do Brasil nos últimos 30 ou 40 anos tem sido muito decepcionante, aí fica esse cabo de guerra que não gera mudança significativa na distribuição de renda. Há mudança, não dá pra dizer que não há. Não podemos esquecer delas, mas não são mudanças que mudam a cara do país.

BBC News Brasil - Você pode dar exemplos de medidas que beneficiaram setores específicos e quais são os grupos que têm mais poder de influência?

Souza - Tem várias corporações que você vê que têm força política, como o Judiciário e

os militares. Tem entidades de classe de vários setores da economia que conseguem muitas medidas favoráveis — por exemplo, quando teve a política de desoneração (da folha de pagamento), ela era restrita a poucos setores e depois rapidamente foi para mais de quarenta. Quando a reforma da Previdência começou a tramitar, desde o início os militares ficaram de fora — e claro que eles têm especificidades. Esse tipo de coisa é corriqueira e não é novidade no Brasil.

E tem uma dificuldade adicional que é muito verdadeira: quando você anuncia uma medida que tende a beneficiar grande parte da população, ela tende a ser muito fácil de entender e transparente, como o reajuste do Bolsa Família e mudanças no salário mínimo.

No caso dos grupos de pressão, como ruralistas e outros tipos de lobby, as medidas que os beneficiam acabam sendo muito mais difíceis de entender para o público leigo em geral, porque costumam ser relativas à regulação do setor, subsídios, desonerações. E elas geralmente vêm embaladas pelo argumento de que são medidas para estimular o crescimento e a geração de emprego. Todos os lobbies, ou quase todos, usam esse argumento de medidas importantes para o desenvolvimento do país, que na verdade são muito difíceis de avaliar de fora. Como também é difícil dar um diagnóstico no atacado, isso também é algo que facilita a reprodução do status quo.

BBC News Brasil - Você concluiu que o Estado brasileiro é gerador de desigualdade. Como isso acontece?

Souza - O que acontece é que o Estado — e qualquer Estado moderno — é muito complexo e pouco transparente. Tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Então claro que tem coisas que o Estado faz e são essencialmente redistributivas e progressivas, como serviços públicos de educação e programas como Bolsa Família. O Estado distribui muito para os mais pobres, mas, por outro lado, ele dá com uma mão e tira com a outra. Essa é a lógica. No atacado, você vê que as coisas não mudam muito e ajudam a reproduzir a desigualdade, por vários lugares. Tanto com créditos e subsídios, como com a previdência da elite do funcionalismo público.

BBC News Brasil - E os prováveis efeitos da reforma da Previdência como um todo, que foi promovida com a lógica de reduzir privilégios?

Souza - Fizemos simulações na época da reforma do (ex-presidente Michel) Temer, e o que foi aprovado acaba sendo relativamente parecido, então acredito que as conclusões não mudariam muito. Na época, o que a gente concluiu é que provavelmente o impacto sobre a desigualdade seria muito pequeno, muito perto de zero, tanto pro bem quanto pro mal. É uma reforma importante, mas uma reforma com objetivo claramente fiscal — sem desmerecer, mas, em termos de desigualdade, não vai causar grandes mudanças. O legado da reforma para a desigualdade vai depender do que vai ser feito com esses recursos que serão poupados.

BBC News Brasil - Considerando a História do Brasil, quanto a escravidão explica a desigualdade que temos hoje?

Souza - É impossível entender o Brasil sem olhar para isso e dar o devido peso a esse passado — acho inclusive que, fora das universidades, falamos muito pouco sobre o

passado colonialista e escravocrata do Brasil. Entendo a reação de tentar se afastar disso, porque é um passado muito ruim e opressor, mas é muito recente e é absolutamente central para entender o Brasil de hoje. Você vê até hoje a persistência de desigualdades raciais muito enraizadas e difíceis de mudar, em um grau muito alto.

No caso brasileiro, a escravidão é formadora de onde estamos hoje. O que pode ser dito, além disso, é que isso também não absolve nossos pecados dos últimos cem anos. O fato de termos esse passado muito pesado não absolve nossos pecados porque nós só fizemos foi reproduzir desigualdades de lá pra cá e poderia ter sido diferente.

No início do século 20, o Brasil já era muito desigual, mas a distância que separava a gente da Europa era muito menor do que é hoje. O que aconteceu na Europa foi outro tipo de tragédia — basicamente, aquele período entre as guerras que mudou muito os países europeus e equalizou muito a renda nos países europeus. Não que a gente queira passar por isso, mas mostra que é possível e que deveríamos ter melhorado e avançado para reverter esse legado histórico que agora está dado.

É uma tragédia em dois atos: chegar no início do século 20 com esse peso histórico tão forte, um legado horrível. Mas ao longo do século 20 também não conseguimos manter esse padrão e avançar na direção certa. E até hoje enfrentamos dificuldade de reverter. Quando falamos em desigualdade no Brasil, estamos falando sobre tornar o Brasil mais parecido com a maior parte do mundo — reduzir a desigualdade pra gente se aproximar de países da Europa e alguns da Ásia. Estamos sempre entre os países mais desiguais. É difícil mudar do dia para a noite, mas os avanços foram bem menores do que poderíamos esperar.

BBC News Brasil - Considerando as últimas décadas, qual foi o efeito da ditadura? E como conseguiríamos reduzir a desigualdade?

Souza - É muito difícil mesmo. Os maiores exemplos que temos de países que eram muito desiguais e se tornaram rapidamente países relativamente igualitários, em geral, é porque alguma coisa deu muito errado — como a Segunda Guerra na Europa, que é o caso mais emblemático. Foi um período, não só por causa da destruição, mas por uma série de ações e políticas que os governos tiveram que adotar, em que os países mudaram muito, muito rápido.

Mudanças radicais tendem a acontecer nesses momentos — o que não significa que seja impossível mudar, mas mostra que é difícil. No nosso caso, tem esse padrão alto histórico, mas ele não é estático. Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora. No Chile também aconteceu isso, na Alemanha dos anos 1930 também. São momentos diferentes, claro, mas só para mostrar que ditaduras tendem a piorar a desigualdade, pelo menos no primeiro momento.

Para o futuro, tem várias políticas que colocariam a gente na direção certa, mas a questão é que nenhuma medida, sozinha, vai fazer uma diferença tão grande assim. Esse é o dilema. Você teria que andar na direção certa e tomar medidas em áreas diferentes e manter isso sem possibilitar reversão ou qualquer tipo de compensação e minimização.

Isso é o mais difícil. A resistência política vem daí, porque um governo pode abraçar um tipo de reforma, dar todo apoio a ela, mas para construir a própria coalizão e conseguir votos a favor dela vai ter que fazer concessões em muitas outras áreas. E a democracia é isso, é bom que seja isso, mas quando a democracia funciona em um país que é tão desigual, essas concessões acabam sendo coisas que vão diluindo os efeitos positivos das reformas. Evitar isso é o grande dilema daqui pra frente para mudar esse quadro. Não é só o que fazer — que do ponto de vista técnico temos vários caminhos que poderiam ser explorados, como a própria questão da tributação.

BBC News Brasil - Você disse que o Estado dá com uma mão e tira com a outra. A dificuldade é parar essa parte de tirar com a outra, então?

Souza - Essa é a dificuldade, o fato de que você pode aprovar um benefício novo, direto para os mais pobres, e ao mesmo tempo, sem que ninguém perceba, ou com muito menos visibilidade, fazer mudanças regulatórias que vão acabar protegendo certos setores ou ajudando empresas específicas, esse tipo de coisa que vemos acontecendo o tempo inteiro nas últimas décadas. É difícil estudar isso de forma sistemática, porque são coisas que acontecem nos bastidores. No fundo, temos pouca informação e poucos dados para estudar essas políticas.

A política mais óbvia, ainda mais em momento de crise, seria você aplicar uma reforma tributária que deixasse a tributação muito mais progressiva. Seria um primeiro passo reduzir os tributos indiretos e aumentar muito os tributos diretos, principalmente imposto de renda. Transferências que beneficiam os mais pobres também poderiam ter peso maior. Tem algumas propostas circulando, como a ideia de um benefício universal para crianças, que seria uma inovação bem ousada e muito positiva. Uma das nossas desgraças é a pobreza infantil. E também a forma de arrecadar.

BBC News Brasil - Um dos pontos mais comentados sobre o seu trabalho é a conclusão de que a desigualdade não caiu de forma tão drástica durante o governo do ex-presidente Lula, embora muita gente tenha saído da pobreza. Foi uma surpresa?

Souza - Foi uma surpresa gigantesca. A gente não esperava, calculou várias vezes, testou alternativas, porque todos os melhores dados indicavam queda grande da desigualdade. Hoje tem um entendimento um pouco melhor do que aconteceu, de que houve de fato mudanças para a pobreza — de fato, a queda da pobreza foi muito forte nesse período, também porque foi um período de crescimento.

Na desigualdade, quando olhamos a parte de baixo, houve melhora e foi significativa: houve aumento da fatia da renda que vai para os mais pobres, sem dúvidas. A surpresa foi que, ao juntar os dados do imposto de renda às outras informações que a gente já tinha, nota-se que entre aqueles que estão bem no topo da distribuição, o 0,1% mais rico, a fatia de renda ou ficou estável ou aumentou um pouco.

Claro que isso é uma surpresa e ainda estamos tentando entender isso. Se os mais pobres avançaram em termos relativos e os mais ricos avançaram ou ficaram onde estavam, o que acaba acontecendo é que quem perdeu em termos relativos foi justamente o grupo que está entre esses dois extremos. A fatia da renda desse grupo recuou um pouco, e aí quando você olha o coeficiente de Gini (instrumento estatístico para medir a desigualdade de renda das populações), vê queda da desigualdade bem

menor do que a gente imaginava. Claro que toda queda é positiva, mas achávamos que era uma queda gigante e sustentável, e vimos uma coisa bem mais tímida. Fica um sentimento frustrante, que mostra a dificuldade de mudar a desigualdade.

Para entender a melhora dos mais pobres, acho que progredimos muito e muita gente já estudou isso e os motivos são bem compreendidos — melhora educacional, geração de empregos muito forte especialmente para baixa qualificação, valorização do salário mínimo, avanço das transferências sociais. Mas para entender a persistência do topo nós temos várias hipóteses e não temos as informações para testes mais definitivos porque os próprios dados do imposto de renda ainda são de acesso muito restrito. A matéria-prima ainda é muito precária no caso do Brasil.

BBC News Brasil - E quais são as hipóteses para explicar esse avanço ou estabilidade dos mais ricos?

Souza - Tem várias hipóteses plausíveis, e todas devem ter contribuído em algum grau, mas não dá para dizer qual foi mais ou menos importante. Você tem desde o fato de a elite do funcionalismo ter tido ajustes bastante fortes até coisas como um período de boom, de bolha, no mercado imobiliário de grandes cidades brasileiras. Além disso, o mercado acionário brasileiro teve período de crescimento forte, tem toda a política de campeãs nacionais, que em vários setores acabou diminuindo o grau de competição do setor e ajudou na formação de grandes grupos. Outro ponto foi o boom de commodities internacionais, em que as grandes exportadoras se beneficiaram muito também. Tudo isso pode ter contribuído, mas não temos como medir a importância relativa de cada item.

O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá. Se você olha para o topo, cada vez mais os rendimentos dos mais ricos foram considerados isentos de tributação, muito puxado por lucros e dividendos, que são tributados na pessoa jurídica, mas na distribuição para a pessoa física não são tributados.

Então hoje em dia isso inclusive estimula o fenômeno de todo mundo virar PJ — é trabalho, mas ele vira pessoa jurídica pra ficar mais barato para o patrão e para ele pagar menos imposto. Ao longo do tempo, você vê muito claramente esse aumento do que é rendimento isento na renda dos mais ricos. A renda dos muito ricos, hoje em dia, quase toda ela é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte. Então ao longo do tempo houve um aprendizado no sentido de como explorar melhor as brechas que o sistema tributário dá.

BBC News Brasil - E existe uma discussão sobre se tirar pessoas da pobreza, melhorando a "parte de baixo", é mais importante que reduzir a desigualdade. Como você vê esse debate?

Souza - Não consigo entender qual é o dilema que as pessoas tentam criar. Do ponto de vista do combate à pobreza, evidente que, para um dado nível de renda, se você diminuir a desigualdade, a pobreza vai tender a diminuir também. E, do ponto de vista mais realista, óbvio que, se você quer direcionar recursos para o combate à pobreza, esses recursos precisam ser arrecadados de algum lugar. É claro que você será mais eficiente no combate à pobreza se você tiver arrecadando dos mais ricos. Se você

tributar os pobres para dar para os pobres, não vai fazer diferença. Se você tributar os mais ricos e fizer transferências ou programas para os mais pobres, você vai conseguir também simultaneamente atacar pobreza e desigualdade.

O que se coloca nesse debate, em geral, é a questão entre crescimento e desigualdade. É a ideia de que crescer a qualquer custo vai acabar diminuindo a pobreza, mas que pode levar a aumento da desigualdade, o que pode ser ou não verdade. Isso está longe de ser uma coisa consensual. Durante algum tempo se acreditou que o crescimento necessariamente reduziria a desigualdade, então valeria a pena. Hoje em dia você vê muitos resultados que vão na direção oposta, de que um grau de desigualdade muito elevado pode prejudicar o crescimento, justamente por tornar o Estado ineficiente, pela captura do Estado.

A discussão sobre desigualdade sempre cai em alguns espantalhos, como ah, estão querendo nivelar por baixo e que todo mundo fique igualmente pobre e todo mundo tenha exatamente a mesma renda. E nunca é nada disso que as pessoas estão falando, as pessoas estão falando sobre como conciliar as duas coisas (crescimento e redução da desigualdade). Crescer é sempre bom, ou quase sempre bom. O ponto é que é possível você crescer, aumentar a desigualdade e não reduzir a pobreza. Essa é a questão.

Em geral, os governos tentam resolver o problema com crescimento — vamos fazer a economia crescer porque aí todo mundo vai estar melhorando de vida, isso já satisfaz as pessoas e vamos ter mais recursos para fazer política e redistribuir, se for o caso —, mas essa solução do crescimento nem sempre é possível. Os países ricos estão crescendo mais devagar hoje em dia e aí, no ambiente democrático, é claro que se o bolo está sempre crescendo, a discussão de quem está ficando com o que acaba sendo mais saliente. Então acho que estamos em uma dessas fases de crescimento mais baixo, problemas macroeconômicos, e as pessoas começam a se comparar e falam ok, mas por que as fatias estão sendo distribuídas dessa maneira?. É um debate que nunca vai embora de vez. Em um país como o Brasil, é mais difícil ainda. É uma questão inevitável: é um grau de desigualdade tão alto porque as demandas e necessidades são muito grandes.

BBC News Brasil - O atual governo está trabalhando de alguma forma para reduzir a desigualdade?

Souza - Eu não ousa dar uma opinião por um motivo pragmático: quando analisamos a desigualdade estamos sempre falando do passado, porque tem sempre uma demora de pelo menos dois anos entre o que acontece e os dados estarem públicos e disponíveis. Sou cauteloso e fujo das análises de conjuntura porque estamos sempre olhando para o passado e sempre olhando para uma mistura de decisões de governos atuais e governos anteriores. E, quando me perguntam sobre a perspectiva para o futuro, independentemente de qualquer governo, qualquer coisa, o melhor palpite para daqui cinco anos é achar que as coisas vão continuar mais ou menos como estão. É difícil imaginar o país ficando radicalmente mais desigual ou radicalmente menos desigual no curto ou no médio prazo.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Confira lista com 4.106 vagas em 126 concursos locais e federais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL) 1

Continua depois da publicidade

Inscrições a partir desta segunda-feira (13) até 13 de abril no site: bit.ly/390Ou3D. Concurso com uma vaga para professor de magistério superior da Área de avaliação da Medicina I, Medicina II e Medicina III ou áreas afins que possuam programas de Pós-Graduação que tenham a Medicina em sua multi (inter)disciplinaridade, conforme avaliação **CAPES**. Salários: entre R\$ 3.130,85 e R\$ 5.831,21. Taxa: R\$ 90. Edital: bit.ly/37OuxIy.

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Justiça e Educação financiarão pesquisas em segurança pública

Os ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Educação lançaram no dia (8), em Brasília, o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses (Procad).

Com investimento de R\$ 10,1 milhões, a iniciativa deve beneficiar pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública.

Do montante total previsto, R\$ 6 milhões virão do caixa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ao longo de quatro anos; R\$ 2,1 milhões da Polícia Federal (PF) e R\$ 2 milhões da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A previsão é que o edital de seleção de projetos seja publicado nos próximos dias. A partir daí, interessados vinculados a uma das 400 instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias que mantêm cursos de pós-graduação supervisionados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** poderão se candidatar a uma bolsa.

Os valores das bolsas variam conforme o nível acadêmico, sendo de R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

"Esse programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com a sociedade", disse o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

Parcerias

Durante a cerimônia de lançamento do programa, realizada esta manhã, no Ministério da Educação, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, classificou a iniciativa como uma oportuna e relevante parceria.

Moro também destacou que, além dos recursos provenientes da Senasp, órgãos vinculados ao ministério, como a Polícia Federal, disponibilizarão seus laboratórios e profissionais para a realização das pesquisas contempladas pela iniciativa.

"Este projeto vem em boa hora. Investimentos em segurança pública são demandados; construções no âmbito da segurança são necessárias, e é sempre importante contar com

conhecimentos científicos a respeito destes temas", comentou Moro, destacando a possibilidade de financiamento a estudos no campo jurídico.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a importância da ação. "Acho que esta é uma área de total interesse da sociedade.

A segurança pública está entre as prioridades do povo brasileiro, das famílias", disse Weintraub, explicando que o total de bolsas dependerá da proporção de estudantes de cada nível qualificados.

"De qualquer forma, será um número expressivo de pesquisadores dedicados ao tema, com os laboratórios e a expertise do Ministério da Justiça [à disposição]."

Temas

A seleção dos temas das pesquisas e dos pesquisadores será feita por consultores da Capes. A autarquia fará, em conjunto com a PF, a avaliação dos resultados dos estudos.

Cada projeto poderá permanecer em pesquisa por até cinco anos. Além disso, as teses produzidas serão disponibilizadas no Portal de Periódicos, que a Capes mantém na internet.

topo ↕

ESHOJE - NOTÍCIAS

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

BRASÍLIA, DF (UOL/FOLHAPRESS) – A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G. Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

“Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto”.

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas (“não é plana, eu vi de fora”) e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

*

Terra plana e fake news

“Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em

vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido.”

Dados de desmatamento

“Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função.”

5G

“O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.”

Orçamento para ciência

“Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor.”

Fusão CNPq e Capes

“O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A Capes [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a Capes não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem.”

Base de Alcântara

“A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento. E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema. Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas. A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites. No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial.”

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

Autor: PAULO SALDAÑA E LUCIANA AMARAL

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas

Por: Folhapress

A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas. "Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto".

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Astronauta, ele ironizou terraplanistas ("não é plana, eu vi de fora") e minimizou questionamentos do governo

sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

Terra plana e fake news

"Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido."

Dados de desmatamento

"Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação."

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função."

5G

"O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma."

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar. Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto."

Orçamento para ciência

"Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar."

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor."

Fusão CNPq e Capes

"O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A **Capes** [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a **Capes** não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem."

Base de Alcântara

"A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial."

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

Novas bolsas para a formação de professores

Novas bolsas para a formação de professores. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capes** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID permite experiência

semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. “Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

BRASÍLIA, DF (UOL/FOLHAPRESS) – A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G. Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

“Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto”.

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas (“não é plana, eu vi de fora”) e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

*

Terra plana e fake news

“Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido.”

Dados de desmatamento

“Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função.”

5G

“O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.”

Orçamento para ciência

“Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor.”

Fusão CNPq e Capes

“O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A Capes [ligado ao MEC] trabalha com a formação

de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a Capes não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem.”

Base de Alcântara

“A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial.”

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo 

NORDESTE 1 - TEMPO REAL

PB terá pelo menos 672 bolsas para professores

As universidades da Paraíba terão pelo menos 672 vagas para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que em todo Brasil vai ofertar mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da educação básica.

As mais de 600 vagas foram divulgadas em um dos editais do programa – serão dois. O próximo, deve ser publicado em breve com o número de oportunidades. As bolsas de um edital são na modalidade de residente, enquanto no outro são referentes ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de

R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários.

Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro. O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

MaisPB

topo ↕

PARAÍBA ONLINE - TEMPO REAL

Ministro de C&T avisa: implementação do 5G só terá início em 2022

BRASÍLIA, DF (UOL/FOLHAPRESS) – A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

“Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto”.

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas (“não é plana, eu vi de fora”) e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

Terraplana e fake news

“Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido.”

Dados de desmatamento

“Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu

de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função.”

5G

“O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma. É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras.

Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão.

Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.”

Orçamento para ciência

“Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor.”

Fusão CNPq e **Capex**

“O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A **Capex** [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a **Capex** não tem. A junção não faz sentido. Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem.”

Base de Alcântara

“A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é

zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial.”

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo ↕

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

- Folhapress

A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

“Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto”.

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas (“não é plana, eu vi de fora”) e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.*

TERRA PLANA E FAKE NEWS

“Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido.”

DADOS DE DESMATAMENTO

“Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente.

O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento.

Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função.”

5G

“O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.”

ORÇAMENTO PARA CIÊNCIA

“Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor.”

FUSÃO CNPQ E CAPES

“O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A **Capes** [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a **Capes** não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem.”

BASE DE ALCÂNTARA

“A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica.

Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial.”

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

BRASÍLIA, DF (UOL/FOLHAPRESS) - A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que

vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

"Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto".

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas ("não é plana, eu vi de fora") e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

Terra plana e fake news

"Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido."

Dados de desmatamento

"Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função."

5G

"O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar.

Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto."

Orçamento para ciência

"Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor."

Fusão CNPq e **Capes**

"O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A **Capes** [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a **Capes** não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem."

Base de Alcântara

"A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial."

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo ↕

PORTAL O DIA - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano. Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

"Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto".

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas ("não é plana, eu vi de fora") e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

*

Terra plana e fake news

"Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério

a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido."

Dados de desmatamento

"Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação.

Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função."

5G

"O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma.

É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar. Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra interferência.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto."

Orçamento para ciência

"Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar.

Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor."

Fusão CNPq e Capes

"O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A Capes [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a Capes não tem. A junção não faz sentido.

Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem."

Base de Alcântara

"A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento.

E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema.

Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites.

No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial."

MARCOS PONTES, 56

Nascido em Bauru (SP), é tenente-coronel-aviador, piloto da Força Aérea Brasileira e engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com mestrado pela Naval Postgraduate School, nos EUA. Foi incorporado à classe de astronautas da Nasa em 1998 e, em 2006, viajou para a Estação Espacial Internacional.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti

Para o sociólogo Pedro Ferreira de Souza, há várias hipóteses para explicar por que a renda continua tão concentrada, como ajustes para a elite do funcionalismo, boom do mercado imobiliário e políticas que privilegiaram empresas específicas.

Autor da obra eleita o Livro do Ano do Prêmio Jabuti, o sociólogo Pedro Ferreira de Souza analisou a desigualdade no Brasil olhando principalmente para a parcela mais rica da população.

Se por um lado já são conhecidas explicações para a redução da pobreza — como valorização do salário mínimo e transferências de renda —, por outro lado, é mais difícil medir os motivos que levaram os ricos a continuarem ricos, ou a concentrarem ainda mais renda.

Em entrevista à BBC News Brasil, Souza diz que há várias hipóteses que explicam por que a renda continua muito concentrada. Entre elas, estão os ajustes para a elite do funcionalismo, o boom do mercado imobiliário em grandes cidades, o crescimento do mercado acionário e até as políticas que privilegiaram empresas específicas e diminuiram o grau de competição em alguns setores.

"O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram

ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá", diz o sociólogo. " Quase toda a renda dos muito ricos, hoje em dia, é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte."

A tese de doutorado de Souza, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), virou o livro *Uma História da Desigualdade: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil - 1926-2013*.

Meses antes do Jabuti, Celso Rocha de Barros, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford, já havia descrito a obra de Souza como "o melhor trabalho produzido pelas ciências sociais no país nos últimos anos" em sua coluna na Folha de S.Paulo. E a tese de doutorado recebeu os prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCs) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Na entrevista, Souza aponta que a disparidade de renda leva a uma desigualdade também no acesso ao poder e à capacidade de influenciar a agenda do país. O resultado é que grupos específicos conseguem, por exemplo, créditos ou subsídios que agravam a desigualdade. É por isso que ele diz que, muitas vezes, o Estado "dá com uma mão e tira com a outra".

O sociólogo destaca, ainda, que a democracia não é garantia de queda da desigualdade, mas é certo que a disparidade aumenta na ditadura.

"Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora."

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - De que forma desigualdade e democracia se relacionam?

Pedro Ferreira de Souza - Esse é um dos motivos importantes de prestar atenção na desigualdade. Tem uma tensão clara entre o princípio de todo mundo ser igualmente cidadão, com participação política e direitos iguais, e a existência de desigualdade econômica. Quando as desigualdades são muito altas, você tem sempre o risco de que alguns grupos vão conseguir converter o capital econômico em influência política. É algo que se vê no mundo todo.

A partir de determinado nível —quando você tem determinada disparidade de riqueza, o acesso ao poder e a capacidade de influenciar o que é votado, e quais decisões são tomadas—, começa a haver uma desigualdade entre os cidadãos que é extremamente alta e preocupante. E boa parte dos argumentos hoje que tentam olhar a desigualdade salientam essa questão do risco de captura do Estado e do sistema político por aqueles que têm mais recursos econômicos.

Essa tensão em países muito desiguais é muito clara. E também tem outras questões. Se você tem uma desigualdade muito grande, a própria construção de coalizões e maiorias

se torna mais complicada. Você começa a ter grupos com interesses e características muito diferentes. Há indícios de que realmente o processo de conseguir aprovar reformas e construir maiorias se torna mais custoso e complicado.

BBC News Brasil - No Brasil, qual é o impacto para a população desse poder de pressão que alguns grupos têm no Congresso? É uma bola de neve?

Souza - Não só por ser tão desigual, mas também por outros motivos históricos. Somos um país muito corporativo, em várias dimensões, e com poder de lobby muito forte de alguns grupos. Mas não vejo como uma coisa que está sempre piorando, uma bola de neve que vai crescendo. O que vejo é mais um jogo de soma zero, em que fazer reformas e gerar mudanças, inclusive na direção certa, se torna muito difícil porque tem muitos grupos com poder de veto muito forte sobre qualquer pessoa que possa ameaçar o status quo, então fica um cabo de guerra que não sai muito do lugar.

Para o bem e para o mal, o que vemos hoje é que propostas são atacadas e descartadas mesmo antes de serem anunciadas. A sua margem de manobra para redimensionar os recursos e mudar o perfil dos gastos do Estado se torna muito restrita. Acontece que a estratégia que funciona é você torcer para entrar em um período de algum crescimento da economia, para o orçamento estar sempre crescendo e você conseguir ir acomodando todo mundo ao mesmo tempo, sem precisar fazer mudanças e cortes radicais.

É isso que estamos tentando fazer há muito tempo e o problema é que não crescemos muito. Então esses recursos adicionais que o crescimento traria não se materializam porque o crescimento do Brasil nos últimos 30 ou 40 anos tem sido muito decepcionante, aí fica esse cabo de guerra que não gera mudança significativa na distribuição de renda. Há mudança, não dá pra dizer que não há. Não podemos esquecer delas, mas não são mudanças que mudam a cara do país.

BBC News Brasil - Você pode dar exemplos de medidas que beneficiaram setores específicos e quais são os grupos que têm mais poder de influência?

Souza - Tem várias corporações que você vê que têm força política, como o Judiciário e os militares. Tem entidades de classe de vários setores da economia que conseguem muitas medidas favoráveis — por exemplo, quando teve a política de desoneração (da folha de pagamento), ela era restrita a poucos setores e depois rapidamente foi para mais de quarenta. Quando a reforma da Previdência começou a tramitar, desde o início os militares ficaram de fora — e claro que eles têm especificidades. Esse tipo de coisa é corriqueira e não é novidade no Brasil.

E tem uma dificuldade adicional que é muito verdadeira: quando você anuncia uma medida que tende a beneficiar grande parte da população, ela tende a ser muito fácil de entender e transparente, como o reajuste do Bolsa Família e mudanças no salário mínimo.

No caso dos grupos de pressão, como ruralistas e outros tipos de lobby, as medidas que os beneficiam acabam sendo muito mais difíceis de entender para o público leigo em geral, porque costumam ser relativas à regulação do setor, subsídios, desonerações. E elas geralmente vêm embaladas pelo argumento de que são medidas para estimular o crescimento e a geração de emprego. Todos os lobbies, ou quase todos, usam esse

argumento de medidas importantes para o desenvolvimento do país, que na verdade são muito difíceis de avaliar de fora. Como também é difícil dar um diagnóstico no atacado, isso também é algo que facilita a reprodução do status quo.

BBC News Brasil - Você concluiu que o Estado brasileiro é gerador de desigualdade. Como isso acontece?

Souza - O que acontece é que o Estado — e qualquer Estado moderno — é muito complexo e pouco transparente. Tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Então claro que tem coisas que o Estado faz e são essencialmente redistributivas e progressivas, como serviços públicos de educação e programas como Bolsa Família. O Estado distribui muito para os mais pobres, mas, por outro lado, ele dá com uma mão e tira com a outra. Essa é a lógica. No atacado, você vê que as coisas não mudam muito e ajudam a reproduzir a desigualdade, por vários lugares. Tanto com créditos e subsídios, como com a previdência da elite do funcionalismo público.

BBC News Brasil - E os prováveis efeitos da reforma da Previdência como um todo, que foi promovida com a lógica de reduzir privilégios?

Souza - Fizemos simulações na época da reforma do (ex-presidente Michel) Temer, e o que foi aprovado acaba sendo relativamente parecido, então acredito que as conclusões não mudariam muito. Na época, o que a gente concluiu é que provavelmente o impacto sobre a desigualdade seria muito pequeno, muito perto de zero, tanto pro bem quanto pro mal. É uma reforma importante, mas uma reforma com objetivo claramente fiscal — sem desmerecer, mas, em termos de desigualdade, não vai causar grandes mudanças. O legado da reforma para a desigualdade vai depender do que vai ser feito com esses recursos que serão poupados.

Souza diz que o Estado dá com uma mão e tira com a outra: aprova medidas distributivas, mas também dá créditos e subsídios a setores específicos

Souza diz que o Estado dá com uma mão e tira com a outra: aprova medidas distributivas, mas também dá créditos e subsídios a setores específicos

Câmara dos Deputados

BBC News Brasil - Considerando a História do Brasil, quanto a escravidão explica a desigualdade que temos hoje?

Souza - É impossível entender o Brasil sem olhar para isso e dar o devido peso a esse passado — acho inclusive que, fora das universidades, falamos muito pouco sobre o passado colonialista e escravocrata do Brasil. Entendo a reação de tentar se afastar disso, porque é um passado muito ruim e opressor, mas é muito recente e é absolutamente central para entender o Brasil de hoje. Você vê até hoje a persistência de desigualdades raciais muito enraizadas e difíceis de mudar, em um grau muito alto.

No caso brasileiro, a escravidão é formadora de onde estamos hoje. O que pode ser dito, além disso, é que isso também não absolve nossos pecados dos últimos cem anos. O fato de termos esse passado muito pesado não absolve nossos pecados porque nós só fizemos foi reproduzir desigualdades de lá pra cá e poderia ter sido diferente.

No início do século 20, o Brasil já era muito desigual, mas a distância que separava a gente da Europa era muito menor do que é hoje. O que aconteceu na Europa foi outro

tipo de tragédia — basicamente, aquele período entre as guerras que mudou muito os países europeus e equalizou muito a renda nos países europeus. Não que a gente queira passar por isso, mas mostra que é possível e que deveríamos ter melhorado e avançado para reverter esse legado histórico que agora está dado.

É uma tragédia em dois atos: chegar no início do século 20 com esse peso histórico tão forte, um legado horrível. Mas ao longo do século 20 também não conseguimos manter esse padrão e avançar na direção certa. E até hoje enfrentamos dificuldade de reverter. Quando falamos em desigualdade no Brasil, estamos falando sobre tornar o Brasil mais parecido com a maior parte do mundo — reduzir a desigualdade pra gente se aproximar de países da Europa e alguns da Ásia. Estamos sempre entre os países mais desiguais. É difícil mudar do dia para a noite, mas os avanços foram bem menores do que poderíamos esperar.

BBC News Brasil - Considerando as últimas décadas, qual foi o efeito da ditadura? E como conseguiríamos reduzir a desigualdade?

Souza - É muito difícil mesmo. Os maiores exemplos que temos de países que eram muito desiguais e se tornaram rapidamente países relativamente iguais, em geral, é porque alguma coisa deu muito errado — como a Segunda Guerra na Europa, que é o caso mais emblemático. Foi um período, não só por causa da destruição, mas por uma série de ações e políticas que os governos tiveram que adotar, em que os países mudaram muito, muito rápido.

Mudanças radicais tendem a acontecer nesses momentos — o que não significa que seja impossível mudar, mas mostra que é difícil. No nosso caso, tem esse padrão alto histórico, mas ele não é estático. Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora. No Chile também aconteceu isso, na Alemanha dos anos 1930 também. São momentos diferentes, claro, mas só para mostrar que ditaduras tendem a piorar a desigualdade, pelo menos no primeiro momento.

Para o futuro, tem várias políticas que colocariam a gente na direção certa, mas a questão é que nenhuma medida, sozinha, vai fazer uma diferença tão grande assim. Esse é o dilema. Você teria que andar na direção certa e tomar medidas em áreas diferentes e manter isso sem possibilitar reversão ou qualquer tipo de compensação e minimização. Isso é o mais difícil. A resistência política vem daí, porque um governo pode abraçar um tipo de reforma, dar todo apoio a ela, mas para construir a própria coalizão e conseguir votos a favor dela vai ter que fazer concessões em muitas outras áreas. E a democracia é isso, é bom que seja isso, mas quando a democracia funciona em um país que é tão desigual, essas concessões acabam sendo coisas que vão diluindo os efeitos positivos das reformas. Evitar isso é o grande dilema daqui pra frente para mudar esse quadro. Não é só o que fazer — que do ponto de vista técnico temos vários caminhos que poderiam ser explorados, como a própria questão da tributação.

Democracia não garante queda da desigualdade, mas ditadura aumenta, diz Pedro Ferreira de Souza

Democracia não garante queda da desigualdade, mas ditadura aumenta, diz Pedro Ferreira de Souza

BBC News Brasil - Você disse que o Estado dá com uma mão e tira com a outra. A dificuldade é parar essa parte de tirar com a outra, então?

Souza - Essa é a dificuldade, o fato de que você pode aprovar um benefício novo, direto para os mais pobres, e ao mesmo tempo, sem que ninguém perceba, ou com muito menos visibilidade, fazer mudanças regulatórias que vão acabar protegendo certos setores ou ajudando empresas específicas, esse tipo de coisa que vemos acontecendo o tempo inteiro nas últimas décadas. É difícil estudar isso de forma sistemática, porque são coisas que acontecem nos bastidores. No fundo, temos pouca informação e poucos dados para estudar essas políticas.

A política mais óbvia, ainda mais em momento de crise, seria você aplicar uma reforma tributária que deixasse a tributação muito mais progressiva. Seria um primeiro passo reduzir os tributos indiretos e aumentar muito os tributos diretos, principalmente imposto de renda. Transferências que beneficiam os mais pobres também poderiam ter peso maior. Tem algumas propostas circulando, como a ideia de um benefício universal para crianças, que seria uma inovação bem ousada e muito positiva. Uma das nossas desgraças é a pobreza infantil. E também a forma de arrecadar.

BBC News Brasil - Um dos pontos mais comentados sobre o seu trabalho é a conclusão de que a desigualdade não caiu de forma tão drástica durante o governo do ex-presidente Lula, embora muita gente tenha saído da pobreza. Foi uma surpresa?

Souza - Foi uma surpresa gigantesca. A gente não esperava, calculou várias vezes, testou alternativas, porque todos os melhores dados indicavam queda grande da desigualdade. Hoje tem um entendimento um pouco melhor do que aconteceu, de que houve de fato mudanças para a pobreza — de fato, a queda da pobreza foi muito forte nesse período, também porque foi um período de crescimento.

Na desigualdade, quando olhamos a parte de baixo, houve melhora e foi significativa: houve aumento da fatia da renda que vai para os mais pobres, sem dúvidas. A surpresa foi que, ao juntar os dados do imposto de renda às outras informações que a gente já tinha, nota-se que entre aqueles que estão bem no topo da distribuição, o 0,1% mais rico, a fatia de renda ou ficou estável ou aumentou um pouco.

Claro que isso é uma surpresa e ainda estamos tentando entender isso. Se os mais pobres avançaram em termos relativos e os mais ricos avançaram ou ficaram onde estavam, o que acaba acontecendo é que quem perdeu em termos relativos foi justamente o grupo que está entre esses dois extremos. A fatia da renda desse grupo recuou um pouco, e aí quando você olha o coeficiente de Gini (instrumento estatístico para medir a desigualdade de renda das populações), vê queda da desigualdade bem menor do que a gente imaginava. Claro que toda queda é positiva, mas achávamos que era uma queda gigante e sustentável, e vimos uma coisa bem mais tímida. Fica um sentimento frustrante, que mostra a dificuldade de mudar a desigualdade.

Para entender a melhora dos mais pobres, acho que progredimos muito e muita gente já estudou isso e os motivos são bem compreendidos — melhora educacional, geração de empregos muito forte especialmente para baixa qualificação, valorização do salário

mínimo, avanço das transferências sociais. Mas para entender a persistência do topo nós temos várias hipóteses e não temos as informações para testes mais definitivos porque os próprios dados do imposto de renda ainda são de acesso muito restrito. A matéria-prima ainda é muito precária no caso do Brasil.

BBC News Brasil - E quais são as hipóteses para explicar esse avanço ou estabilidade dos mais ricos?

Souza - Tem várias hipóteses plausíveis, e todas devem ter contribuído em algum grau, mas não dá para dizer qual foi mais ou menos importante. Você tem desde o fato de a elite do funcionalismo ter tido ajustes bastante fortes até coisas como um período de boom, de bolha, no mercado imobiliário de grandes cidades brasileiras. Além disso, o mercado acionário brasileiro teve período de crescimento forte, tem toda a política de campeãs nacionais, que em vários setores acabou diminuindo o grau de competição do setor e ajudou na formação de grandes grupos. Outro ponto foi o boom de commodities internacionais, em que as grandes exportadoras se beneficiaram muito também. Tudo isso pode ter contribuído, mas não temos como medir a importância relativa de cada item.

O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá. Se você olha para o topo, cada vez mais os rendimentos dos mais ricos foram considerados isentos de tributação, muito puxado por lucros e dividendos, que são tributados na pessoa jurídica, mas na distribuição para a pessoa física não são tributados.

Então hoje em dia isso inclusive estimula o fenômeno de todo mundo virar PJ — é trabalho, mas ele vira pessoa jurídica pra ficar mais barato para o patrão e para ele pagar menos imposto. Ao longo do tempo, você vê muito claramente esse aumento do que é rendimento isento na renda dos mais ricos. A renda dos muito ricos, hoje em dia, quase toda ela é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte. Então ao longo do tempo houve um aprendizado no sentido de como explorar melhor as brechas que o sistema tributário dá.

BBC News Brasil - E existe uma discussão sobre se tirar pessoas da pobreza, melhorando a "parte de baixo", é mais importante que reduzir a desigualdade. Como você vê esse debate?

Souza - Não consigo entender qual é o dilema que as pessoas tentam criar. Do ponto de vista do combate à pobreza, evidente que, para um dado nível de renda, se você diminuir a desigualdade, a pobreza vai tender a diminuir também. E, do ponto de vista mais realista, óbvio que, se você quer direcionar recursos para o combate à pobreza, esses recursos precisam ser arrecadados de algum lugar. É claro que você será mais eficiente no combate à pobreza se você tiver arrecadando dos mais ricos. Se você tributar os pobres para dar para os pobres, não vai fazer diferença. Se você tributar os mais ricos e fizer transferências ou programas para os mais pobres, você vai conseguir também simultaneamente atacar pobreza e desigualdade.

O que se coloca nesse debate, em geral, é a questão entre crescimento e desigualdade. É a ideia de que crescer a qualquer custo vai acabar diminuindo a pobreza, mas que pode levar a aumento da desigualdade, o que pode ser ou não verdade. Isso está longe de ser

uma coisa consensual. Durante algum tempo se acreditou que o crescimento necessariamente reduziria a desigualdade, então valeria a pena. Hoje em dia você vê muitos resultados que vão na direção oposta, de que um grau de desigualdade muito elevado pode prejudicar o crescimento, justamente por tornar o Estado ineficiente, pela captura do Estado.

A discussão sobre desigualdade sempre cai em alguns espantalhos, como ah, estão querendo nivelar por baixo e que todo mundo fique igualmente pobre e todo mundo tenha exatamente a mesma renda. E nunca é nada disso que as pessoas estão falando, as pessoas estão falando sobre como conciliar as duas coisas (crescimento e redução da desigualdade). Crescer é sempre bom, ou quase sempre bom. O ponto é que é possível você crescer, aumentar a desigualdade e não reduzir a pobreza. Essa é a questão.

Em geral, os governos tentam resolver o problema com crescimento — vamos fazer a economia crescer porque aí todo mundo vai estar melhorando de vida, isso já satisfaz as pessoas e vamos ter mais recursos para fazer política e redistribuir, se for o caso —, mas essa solução do crescimento nem sempre é possível. Os países ricos estão crescendo mais devagar hoje em dia e aí, no ambiente democrático, é claro que se o bolo está sempre crescendo, a discussão de quem está ficando com o que acaba sendo mais saliente. Então acho que estamos em uma dessas fases de crescimento mais baixo, problemas macroeconômicos, e as pessoas começam a se comparar e falam ok, mas por que as fatias estão sendo distribuídas dessa maneira?. É um debate que nunca vai embora de vez. Em um país como o Brasil, é mais difícil ainda. É uma questão inevitável: é um grau de desigualdade tão alto porque as demandas e necessidades são muito grandes.

BBC News Brasil - O atual governo está trabalhando de alguma forma para reduzir a desigualdade?

Souza - Eu não ousa dar uma opinião por um motivo pragmático: quando analisamos a desigualdade estamos sempre falando do passado, porque tem sempre uma demora de pelo menos dois anos entre o que acontece e os dados estarem públicos e disponíveis. Sou cauteloso e fujo das análises de conjuntura porque estamos sempre olhando para o passado e sempre olhando para uma mistura de decisões de governos atuais e governos anteriores. E, quando me perguntam sobre a perspectiva para o futuro, independentemente de qualquer governo, qualquer coisa, o melhor palpite para daqui cinco anos é achar que as coisas vão continuar mais ou menos como estão. É difícil imaginar o país ficando radicalmente mais desigual ou radicalmente menos desigual no curto ou no médio prazo.

BBC Brasil - Todos os direitos reservados - É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti

Para o sociólogo Pedro Ferreira de Souza, há várias hipóteses para explicar por que a renda continua tão concentrada, como ajustes para a elite do funcionalismo, boom do mercado imobiliário e políticas que privilegiaram empresas específicas.

Autor da obra eleita o Livro do Ano do Prêmio Jabuti, o sociólogo Pedro Ferreira de Souza analisou a desigualdade no Brasil olhando principalmente para a parcela mais rica da população.

Se por um lado já são conhecidas explicações para a redução da pobreza — como valorização do salário mínimo e transferências de renda —, por outro lado, é mais difícil medir os motivos que levaram os ricos a continuarem ricos, ou a concentrarem ainda mais renda.

Em entrevista à BBC News Brasil, Souza diz que há várias hipóteses que explicam por que a renda continua muito concentrada. Entre elas, estão os ajustes para a elite do funcionalismo, o boom do mercado imobiliário em grandes cidades, o crescimento do mercado acionário e até as políticas que privilegiaram empresas específicas e diminuíram o grau de competição em alguns setores.

"O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá", diz o sociólogo. " Quase toda a renda dos muito ricos, hoje em dia, é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte."

Curso de AutoCAD

Aprenda AutoCAD neste Curso 100% Online com Certificado Grátis. Curso Aprovado pelo MEC. Saiba mais!

A tese de doutorado de Souza, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), virou o livro Uma História da Desigualdade: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil - 1926-2013.

Meses antes do Jabuti, Celso Rocha de Barros, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford, já havia descrito a obra de Souza como "o melhor trabalho produzido pelas ciências sociais no país nos últimos anos" em sua coluna na Folha de S.Paulo. E a tese de doutorado recebeu os prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCs) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Na entrevista, Souza aponta que a disparidade de renda leva a uma desigualdade também no acesso ao poder e à capacidade de influenciar a agenda do país. O resultado é que grupos específicos conseguem, por exemplo, créditos ou subsídios que agravam a desigualdade. É por isso que ele diz que, muitas vezes, o Estado "dá com uma mão e tira com a outra".

O sociólogo destaca, ainda, que a democracia não é garantia de queda da desigualdade, mas é certo que a disparidade aumenta na ditadura.

"Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora."

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - De que forma desigualdade e democracia se relacionam?

Pedro Ferreira de Souza - Esse é um dos motivos importantes de prestar atenção na desigualdade. Tem uma tensão clara entre o princípio de todo mundo ser igualmente cidadão, com participação política e direitos iguais, e a existência de desigualdade econômica. Quando as desigualdades são muito altas, você tem sempre o risco de que alguns grupos vão conseguir converter o capital econômico em influência política. É algo que se vê no mundo todo.

A partir de determinado nível —quando você tem determinada disparidade de riqueza, o acesso ao poder e a capacidade de influenciar o que é votado, e quais decisões são tomadas—, começa a haver uma desigualdade entre os cidadãos que é extremamente alta e preocupante. E boa parte dos argumentos hoje que tentam olhar a desigualdade salientam essa questão do risco de captura do Estado e do sistema político por aqueles que têm mais recursos econômicos.

Essa tensão em países muito desiguais é muito clara. E também tem outras questões. Se você tem uma desigualdade muito grande, a própria construção de coalizões e maiorias se torna mais complicada. Você começa a ter grupos com interesses e características muito diferentes. Há indícios de que realmente o processo de conseguir aprovar reformas e construir maiorias se torna mais custoso e complicado.

BBC News Brasil - No Brasil, qual é o impacto para a população desse poder de pressão que alguns grupos têm no Congresso? É uma bola de neve?

Souza - Não só por ser tão desigual, mas também por outros motivos históricos. Somos um país muito corporativo, em várias dimensões, e com poder de lobby muito forte de alguns grupos. Mas não vejo como uma coisa que está sempre piorando, uma bola de neve que vai crescendo. O que vejo é mais um jogo de soma zero, em que fazer reformas e gerar mudanças, inclusive na direção certa, se torna muito difícil porque tem muitos grupos com poder de veto muito forte sobre qualquer pessoa que possa ameaçar o status quo, então fica um cabo de guerra que não sai muito do lugar.

Para o bem e para o mal, o que vemos hoje é que propostas são atacadas e descartadas mesmo antes de serem anunciadas. A sua margem de manobra para redimensionar os recursos e mudar o perfil dos gastos do Estado se torna muito restrita. Acontece que a estratégia que funciona é você torcer para entrar em um período de algum crescimento da economia, para o orçamento estar sempre crescendo e você conseguir ir acomodando todo mundo ao mesmo tempo, sem precisar fazer mudanças e cortes radicais.

É isso que estamos tentando fazer há muito tempo e o problema é que não crescemos muito. Então esses recursos adicionais que o crescimento traria não se materializam porque o crescimento do Brasil nos últimos 30 ou 40 anos tem sido muito decepcionante, aí fica esse cabo de guerra que não gera mudança significativa na distribuição de renda. Há mudança, não dá pra dizer que não há. Não podemos esquecer delas, mas não são mudanças que mudam a cara do país.

BBC News Brasil - Você pode dar exemplos de medidas que beneficiaram setores

específicos e quais são os grupos que têm mais poder de influência?

Souza - Tem várias corporações que você vê que têm força política, como o Judiciário e os militares. Tem entidades de classe de vários setores da economia que conseguem muitas medidas favoráveis — por exemplo, quando teve a política de desoneração (da folha de pagamento), ela era restrita a poucos setores e depois rapidamente foi para mais de quarenta. Quando a reforma da Previdência começou a tramitar, desde o início os militares ficaram de fora — e claro que eles têm especificidades. Esse tipo de coisa é corriqueira e não é novidade no Brasil.

E tem uma dificuldade adicional que é muito verdadeira: quando você anuncia uma medida que tende a beneficiar grande parte da população, ela tende a ser muito fácil de entender e transparente, como o reajuste do Bolsa Família e mudanças no salário mínimo.

No caso dos grupos de pressão, como ruralistas e outros tipos de lobby, as medidas que os beneficiam acabam sendo muito mais difíceis de entender para o público leigo em geral, porque costumam ser relativas à regulação do setor, subsídios, desonerações. E elas geralmente vêm embaladas pelo argumento de que são medidas para estimular o crescimento e a geração de emprego. Todos os lobbies, ou quase todos, usam esse argumento de medidas importantes para o desenvolvimento do país, que na verdade são muito difíceis de avaliar de fora. Como também é difícil dar um diagnóstico no atacado, isso também é algo que facilita a reprodução do status quo.

BBC News Brasil - Você concluiu que o Estado brasileiro é gerador de desigualdade. Como isso acontece?

Souza - O que acontece é que o Estado — e qualquer Estado moderno — é muito complexo e pouco transparente. Tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Então claro que tem coisas que o Estado faz e são essencialmente redistributivas e progressivas, como serviços públicos de educação e programas como Bolsa Família. O Estado distribui muito para os mais pobres, mas, por outro lado, ele dá com uma mão e tira com a outra. Essa é a lógica. No atacado, você vê que as coisas não mudam muito e ajudam a reproduzir a desigualdade, por vários lugares. Tanto com créditos e subsídios, como com a previdência da elite do funcionalismo público.

BBC News Brasil - E os prováveis efeitos da reforma da Previdência como um todo, que foi promovida com a lógica de reduzir privilégios?

Souza - Fizemos simulações na época da reforma do (ex-presidente Michel) Temer, e o que foi aprovado acaba sendo relativamente parecido, então acredito que as conclusões não mudariam muito. Na época, o que a gente concluiu é que provavelmente o impacto sobre a desigualdade seria muito pequeno, muito perto de zero, tanto pro bem quanto pro mal. É uma reforma importante, mas uma reforma com objetivo claramente fiscal — sem desmerecer, mas, em termos de desigualdade, não vai causar grandes mudanças. O legado da reforma para a desigualdade vai depender do que vai ser feito com esses recursos que serão poupados.

Souza diz que o Estado dá com uma mão e tira com a outra: aprova medidas distributivas, mas também dá créditos e subsídios a setores específicos

Souza diz que o Estado dá com uma mão e tira com a outra: aprova medidas distributivas, mas também dá créditos e subsídios a setores específicos

Foto: Câmara dos Deputados / BBC News Brasil

BBC News Brasil - Considerando a História do Brasil, quanto a escravidão explica a desigualdade que temos hoje?

Souza - É impossível entender o Brasil sem olhar para isso e dar o devido peso a esse passado — acho inclusive que, fora das universidades, falamos muito pouco sobre o passado colonialista e escravocrata do Brasil. Entendo a reação de tentar se afastar disso, porque é um passado muito ruim e opressor, mas é muito recente e é absolutamente central para entender o Brasil de hoje. Você vê até hoje a persistência de desigualdades raciais muito enraizadas e difíceis de mudar, em um grau muito alto.

No caso brasileiro, a escravidão é formadora de onde estamos hoje. O que pode ser dito, além disso, é que isso também não absolve nossos pecados dos últimos cem anos. O fato de termos esse passado muito pesado não absolve nossos pecados porque nós só fizemos foi reproduzir desigualdades de lá pra cá e poderia ter sido diferente.

No início do século 20, o Brasil já era muito desigual, mas a distância que separava a gente da Europa era muito menor do que é hoje. O que aconteceu na Europa foi outro tipo de tragédia — basicamente, aquele período entre as guerras que mudou muito os países europeus e equalizou muito a renda nos países europeus. Não que a gente queira passar por isso, mas mostra que é possível e que deveríamos ter melhorado e avançado para reverter esse legado histórico que agora está dado.

É uma tragédia em dois atos: chegar no início do século 20 com esse peso histórico tão forte, um legado horrível. Mas ao longo do século 20 também não conseguimos manter esse padrão e avançar na direção certa. E até hoje enfrentamos dificuldade de reverter. Quando falamos em desigualdade no Brasil, estamos falando sobre tornar o Brasil mais parecido com a maior parte do mundo — reduzir a desigualdade pra gente se aproximar de países da Europa e alguns da Ásia. Estamos sempre entre os países mais desiguais. É difícil mudar do dia para a noite, mas os avanços foram bem menores do que poderíamos esperar.

BBC News Brasil - Considerando as últimas décadas, qual foi o efeito da ditadura? E como conseguiríamos reduzir a desigualdade?

Souza - É muito difícil mesmo. Os maiores exemplos que temos de países que eram muito desiguais e se tornaram rapidamente países relativamente igualitários, em geral, é porque alguma coisa deu muito errado — como a Segunda Guerra na Europa, que é o caso mais emblemático. Foi um período, não só por causa da destruição, mas por uma série de ações e políticas que os governos tiveram que adotar, em que os países mudaram muito, muito rápido.

Mudanças radicais tendem a acontecer nesses momentos — o que não significa que seja impossível mudar, mas mostra que é difícil. No nosso caso, tem esse padrão alto histórico, mas ele não é estático. Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras — no Estado Novo e em 1964 — e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à

queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral — pelo menos no padrão que o Brasil teve — estão associadas a uma piora. No Chile também aconteceu isso, na Alemanha dos anos 1930 também. São momentos diferentes, claro, mas só para mostrar que ditaduras tendem a piorar a desigualdade, pelo menos no primeiro momento.

Para o futuro, tem várias políticas que colocariam a gente na direção certa, mas a questão é que nenhuma medida, sozinha, vai fazer uma diferença tão grande assim. Esse é o dilema. Você teria que andar na direção certa e tomar medidas em áreas diferentes e manter isso sem possibilitar reversão ou qualquer tipo de compensação e minimização. Isso é o mais difícil. A resistência política vem daí, porque um governo pode abraçar um tipo de reforma, dar todo apoio a ela, mas para construir a própria coalizão e conseguir votos a favor dela vai ter que fazer concessões em muitas outras áreas. E a democracia é isso, é bom que seja isso, mas quando a democracia funciona em um país que é tão desigual, essas concessões acabam sendo coisas que vão diluindo os efeitos positivos das reformas. Evitar isso é o grande dilema daqui pra frente para mudar esse quadro. Não é só o que fazer — que do ponto de vista técnico temos vários caminhos que poderiam ser explorados, como a própria questão da tributação.

Democracia não garante queda da desigualdade, mas ditadura aumenta, diz Pedro Ferreira de Souza

Democracia não garante queda da desigualdade, mas ditadura aumenta, diz Pedro Ferreira de Souza

Foto: Acervo Arquivo Nacional / BBC News Brasil

BBC News Brasil - Você disse que o Estado dá com uma mão e tira com a outra. A dificuldade é parar essa parte de tirar com a outra, então?

Souza - Essa é a dificuldade, o fato de que você pode aprovar um benefício novo, direto para os mais pobres, e ao mesmo tempo, sem que ninguém perceba, ou com muito menos visibilidade, fazer mudanças regulatórias que vão acabar protegendo certos setores ou ajudando empresas específicas, esse tipo de coisa que vemos acontecendo o tempo inteiro nas últimas décadas. É difícil estudar isso de forma sistemática, porque são coisas que acontecem nos bastidores. No fundo, temos pouca informação e poucos dados para estudar essas políticas.

A política mais óbvia, ainda mais em momento de crise, seria você aplicar uma reforma tributária que deixasse a tributação muito mais progressiva. Seria um primeiro passo reduzir os tributos indiretos e aumentar muito os tributos diretos, principalmente imposto de renda. Transferências que beneficiam os mais pobres também poderiam ter peso maior. Tem algumas propostas circulando, como a ideia de um benefício universal para crianças, que seria uma inovação bem ousada e muito positiva. Uma das nossas desgraças é a pobreza infantil. E também a forma de arrecadar.

BBC News Brasil - Um dos pontos mais comentados sobre o seu trabalho é a conclusão de que a desigualdade não caiu de forma tão drástica durante o governo do ex-presidente Lula, embora muita gente tenha saído da pobreza. Foi uma surpresa?

Souza - Foi uma surpresa gigantesca. A gente não esperava, calculou várias vezes, testou alternativas, porque todos os melhores dados indicavam queda grande da desigualdade. Hoje tem um entendimento um pouco melhor do que aconteceu, de que houve de fato mudanças para a pobreza — de fato, a queda da pobreza foi muito forte

nesse período, também porque foi um período de crescimento.

Na desigualdade, quando olhamos a parte de baixo, houve melhora e foi significativa: houve aumento da fatia da renda que vai para os mais pobres, sem dúvidas. A surpresa foi que, ao juntar os dados do imposto de renda às outras informações que a gente já tinha, nota-se que entre aqueles que estão bem no topo da distribuição, o 0,1% mais rico, a fatia de renda ou ficou estável ou aumentou um pouco.

Claro que isso é uma surpresa e ainda estamos tentando entender isso. Se os mais pobres avançaram em termos relativos e os mais ricos avançaram ou ficaram onde estavam, o que acaba acontecendo é que quem perdeu em termos relativos foi justamente o grupo que está entre esses dois extremos. A fatia da renda desse grupo recuou um pouco, e aí quando você olha o coeficiente de Gini (instrumento estatístico para medir a desigualdade de renda das populações), vê queda da desigualdade bem menor do que a gente imaginava. Claro que toda queda é positiva, mas achávamos que era uma queda gigante e sustentável, e vimos uma coisa bem mais tímida. Fica um sentimento frustrante, que mostra a dificuldade de mudar a desigualdade.

Para entender a melhora dos mais pobres, acho que progredimos muito e muita gente já estudou isso e os motivos são bem compreendidos — melhora educacional, geração de empregos muito forte especialmente para baixa qualificação, valorização do salário mínimo, avanço das transferências sociais. Mas para entender a persistência do topo nós temos várias hipóteses e não temos as informações para testes mais definitivos porque os próprios dados do imposto de renda ainda são de acesso muito restrito. A matéria-prima ainda é muito precária no caso do Brasil.

BBC News Brasil - E quais são as hipóteses para explicar esse avanço ou estabilidade dos mais ricos?

Souza - Tem várias hipóteses plausíveis, e todas devem ter contribuído em algum grau, mas não dá para dizer qual foi mais ou menos importante. Você tem desde o fato de a elite do funcionalismo ter tido ajustes bastante fortes até coisas como um período de boom, de bolha, no mercado imobiliário de grandes cidades brasileiras. Além disso, o mercado acionário brasileiro teve período de crescimento forte, tem toda a política de campeãs nacionais, que em vários setores acabou diminuindo o grau de competição do setor e ajudou na formação de grandes grupos. Outro ponto foi o boom de commodities internacionais, em que as grandes exportadoras se beneficiaram muito também. Tudo isso pode ter contribuído, mas não temos como medir a importância relativa de cada item.

O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá. Se você olha para o topo, cada vez mais os rendimentos dos mais ricos foram considerados isentos de tributação, muito puxado por lucros e dividendos, que são tributados na pessoa jurídica, mas na distribuição para a pessoa física não são tributados.

Então hoje em dia isso inclusive estimula o fenômeno de todo mundo virar PJ — é trabalho, mas ele vira pessoa jurídica pra ficar mais barato para o patrão e para ele pagar menos imposto. Ao longo do tempo, você vê muito claramente esse aumento do que é rendimento isento na renda dos mais ricos. A renda dos muito ricos, hoje em dia, quase

toda ela é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte. Então ao longo do tempo houve um aprendizado no sentido de como explorar melhor as brechas que o sistema tributário dá.

BBC News Brasil - E existe uma discussão sobre se tirar pessoas da pobreza, melhorando a "parte de baixo", é mais importante que reduzir a desigualdade. Como você vê esse debate?

Souza - Não consigo entender qual é o dilema que as pessoas tentam criar. Do ponto de vista do combate à pobreza, evidente que, para um dado nível de renda, se você diminuir a desigualdade, a pobreza vai tender a diminuir também. E, do ponto de vista mais realista, óbvio que, se você quer direcionar recursos para o combate à pobreza, esses recursos precisam ser arrecadados de algum lugar. E claro que você será mais eficiente no combate à pobreza se você tiver arrecadando dos mais ricos. Se você tributar os pobres para dar para os pobres, não vai fazer diferença. Se você tributar os mais ricos e fizer transferências ou programas para os mais pobres, você vai conseguir também simultaneamente atacar pobreza e desigualdade.

O que se coloca nesse debate, em geral, é a questão entre crescimento e desigualdade. É a ideia de que crescer a qualquer custo vai acabar diminuindo a pobreza, mas que pode levar a aumento da desigualdade, o que pode ser ou não verdade. Isso está longe de ser uma coisa consensual. Durante algum tempo se acreditou que o crescimento necessariamente reduziria a desigualdade, então valeria a pena. Hoje em dia você vê muitos resultados que vão na direção oposta, de que um grau de desigualdade muito elevado pode prejudicar o crescimento, justamente por tornar o Estado ineficiente, pela captura do Estado.

A discussão sobre desigualdade sempre cai em alguns espantalhos, como ah, estão querendo nivelar por baixo e que todo mundo fique igualmente pobre e todo mundo tenha exatamente a mesma renda. E nunca é nada disso que as pessoas estão falando, as pessoas estão falando sobre como conciliar as duas coisas (crescimento e redução da desigualdade). Crescer é sempre bom, ou quase sempre bom. O ponto é que é possível você crescer, aumentar a desigualdade e não reduzir a pobreza. Essa é a questão.

Em geral, os governos tentam resolver o problema com crescimento — vamos fazer a economia crescer porque aí todo mundo vai estar melhorando de vida, isso já satisfaz as pessoas e vamos ter mais recursos para fazer política e redistribuir, se for o caso —, mas essa solução do crescimento nem sempre é possível. Os países ricos estão crescendo mais devagar hoje em dia e aí, no ambiente democrático, é claro que se o bolo está sempre crescendo, a discussão de quem está ficando com o que acaba sendo mais saliente. Então acho que estamos em uma dessas fases de crescimento mais baixo, problemas macroeconômicos, e as pessoas começam a se comparar e falam ok, mas por que as fatias estão sendo distribuídas dessa maneira?. É um debate que nunca vai embora de vez. Em um país como o Brasil, é mais difícil ainda. É uma questão inevitável: é um grau de desigualdade tão alto porque as demandas e necessidades são muito grandes.

BBC News Brasil - O atual governo está trabalhando de alguma forma para reduzir a desigualdade?

Souza - Eu não ousou dar uma opinião por um motivo pragmático: quando analisamos a desigualdade estamos sempre falando do passado, porque tem sempre uma demora de pelo menos dois anos entre o que acontece e os dados estarem públicos e disponíveis. Sou cauteloso e fujo das análises de conjuntura porque estamos sempre olhando para o passado e sempre olhando para uma mistura de decisões de governos atuais e governos anteriores. E, quando me perguntam sobre a perspectiva para o futuro, independentemente de qualquer governo, qualquer coisa, o melhor palpite para daqui cinco anos é achar que as coisas vão continuar mais ou menos como estão. É difícil imaginar o país ficando radicalmente mais desigual ou radicalmente menos desigual no curto ou no médio prazo.

topo ↕

TNH1 - TEMPO REAL

Vazamento de óleo foi o mais severo desastre ambiental em oceanos tropicais, diz estudo

Os primeiros resultados dos estudos do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), da Universidade Federal do Ceará, sobre o vazamento de óleo na costa nordestina do Brasil, ocorrido em 2019, apontam que o derramamento possui extensão de mais de 3 mil quilômetros de costa, fazendo desse o mais severo desastre ambiental já registrado em oceanos tropicais do planeta.

As análises estão em dois artigos publicados, nessa quinta-feira (9), na Science, uma das maiores e mais importantes revistas científicas do mundo. No primeiro artigo, intitulado "Brazil oil spill response: time for coordination", os pesquisadores do LABOMAR calculam que o óleo atingiu mais de 40 unidades de conservação.

Além disso, houve impacto, ainda não mensurado, em uma grande diversidade de ambientes e ecossistemas marinhos e costais, como praias, manguezais, estuários, bancos de gramas marinhas, bancos de algas calcárias e recifes de corais.

Um dos autores do artigo, o Prof. Marcelo Soares, do LABOMAR, ressalta que o detalhamento dos impactos ainda deve ocorrer, mas alguns deles já podem ser percebidos. "Os mais relevantes são a contaminação a longo prazo de ecossistemas tropicais, perda de biodiversidade, insegurança alimentar de comunidades, perdas econômicas de pescadores artesanais, danos psicológicos às comunidades afetadas e danos às unidades de conservação", diz.

O artigo aponta ainda que uma resposta rápida para combater os efeitos do óleo foi "quase impossível" por conta de uma falha na ação governamental, sendo percebida uma baixa coordenação de ações com as organizações não governamentais, as forças militares, a sociedade civil e os estados e municípios atingidos.

Outros fatores citados como prejudiciais são a extinção de comitês específicos para a resolução de acidentes com óleo; o atraso na aplicação de medidas corretivas e preventivas; a não aplicação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, e cortes financeiros em pesquisas e políticas ambientais que pudessem auxiliar as instituições brasileiras a enfrentar o desastre e entender os impactos para os próximos anos.

RODÓLITOS – O segundo artigo, intitulado "Brazil oil spill response: protect rhodolith beds", avalia o possível impacto nos bancos de rodólitos, ecossistemas marinhos

compostos principalmente por algas calcárias presentes na costa brasileira. Trata-se de ambientes que, apesar de importantes pela diversidade biológica e presença de espécies de valor econômico, seguem sem proteção adequada.

No Brasil, os bancos de rodólitos cobrem uma área potencial de 229 mil quilômetros quadrados, e sua contaminação pelo óleo derramado pode comprometer a segurança alimentar das regiões onde estão presentes, já que prejudica a conservação da biodiversidade. Outro problema, de alcance global, é o consequente desequilíbrio na presença de carbono dos oceanos, já que os bancos de rodólitos possuem papel primordial na captura desse elemento.

O Prof. Marcelo Soares explica que um estudo feito com modelagem digital indica que a área de ocorrência dos bancos de rodólitos coincide com a área atingida pelo óleo, o que permite inferir a contaminação. "O óleo está no fundo do mar e se precipita junto a essas algas, prejudicando sua função de berçário da vida marinha e de captura de carbono, pois [esses bancos] podem agir como uma floresta marinha, tendo importante função no combate a mudanças climáticas", lembra o pesquisador.

EQUIPE – O primeiro artigo tem participação dos pesquisadores do LABOMAR Marcelo de Oliveira Soares, Luís Ernesto Arruda Bezerra, Carlos Eduardo Peres Teixeira, Rivelino Martins Cavalcante, Tallita Cruz Lopes Tavares, além do Prof. Sergio Rossi, da Universidade de Salento (Itália), que atua como professor visitante na UFC, por meio do projeto CAPES/PRINT.

Já o segundo, que tem participação do Prof. Marcelo Soares, é feito em parceria com pesquisadores das universidades federais de Santa Catarina, do ABC, do Espírito Santo, da Paraíba, de São Paulo e do Rio Grande, da Universidade de São Paulo, do Museu de História Natural da França, do Instituto Alfred Wegener de Pesquisa Polar e Marinha (Alemanha), da Universidade Nacional da Austrália e das universidades de Plymouth (Reino Unido), de Algarve (Portugal), de Griffith (Austrália), de Grana (Espanha), da Corunha (Espanha) e de Salento (Itália).

Para o futuro, o Prof. Marcelo Soares adverte que há um aumento dos riscos de novos derramamentos nos oceanos. "A exploração de petróleo em altas profundidades, o derrame de antigos naufrágios que estão no fundo do mar e o transporte de óleo nos navios tendem a aumentar esse risco", diz. A leitura dos artigos publicados na Science (em inglês) pode ser feita por meio do site da revista.

topo ↕

TNH1 - TEMPO REAL

Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência

A implementação do 5G não deve ocorrer antes do fim de 2021, segundo estimativa do ministro Marcos Pontes, que comanda a pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O 5G vai permitir conexão sem fio com velocidade dez vezes superior à do 4G.

Ao programa de entrevistas do jornal Folha de S.Paulo e do UOL, em estúdio compartilhado em Brasília, Pontes disse que o leilão para selecionar as empresas que vão atuar no 5G deve sair só no próximo ano.

Segundo ele, há um entrave técnico, com a possibilidade de interferência com antenas parabólicas para televisão em uma das frequências a serem leiloadas.

"Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação. Imagino que no fim de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de um piloto".

O ano de 2020 também será de aperto orçamentário para a ciência, segundo o ministro. Mas Pontes diz garantir a manutenção das 84 mil bolsas pagas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Astronauta, ele ironizou terraplanistas ("não é plana, eu vi de fora") e minimizou questionamentos do governo sobre dados de desmatamento, embora tenha se colocado fora da discussão.

Terra plana e fake news

"Não é plana, eu vi de fora. Essa é uma coisa antiga e nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. Melhorar a formação dos jovens, dos professores. Falar em terraplanismo, embora seja engraçado, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, fica complicado. Então isso tem que ser combatido."

Dados de desmatamento

"Sempre vai haver um certo questionamento em relação à ciência. Os planos em 2020 são de ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Daquele momento, lá no meio do ano, com a questão do [ex-presidente do Inpe Ricardo] Galvão, até aqui, você vê como mudou essa aproximação".

"Trabalhamos com o número, com fatos, relatórios. O que aconteceu foi um problema de comunicação, basicamente. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Então, aquilo no início partiu de dados do Deter. [Em novembro, dados anuais de destruição da Amazônia confirmaram o maior desmatamento da década]. Isso está no passado e o futuro é muito mais brilhante. O que nós temos que fazer é prover os dados e eles vão ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e assim por diante. Temos que fazer nossa função."

5G

"O projeto tem avançado, mas o ministério trabalha muito regrado. Agora vai sair um decreto que faz a regulamentação do que vai ser feito, quem vai fazer o que, quando, onde e de que forma. É preciso ter uma infraestrutura preparada. Há a conversa com as prefeituras para instalação de antenas, porque o 5G exige uma quantidade grande, e a regulamentação é das prefeituras. Queríamos fazer o leilão em março, mas tivemos que segurar".

"Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar. A 3,5 GHz é a frequência básica de 5G em quase todo planeta, e aí a gente tem um probleminha. Existe a possibilidade de haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Um estudo inicial não foi conclusivo, então pedi um novo. Tenho que ter pelo menos uma estratégia de mitigação caso ocorra

interferência".

"A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa, mas talvez fique só para 2021. Então, imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto".

Orçamento para ciência

"Todos passamos um aperto em 2019, e 2020 não vai ser diferente. Eu tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, nas unidades de pesquisa, continuem funcionando. No ano passado, as unidades de pesquisas não sofreram contingenciamento. Tiveram o orçamento do ano todo, que não é alto e precisa melhorar. Este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas. Por outro lado, o recurso de fomento está bem mais baixo. Então estou tentando achar maneiras de recompor".

Fusão CNPq e Capes

"O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A Capes [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a Capes não tem. A junção não faz sentido. Eu acho o assunto já ultrapassado, mas é igual fogueira, de vez em quando acende uma brasa. Conversei bastante com o pessoal da economia, e eles entenderam bem."

Base de Alcântara

"A primeira parte era a assinatura do acordo com os Estados Unidos e a aprovação no Congresso. A operação do centro de Alcântara [no Maranhão] é do Comando da Aeronáutica e a gente vai oferecer comercialmente serviços de lançamento. E por que foi feito inicialmente com os Estados Unidos? Porque 80% dos satélites e foguetes no planeta têm peças americanas. A influência dos Estados Unidos na base é zero. Ali o gerenciamento é do Comando da Aeronáutica. Vindo essa empresa pública, a Alada [cuja criação está em discussão], ela vai gerenciar esse sistema".

"Os Estados Unidos, Japão, outros países, são clientes comerciais. As áreas restritas são previstas em todos esses centros. Você não quer que a sua tecnologia seja roubada. Por isso há áreas restritas.

A próxima fase é parte de planos de negócios a ser feito ao longo de 2020. A ideia é conversar com o governo local, a prefeitura de Alcântara, o governo do estado, quilombolas, as pessoas da região e todas as comunidades. Um centro modifica muito a região e [vamos discutir] o que vai ter que fazer para operacionalizar lançamentos de foguetes comerciais de outros países e futuramente nossos foguetes e satélites".

"No final do ano espero chegar a um consenso. Durante 2020 a gente vai aumentar o estado operacional das equipes, porque isso exige profissionais muito bem preparados. Em 2021 já se espera fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, de sondagem, para testar. Espero que em 2022 já tenha lançamento de um foguete comercial".

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Democracia não garante queda da desigualdade, mas disparidade aumenta em ditaduras, diz vencedor do Prêmio Jabuti

Símbolo da desigualdade: imagem mostra contraste entre Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi - Tuca Vieira

Da BBC News Brasil em Londres

Autor da obra eleita o Livro do Ano do Prêmio Jabuti, o sociólogo Pedro Ferreira de Souza analisou a desigualdade no Brasil olhando principalmente para a parcela mais rica da população.

Se por um lado já são conhecidas explicações para a redução da pobreza ? como valorização do salário mínimo e transferências de renda ?, por outro lado, é mais difícil medir os motivos que levaram os ricos a continuarem ricos, ou a concentrarem ainda mais renda.

Em entrevista à BBC News Brasil, Souza diz que há várias hipóteses que explicam por que a renda continua muito concentrada. Entre elas, estão os ajustes para a elite do funcionalismo, o boom do mercado imobiliário em grandes cidades, o crescimento do mercado acionário e até as políticas que privilegiaram empresas específicas e diminuíram o grau de competição em alguns setores.

"O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá", diz o sociólogo. " Quase toda a renda dos muito ricos, hoje em dia, é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte."

Banco Mundial: Brasil precisa priorizar as quase 1 milhão de famílias vivendo na pobreza sem Bolsa Família

Se priorizar Bolsa Família, não precisa desonerar empresa para empregar jovens, diz economista

Mais que erros de governo, alta da pobreza reflete problemas antigos do Brasil, diz ex-diretor do Banco Mundial

A tese de doutorado de Souza, que é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), virou o livro Uma História da Desigualdade: a Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil - 1926-2013.

Meses antes do Jabuti, Celso Rocha de Barros, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford, já havia descrito a obra de Souza como "o melhor trabalho produzido pelas ciências sociais no país nos últimos anos" em sua coluna na Folha de S.Paulo. E a tese de doutorado recebeu os prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCs) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Na entrevista, Souza aponta que a disparidade de renda leva a uma desigualdade também no acesso ao poder e à capacidade de influenciar a agenda do país. O resultado é que grupos específicos conseguem, por exemplo, créditos ou subsídios que agravam a desigualdade. É por isso que ele diz que, muitas vezes, o Estado "dá com uma mão e tira com a outra".

O sociólogo destaca, ainda, que a democracia não é garantia de queda da desigualdade,

mas é certo que a disparidade aumenta na ditadura.

"Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou muito, e rápido: no início das duas ditaduras ? no Estado Novo e em 1964 ? e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral ? pelo menos no padrão que o Brasil teve ? estão associadas a uma piora."

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - De que forma desigualdade e democracia se relacionam?

Pedro Ferreira de Souza - Esse é um dos motivos importantes de prestar atenção na desigualdade. Tem uma tensão clara entre o princípio de todo mundo ser igualmente cidadão, com participação política e direitos iguais, e a existência de desigualdade econômica. Quando as desigualdades são muito altas, você tem sempre o risco de que alguns grupos vão conseguir converter o capital econômico em influência política. É algo que se vê no mundo todo.

A partir de determinado nível ?quando você tem determinada disparidade de riqueza, o acesso ao poder e a capacidade de influenciar o que é votado, e quais decisões são tomadas?, começa a haver uma desigualdade entre os cidadãos que é extremamente alta e preocupante. E boa parte dos argumentos hoje que tentam olhar a desigualdade salientam essa questão do risco de captura do Estado e do sistema político por aqueles que têm mais recursos econômicos.

Essa tensão em países muito desiguais é muito clara. E também tem outras questões. Se você tem uma desigualdade muito grande, a própria construção de coalizões e maiorias se torna mais complicada. Você começa a ter grupos com interesses e características muito diferentes. Há indícios de que realmente o processo de conseguir aprovar reformas e construir maiorias se torna mais custoso e complicado.

BBC News Brasil - No Brasil, qual é o impacto para a população desse poder de pressão que alguns grupos têm no Congresso? É uma bola de neve?

Souza - Não só por ser tão desigual, mas também por outros motivos históricos. Somos um país muito corporativo, em várias dimensões, e com poder de lobby muito forte de alguns grupos. Mas não vejo como uma coisa que está sempre piorando, uma bola de neve que vai crescendo. O que vejo é mais um jogo de soma zero, em que fazer reformas e gerar mudanças, inclusive na direção certa, se torna muito difícil porque tem muitos grupos com poder de veto muito forte sobre qualquer pessoa que possa ameaçar o status quo, então fica um cabo de guerra que não sai muito do lugar.

Para o bem e para o mal, o que vemos hoje é que propostas são atacadas e descartadas mesmo antes de serem anunciadas. A sua margem de manobra para redimensionar os recursos e mudar o perfil dos gastos do Estado se torna muito restrita. Acontece que a estratégia que funciona é você torcer para entrar em um período de algum crescimento da economia, para o orçamento estar sempre crescendo e você conseguir ir acomodando todo mundo ao mesmo tempo, sem precisar fazer mudanças e cortes radicais.

É isso que estamos tentando fazer há muito tempo e o problema é que não crescemos muito. Então esses recursos adicionais que o crescimento traria não se materializam porque o crescimento do Brasil nos últimos 30 ou 40 anos tem sido muito decepcionante, aí fica esse cabo de guerra que não gera mudança significativa na distribuição de renda. Há mudança, não dá pra dizer que não há. Não podemos esquecer delas, mas não são mudanças que mudam a cara do país.

BBC News Brasil - Você pode dar exemplos de medidas que beneficiaram setores específicos e quais são os grupos que têm mais poder de influência?

Souza - Tem várias corporações que você vê que têm força política, como o Judiciário e os militares. Tem entidades de classe de vários setores da economia que conseguem muitas medidas favoráveis ? por exemplo, quando teve a política de desoneração (da folha de pagamento), ela era restrita a poucos setores e depois rapidamente foi para mais de quarenta. Quando a reforma da Previdência começou a tramitar, desde o início os militares ficaram de fora ? e claro que eles têm especificidades. Esse tipo de coisa é corriqueira e não é novidade no Brasil.

E tem uma dificuldade adicional que é muito verdadeira: quando você anuncia uma medida que tende a beneficiar grande parte da população, ela tende a ser muito fácil de entender e transparente, como o reajuste do Bolsa Família e mudanças no salário mínimo.

No caso dos grupos de pressão, como ruralistas e outros tipos de lobby, as medidas que os beneficiam acabam sendo muito mais difíceis de entender para o público leigo em geral, porque costumam ser relativas à regulação do setor, subsídios, desonerações. E elas geralmente vêm embaladas pelo argumento de que são medidas para estimular o crescimento e a geração de emprego. Todos os lobbies, ou quase todos, usam esse argumento de medidas importantes para o desenvolvimento do país, que na verdade são muito difíceis de avaliar de fora. Como também é difícil dar um diagnóstico no atacado, isso também é algo que facilita a reprodução do status quo.

BBC News Brasil - Você concluiu que o Estado brasileiro é gerador de desigualdade. Como isso acontece?

Souza - O que acontece é que o Estado ? e qualquer Estado moderno ? é muito complexo e pouco transparente. Tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Então claro que tem coisas que o Estado faz e são essencialmente redistributivas e progressivas, como serviços públicos de educação e programas como Bolsa Família. O Estado distribui muito para os mais pobres, mas, por outro lado, ele dá com uma mão e tira com a outra. Essa é a lógica. No atacado, você vê que as coisas não mudam muito e ajudam a reproduzir a desigualdade, por vários lugares. Tanto com créditos e subsídios, como com a previdência da elite do funcionalismo público.

BBC News Brasil - E os prováveis efeitos da reforma da Previdência como um todo, que foi promovida com a lógica de reduzir privilégios?

Souza - Fizemos simulações na época da reforma do (ex-presidente Michel) Temer, e o que foi aprovado acaba sendo relativamente parecido, então acredito que as conclusões não mudariam muito. Na época, o que a gente concluiu é que provavelmente o impacto

sobre a desigualdade seria muito pequeno, muito perto de zero, tanto pro bem quanto pro mal. É uma reforma importante, mas uma reforma com objetivo claramente fiscal ? sem desmerecer, mas, em termos de desigualdade, não vai causar grandes mudanças. O legado da reforma para a desigualdade vai depender do que vai ser feito com esses recursos que serão poupados.

BBC News Brasil - Considerando a História do Brasil, quanto a escravidão explica a desigualdade que temos hoje?

Souza - É impossível entender o Brasil sem olhar para isso e dar o devido peso a esse passado ? acho inclusive que, fora das universidades, falamos muito pouco sobre o passado colonialista e escravocrata do Brasil. Entendo a reação de tentar se afastar disso, porque é um passado muito ruim e opressor, mas é muito recente e é absolutamente central para entender o Brasil de hoje. Você vê até hoje a persistência de desigualdades raciais muito enraizadas e difíceis de mudar, em um grau muito alto.

No caso brasileiro, a escravidão é formadora de onde estamos hoje. O que pode ser dito, além disso, é que isso também não absolve nossos pecados dos últimos cem anos. O fato de termos esse passado muito pesado não absolve nossos pecados porque nós só fizemos foi reproduzir desigualdades de lá pra cá e poderia ter sido diferente.

No início do século 20, o Brasil já era muito desigual, mas a distância que separava a gente da Europa era muito menor do que é hoje. O que aconteceu na Europa foi outro tipo de tragédia ? basicamente, aquele período entre as guerras que mudou muito os países europeus e equalizou muito a renda nos países europeus. Não que a gente queira passar por isso, mas mostra que é possível e que deveríamos ter melhorado e avançado para reverter esse legado histórico que agora está dado.

É uma tragédia em dois atos: chegar no início do século 20 com esse peso histórico tão forte, um legado horrível. Mas ao longo do século 20 também não conseguimos manter esse padrão e avançar na direção certa. E até hoje enfrentamos dificuldade de reverter. Quando falamos em desigualdade no Brasil, estamos falando sobre tornar o Brasil mais parecido com a maior parte do mundo ? reduzir a desigualdade pra gente se aproximar de países da Europa e alguns da Ásia. Estamos sempre entre os países mais desiguais. É difícil mudar do dia para a noite, mas os avanços foram bem menores do que poderíamos esperar.

BBC News Brasil - Considerando as últimas décadas, qual foi o efeito da ditadura? E como conseguiríamos reduzir a desigualdade?

Souza - É muito difícil mesmo. Os maiores exemplos que temos de países que eram muito desiguais e se tornaram rapidamente países relativamente igualitários, em geral, é porque alguma coisa deu muito errado ? como a Segunda Guerra na Europa, que é o caso mais emblemático. Foi um período, não só por causa da destruição, mas por uma série de ações e políticas que os governos tiveram que adotar, em que os países mudaram muito, muito rápido.

Mudanças radicais tendem a acontecer nesses momentos ? o que não significa que seja impossível mudar, mas mostra que é difícil. No nosso caso, tem esse padrão alto histórico, mas ele não é estático. Tivemos três períodos em que a desigualdade piorou

muito, e rápido: no início das duas ditaduras ? no Estado Novo e em 1964 ? e no final dos anos 1980, com a hiperinflação. Nem sempre a redemocratização está associada à queda da desigualdade, mas as ditaduras em geral ? pelo menos no padrão que o Brasil teve ? estão associadas a uma piora. No Chile também aconteceu isso, na Alemanha dos anos 1930 também. São momentos diferentes, claro, mas só para mostrar que ditaduras tendem a piorar a desigualdade, pelo menos no primeiro momento.

Para o futuro, tem várias políticas que colocariam a gente na direção certa, mas a questão é que nenhuma medida, sozinha, vai fazer uma diferença tão grande assim. Esse é o dilema. Você teria que andar na direção certa e tomar medidas em áreas diferentes e manter isso sem possibilitar reversão ou qualquer tipo de compensação e minimização. Isso é o mais difícil. A resistência política vem daí, porque um governo pode abraçar um tipo de reforma, dar todo apoio a ela, mas para construir a própria coalizão e conseguir votos a favor dela vai ter que fazer concessões em muitas outras áreas. E a democracia é isso, é bom que seja isso, mas quando a democracia funciona em um país que é tão desigual, essas concessões acabam sendo coisas que vão diluindo os efeitos positivos das reformas. Evitar isso é o grande dilema daqui pra frente para mudar esse quadro. Não é só o que fazer ? que do ponto de vista técnico temos vários caminhos que poderiam ser explorados, como a própria questão da tributação.

BBC News Brasil - Você disse que o Estado dá com uma mão e tira com a outra. A dificuldade é parar essa parte de tirar com a outra, então?

Souza - Essa é a dificuldade, o fato de que você pode aprovar um benefício novo, direto para os mais pobres, e ao mesmo tempo, sem que ninguém perceba, ou com muito menos visibilidade, fazer mudanças regulatórias que vão acabar protegendo certos setores ou ajudando empresas específicas, esse tipo de coisa que vemos acontecendo o tempo inteiro nas últimas décadas. É difícil estudar isso de forma sistemática, porque são coisas que acontecem nos bastidores. No fundo, temos pouca informação e poucos dados para estudar essas políticas.

A política mais óbvia, ainda mais em momento de crise, seria você aplicar uma reforma tributária que deixasse a tributação muito mais progressiva. Seria um primeiro passo reduzir os tributos indiretos e aumentar muito os tributos diretos, principalmente imposto de renda. Transferências que beneficiam os mais pobres também poderiam ter peso maior. Tem algumas propostas circulando, como a ideia de um benefício universal para crianças, que seria uma inovação bem ousada e muito positiva. Uma das nossas desgraças é a pobreza infantil. E também a forma de arrecadar.

BBC News Brasil - Um dos pontos mais comentados sobre o seu trabalho é a conclusão de que a desigualdade não caiu de forma tão drástica durante o governo do ex-presidente Lula, embora muita gente tenha saído da pobreza. Foi uma surpresa?

Souza - Foi uma surpresa gigantesca. A gente não esperava, calculou várias vezes, testou alternativas, porque todos os melhores dados indicavam queda grande da desigualdade. Hoje tem um entendimento um pouco melhor do que aconteceu, de que houve de fato mudanças para a pobreza ? de fato, a queda da pobreza foi muito forte nesse período, também porque foi um período de crescimento.

Na desigualdade, quando olhamos a parte de baixo, houve melhora e foi significativa:

houve aumento da fatia da renda que vai para os mais pobres, sem dúvidas. A surpresa foi que, ao juntar os dados do imposto de renda às outras informações que a gente já tinha, nota-se que entre aqueles que estão bem no topo da distribuição, o 0,1% mais rico, a fatia de renda ou ficou estável ou aumentou um pouco.

Claro que isso é uma surpresa e ainda estamos tentando entender isso. Se os mais pobres avançaram em termos relativos e os mais ricos avançaram ou ficaram onde estavam, o que acaba acontecendo é que quem perdeu em termos relativos foi justamente o grupo que está entre esses dois extremos. A fatia da renda desse grupo recuou um pouco, e aí quando você olha o coeficiente de Gini (instrumento estatístico para medir a desigualdade de renda das populações), vê queda da desigualdade bem menor do que a gente imaginava. Claro que toda queda é positiva, mas achávamos que era uma queda gigante e sustentável, e vimos uma coisa bem mais tímida. Fica um sentimento frustrante, que mostra a dificuldade de mudar a desigualdade.

Para entender a melhora dos mais pobres, acho que progredimos muito e muita gente já estudou isso e os motivos são bem compreendidos? melhora educacional, geração de empregos muito forte especialmente para baixa qualificação, valorização do salário mínimo, avanço das transferências sociais. Mas para entender a persistência do topo nós temos várias hipóteses e não temos as informações para testes mais definitivos porque os próprios dados do imposto de renda ainda são de acesso muito restrito. A matéria-prima ainda é muito precária no caso do Brasil.

BBC News Brasil - E quais são as hipóteses para explicar esse avanço ou estabilidade dos mais ricos?

Souza - Tem várias hipóteses plausíveis, e todas devem ter contribuído em algum grau, mas não dá para dizer qual foi mais ou menos importante. Você tem desde o fato de a elite do funcionalismo ter tido ajustes bastante fortes até coisas como um período de boom, de bolha, no mercado imobiliário de grandes cidades brasileiras. Além disso, o mercado acionário brasileiro teve período de crescimento forte, tem toda a política de campeãs nacionais, que em vários setores acabou diminuindo o grau de competição do setor e ajudou na formação de grandes grupos. Outro ponto foi o boom de commodities internacionais, em que as grandes exportadoras se beneficiaram muito também. Tudo isso pode ter contribuído, mas não temos como medir a importância relativa de cada item.

O que dá pra ver muito bem é que, ao longo dos últimos anos, os mais ricos foram ficando cada vez melhores em aproveitar as brechas que o imposto de renda dá. Se você olha para o topo, cada vez mais os rendimentos dos mais ricos foram considerados isentos de tributação, muito puxado por lucros e dividendos, que são tributados na pessoa jurídica, mas na distribuição para a pessoa física não são tributados.

Então hoje em dia isso inclusive estimula o fenômeno de todo mundo virar PJ? é trabalho, mas ele vira pessoa jurídica pra ficar mais barato para o patrão e para ele pagar menos imposto. Ao longo do tempo, você vê muito claramente esse aumento do que é rendimento isento na renda dos mais ricos. A renda dos muito ricos, hoje em dia, quase toda ela é rendimento isento ou tributado com alíquota menor na fonte. Então ao longo do tempo houve um aprendizado no sentido de como explorar melhor as brechas que o sistema tributário dá.

BBC News Brasil - E existe uma discussão sobre se tirar pessoas da pobreza, melhorando a "parte de baixo", é mais importante que reduzir a desigualdade. Como você vê esse debate?

Souza - Não consigo entender qual é o dilema que as pessoas tentam criar. Do ponto de vista do combate à pobreza, evidente que, para um dado nível de renda, se você diminuir a desigualdade, a pobreza vai tender a diminuir também. E, do ponto de vista mais realista, óbvio que, se você quer direcionar recursos para o combate à pobreza, esses recursos precisam ser arrecadados de algum lugar. É claro que você será mais eficiente no combate à pobreza se você tiver arrecadando dos mais ricos. Se você tributar os pobres para dar para os pobres, não vai fazer diferença. Se você tributar os mais ricos e fizer transferências ou programas para os mais pobres, você vai conseguir também simultaneamente atacar pobreza e desigualdade.

O que se coloca nesse debate, em geral, é a questão entre crescimento e desigualdade. É a ideia de que crescer a qualquer custo vai acabar diminuindo a pobreza, mas que pode levar a aumento da desigualdade, o que pode ser ou não verdade. Isso está longe de ser uma coisa consensual. Durante algum tempo se acreditou que o crescimento necessariamente reduziria a desigualdade, então valeria a pena. Hoje em dia você vê muitos resultados que vão na direção oposta, de que um grau de desigualdade muito elevado pode prejudicar o crescimento, justamente por tornar o Estado ineficiente, pela captura do Estado.

A discussão sobre desigualdade sempre cai em alguns espantalhos, como ah, estão querendo nivelar por baixo e que todo mundo fique igualmente pobre e todo mundo tenha exatamente a mesma renda. E nunca é nada disso que as pessoas estão falando, as pessoas estão falando sobre como conciliar as duas coisas (crescimento e redução da desigualdade). Crescer é sempre bom, ou quase sempre bom. O ponto é que é possível você crescer, aumentar a desigualdade e não reduzir a pobreza. Essa é a questão.

Em geral, os governos tentam resolver o problema com crescimento? vamos fazer a economia crescer porque aí todo mundo vai estar melhorando de vida, isso já satisfaz as pessoas e vamos ter mais recursos para fazer política e redistribuir, se for o caso?, mas essa solução do crescimento nem sempre é possível. Os países ricos estão crescendo mais devagar hoje em dia e aí, no ambiente democrático, é claro que se o bolo está sempre crescendo, a discussão de quem está ficando com o que acaba sendo mais saliente. Então acho que estamos em uma dessas fases de crescimento mais baixo, problemas macroeconômicos, e as pessoas começam a se comparar e falam ok, mas por que as fatias estão sendo distribuídas dessa maneira?. É um debate que nunca vai embora de vez. Em um país como o Brasil, é mais difícil ainda. É uma questão inevitável: é um grau de desigualdade tão alto porque as demandas e necessidades são muito grandes.

BBC News Brasil - O atual governo está trabalhando de alguma forma para reduzir a desigualdade?

Souza - Eu não ousa dar uma opinião por um motivo pragmático: quando analisamos a desigualdade estamos sempre falando do passado, porque tem sempre uma demora de pelo menos dois anos entre o que acontece e os dados estarem públicos e disponíveis.

Sou cauteloso e fujo das análises de conjuntura porque estamos sempre olhando para o passado e sempre olhando para uma mistura de decisões de governos atuais e governos anteriores. E, quando me perguntam sobre a perspectiva para o futuro, independentemente de qualquer governo, qualquer coisa, o melhor palpite para daqui cinco anos é achar que as coisas vão continuar mais ou menos como estão. É difícil imaginar o país ficando radicalmente mais desigual ou radicalmente menos desigual no curto ou no médio prazo.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes financiou mais de 240 pesquisas nos últimos dois anos em área de programa lançado por Weintraub e Moro

BRASÍLIA — Fonte de críticas, a postagem do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em que ele escreveu "imprecionante" no Twitter, chamou atenção não apenas pelo erro de português. Ao dizer na mensagem que "não havia a área de pesquisa em Segurança Pública", enquanto propagandeava a criação de um programa para fomentar estudos sobre o tema, o ministro sugeriu a inexistência de trabalhos acadêmicos abordando o assunto com recurso federal. No entanto, há nove linhas de pesquisa ativas sobre segurança pública na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que financiou, somente nos últimos dois anos, 246 trabalhos de mestrado e doutorado na área, segundo catálogo da própria instituição.

Responsável por financiar as novas bolsas anunciadas, a **Capex** afirmou em nota que o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses, lançado por Weintraub e pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, na quarta-feira, "é a primeira ação voltada especificamente para essa temática". Mas pesquisadores ressaltam que a postagem do ministro pode levar a uma falsa impressão de que não há produção sobre o tema no Brasil, que tem tradição de estudos sobre o assunto. Universidades públicas contam, inclusive, com núcleos especializados na questão.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, o fomento à área da segurança pública dentro da academia é positivo e deve ser louvado, mas ele critica a tentativa de desqualificar o que já foi feito. Lima diz que a declaração de Weintraub é típica de políticos.

— Na política há a péssima mania de se querer recriar a roda. Mas, se for perguntado para quem trabalha com o tema faz anos, vai-se constatar que há uma longa tradição de pesquisas na segurança pública, incluindo nas áreas de engenharias e tecnologias. Incentivar pesquisa e desenvolvimento merece elogios, não é preciso desqualificar o passado para fazer a coisa certa— afirma Lima.

Livro de Lima lançado em 2010, em capítulo com o título "produção acadêmica e segurança pública no Brasil", apontou a produção de 8.205 teses e dissertações com recursos da **Capex** de 1983 a 2006. A maior parte (cerca de 85%) foi desenvolvida dentro das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais, aponta a publicação.

No tuíte de Weintraub que depois foi apagado, após a repercussão do erro de português, Weintraub respondia a um elogio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que sugeriu estudos sobre "uso defensivo de armas" dentro do novo programa. "Caro @BolsonaroSP, agradeço seu apoio. Mais imprecionante: Não havia a área de pesquisa

em Segurança Pública. Agora, pesquisadores em mestrados, doutorados e pós-doutorados poderão receber bolsas para pesquisar temas, como o mencionado por ti, que geram redução de criminalidade", escreveu o ministro.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Pais e filhos realizam troca de material escolar e uniformes para a volta às aulas

É possível reaproveitar, de maneira sustentável e econômica, cadernos, lápis, borrachas e livros

Sustentabilidade e economia motivam pais e filhos a realizar troca de material escolar e uniforme para volta às aulas.

Sustentabilidade e economia motivam pais e filhos a realizar troca de material escolar e uniforme para volta às aulas. Foto: Divulgação/Albert Sabin

Ao final de um ano letivo, sempre sobra muita coisa do material escolar: lápis, caneta, borracha, inúmeras folhas de caderno. Fora os livros didáticos que poderiam servir para outra criança.

Em tempos de crise financeira, a troca de materiais é mais do que necessária. Pesquisa feita pelo Procon de São Paulo aponta variação de até 333% no preço de material escolar.

“Desde a minha infância, fui envolvida com ações voltadas à troca e doação de roupas e objetos em geral, porque a cultura de doação sempre foi comum na minha família”, conta Denise Flores. Em 2013, ela organizou um grupo pelo Facebook e realizava troca de materiais escolares com mães que buscavam economizar na lista escolar.

“Minha filha, Giovanna Flores, hoje com 15 anos, participava e comentava com os colegas do Colégio Albert Sabin sobre a iniciativa e, assim, também criamos outro grupo na rede social. Contudo, devido aos horários e à localidade, muitos pais não conseguiam vir até o bazar. Com isso, o colégio se interessou e acabou cedendo o espaço para que a troca acontecesse na instituição, além de nos ajudar com a comunicação às famílias e com a organização dos materiais doados”, conta Denise, que é organizadora do projeto Gira Gira na instituição.

Os interessados podem doar materiais escolares em bom estado, conjuntos completos de uniformes ou de peças únicas que estejam em bom estado de conservação dos Colégios Albert Sabin e AB Sabin, livros didáticos, que serão usados no próximo ano letivo, e livros paradidáticos de leitura.

Quem possui livros com defeito, que não podem ser mais usados, também pode fazer a doação. Esse material será encaminhado a uma unidade de coleta seletiva para realizar o descarte correto e a reciclagem desses itens.

A Escola Internacional de Alphaville também incentiva a troca de livros entre alunos. Juliana Ragusa, coordenadora de tecnologia educacional, afirma que a proposta é promover a diminuição do consumo e incentivar práticas sustentáveis.

“Os alunos podem trocar livros entre eles e reutilizar todos materiais escolares

possíveis, como pastas e demais materiais como lápis, tesouras e afins. Também tivemos um bazar com doações de uniformes usados, que foram revendidos aos pais e toda renda foi revertida para ações sociais”, ressalta.

A diretora pedagógica do Colégio Brasil Canadá, Bruna Elias, afirma que ocorrem algumas trocas de materiais escolares entre pais e a instituição incentiva a doação de roupas. “A prática do consumo consciente é algo trabalhado com toda comunidade escolar desde que o aluno ingressa na escola, quando oferecemos uniformes doados à instituição porque não servem mais em determinados alunos, por exemplo. Acreditamos que o mais importante é desenvolver essa consciência juntamente com a comunidade escolar para que todos consigam tomar decisões responsáveis nos diferentes âmbitos da vida social”, avalia.

Como pais podem reaproveitar material escolar?

Antes de sair comprando novos produtos para seu filho, uma dica é observar tudo o que sobrou do ano anterior. Normalmente, a criança não usa todas as folhas de um caderno. Você pode arrancar as folhas em branco e confeccionar um novo material para anotações. E a dica melhora se você convidar seu filho para o processo de criação.

“Acredito que o maior ganho das famílias é aproveitar iniciativas como essa para educar seus filhos sobre o valor das coisas e a importância de ajudar o próximo por meio da doação, pois cuidar bem dos seus pertences pode ser de grande valia para outra criança, que poderá utilizá-los, além de ser uma oportunidade para praticar o voluntariado”, destaca Denise Flores, mãe organizadora do projeto Gira Gira, do Albert Sabin.

A questão da preservação da natureza também é importante na opinião dela: “Principalmente quando pensamos no reaproveitamento dos uniformes, pois ações como esta contribuem para diminuir o impacto no meio ambiente. As peças serão usadas por mais tempo, favorecendo a cultura do reuso. Assim, temos um ganho não apenas social, mas também ecológico”, conclui.

Para quem tem mais de um filho, outra dica é promover a troca de materiais entre as crianças em casa. Além do ambiente escolar, é possível criar grupos com coleguinhas da rua, do condomínio ou dos lugares comuns frequentados pela família.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Unicamp 2020: prova de redação propõe texto para podcast e crônica sobre micromachismos na sociedade

Etapa começou neste domingo (12) e candidatos ainda precisaram solucionar questões de português e inglês. Universidade estadual tem 2,5 mil vagas em 69 cursos de graduação.

A prova de redação na segunda fase do vestibular 2020 da Unicamp, aplicada na tarde deste domingo (12), abordou como temas a relação entre a biodiversidade e sociodiversidade no Brasil e os micromachismos na sociedade, segundo candidatos ouvidos pelo G1. O exame, também formado por questões de português e inglês, começou às 13h e os estudantes começaram a deixar as salas às 16h.

Na primeira proposta, segundo os estudantes, a universidade estadual solicitou aos candidatos um texto voltado para a plataforma podcast, em que o candidato deveria

relacionar biodiversidade e sociodiversidade no Brasil e pensar no público-alvo para o desenvolvimento do conteúdo.

Já na segunda, a universidade usou uma reportagem que listava exemplos de micromachismo e propôs a elaboração de uma crônica na qual o estudante poderia relatar uma experiência pessoal, por exemplo, ou sentimento após presenciar situações vivenciadas por outras pessoas e idênticas às listadas no texto. O exame dura cinco horas e cada estudante precisou desenvolver uma redação.

"Na proposta do podcast você precisava relacionar biodiversidade com a sociodiversidade. Os animais das floresta com a gente nas ruas, por exemplo, e dar uma solução para ajudar a prevenir desmatamento. Já na crônica, ela dava um texto, 13 mini-artigos sobre coisas machistas", falou o estudante Pedro Penteado, de 18 anos, após sair do exame em Piracicaba (SP).

Segundo o estudante Fernando Fraguas, de 21 anos, na proposta voltada para podcast a Unicamp levou aos candidatos um poema sobre derrubada de árvores, e um texto sobre preservação da biodiversidade.

Além disso, segundo o candidato ao curso de engenharia agrônômica, as questões de inglês foram interessantes pelos conteúdos abordados: uma delas sobre perigo da perda de diversidade genética, e outra relembrava o atentado terrorista contra as Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 2001.

A estudante Brenda Martins Preciavalli, de 18 anos, busca uma das vagas no curso de linguística. Ela destacou que a prova de português levou aos candidatos questões de gramática, interpretação de texto, e abordou "Quarto de despejo", de Carolina Maria de Jesus; a poesia "A teus pés", de Ana Cristina Cesar, e a obra teatral "A falência", de Júlia Lopes de Almeida. "Foi um contexto social mais relacionada à Carolina Maria de Jesus, em A teus pés foi mais interpretação, e "A falência" falou mais sobre o texto mesmo."

O vestibulando Marcelo Del Rosso Rodrigues, de 18 anos, disse que optou por fazer a proposta voltada ao podcast. "Sempre escuto podcasts no carro com meu pai, aí ficou fácil", falou. De acordo com ele, o tema foi positivo ao abordar, por exemplo, a importância do cerrado e a cultura africana no Brasil.

O vestibular

Os candidatos disputam 2,5 mil vagas em 69 cursos. As avaliações ocorrem em 17 municípios paulistas, além de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

Pela primeira vez, a universidade vai usar um sistema para reconhecimento facial dos candidatos nas 26 escolas que recebem a avaliação. Funcionários da comissão registram fotos que são armazenadas em um servidor específico e o recurso também serve como lista de presença.

Confira lista de aprovados para a 2ª fase do vestibular
Veja as notas de corte para cada um dos cursos

CLIPPING



Aluna de 15 anos passa para 2ª fase da Unicamp e vislumbra medicina: estudar mais
Candidatos falam em promessas e fazem última revisão antes de provas da 2ª fase

Novo formato

Esta é a primeira vez em que a 2ª fase passa a ter dois dias de provas dissertativas - até a edição anterior eram três, cada um deles com até quatro horas. Além disso, inglês voltou a ser cobrado nesta etapa.

A segunda prova está marcada para a tarde desta segunda-feira. Veja abaixo distribuição de conteúdos.

Seis questões de matemática; duas questões interdisciplinares de ciências humanas; duas questões interdisciplinares de ciências da natureza; e parte específica por área:
Candidatos em ciências biológicas/saúde: seis questões de biologia e seis questões de química;
Candidatos em ciências exatas/tecnológicas: seis questões de física e seis questões de química;
Candidatos em ciências humanas/artes: seis questões de geografia e seis questões de história, incluindo conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Cursos mais concorridos

Medicina (integral) - 11,86 candidatos por vaga (c/v)

Ciências do esporte (integral) - 8,38 c/v

História (integral) - 6,78 c/v

Engenharia de produção (integral) - 6,34 c/v

Farmácia (integral) - 6,23 c/v

Orientações

A universidade recomenda aos candidatos que cheguem com antecedência aos locais de prova.

O que levar para a prova?

Documento de identidade original indicado na inscrição;

Caneta preta em material transparente, lápis preto e borracha;

Régua transparente e compasso;

Água, sucos, doces;

Uso de bermudas e vestimentas leves

O que NÃO pode levar?

Aparelhos celulares (devem ser desligados imediatamente ao entrar na sala e colocar em embalagem; ele pode ser retirado após o candidato deixar o prédio);

Equipamentos eletrônicos, relógios digitais, corretivo líquido, lapiseira, caneta marca texto, bandana/lenço, boné, chapéu, ou outros materiais estranhos à prova;

O candidato pode usar relógio para controlar o tempo, mas ele deve ficar no chão.

Locais de prova

As provas da 2ª fase serão em Bauru (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Guarulhos (SP), Jundiaí (SP), Limeira (SP), Mogi Guaçu (SP), Osasco (SP), Piracicaba (SP), Presidente Prudente (SP), Ribeirão Preto (SP), Salvador (BA), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São José do Rio Preto (SP), São José dos Campos (SP), São Paulo (SP) e Sorocaba (SP). A Comvest ressalta que os locais não são necessariamente os mesmos da 1ª fase.

Ainda de acordo com a comissão, as cidades que recebem mais estudantes nesta segunda fase são:

Campinas - 3.558
São Paulo - 3.177
São José dos Campos - 633
Piracicaba - 628
Ribeirão Preto - 545

Calendário

Provas de Habilidades Específicas - 20 a 24/1
Divulgação da 1ª chamada (para matrícula não presencial) - 10/2
Matrícula não presencial - 11/2
2ª chamada - 13/2
Matrícula não presencial da 2ª chamada - 14/2
Período para cancelamento de matrícula - 17 a 19/2
3ª chamada - 18/2
Matrícula não presencial da 3ª chamada - 19/2
4ª chamada - 21/2/2020
Matrícula presencial da 4ª chamada - 2/3

"A matrícula presencial da 4ª chamada deve ser feita, também, por todos os candidatos convocados nas três primeiras chamadas e que realizaram a matrícula virtual pela internet", informa nota da Comvest. Segundo a comissão, a vaga só estará garantida após realização deste procedimento, entre 9h e 12h.

topo 

G1 - TEMPO REAL

UFS oferta 1.650 vagas em cursos de graduação a distância

Vagas são para 13 municípios sergipanos.

Estão abertas as inscrições para 1.650 vagas no vestibular 2020 dos cursos de graduação à distância da Universidade Federal de Sergipe (UFS). As vagas são para os municípios de Arauá, Carira, Nossa Senhora das Dores, Estância, Porto da Folha, Brejo Grande, Japarutuba, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde, São Domingos, Colônia 13 - Lagarto, Propriá e São Cristóvão.

As inscrições custam R\$ 40 e ocorrem, exclusivamente, pelo site da Comissão de Concursos e Vestibulares (CCV), até às 16h do dia 17 de janeiro. Para efetuar a inscrição, são necessários os números do RG e do CPF.

Após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá, no mesmo endereço eletrônico, imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuar o pagamento no período de 10 a 20 de janeiro, em qualquer agência do Banco do Brasil.

Provas

As provas serão aplicadas no dia 8 de março, no campus de São Cristóvão, com início às 9h e duração máxima de quatro horas.

Os conteúdos serão Português (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e uma Redação), Matemática, Geografia, Física, Biologia, Espanhol, Francês ou Inglês, Química e História.

O candidato que necessite de condições especiais para a realização das provas deverá, no período de 10 a 20 de janeiro (exceto sábado, domingo e feriado), no horário das 7h às 12h e das 14h às 16h, comparecer à CCV, situada no campus de São Cristóvão, com cópia da GRU, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, CPF, RG e relatório médico emitido em 2019 ou 2020.

topo ↕

JOTA - TEMPO REAL

Na Câmara, 76% dos deputados apoiam benefícios fiscais para educação
Nos próximos dias, o time JOTA Labs divulgará o apoio a benefícios fiscais em outros setores da economia

Mais de três quartos dos deputados federais são favoráveis a benefícios fiscais para o setor de educação. No ano em que o Congresso pretende discutir a reforma tributária, 76% dos deputados afirmam ser favoráveis a algum tipo de benefício nessa área. Diferentemente, 28% dos parlamentares afirmaram ser contrários.

Os números fazem parte da mais recente pesquisa JOTA/Ibpad feita com deputados e divulgada na íntegra e de forma antecipada para clientes JOTA Pro.

O JOTA já mostrou que 64% dos parlamentares se declararam favoráveis a benefícios fiscais para operações com alimentos, 66%, a benefícios fiscais para o setor de saneamento básico, e 67% apoiam benefícios fiscais ao transporte público coletivo urbano.

A pesquisa parlamentar do JOTA também mostrou que 71% dos deputados acreditam numa aprovação da reforma tributária no primeiro semestre deste ano. O JOTA fará, em 2020, uma cobertura especial da reforma tributária.

Nos próximos dias, o time JOTA Labs irá divulgar o apoio a benefícios fiscais em outros setores da economia, como medicamentos, planos de saúde e bens do ativo imobilizado.

No caso da educação, a proporção de deputados favoráveis à concessão de benefícios fiscais é praticamente igual entre oposição, swing voters e a base governista.

Em todos os grupos, 76% dos parlamentares entrevistados apoiam a concessão de benefícios fiscais para a educação numa reforma tributária — enquanto 24% rejeitam a hipótese.

Em dezembro, foram ouvidos 155 parlamentares. A amostra foi estratificada por grupos de partidos (base, oposição e swing voters). O sorteio foi realizado antes da coleta e, posteriormente, o JOTA fez um modelo de pós-estratificação para garantir o balanceamento.

O JOTA acredita que, em uma população pequena como a de 513 deputados, fazer uma amostragem por ponto de fluxo, pegando deputados dispostos a responder nos corredores da Câmara, insere vieses não amostrais nos resultados. Por isso, o time de dados utiliza uma metodologia própria de amostragem e estratificação.

Daniel Marcelino – Cientista de dados

Luciano Pádua – Editor

topo ↕

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Bolsonaro posta fala de Weintraub sobre seleção por ideologia em concursos públicos

Folhapress

O presidente Jair Bolsonaro publicou em suas redes sociais um vídeo em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirma que os concursos públicos no Brasil selecionam pessoas com viés político de esquerda.

“Entre na internet e veja como foi o último concurso público da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Se você ver, é um concurso que [não] tem praticamente nada de matemática e está lá falando governo estadunidense. Então você, na seleção, já seleciona pessoas com viés de esquerda nos concursos, como é o Enem”, diz Weintraub.

Embaixador britânico é preso durante protesto no Irã, mas nega participação
O vídeo foi publicado na conta oficial de Bolsonaro no Facebook. Na postagem, o presidente escreveu “doutrinação e mentiras até nos concursos”. “Caso fosse perguntado numa prova: após a saída de João Goulart, em 1964, quem assumiu a presidência da república? Qual sua resposta?”, acrescentou o mandatário, referindo-se ao presidente da República deposto pelo golpe militar daquele ano.

No vídeo, o ministro da Educação também diz que a suposta doutrinação nos concursos públicos remonta ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ele não apresenta no vídeo, que tem um minuto, provas que endossem suas afirmações.

“Veja, isso começou com o Fernando Henrique. A gente não está falando de 16 anos de PT, a gente está falando mais de um quarto de século. De continuamente uma doutrinação que começa de uma forma suave e gradualmente você vai começando a achar o errado normal. E de repente você tem que achar o errado bonito. É disso que a gente está falando”, afirma Weintraub.

Na peça, o ministro também classifica o ministério da Educação como “um colosso” e diz que a pasta concentra 300 mil dos 600 mil funcionários do governo federal. “Esse corpo aqui está cheio de pessoas que prestaram concurso público. É importante que seja dito como são esses concursos públicos”, afirma.

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

**Implementação do 5G só começa em 2022, diz ministro da Ciência
Pontes também afirma que garante o pagamento de bolsas de pesquisa em 2020,
mas diz que ano será de aperto para ciência**

Brasília

Fusão CNPq e Capes

O MEC veio com essa ideia, que, aliás, surge de tempos em tempos. Mas são órgãos diferentes, têm funções diferentes. A Capes [ligado ao MEC] trabalha com a formação de profissionais, na pós-graduação. E o CNPq, com pesquisas, financiamento, tem um sistema de acompanhamento que a Capes não tem.

A junção não faz sentido.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/01/implementacao-do-5g-so-comeca-em-2022-diz-ministro-da-ciencia.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ESPECIAL

Competências que vão guiar o aprendizado

O novo ano letivo traz inovações e desafios para alunos e professores. Em 2020, começa a ser implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação infantil e fundamental nas escolas brasileiras. O objetivo é aplicar uma aprendizagem mais completa, com competências socioemocionais, para que os estudantes tenham projetos de vida e desenvolvam também o empreendedorismo.

Pela complexidade, o processo foi dividido em duas fases e, para o ensino médio, a obrigatoriedade será em 2021. O secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Janio Carlos Endo Macedo, explica que, para o ensino infantil e fundamental, os currículos foram adequados à BNCC em 2018. Em 2019, os professores foram preparados. “Nosso desafio começa em 2020, que será o primeiro ano de implementação nas escolas”, diz.

Macedo esclarece que já existiam parâmetros curriculares, mas o país nunca teve um documento tão aprofundado quanto à BNCC, que estabelece as diretrizes de ensino e as habilidades e competências que devem constar no processo de aprendizado. “Nossa comparação é com o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, na tradução do inglês para Programme for International Student Assessment), e estamos muito atrasados”, destaca o secretário.

Para tornar o novo modelo realidade nas escolas, o desafio foi o desenvolvimento dos professores. “A nossa grande dificuldade não foi estabelecer a BNCC, mas implementá-la, porque é uma nova forma de ensinar”, assinala. Macedo ressalta que a padronização não impede a versatilidade dos currículos.

A preparação dos professores foi fundamental para levar a BNCC às escolas, ressalta o secretário. “Atuamos em dois aspectos: na formação inicial e na continuada dos professores.” Por isso, também foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum de Professores. “Os novos profissionais serão formados para aplicar a BNCC e as universidades têm dois anos para adaptar os cursos. A validade será em 2021. O passo seguinte é o MEC desenvolver uma metodologia para ver se as

instituições estão colocando em prática”, explica Macedo.

O maior desafio, no entanto, foi a formação continuada dos professores que já estão na ativa. “Preparamos multiplicadores que levaram aos docentes das suas escolas a qualificação. Mas são 2,2 milhões de professores na educação pública dos ensinos fundamental e médio”, destaca. Como as competências de gestão das redes são de estados e municípios, o trabalho do MEC está sendo realizado com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Todos os estados e o Distrito Federal estão com os currículos alinhados à BNCC, garante Macedo. “A dificuldade maior são os municípios. Cerca de 3,5 mil têm seus sistemas próprios. Desses, 2 mil já resolveram, mas ainda faltam 1,5 mil. É aí que precisamos avançar, para regionalizar o atendimento do MEC. Verba temos. São R\$ 200 milhões”, afirma o secretário. Depois, o desafio será o ensino médio, no qual a BNCC será implementada paralelamente à reforma que amplia a carga horária até 2022.

Modernização

A nova base moderniza o ensino, ao explicitar os direitos dos alunos e o que deve ser estudado, explica Alice Ribeiro, do Movimento pela BNCC. “Isso, por si só, já representa mudança. Quando há clareza dos direitos, são mais fáceis de serem buscados e acompanhados. A BNCC é uma oportunidade incrível de alinhar o ensino e levar coerência ao sistema educacional”.

Alice destaca que a BNCC não é currículo. “Determina diretrizes para aprendizagens relevantes, comuns e essenciais que unem os brasileiros. Mas não fala como devem ser ensinadas. No Amazonas, o aluno pode aprender sobre velocidade média com um barco; em São Paulo, com o trânsito”, afirma.

A formação dos professores para a implementação da BNCC é complexa, reconhece Alice. “Mas os passos mais importantes já foram concluídos: a homologação e a construção dos currículos para os ensinos infantil e fundamental. Foi incrível”, ressalta.

Na formação continuada dos professores, Alice diz que as qualificações estão ocorrendo. “Hoje, 21 redes estaduais já fizeram formação de formadores de professores e multiplicadores. Em 19 delas, já está chegando na ponta. Além disso, todos os materiais didáticos estão alinhados”, afirma.

No caso do ensino médio, lembra que há uma complexidade maior, em função de caminhar com a reforma. “A aprendizagem é por área do conhecimento e não mais por disciplina, para buscar maior integração do aluno. Hoje, 16 estados estão com versões dos seus currículos para levar à consulta pública. Dez deles estão focados na formação geral básica e seis estão com itinerários formativos (parte flexível do currículo que permitirá aos estudantes aprofundar os conhecimentos em uma ou mais áreas de seu interesse)”, frisa.

Obrigatoriedade

Na rede pública, o desafio de implementar a BNCC é enorme, mas ela é obrigatória

também na rede privada. Eli Guimarães, coordenador de Redação do Sigma e supervisor do ensino médio, afirma que a BNCC é uma situação legal e todas as escolas têm que seguir. “A base traz uma parametrização do que os alunos devem aprender. E também foca na educação calcada em competências, um novo perfil”, ressalta.

Como professor, Guimarães diz que a dificuldade, dentro da realidade brasileira, será trabalhar nessa nova perspectiva. “Quando o foco é no desenvolvimento de competência, muda o perfil da aula e da interação com o aluno. Não houve uma preparação para várias gerações de professores. Então, teremos um trabalho vigoroso e consistente pela frente”, opina. Segundo ele, até hoje, a tradição era ensinar conteúdo. “Quando passa a ser habilidades e competências, são propriedades diversas. O aluno, nesse novo contexto terá outra dimensão, com foco em empreendedorismo, trabalho cooperativo. Ou seja, o projeto sai da relação dualista professor de um lado e aluno do outro. O estudante entra como sujeito ativo”, assinala.

Sem consenso

A implementação da BNCC não agrada todos os docentes. Há especialistas contrários à padronização. Fernando Cássio, professor de Políticas Educacionais da Universidade Federal do ABC e autor do livro *Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC*, considera o documento uma política de centralização curricular. “Foi feita para homogeneizar o ensino. As escolas têm autonomia pedagógica. Essa organização para criar matrizes de avaliação mais homogêneas está atrelada ao mercado de livros didáticos, de formação docente, no campo empresarial, que não é filantropia. São faculdades privadas, ensino a distância”, alerta.

Para Edileuza Fernandes Silva, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), a polêmica maior é sobre ensino médio. “A BNCC chega num momento em que já se tinham diretrizes e parâmetros. Essas referências eram suficientes. Para mim, é negativo o fato de homogeneizar o ensino em todas escolas de um país tão desigual”, critica. A especialista também lamenta que a BNCC tenha sido pouco discutida com os educadores, que são os responsáveis pela sua implementação. “Os professores não foram ouvidos no processo, nem as universidades.”

O Distrito Federal, explica Edileuza, fez uma adequação à BNCC com o Currículo em Movimento do DF. “No DF, os conteúdos de educação infantil e do ensino fundamental já passaram por mudança. Agora, trazem a ideia de campos de experiência na educação infantil, direito de aprendizagem. Mudou a meta de alfabetização, que antes era até o terceiro ano e, agora, é até o segundo”, afirma.

O lado positivo, ressalta a professora, é que a base traz um conjunto de conhecimentos e habilidades. Mas chama a atenção para uma contradição.

“Ao mesmo tempo em que o documento federal apresenta projeto de vida, para dar autonomia e protagonismo aos jovens estudantes, o governo incentiva a militarização das escolas públicas, com repressão, perda de autonomia, forte controle, hierarquia. É assim que essa escola real vai começar o ano letivo. São questões que temos que pensar”, alerta.

Estagnação a níveis de 2009

O desempenho escolar no Brasil está estagnado nos níveis de 2009 e ocupa as últimas colocações no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês de Programme for International Student Assessment). Na pesquisa feita em 2018, foram avaliadas 587 escolas, 10,9 mil alunos e cerca de 7 mil professores no país. Dentre 79 nações, o Brasil ficou com posições entre 55º e 59º lugar em leitura, entre 69º e 72º, em matemática, e entre 64º e 67º, em ciências. Na América do Sul, é o último colocado. O percentual de alunos que não possuem o nível básico no desempenho escolar é altíssimo nas três competências: 68,1% em matemática, 55% em ciências e 50% em leitura. Os dados são do site do MEC.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ESPECIAL

Desafio da educação é acabar com a demagogia

Presidente executiva do Todos pela Educação aponta que há uma parte da sociedade conivente com o atraso

Presidente Executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz acredita que o maior desafio da educação no Brasil hoje é acabar com a demagogia e ter gestores realmente comprometidos. Para ela, uma parte da sociedade que é conivente com o atraso. Ela vê retrocesso “sem precedentes na gestão federal da Educação no último ano”, mas avanços importantes na educação básica nas últimas duas décadas, como a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas (Ideb) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que expira este ano.

“Em 2007, os alunos de 5º ano tinham 28% de aprendizagem considerada adequada e, em 2017, o resultado foi de 60%, mais que dobrou. Não temos, no Brasil, histórico de indicador social ou econômico com esse resultado”, comemora. Segundo Priscila, bons resultados ainda não chegaram no ensino médio. Ela defende ensino em tempo integral para os jovens e o fim do ensino médio noturno, além de alterações no Fundeb para reduzir ainda mais as desigualdades na educação e para introduzir distribuição de recursos atrelada a resultados.

Priscila considera a introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) uma evolução, por dar foco e criar um instrumento de alinhamento e articulação das diferentes políticas. E defende a valorização do docente. “No Brasil, professor é visto como atividade, não como profissão. Você já viu um cirurgião que vende natura nas horas vagas? Mas professor, tem”. E aconselha pais em busca de escolas: “vejam o resultado do Ideb e se a escola é aberta à participação dos pais”. Na quarta-feira, ela concedeu a seguinte entrevista ao Correio:

Atualmente, qual é o maior desafio da educação no Brasil?

Por incrível que pareça, o maior desafio é ter pessoas comprometidas nos cargos de lideranças, pois as políticas decorrem do comprometimento dos gestores. Há um certo descompromisso das lideranças brasileiras com relação à indicação de cargos responsáveis pela educação. No nível federal, o ministro da Educação não tem uma agenda educacional, mas outras agendas e preocupações, e isso é um obstáculo para falar em políticas específicas, que são uma decorrência do comando dos que tocam os órgãos responsáveis pela modelagem e execução das políticas. O que mais precisamos hoje é de compromisso real, e não demagógico, das lideranças políticas com a educação.

Temos uma crise na Educação?

Não temos uma crise generalizada, pois a máquina funciona. O problema é que não produz resultados, mas temos uma crise de aprendizagem. Para que as políticas produzam resultados, é necessário investir em três prioridades. Entre elas, políticas docentes. Há uma ideia muito forte no Brasil de que basta contratar professores com vocação, que eles ensinam bem e, se não ensinam bem, é porque não têm vocação. Não funciona assim. Um bom professor se forma com política de incentivo e de indução. Isso é o que vai levar os dois milhões de professores a ter mais qualidade. Esse, da vocação, é um pensamento preguiçoso e joga o problema para o professor. Além disso, estamos vivendo a farrá da Educação a distância (EAD). Um exagero. Tem que ter currículo sério e boa gestão. Outra prioridade é a primeira infância. Os alunos já chegam na escola muito desfasados por falta de políticas voltadas para o desenvolvimento de crianças até cinco anos, período em que 90% das conexões neurais estão sendo formadas. Professor e aluno são a base da boa escola. E, por fim, falta gestão e governança. Há falta de prioridade para a educação. Você entra em uma secretaria de Fazenda e em uma secretaria de Educação é dá para ver a diferença. Temos tolerado no MEC um ministro que não tem a menor condição. Ele coloca vários bodes na sala, como doutrinação, Paulo Freire, etc., como se esses fossem os problemas da educação. Cortinas de fumaças são estratégias de pessoas despreparadas, que não sabem o que fazer.

De cada 100 jovens que concluem o ensino médio, apenas nove aprenderam o que seria esperado em matemática e 28 em língua portuguesa, segundo dados do Todos pela Educação....

É muito pouco. E o grau de indignação da sociedade é no nível da apatia. É simplesmente uma catástrofe e já estamos vendo as consequências do descaso. O Brasil passou séculos sem olhar para a educação. Precisamos criar o constrangimento de dizer aos gestores públicos: olha, você foi eleito, mas não tem carta branca, não podemos conviver com 9% de aprendizagem. Há uma conivência muito grande. Tem um grupo de brasileiros apoiando a tese fraudulenta, que defende que o problema da educação é doutrinação, falta de militar nas escolas ou o Paulo Freire. Não podemos ser enganados ou coniventes com quem tenta escapar da responsabilidade de fazer o que precisa ser feito. Estão perdendo a fraude e protegendo a mentira que está sendo contada para a população brasileira. Há certa conivência dos setores esclarecidos, que aceitam isso em troca de ganhos em outras áreas, como se o crescimento econômico compensasse os problemas na educação.

Houve avanços nas últimas décadas?

Sim, e avançamos mais do que o cidadão comum consegue enxergar. O problema é que o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, rede mundial de avaliação de desempenho escolar coordenada pela OCDE), e a onda de melhoria ainda não chegaram no ensino médio. O final da educação básica ainda não produziu resultados bons o suficiente, mas a educação básica vem avançando nos últimos 20 anos. Um dado concreto é que, em 2007, os alunos de 5º ano tinham 28% de aprendizagem considerada adequada e, em 2017, o resultado foi de 60%, mais que dobrou. Não temos, no Brasil, histórico de indicador social ou econômico com esse resultado.

Essa evolução se deve a que?

A vários fatores. Não teve, e nunca vai ter, uma bala de prata. Foi um conjunto, como a ênfase na alfabetização, o aumento de matrículas na educação infantil, na divulgação de avaliações com transparência. Os resultados do 5º ano são, sobretudo, decorrentes do empenho das prefeituras. Os prefeitos começaram a usar a educação como bandeira política, o que é muito bom. Antes do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas), não faziam isso. É o resultado da transparência, pois a avaliação mostra o avanço em uma gestão específica. O Brasil aprendeu a fazer fundamental. Agora, é continuar e chegar a 80% de aproveitamento, patamar de país asiático. São outras etapas, e vai ficando mais complexo, a defasagem vai se ampliando. Outra coisa é que houve mais articulação do MEC com os estados. Nos últimos anos, houve a aprovação da reforma do ensino médio, criou-se o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, formado por recursos dos três níveis da administração pública para financiar a educação básica pública), o Ideb. Em termos de políticas públicas, aconteceu muita coisa. Foi bem dinâmico.

Em 2000, o Brasil investia R\$ 2 mil ao ano por aluno e, em 2018, foram R\$ 6,3 mil. Por que não melhora? Falta financiamento ou gestão na educação?

Os investimentos aumentaram e, claro que isso importa, mas não é tudo. Investimento em um projeto equivocado não gera resultado. Se o projeto tiver falhas, pode dobrar o investimento, que não adianta. É o mesmo que colocar dinheiro em uma peneira.

E onde estão os buracos da peneira?

Na formação de professores, por exemplo, no uso das avaliações para mudar apenas a prática das aulas. As avaliações precisam servir para mudar também a gestão da rede e da escola. Está piorando o rendimento em matemática? então vamos rever. Português está bom? mantém a prática. Falta aumentar o ensino em tempo integral, pois as redes com tempo integral têm resultados melhores, e acabar com o ensino médio noturno, que é uma farsa. Tem um pessoal, com um discurso revestido de esquerda, que diz que é necessário porque alia com o trabalho, mas isso tem que acabar. Vamos fazer outras coisas para a questão do trabalho, pensar em bolsas, em trabalho nas próprias escolas. Tem que resolver isso.

Hoje temos uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma Base Nacional de Formação de Professores, aprovada no fim do ano passado. É uma evolução?

Sim, é uma evolução. A BNCC ainda não é excelente, mas é uma primeira experiência e o texto terá que ser revisado periodicamente. O mais importante é o potencial de alavancagem de resultados que traz. É muito importante ter um instrumento de alinhamento e articulação nas diferentes políticas de formação continuada, de avaliação, de currículo. O importante é ter explícito o que os alunos têm o direito de aprender. Se o desafio é a aprendizagem, o que fazer para conseguir isso e dar as diretrizes: qual livro didático usar, qual avaliação aplicar, que formação o professor deve ter. O documento ainda é frágil, mas foi dado o primeiro passo e agora há foco.

Quais são as fragilidades? O que você mudaria?

Acho que a BNCC foi discutido de forma muito ligeira, principalmente com relação ao ensino médio. É pouco moderna, pouco atraente para os alunos de ensino médio. Conversa pouco com a juventude atual e é muito detalhada, ao mesmo tempo em que aprofunda pouco. Não me parece muito contemporânea.

Como criar uma política nacional de valorização do docente? O Brasil nunca teve nada próximo a isso?

O Chile fez isso. O que é comum nos países do grupo que está no ranking do PISA é que eles não criam, por exemplo, canal de denúncia para professores. Eles recrutam os bons alunos do ensino médio para formação de professores, levam a sério concursos para a contratação e quem passa pela peneira ganha mais, e oferecem profissionalização e formação continuada. No Brasil, professor é uma atividade e não uma profissão. Aqui é normal ser professor e vender Avon ou ser motorista de Uber. Você conhece um cirurgião que faz cirurgias e nas horas vagas vende Natura? Ou em engenheiro civil? Mais professor, sim. A remuneração é uma parte da capacidade de investimento na educação, que está relacionada à arrecadação de impostos. No Brasil, se contrata mais professores do que é preciso. Inflam a folha de pagamento. É melhor ter menos professores com salários melhores e mais cobrança por resultados.

E a militarização do ensino público? O DF é um dos exemplos de adesão.

É uma modelo que está enganando a população, pois não vai entregar o que promete. Nas escolas militares tradicionais, não é a presença dos militares que faz os alunos aprenderem mais, mas o fato de essas escolas terem ensino em tempo integral, investimento três vezes maior, seleção de alunos, que já chegam com um nível mais alto. Eles pegaram esse modelo que dá certo e extraíram o único elemento que não tem nada a ver com o desempenho do aluno, que é a presença militar, e aplicaram como política pública. Entendo que os pais se sentem melhor, porque os filhos estão mais seguros. Também sou mãe e é importante saber que o filho está seguro na escola, mas não tem nada a ver com a qualidade do ensino. Não dá para o governo vender isso como solução.

Atualmente fala-se muito no modelo do Ceará, do Espírito Santo e do Piauí. Os estados estão mais maduros?

O trabalho dos estados foi descortinado e ganhou maior espaço devido à ausência do MEC. Realmente passamos por poucos períodos em que o MEC esteve ótimo, mas com esse nível de incompetência e inoperância, se escondendo atrás de uma densa cortina de fumaça, nunca houve nada parecido, nem no período militar. Eu acompanho o MEC há mais de 20 anos e nunca vi nada parecido. Então, os olhares se voltaram para os estados e ilhas de excelência apareceram, como o Ceará, Pernambuco, o Piauí e agora estamos vendo o Maranhão. O Nordeste se destaca em educação hoje em dia. O MEC sempre tomou o debate público sobre educação no Brasil. Sobre os modelos, nem sempre se trata de fazer diferente, muitas vezes, é uma questão de fazer direito o básico. O que explica o sucesso do Ceará é um conjunto muito simples, e bem executado, de políticas baseadas em evidências. Se funciona, então vou continuar fazendo. É isso. Em Pernambuco, o ensino médio de tempo integral tem uma sequência de várias gestões

com continuidade.

E outros modelos, como o da Escola Ponte de Portugal, atualmente muito comentado. O Brasil está atento?

Não há evidência de que inovações, como a da Escola da Ponte, tenha resultado em termos de aprendizagem. São modelos pitorescos, que não servem para escalar para uma quantidade grande de alunos, não servem como política pública. E o exagero pode levar a cair no outro extremo da escola militar. As inovações têm que ser consideradas dentro de uma plataforma de política tradicional, assentada em uma estrutura convencional, para acelerar e trazer soluções melhores. Quem aposta em inovação como solução, erra. Inovar no Brasil é fazer o básico bem feito. Eu diria que a questão não é inovação, mas modernização. Por exemplo, ensinar estatística, incluir conteúdos socioemocionais, material digital é modernizar. Estatística é superimportante para programação, para compreender uma pesquisa de opinião pública ou eleitoral. É uma ferramenta da matemática importantíssima, mas não está no currículo do ensino médio. Incluir estatística não inova, mas moderniza, para que o aluno possa aprender a viver no mundo contemporâneo. Temos que ser pragmáticos, ter o pé no chão. Não adianta queimar etapas. A inovação vai encontrando o seu espaço.

O Fundeb vence este ano, conforme prevê a Constituição, mas o Congresso estuda tornar o mecanismo permanente. É uma oportunidade de reformar o fundo?

É uma oportunidade de ter um instrumento mais justo, mais redistributivo. Hoje, a diferença entre os municípios chega a mais 500% em termos de investimentos por aluno. É absolutamente injusto ter aluno que vale menos do que outro. Todos estão no Brasil, então, para ser mais equitativo, tem que ser mais redistributivo. Antes do Fundeb, a diferença chegava a cerca de 13.000%, mais ainda é possível reduzir mais as diferenças.

Como se dá essa diferença?

São vários fundos formados por 26 estados e o governo federal. Serve como mecanismo para reduzir a desigualdade entre as redes que investem mais e as que investem menos. E tem a complementação da União, conforme o estabelecido pela Constituição. Tem municípios que só tem FPM (Fundo de Participação dos Municípios), não têm arrecadação própria, e outros, que tem arrecadação alta, royalties. No Todos pela Educação, defendemos uma equalização ainda maior, com uma distribuição de recursos que considere os indicadores fiscais e socioeconômicos dos municípios, destinar recursos para redes de ensino mais vulneráveis e no aumento progressivo da participação da União. Pode ser uma oportunidade de gerar mais resultados, ou seja, ter uma forma de investir baseado em resultados e não apenas investir por investir. Muitos municípios, 40% não chegam nem no investimento mínimo de R\$ 5,7 mil ao ano por aluno. Por exemplo, depois que chegar no valor mínimo por aluno, os valores poderiam estar atrelados a resultados. Mas só o Fundeb é insuficiente. É preciso combinar com outros incentivos, mas o MEC não tem conseguido fazer essas políticas.

As mudanças propostas pela equipe econômica para o Pacto Federativo, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enviada ao Congresso no fim do ano passado, podem impactar a educação?

Essa PEC ainda está em discussão, mas, sim, o texto atual, que ainda pode ser modificado, gera consequências, pois a proposta de juntar os mínimos constitucionais para a saúde e para a educação pode afetar os investimentos em educação. Isso porque quando a saúde está ruim, é uma espécie de morte rápida. No caso da educação, é uma morte lenta. Como os ciclos políticos são de quatro anos, o prefeito sempre vai querer atender à demanda da fila do hospital e vai remanejar da educação, caso esses dois recursos passem a se comunicar, como está na proposta. Os adultos são os afetados pela saúde e têm mais influência. Votam. A educação se refere às crianças, que não têm influência no debate e não votam, portanto, juntar os dinheiros será muito desvantajoso para educação. A sociedade precisa discutir isso e ver se quer arriscar que isso aconteça. Eu entendo as razões de acabar a vinculação. Mas não se pode correr esse risco. O Brasil não tem maturidade política para isso.

Estamos no início do ano. Que conselho daria aos pais que estão a procura de escola pública ou privada?

Que vejam o resultado da escola no Ideb e, mais do que isso, se está melhorando, piorando ou está estagnado. Já temos o Ideb desde 2007. Já temos um histórico. Ver o plano da escola para melhorar no Ideb. E mais, ver se a escola tem abertura para a participação dos pais. Se há um fluxo de comunicação entre a escola e a família. Uma escola que marca reunião de pais na terça-feira às 10 horas da manhã, quando está todo mundo trabalhando, não quer os pais ali. Escola fechada para as famílias perde um importante instrumento que gera resultados, que é a abertura à participação das famílias.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Inexiste democracia de pensamento único

Bolsonaro se fortalece porque dá voz aos amuados

Desmantelamento da política ambiental? Agronegócio envenenando o mundo? Índios sendo massacrados? Cultura em perigo? A educação acabou?

É cedo para uma avaliação mais precisa sobre esse modo liberal de governo no Brasil. O estilo boxeador de Jair Bolsonaro às vezes ajuda — e outras atrapalha — a compreensão correta de suas propostas. E ainda existem os filhos, o Congresso, o centrão, o Supremo...

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/inexiste-democracia-de-pensamento-unico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Nikola.Tesla@edu para Bolsonaro@gov

Se o senhor estimular a pesquisa de brasileiros, coisas boas acontecerão

Pedro me contou que vocês tiveram um presidente capaz de dizer que Napoleão foi à China e hoje têm um ministro da Educação meio monarquista que não sabe português. Ele escreve "suspensão", "imprecionante" e "antecessores".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/2020/01/nikolateslaedu-para-bolsonaroatgov.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Lápis

A oferta de bolsas de estudo cresceu no ano passado, segundo o site Quero Bolsa, que conecta alunos aos auxílios nas instituições. O número de turmas com o benefício no ensino superior atingiu cerca de 65 mil em 2019, 10% acima de 2018, segundo o site.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/01/industria-de-calcados-vai-annunciar-aumento-de-18-em-producao.shtml>

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Menos textos, solução de Bolsonaro para o Brasil

Responsável pela educação de 01, 02 e 03, cavalheiros conhecidos pela cultura, pelo domínio da língua e pela riqueza intelectual, o presidente Jair Bolsonaro promete entregar em 2021 novos livros didáticos, mais adequados à formação de jovens produtivos e moralmente sadios. Os brasileiros têm sólidos motivos, portanto, para otimismo em relação a este ano, ao ano seguinte e, de modo mais amplo, ao futuro do País, se as novas diretrizes forem preservadas. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, certamente contribuirá para o sucesso da revolução educacional. Horizontes serão ampliados e os brasileiros, seguindo o exemplo do ministro, poderão escrever “imprecionante” e “paralização”, livrando-se da mediocridade das normas ortográficas.

O educador Bolsonaro anunciou no dia 3 de janeiro, na saída do Palácio da Alvorada, o compromisso de renovação dos livros didáticos. “Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar tudo aquilo”, explicou o presidente, segundo a transcrição publicada pela imprensa. Mais dedicado à oralidade do que à escrita, ele compõe, no entanto, um par muito harmonioso com o ministro da Educação. “Falando em suavização”, continuou o presidente, “estou vendo uma cabeça branca ali, estudei na cartilha Caminho Suave. Você não esquece. Não esse lixo que, como regra, está por aí. Essa ideologia de Paulo Freire.”

A preocupação com os grandes desafios brasileiros e com a insegurança global pode ter induzido a alguma confusão. Embora Paulo Freire seja considerado patrono da educação brasileira, suas ideias estão longe de ser dominantes. As escolas se distinguem também pelos métodos e estilos. Além disso, Paulo Freire notabilizou-se principalmente pela aplicação de suas ideias à educação de adultos. Ele recomendava levar em conta a experiência do grupo, suas condições de vida, suas preocupações e seu vocabulário. Bolsonaro, tanto quanto se sabe, nunca foi aluno de um desses cursos. Nenhuma pessoa bem formada a partir da leitura de uma boa cartilha precisaria disso.

Pouco propenso a exibicionismo, o presidente Jair Bolsonaro tem sido parcimonioso na referência a livros, a autores e a obras de arte. Não costuma ilustrar suas ideias com citações. Refere-se a Marx, de vez em quando, para condená-lo, mas sem jamais mencionar diretamente algum texto, digamos, do Manifesto Comunista, da Contribuição à Crítica da Economia Política ou d’O Capital. Tampouco se refere diretamente aos escritos de Paulo Freire, talvez por precaução. Mas dificilmente a citação de textos poderia contribuir para a difusão de obras nocivas à juventude, à prosperidade nacional e à vida cristã. Quem seria tentado a conhecer livros como Pedagogia do Oprimido, Educação como Prática de Liberdade e Pedagogia da Autonomia, obras de um sujeito

classificado por Bolsonaro como energúmeno?

O público mais atento ao formador moral e intelectual de 01, 02 e 03 dificilmente seria atraído por esse engano. Esse público é certamente parcimonioso no uso do tempo dedicado à leitura e sabe evitar o perigo. Quanto às pessoas menos prevenidas, é preciso continuar a instruí-las sobre as armadilhas frequentemente ocultas entre capas e contracapas.

Ao criticar os livros didáticos em uso no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro deu algumas pistas de seus planos salvadores. Esses livros, disse ele, têm “muita coisa escrita”. É preciso, portanto, suavizá-los. O aprendizado segundo o método Bolsonaro será facilitado e aperfeiçoado, portanto, com redução da “coisa escrita”. Convém ler menos para aprender o necessário e conveniente à civilização em construção no Brasil. A maioria dos brasileiros já pouco se dedica à leitura. É preciso difundir essa qualidade – a cuidadosa distância dos livros – e estendê-la, tanto quanto possível, aos universitários.

Se o ministro Weintraub foi suficientemente cauteloso, outros também poderão ser. O governo tem um bom conjunto de exemplos. Além de Weintraub, há a ministra Damares Alves e o ministro de Relações Exteriores, defensor de uma diplomacia cristã para um Estado laico. Ele cita livros de vez em quando, mas parece ter sido pouco prejudicado intelectual, moral e ideologicamente por seu uso. Mas nem todos têm essa capacidade. Por isso é necessário ajudá-los a evitar os perigos.

O presidente educador e seus principais auxiliares têm a seu favor, no entanto, um fato muito auspicioso e nem sempre lembrado. Paulo Freire escreveu muito e alguns de seus textos são longos. Algumas obras de Marx são enormes e complicadas. No Brasil, muitos comunistas nunca leram O Capital. Algumas das principais obras de Sartre, como O Ser e o Nada, são assustadoramente extensas. Mas também entre os chamados liberais há autores perigosos, especialmente porque fingem aproximar-se de valores do Ocidente. É o caso de pensadores como John Rawls, Ronald Dworkin, Robert Dahl, Herbert L. A. Hart e Amartya Sen. Convém ser muito cuidadoso em relação a este último. Ganhador do Nobel de Economia, pode atrair a atenção de jovens desprevenidos. Mas todos esses, felizmente, são autores de textos longos e nem sempre simples, embora com frequência bem escritos – pelos padrões anteriores aos bolsonarianos e weintraubianos..

Ainda no dia 3, horas depois das palavras sobre os livros didáticos, o presidente Bolsonaro apoiou, por meio de nota do Itamaraty, a ação do presidente Donald Trump contra o general iraniano Qassim Suleimani. O governo brasileiro foi muito mais ousado, nesse momento, que os da Europa Ocidental. Preocupadas com as exportações para o mundo muçulmano, figuras importantes do agronegócio pediram cautela ao presidente Bolsonaro. Que são, no entanto, alguns bilhões de dólares diante dos valores cristãos encarnados pelo presidente americano? Certamente faltou a esses líderes a educação agora prometida pelo discípulo de Trump.

* JORNALISTA

Fugindo da modéstia, o presidente citou um livro como exemplo, a cartilha ‘Caminho Suave’

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

No Congresso, governo entra em 2020 já com obstáculos Quatro MPs perdem validade em fevereiro, entre elas a que tira da UNE monopólio da carteira de estudante

O presidente Jair Bolsonaro enfrentará dificuldades para aprovar medidas provisórias (MPs) que perdem validade logo no retorno dos trabalhos do Legislativo, no início de fevereiro. Uma delas foi anunciada com pompa pelo Palácio do Planalto, inclusive com inserções na TV: institui a nova carteirinha de estudante digital, sem a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) na confecção. Essa MP deixa de valer em 16 de fevereiro, caso não seja votada pelo Congresso. Bolsonaro ainda enfrentará resistência para negociar a MP que extingue o DPVAT, seguro obrigatório cobrado para indenizar as vítimas de acidentes de trânsito, e outra que foi elaborada para criar a carteira de trabalho verde e amarela. Essa última recebeu 1.930 emendas em comissão mista e, caso avance, deve ser desfigurada pelos parlamentares. Também em 16 de fevereiro, a MP que tornou a publicação do Diário Oficial exclusivamente em meio eletrônico pode perder a validade. Em 2019, Bolsonaro enviou 48 MPs ao Congresso. Delas, apenas 12, ou seja, 25% se transformaram em leis. Outras 12 perderam a validade ou foram rejeitadas, e 24 continuam em tramitação.

Apesar de o entorno do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, reconhecer a possibilidade de derrota nessas MPs, o governo não demonstra preocupação. Em 2020, o Planalto não entrou em contato com os parlamentares para defender as medidas provisórias.

OUTROS FATORES

Outros fatores devem contribuir para as primeiras derrotas do governo Bolsonaro em 2020. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem boa interlocução com o líder do PCdoB e ex-presidente da UNE, Orlando Silva (SP). O deputado pressiona pelo arquivamento da iniciativa que cria a nova carteirinha de estudante. Também deve atrapalhar os planos do governo o fato de o ministro da Educação, Abraham Weintraub, entusiasta da medida, ser rejeitado por boa parte dos parlamentares.

— Para os líderes, a MP da carteirinha estudantil parece mais uma medida vazia do governo, mais uma ação de marquetagem para alimentar suas bases eleitorais do que uma medida concreta que traz benefícios aos brasileiros — criticou Orlando Silva.

Líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) reconhece as dificuldades do Planalto para aprovar as MPs, mas ressalta que tudo vai depender da interlocução do governo no retorno do recesso legislativo. Ele cita a MP do programa Médicos pelo Brasil, segundo ele aprovada aos “45 do segundo tempo”.

— A partir da próxima semana, a gente começa um contato prévio com os líderes para ver o que dá para votar e o que não dá. Será um mutirão, porque é um semestre muito curto. Teremos eleições — diz o senador. Em relação à carteira verde e amarela, aliados de Bolsonaro no Congresso dizem que a medida pode amenizar os efeitos da atual recessão e impactar positivamente a economia. Já a oposição e parte do centrão avaliam a MP como uma tentativa de precarizar as relações de trabalho.

BAIXA ADESÃO

Na comunidade educacional, a ID Estudantil também ainda não decolou. No portal do programa na internet, a informação é que, até o momento, foram emitidas 114.368 carteirinhas. O número é baixo diante do universo de estudantes. Atualmente, há cerca de 48,4 milhões de matrículas na educação básica e 8 milhões no ensino superior.

topo ↗

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS O BEABÁ DE BOLSONARO

As primeiras edições feitas sob o crivo do governo inspiram temores e autocensura

O ano era 1964. Chegava às salas de aula um livro que marcaria um triste capítulo da história da educação brasileira. Escrito por um sociólogo militar com a ajuda de jovens historiadores, História Nova do Brasil não tinha nada de subversivo. Amparava-se no marxismo, porém, para explicar a história econômica do País. Bastou para que os generais golpistas sumissem com os exemplares distribuídos. E para que seu autor, Nelson Werneck, perdesse os direitos políticos pelos próximos dez anos. Interrompia-se ali o processo de modernização que floresceu nos anos JK. Não foi necessário, porém, invadir bibliotecas e repartições. “As editoras entenderam o recado e passaram a se autocensurar”, pontua a historiadora Circe Bittencourt, organizadora do Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros, a maior biblioteca desse gênero do País. Quase seis décadas depois, a história parece se repetir. Chegarão nas escolas em 2021 os primeiros livros produzidos sob a batuta do governo Bolsonaro. Apenas para o Ensino Médio, por enquanto. E já não mais definidos por disciplinas, mas pela proposta de ensino integrado definida pela controversa reforma do governo Temer. A seleção do material abrirá um novo terreno de batalha ideológica na educação, talvez o setor mais aviltado pelos novos donos do poder. Em conversa com jornalistas no último dia 3, o presidente antecipou seus planos. Sem que qualquer repórter perguntasse, alardeou a notícia. Chamou os livros didáticos brasileiros de “lixo”. Também prometeu “suavizar” o “amontoado de muita coisa escrita” que, segundo ele, caracterizou a produção dessas obras até aqui. A declaração causou mais pavor entre educadores do que a ameaça de guerra com o Irã. E com razão.

Bolsonaro não mentia quando disse que as obras perderão tamanho. Os livros da nova fornada deverão ter entre 160 e 320 páginas, conforme as regras do edital do Programa Nacional do Livro Didático, divulgado (com atraso) no mês passado. Antes, podiam ter até 1.000 páginas. O material que serve de apoio aos professores também afinou. Perde-se assim muito da base científica e pedagógica para preparar as aulas. Ganha-se em troca o apoio de vídeos de até 10 minutos com linguagem “atrativa” e de “fácil entendimento”, como os do YouTube. Uma pitada de cada conteúdo passa a ser suficiente. Estima-se que as editoras invistam 1,5 milhão na produção de uma coleção de livros didáticos. Num mercado altamente dependente do dinheiro público, a pressão para emplacar uma coleção na lista ganha contornos ainda mais gravosos debaixo das ameaças do governo. As editoras têm eliminado em casa, desde o ano passado, eventuais “polêmicas” que possam desagradar e atrapalhar os negócios. O conteúdo muitas vezes é alterado ainda na fase inicial de produção.

CartaCapital ouviu editores das maiores casas do ramo no País. O clima de autocensura, dizem, tem afetado principalmente as questões envolvendo o respeito à diversidade sexual e identidade de gênero, volta e meia atacados pelo presidente. “Na hora de escolher um texto para abrir um capítulo, autores gays foram descartados. Caio Fernando Abreu, jamais”, relatou uma das fontes envolvidas na feitura das obras de

Literatura. Outro encarte sobre literatura homoerótica foi descartado “logo de cara”. A ofensiva escora-se no pânico moral e no fantasma do kit gay, tantas vezes desmentido. Em outra declaração sobre esses livros, o presidente disparou: “O pai quer que o filho seja homem e que a menina seja mulher, coisa óbvia”. Bandeiras caras à agenda da ministra Damares Alves, como o suicídio entre adolescentes e o enfrentamento ao bullying, ganharam mais espaço. Outra preocupação são os capítulos sobre a ditadura. Para evitar cair em eufemismos como regime (ou revisionismos como revolução ou movimento), os autores usarão o termo “ditadura civil-militar”, conforme manda a lei.

É improvável, porém, que uma foto de protestos esteja estampada em destaque. “Tem sido o horror dos horrores, porque ninguém quer ser reprovado. Então certas coisas são amenizadas, substituídas”, resume. Outra reclamação é a dificuldade em adaptar o trabalho feito até aqui a obras generalistas e mais enxutas. “Os editores têm consciência de que os livros ficarão mais fracos. Para transformar os livros em interdisciplinares, cada matéria perdeu um pouco de espaço. Ou seja, perdeu conteúdo.” A mudança também afeta o caixa, uma vez que o preço de venda de cada livro é calculado conforme o número de páginas. O clima de caça às bruxas também afeta a produção literária de ficção. Nesse caso, literalmente. No ano passado, o clube de assinaturas Leiturinha, o maior do País, vetou em seu edital de seleção livros protagonizados por bruxas, fadas, duendes e outros seres mágicos. O motivo? As tais figuras são consideradas demoníacas por certas ordens religiosas. A empresa voltou atrás depois da repercussão negativa do caso no meio editorial. A rejeição nas escolas e lares, entretanto, corre ainda a pleno vapor.

Naquele mesmo dia em que enxovalhou os livros didáticos, Bolsonaro elogiou a cartilha Caminho Suave, base da alfabetização durante a ditadura. Entre especialistas, porém, as lembranças no livro são bem menos airosas. A decoreba de frases soltas e desconexas como “vovô viu a uva” contribuiu para as dificuldades e desgosto com a leitura e a escrita que até hoje assolam a vida brasileira. Já o método Paulo Freire vai na direção contrária: o essencial é ensinar a pensar a palavra em seu texto e contexto. Sua obra-prima, a Pedagogia do Oprimido, é a mais citada nas cátedras de ciências sociais. Freire também foi secretário municipal de Educação em São Paulo na gestão de Luiza Erundina (1989-1993). Entre outros feitos, melhorou o índice de aprovação, implantou conselhos escolares e ampliou a educação de adultos.

A política nacional dos livros didáticos recebe críticas à direita e à esquerda. As modernas escolas construtivistas, por exemplo, criticam o material por comprometer a autonomia do professor. Mas é inegável que essas obras são essenciais à realidade escolar brasileira. A maioria dos estudantes brasileiros tem pais e mães que passaram poucos anos na escola. E, em muitos lares, os livros recebidos de graça na escola são os únicos na estante além da Bíblia.

Para a educadora Pilar Lacerda, ex-secretária de Educação Básica do MEC, o governo equivocou-se e desinforma. “Não existe doutrinação, isso é uma bobagem. A escola precisa de livros plurais, de visões diferentes. É nesse caldo de cultura que o aluno ganha os recursos para formar a própria opinião e se colocar como sujeito no mundo.” Quanto melhores e mais diversos esses livros, diz, mais se beneficiam os alunos e professores. “Doutrinação quem faz são as igrejas e os partidos políticos.” Apesar das intenções do governo, a lei impõe algumas garantias por meio da Base Nacional Comum Curricular. Essas obras são obrigadas, por exemplo, a promover positivamente

a imagem das mulheres, dos negros e das populações indígenas e quilombolas. Além disso, os livros selecionados devem estar livres de doutrinação religiosa e preconceitos de classe, origem, etnia, gênero, orientação sexual, de idade, de linguagem, de deficiência e outros. Ficam vedadas também a apologia da violência e a violação de direitos humanos. Se não a cumprir, o ministro Abraham Weintraub comete improbidade administrativa.

Seu ministério não repassou até agora os 105 milhões de reais prometidos para tirar a BNCC do papel. A franja mais amalucada do bolsonarismo, aliás, volta e meia clama pela extinção da lei. Talvez inspirados pelo macarthismo americano, que extinguiu o currículo unificado nas escolas dos EUA. A falta de controle e fiscalização pública abriu espaço para o crescimento de várias editoras de “pedagogia religiosa”. Em 2008, o jornal Orlando Sentinel mostrou que o material usado por escolas cristãs subsidiadas da Flórida retratava humanos e dinossauros vivendo juntos (um arredondamento de... 65 milhões de anos). A escravidão na região era narrada como período de harmonia. A luta pela abolição só ocorreu porque “indivíduos sedentos de poder agitaram o povo”. Aquele processo de modernização interrompido pela ditadura só voltaria a vigorar em 1985, quando renasceu a Política Nacional do Livro Didático. Dali em diante, esse material passaria por uma triagem científica e pedagógica antes de chegar às escolas. A partir dessa lista, caberia aos professores e diretores escolher o material mais adequado à própria realidade. Os problemas de distribuição só cessaram no fim dos anos 90, já sob o governo FHC. Esses avanços incrementais perderam força no governo Temer (aBNCCd o Ensino Médio, por exemplo, não contou com o aval de conselhos civis). Agora, o risco de retrocesso é ainda maior. Embora o governo não tenha poder de mudar as regras do jogo, pode privilegiar, dentro das regras, o material que mais perto chegar do limite razoável. Fica mais fácil quando parte desse trabalho tem sido adiantada dentro das próprias editoras . .

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Coleção Arquitetura Moderna na Bahia

No último dia 19/12 foi lançado no Museu de Arte da Bahia a coleção “Arquitetura moderna na Bahia (1947-1951)”, Edufba (5 v.), do Arq. Nivaldo Vieira Andrade Jr, presidente nacional do IAB. Trata-se de trabalho de fôlego resultante de sua tese doutoral, orientada pela Profa. Esterzilda Bernstein de Azevedo, defendida em 2012 e que recebeu os prêmios de teses da **CAPES** e ANPARQ. Nivaldo reconstrói com documentos, plantas e fotos casas e edifícios destruídos pela especulação imobiliária, mas que comprovam a contribuição da Bahia ao tema. No 1º volume, “O lugar da Bahia na história da arquitetura moderna brasileira”, Nivaldo denuncia a sistemática obliteração da contribuição baiana pela historiografia nacional. Ele recapitula as primeiras manifestações na Bahia, que datam do início da década de 1930 com os projetos do Instituto do Cacau e do Instituto Normal do alemão Alexander Buddeus.

Tema que tratei no capítulo “Crise e modernização: a arquitetura dos anos 30 em Salvador”, em livro de Hugo Segawa (org.) de 1988. Nivaldo bem que poderia ter nomeado sua coleção como entre 1932-1951. Em “O EPUCS e a autonomização do campo arquitetônico na Bahia”, 2º volume, Nivaldo relata a experiência inovadora de um urbanismo com olhos para o social e não apenas para o saneamento e a circulação, pela equipe formada pelo sanitarista Mario Leal Ferreira, o agrimensor Diogenes Rebouças e o sociólogo Admar Guimarães. Escola mais de urbanismo que de arquitetura. Por isso, ele considera o início da arquitetura moderna baiana em 1947, com

o início da atuação de Rebouças na arquitetura. “Um teto para cada escola”, 3º volume da coleção, trata da oportuna integração da educação, do planejamento territorial, da arquitetura e das artes por Anísio Teixeira, como Secretário de Educação e Saúde durante a redemocratização de 1946. No 4º volume, “Arquitetura, educação e arte: o Centro Educativo de Arte Teatral”, Nivaldo historia a conceituação original de Anísio e as modificações que sofreu o projeto do Teatro Castro Alves do baiano/carioca Bina Fonyat. Projeto que sofreu a mais severa campanha de Rebouças. Polêmica que continuou com sua longa reconstrução após incêndio obscuro, mas que supostamente evitou 1.500 mortes na sua inauguração.

Nivaldo encerra sua coleção com “O transatlântico e o avião: arquitetura moderna e turismo na Bahia” em que trata dos projetos de um hotel cartesiano inconcluso em Paulo Afonso, de Rebouças, e o orgânico Hotel da Bahia dele e Paulo Antunes Ribeiro, outro pioneiro da arquitetura moderna na Bahia. O título da coleção sugere sua continuação, especialmente da obra de Rebouças, que é o foco do autor. A coleção interessa não apenas a arquitetos e urbanistas, mas a historiadores e amantes desta terra desmemoriada e bela.

topo ↕

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - EDITORIAL

Empresa e Pesquisa

Costuma-se afirmar que há, no Brasil, enorme distância entre o trabalho realizado nas universidades, notadamente as públicas, e empresas em geral

Costuma-se afirmar que há, no Brasil, enorme distância entre o trabalho realizado nas universidades, notadamente as públicas, e empresas em geral. Os estudos teriam caráter teórico exclusivo, sem interessar ao setor privado. O resultado disso seria o baixo investimento do País em pesquisa e desenvolvimento (P&D), comprometendo a competitividade nacional. Destaque-se que P&D normalmente se refere a atividades de longo prazo e orientadas ao futuro, relacionadas à ciência ou tecnologia, usando técnicas similares ao método científico sem que haja resultados pré-determinados, mas com objetivos de algum benefício comercial.

Estudo desenvolvido pelo físico e diretor-científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito Cruz, desmente tal conclusão, e mostra que a interação entre universidades públicas e empresas é subestimada no País. O número de artigos científicos realizados em coautoria entre pesquisadores da academia e da indústria cresceu a uma taxa média de 14% ao ano entre 1980 e 2018, passando de pouco mais de uma dezena para 1,5 mil no final do período.

Apesar de não existir indicadores confiáveis e levantamentos sistemáticos sobre a colaboração empresa-universidades, esses números mostram que o panorama vem se alterando de modo bastante significativo nos últimos anos. A maior interação tem sido restrita, porém, a poucas instituições: 72% dos artigos comuns escritos pertencem a dez universidades, com destaque para a Universidade de São Paulo, com 2,7 mil deles produzidos entre 2009 e 2018, mais do que o dobro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1,1 mil artigos no período).

A Petrobras se destaca entre as empresas que mais publicaram artigos em coautoria (543 entre 2015 e 2017, 13% do total analisado), mas chama a atenção a presença de laboratórios farmacêuticos, como a Novartis, segunda colocada no período, com 77 artigos. Aparecem ainda empresas como Vale, IBM e Embraer.

Fica evidente que há espaço para o crescimento dessas parcerias. Elas interessam tanto às universidades como as indústrias, e permite maior financiamento privado às pesquisas desenvolvidas na academia. Isso não significa, entretanto, que todo o trabalho científico terá essa finalidade. Há necessidade, é claro, de autonomia para a definição de áreas e temas que serão estudados, sem que eles tenham necessariamente interesse e objetivo de servir ao setor privado, e que, em certos casos, possuem caráter essencialmente teórico.

Nesse sentido, é importante que sejam asseguradas verbas públicas para o fomento das pesquisas, por meio de agências governamentais, como a **Capes**, ligada ao Ministério da Educação, e o CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A combinação das duas fontes - pública e privada - é necessária e pode trazer grandes perspectivas para o futuro da pesquisa no Brasil.

topo ↕

MEIA HORA - GERAL

Mais de 60 mil bolsas para capacitar docentes

Para melhorar a qualidade da educação brasileira, o Ministério da Educação (MEC) vai oferecer mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da Educação Básica. Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou no Diário Oficial da União a oferta para qualificação dos docentes. O anúncio foi feito no dia 12 de dezembro do ano passado, em Brasília, pelo presidente da **Capes, Anderson Correia**. O prazo para cadastro dos projetos já está aberto e termina no dia 2 de março.

O primeiro edital oferece bolsas para o programa Residência Pedagógica, que integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro de sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o segundo edital refere-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de Ensino Superior. A duração será de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química.

“O professor é o elo vital da formação das crianças e adolescentes no Brasil. Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, afirmou o presidente da **Capes**.

Resultado da seleção sai até 10 de abril

Para se inscrever nas vagas, o professor precisa acessar a plataforma da **Capes** por meio do link <https://contrasicapes.capes.gov.br/>. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

O investimento na formação de professores deve contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O indicador é produzido com base nas informações de duas fontes: o Sistema de

Avaliação da Educação Básica (Saeb), por meio de prova e questionário aplicados a cada dois anos; e o Censo Escolar, respondido anualmente por todas as escolas do país.

topo ↕

O DIA - RJ - GERAL

Mais de 60 mil bolsas para capacitar os professores

Vagas são para alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, entre outras áreas

O Ministério da Educação (MEC) vai oferecer mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da Educação básica. O objetivo é melhorar a qualidade do ensino no país.

Na semana passada, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes) publicou no Diário Oficial da União a oferta para qualificação dos docentes. O anúncio foi feito no dia 12 de dezembro do ano passado, em Brasília, pelo presidente da **Capes, Anderson Correia**. O prazo para cadastro dos projetos já está aberto e termina no dia 2 de março.

O primeiro edital oferece bolsas para o programa Residência Pedagógica, projeto que integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o segundo edital refere-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado à primeira metade do curso.

prazo de até 18 meses

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de Ensino Superior. A duração será de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química.

"O professor é o elo vital da formação das crianças e adolescentes no Brasil. Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirmou o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

Resultado da seleção sai até 10 de abril

Para se inscrever, o docente precisa acessar a plataforma da **Capes** por meio do link <https://contrasicapes.capes.gov.br/>. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril. O começo das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

O investimento na formação de professores deve contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O indicador é produzido com base nas informações de duas fontes, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por meio de prova e questionário aplicados a cada dois anos, e o Censo Escolar, respondido anualmente por todas as escolas do país.

topo ↕

O IMPARCIAL - MA - GERAL

DOUTORADO

O vinho é a bebida que mais cresceu em vendas, no ano passado, no Brasil. Enquanto em cerveja e uísque esse crescimento girou entre 5% a 10%, os vinhos tintos e brancos,

nacionais e importados tiveram uma procura 17% maior por parte dos consumidores. A Unoeste teve recentemente mais uma grande conquista: a aprovação do doutorado em Educação. A proposta submetida pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu na área, juntamente com a PRPPG (Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação), foi aprovada em todos os indicadores pelo CTC (Conselho Técnico- Científico) da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão do Ministério da Educação. As inscrições já podem ser feitas e prosseguem até o dia 30 de janeiro.

topo ↕

TODO DIA - SP - BRASIL

Brasil ganha nova estação na Antártica

Base reconstruída após incêndio em 2012 será inaugurada nesta terça-feira sob o fantasma do corte de verbas

A nova base brasileira para pesquisas científicas na Antártica será inaugurada no próximo dia 14 sob o temor de que os recentes cortes orçamentários federais nas áreas de ciência e educação afetem os estudos na região. O presidente Jair Bolsonaro,

que estaria presente na cerimônia, cancelou sua ida alegando recomendação médica. Além da histórica instabilidade de financiamento do ProAntar (Programa Antártico Brasileiro), em 2019 o contingenciamento do governo federal também atingiu bolsas de estudo, obrigando alunos de pós-graduação a desistirem de suas pesquisas.

Destruída por incêndio em fevereiro de 2012, a estação Comandante Ferraz teve investimentos de US\$ 100 milhões e foi reconstruída por uma estatal chinesa. Abriga 17 laboratórios, tem capacidade para até 65 pessoas e é uma das mais modernas na região. “Ganhamos uma Ferrari, maravilhosa, linda. Temos laboratórios que muitas universidades não têm. Mas tem que ter gasolina, insumos para os laboratórios, alunos fazendo pesquisa. Se não tiver, a Ferrari não anda, vai enferrujar.”

O desabafo é do botânico Paulo Câmara, professor da UnB (Universidade de Brasília), que realiza pesquisa com plantas da Antártica há seis anos e também ajudou a montar os novos laboratórios da base científica, que fica na ilha Rei George. Em 2018, foi aberto um edital de R\$ 18 milhões para pesquisa científica na Antártica. O montante banca atividades de 17 projetos por quatro anos, R\$ 4,5 milhões ao ano.

Segundo pesquisadores, com a mudança de governo, R\$ 2 milhões em bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que já estavam empenhadas, não foram aplicados. Outros quase R\$ 4 milhões estariam em suspenso. Essas bolsas de estudo são fundamentais para formar novas gerações de pesquisadores. Só países com atividade científica, que hoje somam 29, podem ter voz e voto no Tratado da Antártica, que regula as atividades no continente. O Brasil se tornou membro em 1975 e membro consultivo em 1983, com o ProAntar.

A Antártica representa 10% do território do planeta, com 70% da água doce do mundo e imensas reservas intocadas de gás, minérios e petróleo. “As pessoas podem achar que é muito dinheiro para estudos, mas não. É uma pesquisa internacional, que depende do dólar. Quem tem um projeto de R\$ 1 milhão, tem menos US\$ 250 mil. Os equipamentos, reagentes, tudo é importado”, explica o microbiologista Luiz Henrique Rosa, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), coordenador de projeto que estuda fungos na região.

Para Câmara, a instabilidade dos recursos é um entrave. “O edital anterior tinha duração de três anos, mas o dinheiro teve que durar cinco. Agora, o edital de R\$ 18 milhões virou um de R\$ 12 milhões [o governo federal não confirma esse corte].

A todo momento corta-se bolsas de estudo. Não há garantia de continuidade de recursos. Os novos cientistas dependem dessas bolsas para fazer pesquisa”, diz ele. Rosa lembra que o trabalho de pesquisa na Antártida é apenas uma parte, 30% do que tem que ser feito. O resto, a transformação em produção científica, ocorre no Brasil, nas universidades. “A maior parte dos bolsistas é vinculada aos programas de pós-graduação.

Se o governo corta essas bolsas de pós, os alunos não têm como se manter e o programa [antártico] perde também”, diz Rosa. Segundo o contra-almirante Sérgio Guida, responsável pela etapa final da reconstrução da base antártica, a maior reclamação não é sobre eventuais cortes de verbas ocorridos neste ano, mas em relação à inconstância do financiamento para as pesquisas. “Essa pouca constância no repasse de recursos trazem impacto. Os pesquisadores reclamam com razão.

A nova estação Comandante Ferraz, base brasileira na Antártica, que teve investimentos de US\$ 100 milhões mais ir para lá [Antártica]. Perde-se pesquisador antártico em que se investiu dois, três anos para formar.”

MINISTÉRIO Em nota, o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) nega que tenha havido contingenciamento dos recursos para o Proantar e diz que a terceira e última parcela relativa aos recursos do edital seria paga até o final de 2019.

Em relação às bolsas da **Capes**, o ministério afirma que o CNPq estabeleceu um acordo para a implementação de ações no Proantar no valor de R\$ 5,72 milhões. O valor das bolsas nos projetos aprovados em situação P1 (projeto aprovado, já com recurso garantido) foi de R\$ 1,87 milhão.

Informa ainda que existe saldo de R\$ 3,85 milhões em bolsas (mestrado, doutorado e pós-doutorado) que poderia ser alocado em P2 (projetos aprovados, mas sem recursos garantidos) e que há uma demanda de bolsas para três projetos, no valor de R\$ 721,6 mil.

O ministério não informou, porém, se e quando esses recursos serão liberados. “Se tem dinheiro sobrando dessas bolsas, porque não passaram ainda para os P2? Cadê o dinheiro? Tive que dispensar dois excelentes alunos de pós-doutorado porque a gente não conseguiu bolsas. Quem vai tocar o programa daqui a alguns anos é essa turma que precisa de bolsas hoje, é a nova geração de pesquisadores | antárticos”, diz Paulo Câmara.

Além das pesquisas sobre o potencial uso de plantas da Antártida como fontes de fármacos e cura de doenças, Câmara também estuda os efeitos do aquecimento global. “Essa região é a que mais esquenta no mundo. Muita planta chega aqui, mas não se estabelece porque é muito frio. À medida que vai esquentando, mais e mais plantas vão se estabelecer. A gente precisa saber o que está chegando e de onde está chegando para

fazer o manejo adequado.”

São mais de cem espécies de plantas já identificadas na região. “Muita gente pensa que aqui só tem gelo. Não é assim. Tem planta, tem bicho, Ganhamos uma Ferrari, maravilhosa, 5 5 linda. Temos laboratórios que muitas universidades não têm. Mas tem que ter gasolina, insumos para Os laboratórios, alunos. Se não tiver, a Ferrari não anda tem muita vida”, afirma.

Luiz Rosa, da UFMG, realiza pesquisas na Antártica desde 2006 e está na 122 operação na região. Nesse período, o grupo descobriu espécies selvagens de fungos produtores de substâncias antimicrobianas, antivirais (contra o vírus da dengue, por exemplo), e pesticidas com potencial uso na agricultura.

“Devido ao isolamento geográfico e às condições extremas, os fungos que sobrevivem daqui têm vias metabólicas diferenciadas, que podem gerar substâncias como antibióticos”, explica. Já foram reportados cerca de mil espécies de fungos.

Uma das maiores preocupações na construção da nova base científica foi com a segurança. No incêndio de 2012, dois militares morreram. “A pesquisador brasileiro na Antártica redução dos riscos de incêndio foi quase uma obsessão”, diz o contra-almirante Sérgio Guida, gerente do Programa Antártico Brasileiro.

Em todas as unidades foram instaladas portas corta-fogo, sensores de fumaça e alarmes de incêndio. Nas salas das máquinas e geradores, as paredes são feitas de material ultrarresistente, que suportam as chamas por duas horas.

Com o novo sistema de telecomunicações da empresa Oi, que permite videoconferências, a proposta é que médicos também possam ajudar em atendimentos à distância por meio da telemedicina. Segundo Guida, as obras da estação já estavam praticamente prontas em março passado, mas não havia material de pesquisa, que foram os últimos itens a serem comprados.

topo ↕

A GAZETA - MT - ZINE

Para quem do Financiamento Estudantil

Inscrições para o Fies vão de 5 a 12 de fevereiro e a previsão é de que 100 mil vagas sejam ofertadas

Instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que tem ajudado muitos jovens a realizarem o sonho de cursarem a primeira faculdade. Hoje, conhecido como Novo Fies, se divide em duas modalidades, prometendo possibilitar juro zero a quem mais precisa e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato.

Às inscrições são gratuitas, as vagas ficarão abertas de 5 de fevereiro até às 23h59 de 12 de fevereiro e o resultado será divulgado no dia 26 de fevereiro. No ano passado, foram 843 vagas a juro zero só em Mato Grosso. Já em 2020, a oferta para conseguir entrar no curso superior presencial em instituições de ensino privadas de todo o país é de 100 mil vagas.

O programa é válido somente para candidatos cuja renda familiar per capita seja de até

3 salários mínimos

2.994,00). Já na segunda modalidade recebe o nome de P-Fies e está designada para candidatos cuja renda familiar per capita seja de 3 a 5 salários mínimos (2.994 a R\$ 4.990). A maior diferença entre ambos é que o P-fies tem o financiamento do contrato firmado com agentes financeiros privados. São os bancos que vão definir as condições do pagamento, como os juros, por exemplo. O candidato só conseguirá fazer a matrícula caso seja pré-aprovado em uma operadora de crédito.

Para aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade - bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni) - também podem participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Novas Regras Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência no programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. Por isso, antes de assinar qualquer contrato, é preciso muito planejamento independente da modalidade escolhida. De acordo com dados do MEC, o percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1%. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

Entre os critérios que não tiveram mudanças mas que continuam sendo importantes, o candidato deve ter participado de qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, ter obtido ao menos 450 pontos de nota média e não ter zerado a redação.

Quanto a escolha das faculdades, apenas cursos no formato presencial. Dentre eles A GAZETA Fies é um programa de financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas são contemplados pelo financiamento e priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

As instituições de ensino superior com conceito 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) continuam recebendo mais vagas. Faculdades com conceito 5 ficam com 35% das vagas, conceito 4 com 30%, conceito 3 com 25% e para os cursos recém-autorizados serão destinados 10% dos financiamentos.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua inscrição. A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior,

O candidato pode selecionar até 3

cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies, mas precisam ficar atentos quanto aos prazos de acesso ao site do programa. Lá, será necessário um cadastro vinculado ao CPF do estudante.

[topo](#)

**ESTADO DE MINAS - MG - EM DIA COM A POLÍTICA
Descartados ou “suavizados”**

O Ministério da Educação (MEC) estuda descartar 2,9 milhões de livros que nunca foram entregues aos alunos de escolas públicas pelas gestões anteriores. As publicações contêm edições que teriam vencido entre 2005 e 2009 e estariam desatualizadas, segundo a pasta. O custo de todo o material, ainda segundo o governo federal, é de R\$ 20 milhões. O processo para se desfazer dos livros começou no fim do ano passado, quando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) alertou para a necessidade de reduzir o estoque de livros que estão armazenados em um depósito alugado dos Correios em Cajamar, no interior de São Paulo.

O FNDE ainda não se posicionou sobre o caso. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que os livros didáticos atuais são “lixo” e que a partir de 2021 o governo vai “suavizar” a linguagem do material entregue às escolas. "Devemos buscar cada vez mais facilitar a vida de quem produz, fazer com que essa garotada aqui tenha um ensino que vá ser útil lá na frente. Não ficar nessa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô. Estou vendo aqui, o moleque é macho, pô. E os idiotas achando que ele vai defender o sexo aos 12 anos de idade. Sai para lá", afirmou.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC deve descartar quase 3 milhões de livros didáticos

Títulos comprados em gestões passadas nunca chegaram às mãos de alunos

BRASÍLIA. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação (MEC), quer descartar livros didáticos considerados sem utilidade, que nunca foram entregues a alunos das escolas públicas do país. Com isso, ao menos 2,9 milhões de exemplares, comprados em gestões anteriores, podem ser descartados. O processo para “desfazimento dos livros inservíveis” começou no fim de 2019, quando a área de logística e distribuição do FNDE alertou, em documento, para a necessidade de reduzir o estoque armazenado em depósito alugado dos Correios, em Cajamar, na Grande São Paulo. O documento, obtido com exclusividade pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, aponta que o total de exemplares no local não é conhecido nem mesmo pelo órgão. Por isso, indica a necessidade de se montar uma comissão para levantar o número de livros e sua “validade”. Levantamento preliminar do estoque feito em dezembro apontou que a reserva técnica tinha 4,2 milhões de livros didáticos, sendo que 2,9 milhões “venceram” entre 2005 e 2019. O “Estadão” apurou que esses livros, de todas as disciplinas e séries, ainda estão embalados e nunca foram abertos. Há ainda uma quantidade desconhecida que chegou a ser entregue nas escolas antes de 2012, e depois foi levada ao local. Contando só os 2,9 milhões nunca usados, o gasto estimado é de mais de R\$ 20,3 milhões – em média, a compra de cada unidade custa R\$ 7.

Diagnóstico. Livros são “desatualizados, obsoletos, ociosos e irrecuperáveis”, diz documento

Estoque re força proposta de descentralizar verbas federais

→ BRASÍLIA. O excedente dos livros reforça mudança defendida pelo governo federal de descentralizar o salário-educação – contribuição paga por empresas, que foi de R\$ 9,75 bilhões em 2018. O recurso é usado em programas como livro didático e merenda. A ideia é repassar a verba diretamente às prefeituras para que elas próprias comprem livros e alimentos. Para o governo, centralizar leva a erros, mas há ressalvas. “A compra em escala faz cair o preço, garante que não haverá economia que faça com que o aluno tenha de usar livro em mau estado ou não o receba”, diz Priscila Cruz, do Todos pela

Educação. Em nota, o FNDE defendeu ter cota extra para atender as escolas novas criadas a cada ano, entre outras situações, mas não comentou sobre o estudo para descarte.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Pesquisa RadarNE/TRIBUNA mostra que cursos da saúde são os mais desejados por jovens do RN

Apesar de terem crescido em meio às tecnologias digitais, os jovens potiguares ainda optam por cursos de áreas “tradicionais” no ensino superior. Uma pesquisa feita pelo Instituto RadarNE, com exclusividade para a TRIBUNA DO NORTE, durante os dois dias aplicação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) 2019, mostra que 9% dos entrevistados pretendem ingressar no curso de medicina, enquanto 8% pretendem ir para a área do direito. O primeiro colocado na pesquisa, no entanto, é o curso de psicologia, que concentrou as intenções de 10% dos entrevistados.

A pesquisa tem como objetivo levantar posicionamentos junto às pessoas que fizeram a prova do Enem sobre assuntos diversos, que vão desde a área de atuação pretendida a aspectos como mobilidade urbana e uso das redes sociais, e que podem ser relevantes para a área da educação. “Com esses dados, nós podemos começar a entender um pouco melhor quem é esse jovem que está ingressando no ensino superior, quais são suas expectativas, desejos e percepções de mundo”, explica o sociólogo e diretor do RadarNE, Maurício Garcia.

A pesquisa foi reproduzida em outras duas capitais do Nordeste: Fortaleza e Recife. Em ambas, as tendências de cursos e percepções da juventude foram similares, de acordo com os analistas. Em Natal, foram 486 entrevistas realizadas ao longo dos dois dias de Enem, por meio de um formulário eletrônico, abordando alunos que entravam e saíam dos locais onde estavam sendo aplicada as provas.

Em relação à locomoção, por exemplo, a maior parte dos entrevistados (74%), costuma se locomover de transporte coletivo durante o dia a dia, enquanto 14% utilizam carros particulares. A maior parte (84%) também costuma usar a internet várias vezes por dia, e tem no Instagram a sua rede social favorita (60%).

Mais do que permitir conhecer os cursos mais buscados pelos jovens que pretendem ingressar no ensino superior, no entanto, a pesquisa revela também de que maneira aspectos como a situação econômica do país influenciam nas escolhas da nova geração que pretende ingressar no ensino superior, e que é tida como mais “pragmática” pelos especialistas.

“Se formos observar a lista de intenção de cursos como um todo, nós vemos que há muitos da área da saúde, por exemplo, onde a empregabilidade ainda é boa. Muitos desses jovens viram os pais perderem os empregos, então esses são aspectos que vão pesar mais na escolha”, diz Maurício.

Enfermagem, educação física, odontologia e farmácia, por exemplo, são algumas das profissões que se encontram no “Top 10” de escolhas entre os entrevistados, estabelecendo a área da saúde como a mais procurada pelos jovens. Cursos, como administração, história e pedagogia também figuram entre os dez mais procurados.

Outro dado revelado pelo estudo é que a maior parte (74%) dos candidatos pretende ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), enquanto apenas 26% têm intenções de ir para instituições particulares. “Isso se deve principalmente à qualidade do ensino público, que já é reconhecida pela maior parte da população. Não importa se o aluno veio de uma escola pública ou particular: a maior parte quer estudar em universidades públicas”, destaca Maurício Garcia.

Lucas Nunes, de 18 anos, não abriu mão da identificação na hora de escolher o curso. “Passei a maior parte do ano querendo cursar geografia, para ser professor e, mais para o fim, fiquei na dúvida entre ele e medicina veterinária, que é outra área com a qual tenho afinidade por gostar muito de animais”, explica o jovem.

Com pretensão de ingressar em uma universidade pública, Lucas cursou o Ensino Médio em uma escola particular, como 26% dos entrevistados na pesquisa do Radar NE/TRIBUNA DO NORTE. O jovem, no entanto, não chegou a fazer cursinhos preparatórios para a prova. “Fazíamos muito simulados na escola, e isso me preparou bem para o modelo do Enem”, explica o jovem. De acordo com os dados, apenas 24% dos entrevistados chegaram a fazer algum tipo de cursinho preparatório para a prova em 2019.

Afinidade deve ter mais peso na escolha

Fatores como a influência familiar, a situação do mercado de trabalho e da economia do País, além da própria noção de autoconhecimento a respeito das próprias habilidades são alguns dos principais eixos que norteiam a escolha profissional dos jovens. A psicóloga Ana Augusta Moreira, que faz o trabalho de orientação profissional com adolescentes, destaca que, diante de um mercado cada vez mais competitivo, a afinidade com a área escolhida passa a ser um ponto importante para o sucesso profissional.

“As pessoas ainda têm essa visão de que os cursos de medicina e direito vão garantir um lugar no mercado, e isso faz com que muitos tendam para essas áreas. Entretanto, esses mercados também estão abarrotados de profissionais e, muitas vezes, são aqueles que têm afinidade com aquilo que estão fazendo que vão se destacar”, diz a psicóloga.

A jovem Tainah Farias, de 21 anos, pretende ingressar em um dos cursos mais citados pelos entrevistados na pesquisa: medicina. De acordo com a jovem, o sonho de ser médica cirurgiã é algo que vem da infância, e fatores como remuneração acabaram ficando em segundo plano na escolha, que foi norteadada principalmente pela identificação com a área.

“Eu terminei o pré-vestibular em 2015 e, desde então, venho fazendo cursinho preparatório para ingressar na medicina, que é o meu sonho”, conta Tainah. Em 2018, a jovem obteve nota suficiente para entrar no curso de direito, que continua fazendo enquanto se preparava para fazer a prova de 2019. “Escolhi a área do direito por ser um conhecimento que vou levar para a vida. Infelizmente, não somos ensinados ao longo de nossa educação sobre nossos direitos enquanto cidadãos, e pensei que isso seria algo que agregaria para mim independente da área de atuação profissional que eu escolhesse”, explica.

Assim como Tainah, Lucas Nunes, de 18 anos, também enxerga que foi a afinidade com

a área que determinou suas opções de curso para a Universidade. “Quando os professores veem um aluno interessado em ser professor, eles te dão muita força e ajudam a ver que, por mais que a profissão tenha dificuldades, é possível obter sucesso e um bom salário”, afirma.

De acordo com a psicóloga Ana Augusta Moreira, quando as escolhas passam a ser norteadas exclusivamente por fatores familiares, como o fato de toda a família estar inserida em uma determinada área, ou mercadológicos, considerando apenas as tendências de empregabilidade naquele momento, o jovem pode acabar tendo dificuldades para lidar com o dia a dia da profissão e exercer a atividade com qualidade.

Jovens como Tainah e Lucas, portanto, que levam em consideração sua identificação pessoal, teriam mais chances de conseguir lidar com a pressão do mundo do trabalho.

“O jovem precisa ver se ele possui os recursos para dar conta de sua escolha. Se você vai para uma profissão que tem menos reconhecimento, é muitas vezes a sua afinidade com a área que vai ser determinante para obter sucesso, porque quando nos sentimos realizados, tendemos a buscar mais caminhos e alternativas. Não se trata de ignorar os outros fatores, mas sim de não deixar de levar em consideração as suas principais habilidades e gostos nessa escolha”, completa Ana Augusta.

info

Maurício Garcia: “O fator da empregabilidade é bastante determinante”

Os cursos mais citados pelos candidatos estão dentro da área de saúde. A que vocês atribuem essa alta procura?

O fator da empregabilidade é bastante determinante. Existe a questão do cuidado, mas o fato dessa ser uma área para a qual costumam haver concursos e onde a pessoa também pode ser empregada pelo setor privado acaba tendo um impacto. Na verdade, essa questão dos concursos também é vista na área do direito, porque muitas das pessoas que procuram o setor não visam mais a área de advocacia, mas buscam fazer concursos ou se capacitar melhor para atuar em outras áreas.

Um ponto que chamou atenção foi a quantidade de pessoas que não sabem o que pretendem cursar, que correspondem a apenas 2% dos entrevistados. Isso está relacionado ao modelo de ingresso do Enem/Sisu?

Esse é de fato um número baixo, e que está no mesmo patamar dos demais estados em que realizamos a pesquisa. O fato é que no modelo do Enem existem tantas opções que permite que esse processo de escolha seja mais tranquilo do que no modelo do vestibular. Se você tem uma escolha só, determinante, as pessoas têm mais dificuldade para definir o que querem. Como com a questão do Enem você primeiro vai ter acesso à sua nota e, apenas depois, vai colocá-la no sistema para tentar ingressar no curso de seu interesse, então as pessoas não enxergam, naquele momento da prova, uma determinação tão clara e definitiva do que pretendem fazer. Ela tem uma liberdade de escolha maior, o que faz com que a indecisão seja menor. Ela pode até ter uma dúvida, mas ela não vê a necessidade de explicitar isso, porque ela não precisa definir naquele momento.

O fato dos candidatos que estão prestando o Enem esse ano estarem fazendo isso em um cenário no qual a economia encontra-se desfavorável e o desemprego ainda é alto tem impacto nas escolhas de carreira apontadas na pesquisa?

Com certeza. Eles passam a ser mais pragmáticos, no sentido de procurar uma rentabilidade, algo que lhes traga um futuro mais estável, ao invés de buscar algo mais idealista. Nós fizemos uma pergunta sobre otimismo em relação ao País, que teve um resultado bem interessante: 59% dos entrevistados se dizem de alguma forma pessimistas quanto à situação do Brasil. Isso tudo mostra que esse jovem está tendo uma visão mais pessimista também do futuro, o que impacta sobre aquilo que ele vai escolher fazer de alguma forma. Outra pergunta relevante diz respeito a quantos pretendem trabalhar no setor público, que é a metade dos entrevistados. Isso mostra que estabilidade e garantias, não apenas financeiras, mas também profissionais.

Enem: RN teve a 4ª menor taxa de ausência do País

O Rio Grande do Norte teve a 4ª menor taxa de ausências do País no Exame Nacional do Ensino Médio, de acordo com os números divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No Rio Grande do Norte, dos 119.324 inscritos, 28.518 faltaram, o equivalente a 23,9%. Somente Piauí, Paraíba e Sergipe tiveram percentuais menores. O Enem foi realizado nos domingos 3 e 10 de novembro de 2019 e, em todo o País, estiveram presentes no segundo dia de aplicação 3,7 milhões de candidatos, do total de 5,1 milhões inscritos. Aqueles que faltaram ao exame correspondem a 27,19% do total.

"Tivemos a menor abstenção de todos os tempos, tanto no primeiro dia, quanto hoje. Acho que agora dá para afirmar que tivemos o melhor Enem de todos os tempos, tanto em execução, operação, logística, como também em termos de formulação", disse o ministro da Educação Abraham Weintraub.

No Brasil, a taxa do primeiro dia, que foi 23,1%, superou a de 2018, até então a mais baixa, que foi de 24,76%. A contagem é feita desde 2009, quando o exame foi reformulado para selecionar estudantes para universidades brasileiras. No total, foram eliminados, no Enem, 747 participantes, sendo 371 candidatos no segundo dia de exame e 376 pessoas no primeiro dia. Esses participantes descumpriram as regras do exame.

Os resultados individuais do Enem 2019 serão divulgados na Página do Participante e no aplicativo do Enem, neste mês de janeiro, a partir de consulta com CPF e senha. O resultado dos participantes eliminados, segundo o Inep, não será divulgado, mesmo que eles tenham realizado o Enem nos dois dias de aplicação. Para os treineiros, que fazem o exame para autoavaliação de conhecimentos, a consulta só será liberada em março do ano que vem. Neste ano, as regras de segurança foram mais rígidas.

A pesquisa

Neste domingo (12), a TRIBUNA DO NORTE dá início a uma série de reportagens que aprofundam os números revelados por pesquisa realizada pelo Instituto RadarNE, que traça o perfil dos candidatos que fizeram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) no Rio Grande do Norte em 2019. Nessa primeira reportagem, a TRIBUNA traz dados e análises sobre questões como cursos mais desejados; tipo de universidade em que os estudantes desejam cursar a graduação, e um perfil de como circulam pela cidade, como utilizam a internet e as redes sociais; se tiveram chances de fazer cursinho preparatório e em que tipo de escola cursaram o ensino médio. A pesquisa foi feita durante os dois dias de aplicação das provas (3 e 10 de novembro de 2019), durante a entrada e saída dos

alunos nos locais onde estava sendo aplicada a prova. Em cada escola/faculdade foram selecionados entrevistados utilizando o critério do salto sistemático na entrada e saída de participantes.

As demais reportagens da série, que vão abordar novos números trazidos pela pesquisa RadarNE/TRIBUNA DO NORTE, serão veiculadas na terça-feira (14), quarta-feira (15) e quinta-feira (16), na edição impressa e no site da TN.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

A dura tarefa para ser o professor do amanhã

Brasil forma em quantidade, mas peca em qualidade, o que gera resultados globais ruins

Um bom professor precisa ser um mediador entre teoria e prática. Segundo especialistas, Para dar conta das mudanças da sociedade das necessidades dos alunos, sobretudo ante novas exigências do mercado de trabalho e de um mundo cada vez mais ágil, complexo e conectado, os professores precisam estar atualizados. Para isso, precisam de formação contínua de qualidade. E somente boas políticas públicas e investimentos podem reunir as condições para garantir esses requisitos.

O Brasil oferece mais de 7,2 mil cursos de licenciaturas em 1.330 instituições de ensino superior. São mais de 1,6 milhão de alunos matriculados em licenciaturas em instituições públicas (37,6%) e privadas (62,4%), o que representa quase 20% das matrículas no ensino superior, 64,5% em universidades, segundo Maria Alice Carraturi, organizadora da Base Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (BNCC), aprovada no ano passado, e ex-diretora de formação de profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC)

A solução, diz ela, está na qualidade e não quantidade de professores. “Há mais vagas do que a demanda. Temos também que olhar as taxas de natalidade que diminuem, o que, conseqüentemente, reduz o número de escolas no Brasil. No Censo escolar de 2017, havia 287 mil escolas; no de 2018, o total não chega a 282 mil escolas. E continuamos com 2,2 milhões de professores na educação básica”, analisa.

Maria Alice salienta que número de ingressantes em cursos voltados à docência aumentou 44%, de 2010 a 2017. “Temos uma equação que não fecha: diminui número de crianças e escolas e aumenta o número de alunos nas licenciaturas e permanece o mesmo número de docentes. Estamos no caminho errado. Oferecemos milhares de cursos com qualidade duvidosa, formamos mal os docentes e, conseqüentemente, temos resultados pífios de aprendizagem”.

Para ela, o Brasil oferece formação incompatível com as atuais demandas atuais e não há preocupação com a qualidade dos cursos que formam professores. Maria Alice afirma que as universidades dão cursos mais baratos, mas sem recursos. “São formações fáceis de entrar e de concluir e, por isso, atraem um grande número pessoas que não conseguiriam entrar em cursos mais concorridos”. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), 70% dos alunos de pedagogia têm pontuação abaixo da média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Não existe país melhor do que a sua educação e não existe educação melhor do que a qualidade dos seus professores. É preciso entender que uma boa educação se faz com

bons professores e esses precisam de formação de excelência”, diz a especialista.

Para ela, a Base Nacional de Formação de Professores (BNC) é uma evolução, pois define o que é ser um bom professor e as competências que devem ser desenvolvidas para isso. “Começa a estabelecer um padrão de qualidade a ser seguido, monitorado e avaliado. Não podemos mais permitir cursos de baixa qualidade na formação de professores. Cada década perdida em educação condena centenas de milhares de crianças e jovens à ignorância e o país ao subdesenvolvimento”, diz.

Residência e Certificação

O também educador, escritor e ex-secretário de Educação de Pernambuco Mozart Neves Ramos, que integra o Conselho Nacional de Educação (CNE), defende a prática de residência pedagógica para os professores. “Para isso, as escolas precisam ter todos os recursos necessários para receber os residentes e deveriam ser credenciadas. É preciso levar a sério o estágio curricular do professor”, diz. “Os médicos não fazem residência? Por que o professor não faz residência na escola? No Brasil, 61% dos professores de física não se formaram em física”.

Para ele, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional de Formação de Professores prontas, o desafio agora é mudar os cursos de licenciatura. “É preciso modernizar as licenciaturas atuais. Pegar as matrizes construídas e colocar em prática. Se as universidades não ajudarem, não vamos ter êxito. A BNCC tem 10 diretrizes e a Base Nacional para a Formação de Professores também, com três grandes dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissional, ou seja, o que o professor precisa saber para desenvolver as diretrizes da BNCC para os alunos”, explica. “É a primeira vez que Brasil faz isso. Quando tomou a decisão, há cinco anos, de construir a BNCC para o aluno, foi um passo muito importante. Agora é preciso colocar no chão da escola”, completa.

Segundo Mozart, cabe agora ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) pensar na formação continuada. “INEP vai ter dois anos para preparar um novo instrumento para avaliar se os alunos aprenderam”, diz. Ele explica que será preciso articular com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do MEC, para que haja uma política continuada de formação para os professores.

“As universidades precisam compreender que a licenciaturas têm que ser definidas com base em competências. É preciso dar significado ao aprendizado, pois as organizações estão olhando para as competências que as pessoas desenvolveram ao longo da vida para ocupar posições, e a formação do professor precisa ir na linha da educação integral, que une teoria, prática, conhecimento e habilidades do mundo digital e socioemocionais”, afirma.

Para Ramos, o foco do ensino mudou. “Hoje, o aluno vai à escola para resolver problemas e dar função e significado à informação, que está em toda a parte, e o professor é quem faz a mediação entre a teoria e prática”, diz. Na sua opinião, hoje em dia, professores precisam ensinar a trabalhar em equipe e de forma colaborativa. “No Japão, mudaram o volume dos brinquedos para que as crianças aprendam a desenvolver colaboração e empatia.

Educação a distância

Professora universitária e gestora pública, Cláudia Costin elogiou a Base Nacional para a Formação de Professores principalmente porque limita o ensino a distância em 50%. “Antes, não tinha limite para o que poderia ser usado em Educação a distância, o que era problemático, mas foi limitado a 50%. Por mim, limitaria até mais. Isso é importante porque hoje 46% dos professores são formados a distância em cursos de qualidade questionável” alerta

Para ela, é preciso esperar dos professores a mesma perícia profissional que se espera de outras carreiras e dar condições para que eles se desenvolvam com remuneração adequada. “Ninguém espera que um neurocirurgião seja formado a distância. Metaforicamente, o professor também opera o cérebro e o dano pode ser tão grave como o da imperícia de um eventual neurocirurgião, que tem uma formação muito vivencial”, diz.

Ela conta que grandes centros que formam professores combinam teoria e prática e preparam bem as pessoas para profissão de professor. “Nos últimos anos, descobrimos mais sobre o que, efetivamente, gera aprendizado e como as crianças aprendem. Os professores precisam ser formados com base nesses conhecimentos”, diz. Segundo Maria Alice Carraturi, nos países mais desenvolvidos em educação, a formação inicial é presencial tanto na universidade quanto na escola básica. “É uma educação profissional baseada na prática e, como tal, precisa de momentos presenciais para seu desenvolvimento. Por isso, não costumam manter cursos de formação inicial a distância. No Brasil, a maioria dos professores, hoje, são formados a distância. Mais do que questionar a modalidade, é preciso questionar a qualidade. Podemos ter bons e maus cursos em qualquer das modalidades, entretanto, agora as regras obriga que parte prática da formação inicial seja presencial.

topo ↕

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS - TEMPO REAL

IGC de excelência à Fase

Com mais de 50 anos de tradição, a FMP/Fase valoriza e reconhece a formação humanizada de excelência nas áreas de saúde e gestão.

Mais uma vez, a Fase faz parte do seletor grupo de Instituições de Ensino Superior que recebeu nota 4 (em uma escala de 1 a 5) no IGC – Índice Geral de Cursos, avaliação criteriosa realizada pelo Ministério da Educação. Uma façanha obtida por poucas Instituições de Ensino Superior do país, mas que pela oitava vez consecutiva foi conquistada pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto (Fase).

O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Ensino Superior. Anualmente, o cálculo é realizado levando em consideração alguns aspectos: a média dos CPCs (Conceito Preliminar de Cursos) do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela **CAPES** na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

Com esse resultado, a Fase se consolida como uma faculdade comprometida com a

CLIPPING



excelência na formação de seus alunos. No ranking nacional do MEC, a Fase faz parte do grupo de 10 % das melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, sendo a melhor da Região Serrana e de Petrópolis!

No Centro de Simulação Realística são utilizados robôs que respondem como um ser humano às ações praticadas, permitindo aos alunos realizarem procedimentos próximos da realidade

O bom desempenho da instituição nas avaliações do MEC é resultado do trabalho de uma equipe de Professores mestres e doutores, com vasta experiência profissional, comprometidos e antenados com as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, de uma ampla e moderna estrutura tecnológica disponibilizada para as aulas, com espaços focados na sustentabilidade e na harmonização com o meio ambiente, para que os alunos vivam uma agradável experiência na construção do conhecimento.

“O compromisso com a qualidade acadêmica se reflete na excepcional performance da Fase nos processos de avaliação do MEC, obtendo nota de excelência no Índice Geral de Cursos. Nossa missão é oferecer aos nossos alunos um processo educacional de excelência, que permita o desenvolvimento de talentos profissionais e pessoais”, comenta Maria Isabel de Sá Earp de Resende Chaves, supervisora geral da FMP/Fase.

Há mais de cinco décadas, a FMP/Fase forma profissionais que se destacam aonde quer que exerçam suas atividades, em razão da sólida formação que recebem. A parceria da faculdade com renomadas instituições nacionais e internacionais garante um amplo campo de estudos, valorizando também os acadêmicos que desejam se dedicar à Pesquisa e à Extensão.

Os amplos laboratórios da faculdade estimulam o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

A FMP/Fase vem acumulando notas máximas ao longo dos anos. Em 2018, a instituição recebeu o conceito 5 para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, devido à qualidade de sua infraestrutura de EAD. Em 2017, a Faculdade de Medicina de Petrópolis também obteve sua nota 5 em avaliação institucional realizada pelo MEC, mantendo o conceito de excelência desde 2009.

Além da sólida formação, a instituição oferece a dinamização profissional através do estímulo ao envolvimento em projetos de extensão, culturais e de inserção comunitária, fortalecendo o vínculo e a responsabilidade socioambiental do estudante. Os alunos são inseridos na rotina de atendimentos em Unidades de Saúde da Família próprias da instituição e que fazem parte da rede pública de saúde, além do Hospital de Ensino Alcides Carneiro, que é referência em qualidade de atendimento na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, o Departamento de Doenças Infetoparasitárias (DIP), e o Ambulatório Escola com amplo espaço assistencial.

Totalmente informatizada, a biblioteca da FMP/Fase conta com um acervo superior a 27 mil exemplares de livros, revistas e periódicos impressos e digitais

Desde 2015, os estudantes da FMP/Fase fazem intercâmbios em diversos países. A instituição também começou a receber alunos do exterior, vindos de países como México, Croácia e Holanda. Além disso, iniciou uma parceria para mobilidade estudantil com a Universidade Nacional de Quilmes, na Argentina.

“Nossa instituição vê com muito bons olhos o intercâmbio com outras entidades de Ensino Superior, tanto de alunos quanto de professores. O grupo que veio em janeiro deixou expresso que o que mais o encantou foi o carinho e a receptividade que recebeu dos professores. Destacou também a alegria dos nossos alunos em integrá-lo à vida acadêmica e social. Para o próximo ano, a FMP/Fase planeja estreitar sua parceria com outras universidades nacionais e internacionais”, ressalta o coordenador geral de Ensino, Abílio Aranha.

Comprometida com a valorização do ser humano e com a excelência do ensino, com ênfase em modernas práticas pedagógicas, a Fase oferece formação nas áreas de Administração, Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura em Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Odontologia e cursos superiores de tecnologia em Radiologia, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Pública.

Frisando a importância da democratização do saber e o compromisso de garantir que todos tenham acesso ao ensino superior de qualidade, a Fase disponibiliza diferentes formas para facilitar o ingresso dos candidatos em seus cursos. O próximo vestibular será no dia 19 de janeiro e já está com inscrições abertas. Outras informações estão disponíveis no site: www.fmpfase.edu.br ou pelos telefones: (24) 2244-6471 e WhatsApp (24) 9 8865-0693.

topo ↕

FOCA NA NOTÍCIA - TEMPO REAL

PB terá pelo menos 672 bolsas para formação de professores em 2020

As universidades da Paraíba terão pelo menos 672 vagas para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que em todo Brasil vai ofertar mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da educação básica.

As mais de 600 vagas foram divulgadas em um dos editais do programa – serão dois. O próximo, deve ser publicado em breve com o número de oportunidades. As bolsas de um edital são na modalidade de residente, enquanto no outro são referentes ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PIBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários.

Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro. O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

topo ↕

MATO GROSSO MAIS - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem manifestar interesse em licenciatura

Os professores que atuam nas redes públicas de ensino em uma área diferente da sua formação, ou que ainda não possuem curso superior, podem se cadastrar na Plataforma **Capes** de Educação Básica até o dia 31 de janeiro a fim manifestar interesse em se especializar por meio de um curso de graduação.

O acesso a plataforma é <https://eb.capes.gov.br/portal/>

É importante que os professores que estão atuando na Educação Básica preencham o cadastro e manifestem o interesse em algum curso de licenciatura. Pois será com base nesse levantamento que o governo federal, poderá vir a oferecer novos cursos de graduação com vistas a formação de professores para a educação básica. Os professores que não efetuarem o cadastro até o dia 31 de janeiro, não poderão concorrer às vagas nos cursos que, por ventura, vierem a ser oferecidos.

A intenção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** neste momento é mapear, em todo o Brasil, os docentes que precisam adequar sua formação ao que foi exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar. As informações obtidas a partir dos cadastros vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da Educação Básica a serem implementados em 2020.

A **Capes** salienta que a manifestação de interesse por parte dos professores e a validação pelas secretarias de educação, não garantem a oferta dos cursos. Mas a intenção é que o cadastro norteie o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados pelas informações obtidas no cadastro.

A iniciativa, ainda conforme informações da **Capes**, contribuirá para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais. Tudo isso com o objetivo de assegurar a formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem apenas formação de nível médio.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Abertas inscrições para professores atuarem no ensino a distância

Estão abertas inscrições para professores atuarem em disciplinas a distância. Serão selecionados 19 profissionais que atuarão caráter temporário, recebendo bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A seleção é para cinco cursos oferecidos a distância: Administração Pública, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras com habilitação em Português/Espanhol e Pedagogia oferecidos pela UFMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O professor formador deve desempenhar algumas atividades, dentre elas, elaborar plano de ensino, gravar videoaulas, manter contato com os acadêmicos e tutores da disciplina, por meio de ambiente virtual.

As bolsas são de R\$ 1,3 mil, para quem possuir experiência de no mínimo três anos no magistério superior, e R\$ 1,1 mil, para um ano no magistério superior, podendo os valores variarem de acordo com a carga horária das disciplinas. As inscrições terminam

em 10 de fevereiro e devem ser realizadas no Sigproj.

O assistente da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), Vinícius Avilla ressaltou que os professores selecionados já iniciarão as suas atividades neste primeiro semestre. “Os professores da disciplina irão elaborar as provas, acompanhar a disciplina de forma integral”.

Cotidiano

topo ↕

O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL

UFMS abre inscrições para professores de ensino a distância

Estão abertas inscrições para professores atuarem em disciplinas a distância. Serão selecionados 19 profissionais que atuarão em caráter temporário e receberão bolsas de **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O professor formador deve desempenhar atividades como elaborar plano de ensino, gravar videoaulas e manter contato com os acadêmicos e tutores da disciplina, por meio de ambiente virtual.

A seleção é referente a cinco cursos oferecidos a distância, são eles, Administração Pública, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras com habilitação em Português/Espanhol e Pedagogia, oferecidos pela UFMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

As bolsas são de R\$ 1,3 mil para quem possuir experiência de no mínimo três anos no magistério superior, e R\$ 1,1 mil, para um ano no magistério superior, Já os valores podem variar de acordo com a carga horária das disciplinas. As inscrições terminam em 10 de fevereiro e devem ser realizadas no Sigproj.

Confira o edital

(Texto: Julisandy Ferreira com assessoria)

topo ↕

PIAUI HOJE - NOTÍCIAS

Fulbright e Capes dão 486 bolsas para professores de inglês fazerem curso nos EUA

O PDPDI oferece curso de inglês nos Estados Unidos

A **CAPES** com o apoio da Comissão Fulbright no Brasil oferece bolsas para o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI). O PDPDI oferece curso de inglês nos Estados Unidos para professores de inglês da rede pública de ensino. Serão selecionados até 486 bolsistas para realizar curso de seis semanas com tudo pago nas melhores universidades americanas. As inscrições estão abertas até 14 de fevereiro

Para mais informações, confira o link abaixo ou entre em contato com a Assessoria de Imprensa da Comissão Fulbright em Brasília pelo e-mail imprensa@fulbright.org.br ou pelos telefones +55 (61) 3248-8600 Fax:+55 (61) 3248-8611

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Marcos Pontes quer centros de pesquisa na Amazônia e leilão de 5G em 2020

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, espera ver em 2020 a criação de ao menos dois centros de pesquisa na floresta amazônica e a realização do leilão para implementar a rede 5G no Brasil.

Em entrevista concedida ao UOL e à Folha de S.Paulo, Pontes disse esperar que o leilão, que estava previsto para março e foi adiado por problemas técnicos, aconteça até o fim do ano e que a internet ultrarrápida esteja funcionando em parte do país no início de 2022. "Essa é a minha estimativa. A Anatel já falou acho que vai ficar para 2021. Estamos discutindo isso ainda."

O ministro também afirmou que pretende ter prontos, até dezembro, dois laboratórios-pilotos para pesquisa da biodiversidade da Amazônia e de ativos que podem ser aplicados em produtos comerciais, como novos remédios e cosméticos.

Segundo ele, o governo vai aproveitar infraestrutura existente na região. "Por exemplo, quartéis do Exército. [A ideia é] colocar pesquisadores no meio da floresta de forma que eles possam trabalhar com as comunidades locais", disse.

Pontes, que em 2019 reclamou do orçamento insuficiente da pasta, prevê dificuldades também neste ano, no qual terá uma verba de R\$ 11,7 bilhões. "A gente vai passar um aperto de novo. Você tem que criar certas prioridades dentro do ministério", disse.

Mesmo assim, o ministro afirmou que está garantido o pagamento de todas as atuais bolsas de pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O que preocupa, disse ele, são os recursos de fomento e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico.

Marcos Pontes rechaçou ainda a possibilidade, aventada no ano passado, de fusão do CNPq.e da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

O ministro, que é astronauta, também disse à reportagem que espera inaugurar, em 2022, os lançamentos comerciais de foguetes no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

Único brasileiro a ir ao espaço, Pontes afirmou que achar que a terra é plana, como já sugeriu o escritor Olavo de Carvalho, que inspira a família do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e integrantes do governo, é uma "coisa antiga".

Já sobre a nova base do Brasil na Antártica, que substituirá a destruída por um incêndio em 2012, ele afirmou que o local terá 17 laboratórios de pesquisas avançadas em biologia, ecologia e mudanças climáticas. Pontes vai inaugurar a primeira parte da nova Estação Antártica Comandante Ferraz na próxima terça-feira (14), ao lado do vice-presidente, general Antônio Hamilton Mourão (PRTB).

Leia a seguir a entrevista, concedida na quarta-feira (8), no estúdio UOL/Folha. A íntegra da conversa também está disponível em podcast e no Youtube.

UOL/Folha - Recentemente, teve uma conferência sobre terraplanismo aqui no Brasil. O escritor Olavo de Carvalho disse que a terra pode ser plana. O que diria a eles?

Marcos Pontes - Não, eu vi de fora. Não é [plana]. Essas ideias são uma coisa muito antiga, mas acho que isso nos incentiva dentro do ministério a melhorar a divulgação científica. É importante justamente nesses aspectos. Melhorar a formação dos jovens em ciências, dos professores para ensinar ciência.

O governo já questionou dados de desmatamento, aquecimento global e fez ataques às ciências humanas. O senhor, como cientista, o que acha desses comentários?

Olha, nós temos uma ciência no país que tem um sistema bem desenvolvido. Sempre vai haver um certo questionamento a respeito da ciência. É normal. Aliás, a própria ciência questiona os seus resultados e assim é que a gente melhora os resultados.

O plano é ampliar a atuação do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Entrou o satélite Cbers-4A para melhorar essa parte de satélites e provavelmente outros virão. A gente pretende ampliar o próprio sistema do Inpe, sendo um repositório de dados. Não só dados de desmatamento e queimada mas também dados de agricultura, terras e meteorologia.

O governo poderia ser mais proativo para desestimular a divulgação de fake news, como o próprio terraplanismo e o movimento antivacinas?

Quando você fala em terra plana, embora seja engraçado de um certo ponto de vista, é inócuo. Mas quando se pensa em vacinas, aí a coisa fica complicada, porque isso compromete a saúde das pessoas. Tem que ser combatido sem dúvida nenhuma.

Tem grande prioridade agora a divulgação científica e popularização da ciência. Nossa ideia é fazer vários eventos ao longo do ano, colocar as nossas unidades de pesquisas mais abertas ao público. Quando uma pessoa vir alguma coisa, ela conseguirá distinguir e falar isso é bobagem.

O governo afirmou que o desmatamento era menor do que depois se provou com os dados do Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) e houve uma escolha por não defender o ex-presidente do Inpe Ricardo Galvão. O governo não dá sinais trocados ao querer divulgar mais a ciência e, ao mesmo tempo, desacreditar dados oficiais?

Você vê que o Prodes foi anunciado dentro do Inpe com o [ministro do Meio Ambiente, Ricardo] Salles. Porque nós trabalhamos com números, fatos, relatórios. E foi isso que eu implementei ali dentro do Inpe: Olha, a gente não vai entrar em discussões. A nossa discussão é o fato.

Teve alguma resistência na época em relação a essa divulgação dos dados?

Não em relação à divulgação. Foi um problema de comunicação. O Deter trabalha com alertas de desmatamento, não é desmatamento. O Prodes trabalha com o desmatamento. Aquilo no início partiu de dados do Deter. Aquele negócio propagou.

E o que aconteceu com o Galvão? A gente conversou e nós achamos por bem que ele saísse, porque ficou uma situação muito desconfortável. No momento em que ele começou a ter essa discussão direta com o presidente ficou uma situação muito

desconfortável.

O senhor acha que ele estava errado?

Sim, logicamente. Ele tinha que falar comigo e, juntos, a gente podia falar com o presidente. Eu não posso ter os meus diretores de instituto passando por cima do ministério.

Haverá uma iniciativa pessoal do senhor de cuidar melhor dos dados de mudanças climáticas? O seu ministério vai assumir alguma atuação que hoje é do Ministério do Meio Ambiente?

Nós temos um trabalho conjunto. O Inpe com o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]. Aliás, a ideia desse sistema é passar informações para o Ibama para que faça o trabalho de campo deles. O meu ministério trabalha para auxiliar os outros ministérios. E esse trabalho vai continuar.

Agora vem minha visão de astronauta olhando o planeta como uma grande espaçonave, repara que eu estou fazendo a forma [redonda com achatamento nos polos] aqui para não ter dúvida. Ou seja, a gente consegue trabalhar em conjunto com essas outras organizações e pensar no clima do planeta como um todo.

Esses dados são levados em conta nas políticas públicas? Há uma impressão de que o governo não está muito preocupado com essas questões.

Existe, sim, uma preocupação. Eu vejo isso nos encontros que nós temos. É que existem muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo. Às vezes, um fato ou outro fica perdido no meio de tanta coisa que acontece. Mas existe essa preocupação.

O orçamento deste ano vai ser suficiente? Há risco de paralisação de bolsa como se viu em 2019? Como ficará em relação ao CNPq?

O pessoal fala que eu reclamo com relação ao orçamento, né? Faz parte. É minha função. Tecnologia é a ponta do desenvolvimento econômico e social de países [como Israel, Coreia do Sul, Japão]. Quando eles entram em crise, o que eles fazem? Investem mais em ciência e tecnologia.

Lógico que todos os ministérios estão falando também a respeito de seus respectivos problemas de orçamento. Todos nós passamos um aperto em 2019. Em 2020, não vai ser diferente. A gente vai passar um aperto de novo. Você tem que criar certas prioridades dentro do ministério.

Quais vão ser?

Como gestor, tenho que cuidar para que os meus braços operacionais, as unidades pesquisas continuem funcionando. No ano passado, quando a gente teve aquele contingenciamento de 42,27%, o que fiz? Cortei contratos e reduzi tudo que podia reduzir. As unidades de pesquisa não tiveram contingenciamento. Então ficaram na boa? Não. O orçamento é baixo, realmente precisa melhorar.

Sobre o CNPq, eu já sabia do orçamento anterior, aprovado em 2018, do déficit de cerca de R\$ 330 milhões. A bolsa de pesquisa, aquilo é único, vamos dizer assim. Não pode ter outra função, é dedicação integral. Não posso deixar o pesquisador na mão. Aquilo era uma preocupação grande.

O orçamento é o mesmo. Então vai faltar...

Não, para este ano a gente tem um orçamento completo das bolsas no mesmo nível do ano passado. Vamos conseguir cobrir as bolsas até o final do ano, considerando que não se aumente as bolsas. Eu gostaria de aumentar o valor das bolsas. Mas não tenho como fazer isso.

Por outro lado, o nosso recurso de fomento está bem mais baixo. Estou tentando achar maneiras de recompor o fomento. Precisa de subsídios para laboratório. Há possibilidade de trazer investimentos do setor privado. A estratégia é usar os nossos recursos públicos para fomentar a pesquisa básica e as estruturas básicas de funcionamento. E a parte toda de pesquisa aplicada [fica com o investimento privado].

Como o sr. vê o futuro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico agora que há uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para acabar com os fundos?

É preocupante, porque esse fundo é essencial para o funcionamento de muita coisa na estrutura da ciência e tecnologia. Marquei reunião para tratar a respeito do que vamos fazer em termos de estratégia para tratar dessa PEC. Restituir o fundo depois é uma possibilidade.

Há uma discussão de CNPq e **Capex** serem fundidas. Ainda há chances de ter essa fusão e como está a relação com o MEC?

O MEC veio com essa ideia. Mas são unidades com funções diferentes. Estão há mais de 70 anos trabalhando juntas com atividades [diferentes].

A **Capex** trabalha com a formação de profissionais, formação na pós-graduação, mestrado, doutorado, formação de professores, uso do MEC para a educação. E o CNPq trabalha com pesquisas, financiamento de pesquisas, trabalha com os pesquisadores e tem um sistema de acompanhamento de pesquisa que a **Capex** não tem.

Essa junção não faz sentido. Eu acho que esse assunto já está ultrapassado, mas é igual a fogueiras. De vez em quando acende uma brasnha.

Como vai ser a criação de laboratórios dentro da floresta Amazônica? O que se vai estudar e quem vai para lá?

A gente precisa levar pesquisa e tecnologia para essa região. Como é que a gente consegue utilizar o conhecimento das pessoas a respeito da biodiversidade, do que existe naquele bioma? A gente pode criar laboratórios espalhados pela Amazônia e utilizar a infraestrutura já existente.

Por exemplo, quartéis do Exército em locais com infraestrutura e colocar pesquisadores

no meio da Amazônia de forma que eles possam trabalhar com as comunidades locais. Conhecer a respeito do sistema, estudar biodiversidade e ativos que podem se transformar em novos medicamentos, novos cosméticos. Isso significa desenvolvimento sustentável.

Quando será a primeira inauguração?

A gente deve começar com uns dois laboratórios e está escolhendo quais seriam os locais, vendo quais seriam os equipamentos mínimos.

Se a gente tiver que construir uma estrutura, seria com dois contêineres e um meio coberto equipados. Um é para a pessoa morar, para os pesquisadores ficarem três, quatro meses. A estrutura de moradia de um lado e o laboratório do outro. Estão determinando o que vai ficar dentro desse laboratório. Vai ser equipado com drones, sistema de conexão de internet, e assim por diante. A ideia é que, neste ano, a gente tenha pelo menos um ou dois pilotos funcionando. Aí a gente ajusta e espalha.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas foi assinado entre Brasil e Estados Unidos, aprovado no Congresso e está pronto. Quais os próximos passos no Centro de Lançamento de Alcântara? Ainda tem aquela ideia de se criar uma estatal para gerir a locação de materiais?

Existe essa ideia. O nome [da empresa] é Alada. Esse projeto era dividido em três partes. A primeira parte do projeto era a assinatura do acordo. Cobrir em torno de 80% do mercado.

É um acordo que prevê que os Estados Unidos concordam que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que têm algum componente de empresa americana desde que a gente se comprometa a proteger essa tecnologia para não ser roubada ou copiada. Não tem operação americana em Alcântara, nada disso. Agora tem esses outros 20%. Eu já comecei a conversar com o Japão para ver se é necessário e com outros países.

A próxima fase é de planos de negócios a serem feitos ao longo de 2020. A gente vai sentar-se em conjunto e discutir o que fazer para melhorar aquela região de forma que seja atrativa comercialmente e o que vai ter que fazer dentro daquele centro para operacionalizar os lançamentos de foguetes comerciais de outros países e, futuramente, nossos foguetes também para lançar satélites. No final do ano espero chegar a um consenso.

Os lançamentos ficarão para 2021?

Em 2020, a gente vai aumentar o estado operacional das equipes de lançamento. Em 2021, tem que começar o tratamento com a Agência Espacial Brasileira e fazer alguns lançamentos de foguetes suborbitais, sondagem para testar os sistemas. Em 2022, espero já ter algum lançamento comercial de lá.

A empresa estatal será vinculada a qual ministério e qual a previsão de lançamento dela?

A Alada já tem o planejamento feito há muito tempo pelo Comando da Aeronáutica.

Estamos discutindo agora como operacionalizar. Se vai ser uma estatal, como vai ser a governança disso. E outras opções caso não consigamos fazer a Alada.

A base de Alcântara foi construída perto de várias comunidades quilombolas no Maranhão. Qual a probabilidade da retirada dos moradores locais?

Vai ser discutida sempre com os moradores de lá. Nós temos na cidade de Alcântara muitas coisas bacanas do ponto de vista histórico, cultural, tradicional. Tem que ser preservado. A cidade fica mais como Paraty, uma coisa histórica em que se pode ter, sim, restaurantes, barzinhos. Aí cria-se uma região nova, um distrito moderno, onde tem prédios etc., feito para atender a necessidade de infraestrutura para o centro.

Com aquela área que a gente tem [hoje] dá para se por seis plataformas de lançamento. À medida que o negócio for avançando, a gente pode, em conversação com todas aquelas comunidades, ampliar a operação do centro, mas aí eles vão participar. Faz parte. Você tem que ter um acordo com as pessoas.

Como está a previsão de implementação da rede 5G no Brasil. Há uma série de percalços, questão de infraestrutura, de antenas, até questão política. Algo avançou?

O projeto tem avançado. É preciso ter uma infraestrutura preparada — a gente está falando em relação à fibra ótica, questão regulamentar. Estamos trabalhando em conjunto com o Conecta Brasil para ampliar a infraestrutura de fibra ótica no país.

Tem vários meios para isso: um é o investimento próprio, do governo. Esse é o menor. A gente tem também investimento privado, que vem a partir do edital de 5G. É importante que a gente tenha um sistema no Brasil de segurança cibernética ampliado também. [Tem ainda] a conversa com as prefeituras para instalação de antenas porque o 5G vai exigir uma quantidade grande de antenas.

E a regulamentação é da prefeitura.

Tem a lei de passagem, então tudo isso tem que ser conversado com as prefeituras. Estamos trabalhando com o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] para ajustar o que não foi combinada com os russos. A questão do ICMS...é preciso ajustar isso antes.

Quando o senhor vê esse processo, com o uso do 5G no celular, implementado?

Eu queria fazer, eu e a Anatel, o leilão em março. Por que a gente teve que segurar o edital? Existem quatro frequências básicas em torno das quais vai ser feito o leilão para as empresas poderem utilizar.

Em 3.5 GHz a gente viu que poderia haver interferência com antenas parabólicas para televisão. Falei vamos segurar esse negócio até que a gente estabeleça aqui uma estratégia para a mitigação do problema caso ele venha a aparecer e aí a gente lança. Caso aconteça uma interferência, tem duas possibilidades: colocar filtros nas antenas, possibilidade mais dentro dos nossos recursos, ou mudar isso aí para a banda cair.

A ideia é que até o final deste ano a gente faça o leilão. Essa é a minha estimativa. A

Anatel já falou acho que vai ficar para 2021. Estamos discutindo isso ainda. Então, eu imagino que no final de 2021 e começo de 2022 comece a ter implementação de algum piloto.

O presidente Bolsonaro afirmou que, se pudesse, privatizaria os Correios hoje mesmo. Como fica?

As três empresas [que compõem os Correios] foram para o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Um plano nacional de desestatização. Os Correios não são a quitanda da esquina com dois funcionários. Esses estudos vão determinar melhorias na gestão de cada uma delas. Além disso, alternativas de desestatização ou parcial desestatização ou separação. Nós vamos atender a esses estudos.

A nova base do Brasil Estação Antártica Comandante Ferraz

Na próxima terça tem a inauguração da nova base do Brasil na Antártica após a anterior ter sido destruída por um incêndio há quase oito anos. O que esperar da base e quando os pesquisadores vão para lá?

A gente tem que reconhecer que a Marinha do Brasil fez um trabalho magnífico. Nós equipamos o laboratório, as conexões 4G com o restante do planeta. Ali são pesquisas de biologia, do próprio clima. Nós temos, além da base Comandante Ferraz, um setor destacado para coleta de dados e que serve de apoio aos pesquisadores. São 17 áreas de pesquisas acontecendo lá e eu tenho uma ótima expectativa.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro tem livro didático barato e sem ideologia, afirma Weintraub
Ministro destacou que material distribuído pelo MEC sai mais barato do que a compra avulsa; ‘é para ensinar a ler, escrever, ciências, matemática, não é para doutrinar’, diz em vídeo postado na internet

SÃO PAULO - O ministro da Educação Abraham Weintraub divulgou neste sábado, 11, um vídeo em que defende a distribuição de livros didáticos para estudantes das escolas públicas. Na publicação, publicada em sua conta no Twitter, ele destaca, contudo, que o material não deve ter "ideologia". "É para ensinar a ler, escrever, ciências, matemática, não é para doutrinar", afirma.

Segundo Weintraub, o governo federal tem um custo anual de aproximadamente R\$ 2 bilhões anuais para 165 milhões de livros didáticos. Em mensagem publicada junto com a gravação, escreveu: "livro didático no governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem ideologia política ou de gênero".

PUBLICIDADE

"Todo esse dinheiro compensa a gente gastar? Compensa, porque, se as famílias forem comprar individualmente os livros, vai sair muito mais caro. O mesmo livro que nós distribuimos ao custo para o contribuinte de R\$ 10, se nós formos comprar individualmente em uma livraria, vai sair R\$ 100. O mesmo livro. Então, para todos nós, para a sociedade, gera economia", afirmou no vídeo.

Abraham Weintraub



@AbrahamWeint

Livro didático do Governo Bolsonaro.

Vídeo incorporado

12,2 mil

13:38 - 11 de jan de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

3.332 pessoas estão falando sobre isso

Reportagem do Estado publicada neste sábado, 11, mostra que o governo federal aluga um depósito na Grande São Paulo para armazenar exemplares nunca utilizados e que estuda descartar R\$ 2,9 milhões de livros nunca utilizados. O MEC avalia agora qual destino dar a esse material, comprado em gestões anteriores. Neste estoque, há obras desatualizadas desde 2005, que não podem ser entregues aos alunos.

Este mês, o presidente Jair Bolsonaro classificou os livros didáticos como “péssimos” e com “muita coisa escrita”. Dias depois, o ministro Abraham Weintraub reforçou a crítica e disse que já deu “boa limpada” no material.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC estuda descartar quase 3 milhões de livros didáticos sem uso

O gasto estimado é de R\$ 20,3 milhões

O Ministério da Educação (MEC) estuda descartar livros didáticos sem uso que não chegaram a ser distribuídos para alunos. Considerando os exemplares obsoletos, que estariam aptos ao descarte, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é ligado ao MEC, poderia jogar fora até 2,9 milhões de livros. O gasto estimado é de R\$ 20,3 milhões. Livros que podem ser descartados perderam a validade de 2005 a 2019. A informação foi dada neste sábado pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Segundo a reportagem, a análise para descartar o material foi recomendada em um documento feito pela área de logística do órgão no final do ano passado. De acordo com os técnicos do FNDE, era preciso reduzir o número de livros no estoque onde eles são mantidos em São Paulo. Os livros são mantidos em reserva para casos de emergência e, segundo um levantamento feito em dezembro, havia 4,2 milhões de livros no estoque, dos quais 2,9 milhões já não servem mais para uso por estarem defasados.

Os livros foram comprados em gestões anteriores. Em nota, o FNDE, que cuida do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), afirmou que publicará na próxima semana uma normativa para otimizar a reserva técnica do programa e discutir a futura destinação dos livros didáticos. Mas não informou o número de exemplares que estão estocados. O órgão afirma que houve uma melhora no remanejamento das obras em 2019, que foi 49% maior que o do ano anterior.

"O FNDE destaca ainda que todas as aquisições feitas em 2019 já levaram em consideração o quantitativo da reserva técnica, a fim de permitir uma compra mais racional, ou seja, repondo apenas os 3% exigidos na legislação", diz a nota.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos nunca usados, diz jornal
Material nunca foi entregue aos alunos das escolas públicas e custou cerca de R\$ 20 milhões. Edições compradas em gestões anteriores estariam desatualizadas para uso.

O Ministério da Educação (MEC) pretende descartar 2,9 milhões de livros que nunca foram entregues aos alunos de escolas públicas. As informações foram publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo" neste sábado (11).

Comprado em gestões anteriores do MEC, o material tem edições que teriam vencido, entre 2005 e 2019, e estariam desatualizadas para o uso. O custo de todos esses livros seria de cerca de R\$ 20 milhões.

O processo para se desfazer do material começou no fim do ano passado. Na época, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) alertou para a necessidade de reduzir o estoque de livros, que está armazenado em um depósito alugado dos Correios, em Cajamar, em São Paulo.

O FNDE não respondeu diretamente sobre o descarte. O órgão informou que publicará na semana que vem uma norma sobre a chamada "reserva técnica" do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Leia a nota do FNDE:

"O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informa que a atual gestão da pasta está desde o final de dezembro do ano passado analisando alternativas para otimizar a reserva técnica do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

O texto de uma normativa sobre o assunto foi concluído na última sexta-feira, 10 de janeiro, e será publicado na próxima semana. A portaria vai instituir uma comissão formada por técnicos do FNDE que deverão levantar eventuais falhas nos processos de anos anteriores e discutir a futura destinação dos livros didáticos. A reserva técnica é gerenciada pelo governo federal desde 2014. Antes, ficava a cargo das secretarias de Educação.

O FNDE destaca ainda que todas as aquisições feitas em 2019 já levaram em consideração o quantitativo da reserva técnica, a fim de permitir uma compra mais racional, ou seja, repondo apenas os 3% exigidos na legislação.

Além disso, vale ressaltar que em 2019 houve uma melhora no remanejamento das obras: 49% maior do que em 2018. Isso possibilitou a redistribuição dos materiais de forma mais efetiva entre escolas do país."

Livros viram papel higiênico

Em dezembro de 2019, o Fantástico mostrou como os livros didáticos estão sendo descartados pelo Brasil. Alguns são reciclados e acabam virando papel higiênico.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Em 2020, Congresso terá desafio de manter Fundeb e garantir recursos

Com prazo de validade para 31 de dezembro de 2020, parlamentares precisam se dedicar ao tema neste ano legislativo

Brasília — O fundo de financiamento da educação básica no Brasil tem prazo para acabar. No dia 31 de dezembro de 2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) perderá a validade.

Tornar permanente essa fonte de recursos depende do Congresso Nacional, que também analisa a possibilidade de aumentar a participação da União com mais investimento de verbas federais para manter o funcionamento de creches, educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos nos estados e municípios.

Só em 2019, dos R\$ 248 bilhões aplicados nas escolas públicas do país, R\$ 156 bilhões (65% do total) saíram do Fundeb.

O fundo recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais de ensino. Ele é composto por 20% de diversas receitas, entre elas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Além disso, uma parte dos recursos recolhidos é reservada às redes de ensino que ficaram com os valores mais baixos, amenizando as desigualdades regionais no financiamento da educação.

O dinheiro extra da complementação federal é distribuído entre todos os estados desfavorecidos até que eles alcancem um mesmo patamar mínimo por matrícula.

No ano passado, nove Fundeb's ganharam esse reforço: no Maranhão, Pará, Amazonas, Piauí, Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Assim, esses estados atingiram o valor mínimo previsto por aluno, que foi de R\$ 3.240. Sem o fundo, o investimento para cada estudante maranhense, por exemplo, seria de apenas R\$ 1,7 mil (R\$ 141 por mês).

“Sem o Fundeb, fica decretada a falência do ensino público no Brasil”, afirmou Dário Berger (MDB-SC), presidente da Comissão de Educação (CE), que elegeu o fundo como a política pública a ser avaliada pelo colegiado em 2019.

Com duração de 14 anos, o Fundeb foi criado em 2007 para substituir outro fundo, dedicado somente à manutenção do ensino fundamental — o Fundef, que vigorou entre 1998 e 2006.

Para onde vai o dinheiro

Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb devem ser usados na remuneração de professores, diretores e orientadores educacionais. O restante vai para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, como o pagamento de outros profissionais ligados à educação, a compra de equipamentos e a construção de escolas.

Dário Berger defende que o Parlamento vincule o novo Fundeb à melhoria da infraestrutura escolar.

“O IBGE mostra que 17,5 mil escolas não têm nem banheiro em suas instalações. Outras 7,5 mil funcionam sem energia elétrica, e 47 mil não têm internet”, lamentou.

Entre as modalidades de educação para índios e quilombolas, por exemplo, o entendimento dos participantes de audiência pública promovida em novembro pela Comissão de Educação é de que o investimento público por aluno deve ser maior nas escolas dos povos tradicionais.

É o Fundeb que garante a educação escolar em territórios marcados por alta vulnerabilidade, mas os recursos ainda são insuficientes.

Com salário atrasado, a professora Maria José Sousa Silva, representante dos quilombolas de Mirandiba (PE), ensina em uma sala de aula improvisada, sem banheiro nem cozinha. Também falta transporte para as crianças, que, de acordo com ela, caminham dois quilômetros debaixo do sol quente para receber uma merenda de baixa qualidade.

“Existe esse apartheid dentro das escolas. Se nós estamos em um município onde a maioria da população é negra, por que ainda não existe um olhar específico para resolver essa questão?”, questionou.

Para o antropólogo Gersem Baniwa, do Foro Nacional de Educação Escolar Indígena, o Fundeb garantiu a abertura de mais escolas para os índios, mas a distribuição dos recursos seria influenciada por um “racismo geográfico”.

“O aluno no extremo norte da Amazônia dificilmente terá o seu direito assegurado. Simplesmente porque ele nasceu numa região de tremendas dificuldades. Existem alunos que têm de arrastar canoas horas e horas, passar por cachoeiras para poder chegar a uma escola”, ressaltou Baniwa, que já foi professor bilíngue na sua aldeia, na Amazônia, e chegou a ocupar o cargo de secretário municipal de Educação.

Propostas

Três propostas de emenda à Constituição em análise no Congresso (PECs 15/2015, 33/2019 e 65/2019), além de renovarem o Fundeb, convergem ao prever duas mudanças significativas no modelo atual. A primeira delas é a transformação do fundo em uma política pública definitiva, e não mais um mecanismo provisório.

“Com o Fundeb estabelecido de forma definitiva na Constituição, teremos a garantia de que as verbas para a educação básica, que é um direito de todos os brasileiros, jamais serão retiradas”, argumenta o senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP), autor da PEC 65/2019.

A segunda mudança significativa prevista nas três PECs é o aumento das injeções diretas do governo federal. O fundo, primeiro, recolhe as contribuições dos estados e das prefeituras e, em seguida, cobra da União 10% do valor arrecadado.

Das propostas em estudo no Congresso, duas elevam a cota federal para 30% e a outra, para 40%. Em todos os casos, a elevação ocorre de forma gradual, diluída ao longo dos anos, até chegar à porcentagem estabelecida.

Uma terceira mudança nas regras atuais é aventada pelos relatores das PECs. Para os senadores Zequinha Marinho (PSC-PA) e Flávio Arns (Rede-PR) e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), existe espaço para tornar mais justa a fórmula de distribuição da complementação federal.

Uma das possibilidades é que o dinheiro da União deixe de ser aplicado no Fundeb dos estados que ficam na lanterna do ranking do valor por aluno. Em vez disso, passaria a ir diretamente para as cidades mais pobres, não importando o estado em que se localizam.

São cidades que arrecadam muito pouco com os impostos municipais (como o IPTU e o ISS) e, por isso, não dispõem de quase nada, além do Fundeb, para investir nos seus alunos.

Recursos

Nos últimos nove anos, os 10% do valor do fundo repassados pela União não alcançam um valor mínimo por aluno. Em 2019, essa participação representou R\$ 14,3 bilhões.

No texto substitutivo da Câmara (PEC 15/2015), apresentado pela deputada Professora Dorinha, a proposta é triplicar a participação federal em 10 anos: para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. O impacto orçamentário total seria de R\$ 279,8 bilhões ao longo desses anos.

Além dessa ampliação da contribuição já existente da União, outra proposta (PEC 33/2019) também destina novos recursos ao fundo, com um percentual, a ser definido por lei, dos royalties do petróleo.

O texto estabelece ainda que 60% de cada fundo estadual seja destinado ao pagamento dos professores da educação básica pública em efetivo exercício.

“É uma forma de assegurar a prioridade da aplicação dos recursos dos fundos para a remuneração e valorização dos professores, que são, ao fim e ao cabo, os responsáveis diretos pelo sucesso das práticas de ensino e pela aprendizagem dos alunos. Em outras palavras, o foco deve estar na sala de aula e na valorização dos docentes e de seus saberes”, diz o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), autor da proposta.

Já o relator da PEC 65/2019, senador Flávio Arns, sugere que também componham o Fundeb 20% dos recursos relativos ao 1% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Este 1% é repassado todos os anos pelo governo federal ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos meses de julho e dezembro.

O senador explicita que o Brasil precisa investir mais em educação. O investimento em estudantes dos 6 aos 15 anos na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) chega a US\$ 8,63 mil anual por aluno. Já no Brasil, é só de US\$ 3,7 mil.

“Em termos de qualidade, nossos alunos têm uma performance bem inferior aos dos países da OCDE. Isso acontece em parte devido à grande disparidade socioeconômica e de investimentos. E não é subfinanciando a educação que vamos resolver o problema”, afirma.

A Comissão de Educação aponta ainda, como futuras fontes para o Fundeb permanente, a redução das desonerações tributárias, o remanejamento de recursos e uma reforma tributária progressiva.

Arns alerta que, além de aprovar uma nova proposta prorrogando o Fundeb, será preciso depois regulamentá-lo. Além disso, caberá ao governo federal estabelecer as normas infralegais. Se esse processo não acontecer, o fundo deixará de existir em 2021.

MEC

O Ministério da Educação (MEC) é contrário ao aumento proposto pelo Legislativo dos atuais 10% para 40% na complementação da União no Fundeb.

“A gente é a favor de gastar mais com educação, principalmente no ensino fundamental. Queremos e apresentamos uma proposta factível, palpável e concreta para que isso acontecesse. Estamos dispostos a aumentar os gastos, mas dentro de critérios de desempenho técnicos”, afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante coletiva de imprensa em setembro.

Em junho, o MEC propôs acréscimo progressivo até alcançar 15%, com a implementação de critérios que melhorem o desempenho da educação básica atrelados à eficiência na aplicação dos recursos. O aumento seria de um ponto percentual ao ano.

Segundo Weintraub, um modelo para o novo Fundeb está sendo construído junto com a Casa Civil e o Ministério da Economia.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro tem livro didático barato e sem ideologia, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou neste sábado (11) um vídeo em que defende a distribuição de livros didáticos para estudantes das escolas públicas. Na publicação, veiculada em sua conta no Twitter, ele destaca, contudo, que o material não deve ter "ideologia". "É para ensinar a ler, escrever, ciências, matemática, não é para doutrinar", afirma.

Segundo Weintraub, o governo federal tem um custo anual de aproximadamente R\$ 2 bilhões anuais para 165 milhões de livros didáticos.

Em mensagem publicada junto com a gravação, escreveu: "livro didático no governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem ideologia política ou de gênero".

Abraham Weintraub



@AbrahamWeint

Livro didático do Governo Bolsonaro.

Vídeo incorporado

12,2 mil

13:38 - 11 de jan de 2020

Informações e privacidade no Twitter Ads

3.332 pessoas estão falando sobre isso

"Todo esse dinheiro compensa a gente gastar? Compensa, porque, se as famílias forem comprar individualmente os livros, vai sair muito mais caro. O mesmo livro que nós distribuimos ao custo para o contribuinte de R\$ 10, se nós formos comprar individualmente em uma livraria, vai sair R\$ 100. O mesmo livro. Então, para todos nós, para a sociedade, gera economia", afirmou o ministro no vídeo.

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo publicada neste sábado mostra que o governo federal aluga um depósito na Grande São Paulo para armazenar exemplares nunca utilizados e que estuda descartar R\$ 2,9 milhões de livros nunca utilizados. O MEC avalia agora qual destino dar a esse material, comprado em gestões anteriores. Neste estoque, há obras desatualizadas desde 2005, que não podem ser entregues aos alunos.

Este mês, o presidente Jair Bolsonaro classificou os livros didáticos como "péssimos" e com "muita coisa escrita". Dias depois, o ministro Abraham Weintraub reforçou a crítica e disse que já deu "boa limpada" no material.

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

O Estado que nos educa

Brasil confunde dever estatal de financiar a educação com moldar discurso dos professores

Quando o presidente decidiu pontificar sobre livros didáticos, formou-se um pequeno escândalo sobre o periférico. As opiniões de Bolsonaro, boçais como de costume (um "lixo", "um montão de amontoado de muita coisa escrita"), não movem nenhum moinho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2020/01/o-estado-que-nos-educa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Aula

O número de startups de educação no país chegou a 434, segundo relatório da KPMG. Um quarto delas desenvolve ferramentas para escolas e 20% atuam com novas formas de ensino.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/01/financiamento-para-compra-de-paineis-solar-cresce-150-em-banco.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Crítica infundada à universidade

As autoridades educacionais do governo Bolsonaro insistem em acusar as universidades públicas do País de ineficiência em matéria de formação acadêmica e pesquisa, por terem se convertido em "locais de balbúrdia e doutrinação". Mas tais críticas têm sido desmentidas pelos números.

Segundo levantamento do Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre parcerias entre universidades públicas e empresas privadas para o desenvolvimento de tecnologia e inovação no Brasil, o número de artigos científicos realizados em coautoria por

pesquisadores acadêmicos e pesquisadores das indústrias teve uma taxa média de crescimento de 14% ao ano, entre 1980 e 2018. Foram 1,5 mil artigos publicados em 2018, ante pouco mais de 10 em 1980.

“É comum ouvirmos as pessoas falarem que é muito complicado fazer contratos de colaboração ou que a universidade pública não quer interagir. Mas isso não é mais assim. Há desconhecimento por parte do governo e também dentro da própria academia, influenciado por impressões pessoais que vêm dos anos 1970”, lembra Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Segundo ele, o desenvolvimento de tecnologia e inovação no Brasil tem esbarrado em dois problemas. O primeiro é o excesso de deferência a países como Estados Unidos, China e Coreia do Sul por aqueles que, como os atuais dirigentes do Ministério da Educação, criticam a falta de produtividade das universidades brasileiras sem levar em conta as estatísticas. Por isso, tanto os argumentos como as alternativas propostas por esses críticos são feitas “no escuro”, diz Brito Cruz. O segundo problema é a falta de diagnóstico preciso da área, permitindo que as políticas de desenvolvimento tecnológico tenham linha de continuidade ao longo do tempo, independentemente das trocas de governo.

Para Brito Cruz, se por um lado a produção conjunta de conhecimento em tecnologia e inovação por empresas e universidades vem crescendo, por outro é preciso que seja desconcentrada. Entre 2009 e 2018, 72% do total de artigos científicos resultantes dessa parceria foram produzidos por dez universidades, das quais se destaca a USP – isoladamente, ela produziu 2,7 mil artigos no período, mais do que o dobro da segunda colocada, a UFRJ. Do lado das empresas, sobressaem-se a Petrobrás, a Vale, a IBM, a Embraer, a Novartis e a Pfizer. Graças à indústria farmacêutica, as ciências da saúde foram responsáveis por quase 30% dos artigos entre 2015 e 2017.

Por isso, em vez de fazer acusações infundadas às universidades, o governo deveria investir na melhoria de qualidade da pesquisa na maioria das instituições de ensino superior, por um lado, e estimular mais parcerias com o setor produtivo, por outro lado. “É isso que exige ser visto no mundo, frequentar conferências internacionais na presença de outros centros e empresas”, diz Cruz.

Seus argumentos coincidem com o que tem sido recomendado por entidades internacionais. Na mesma linha do que ele recomenda, o diretor-geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Francis Gurry, propõe ao Brasil uma mobilização nacional pela tecnologia e pela inovação, sob o risco de o País perder mercado numa economia global cada vez mais digitalizada e concorrencial. Segundo ele, 60% da inovação mundial vem de 30 grandes “hubs” situados em poucos países – nenhum deles da América Latina. Enfrentar o desafio na área de tecnologia e inovação pressupõe equipes mais numerosas de pesquisadores e isso exige políticas de formação, educação e qualificação, afirma.

Infelizmente, o governo brasileiro parece não ter consciência da importância desse desafio. Enquanto o presidente da República e o ministro da Educação continuarem mais preocupados em fazer críticas infundadas do que em formular e implementar

políticas consistentes, o Brasil ficará atrasado na corrida mundial pelo desenvolvimento de tecnologia e inovação.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Influenciador

Por falar em “ministros ideológicos”, o polêmico tuiteiro Abraham Weintraub (Educação) é visto por políticos e marqueteiros como sucesso de votos quando quiser disputar uma eleição: tem seguidores fiéis e apaixonados.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC estuda o descarte de 2,9 milhões de livros didáticos

Governo aluga depósito em SP para armazenar exemplares de todas as séries e disciplinas adquiridos em anos anteriores – há materiais desatualizados desde 2005. Ministério defende importância de ter reserva técnica; obras não podem ser entregues a alunos

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação quer descartar livros didáticos considerados “inservíveis”, mas que nunca chegaram a ser entregues aos alunos das escolas públicas do País. Pelo menos 2,9 milhões de exemplares – comprados em gestões anteriores do MEC, a partir de 2005 – são considerados “vencidos”. O material está armazenado num depósito em Cajamar (SP) .

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação (MEC), quer descartar livros didáticos considerados sem utilidade, que nunca foram entregues a alunos das escolas públicas do País. Com isso, ao menos 2,9 milhões de exemplares, comprados em gestões anteriores, podem ser descartados.

O processo para “desfazimento dos livros inservíveis” começou no fim de 2019, quando a área de logística e distribuição do FNDE alertou, em documento, para a necessidade de reduzir o estoque armazenado em depósito alugado dos Correios, em Cajamar, Grande São Paulo. O documento, obtido com exclusividade pelo Estado, aponta que o total de exemplares no local não é nem mesmo conhecido pelo órgão, por isso, indica a necessidade de se montar uma comissão para levantar o número de livros e sua “validade”.

Levantamento preliminar do estoque feito em dezembro apontou que a reserva técnica tinha 4,2 milhões de livros didáticos, sendo que 2,9 milhões “venceram” entre 2005 e 2019. O Estado apurou que esses livros, de todas as disciplinas e de todas as séries (do ensino fundamental e do médio), estão ainda embalados e nunca foram abertos. Há ainda uma quantidade desconhecida de exemplares, que chegaram a ser entregues nas escolas antes de 2012, e depois foram levados ao local.

Contando só os 2,9 milhões de livros nunca usados, o gasto estimado é de mais de R\$ 20,3 milhões – em média, a compra de cada unidade custa R\$ 7. Segundo o Estado apurou, servidores calculam que o estoque possa ser até três vezes maior.

Os exemplares foram comprados pelo MEC no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que distribui obras a todas as escolas públicas municipais e estaduais. Para evitar que alunos fiquem sem livro no caso de abertura de turmas ou colégios, sempre é adquirida uma reserva técnica. Há ainda escolas que rejeitam exemplares recebidos muito tempo após iniciar o ano letivo. Essas unidades vão para o

depósito.

A minuta da portaria para formar a comissão que vai levantar o tamanho do estoque foi feita, mas ainda não foi publicada. No documento a que o Estado teve acesso, o grupo deverá listar os livros “desatualizados, obsoletos, ociosos, irrecuperáveis, antieconômicos ou em desuso” para serem descartados. A expectativa é de concluir o mapeamento até o fim de abril.

O desafio é dar um destino para esses livros, que trazem gasto, uma vez que há custo para manter o estoque. Mas exemplares desatualizados não podem ser entregues aos alunos. Outras saídas, como doar parte do material, também são complexas, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

Este mês, o presidente Jair Bolsonaro classificou os livros didáticos como “péssimos” e com “muita coisa escrita”. Dias depois, o ministro Abraham Weintraub reforçou a crítica e disse que já deu “boa limpada” no material. A necessidade de descarte de livros “inservíveis” foi apresentada a ele no fim do ano, pouco antes da troca do comando do FNDE. No dia 24, a servidora Karine dos Santos, que já chefiou a área responsável pelo PNLD, foi nomeada para a presidência do órgão.

Em nota, o FNDE disse que “não há efetivamente nenhum prejuízo” com a reserva de livros e defende ter cota extra para atender “as escolas novas criadas a cada ano, os alunos que ingressam no sistema de ensino e a eventual falta de livros em determinada unidade”. Também afirmou ter controle de “quais e quantos exemplares estão armazenados e disponibilizados para solicitações das escolas”. Mas não comentou sobre o estudo de descarte.

Problema. Ex-dirigentes dizem que, quando estavam no MEC, não tiveram conhecimento de número tão alto de livros

parados e cobram transparência na avaliação de exemplares. “Quando presidi o FNDE, o número de livros comprados era para o número de alunos matriculados. É preciso apurar essa sobra e qual foi de fato o prejuízo”, disse o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), que foi da gestão Dilma Rousseff em 2015.

Secretária-executiva do MEC na gestão Michel Temer, Maria Helena de Castro também disse desconhecer o estoque, mas afirmou que, se existe, não pode ser aproveitado. “Um livro de 2005 não atende mais aos editais do PNLD. Nesse período tivemos mudanças de diretrizes curriculares; agora temos a Base Nacional Comum Curricular. Não dá para o livro defasado chegar às escolas.”

O excedente reforça mudança defendida pelo governo federal de descentralizar o salário-educação – contribuição paga por empresas, que foi de R\$ 9,75 bilhões em 2018. O recurso é usado em programas como o do livro didático e merenda. A ideia é repassar a verba diretamente às prefeituras para que elas próprias comprem livros e alimentos. Para o governo, centralizar leva a erros, como estoque excessivo, mas há ressalvas. “A compra em escala faz cair o preço, garante que não haverá economia que faça com que o aluno tenha de usar livro em mau estado ou não o receba”, diz Priscila Cruz, do Todos pela Educação.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsonaro quer mudar obras

No dia 3, o presidente Jair Bolsonaro disse que a partir de 2021 os livros distribuídos terão a Bandeira do Brasil na capa, Hino Nacional e estilo mais “suave”, pois, para ele, há “muita coisa escrita”. Ele disse ainda ter a obrigação de distribuir exemplares feitos em outros anos, mas afirmou que a partir de 2021 as obras terão “ensino que vai ser útil”.

No dia 7, em sua primeira reunião do ano com Bolsonaro, o ministro Abraham Weintraub assegurou ao presidente que já deu uma “boa limpada” no material para este ano, mas que ainda vai tirar alguns “livros que a gente não gosta”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Chegou ao fim?

Apesar da confirmação, pelo ministro Abraham Weintraub, do fim do contrato do MEC que mantém a TV Escola, a Acerp se empenha em virar o jogo. Gestora do canal público, a associação tenta viabilizar a TV com apoio de outros ministérios – como o da Mulher, Família e dos Direitos Humanos e o da Cidadania, que abriga a Cultura.

Já a Cinemateca em SP, que tem um dos maiores acervos cinematográficos do Brasil, teria seu funcionamento assegurado por Roberto Alvim.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Menos é mais, presidente

Deonísio da Silva é diretor do Instituto da Palavra e professor da Universidade Estácio de Sá

Então, os livros didáticos têm textos demais? Não, presidente, eles têm textos de menos e muitas vezes foram escolhidos sem atenção à qualidade, só para atender aos áulicos epocais, não ao Estado.

Tem sido assim desde que Olavo Bilac e Manoel Bonfim inventaram o livro didático e o serviço militar, mas há pouco mais de vinte anos ainda reinava um certo pudor.

Áulico é palavra difícil para esses tempos, mas necessária. Usar outra seria baixar o nível, como fazem alguns de seus áulicos e muitos dos que os combatem. Quem diria: aula e áulico vieram do Grego “aulé”, palácio, corte, pátio ao redor de mansões, semelhantes a essas onde pontificam os diversos principados de Brasília. Como naqueles primitivos recintos eram realizadas diversas cerimônias, as primeiras aulas foram assim designadas porque ministradas ali.

De resto, o povo usa sinônimos obscenos para áulico nos botecos, nas ruas e nas redes sociais, ainda que eufemismos sejam invocados para esses cortesãos, como lambe-botas e puxa-saco.

Os eufemismos estão sempre conosco, agora e na hora da nossa morte. Não escrevemos nos cemitérios “bateu as botas”, “esticou as canelas” ou “deste nos livramos”. Escrevemos “descanse em paz”. E a defunto, do Latim “de functus”, que significa pronto, p referimos “finado”, “falecido” e outros eufemismos.

Em algum lugar do passado o Brasil perdeu-se numa encruzilhada. Escolhemos o diploma, não o saber. O diploma deveria ser a expressão do saber. Não é mais. Entre as disciplinas-chaves para esta recuperação está a Língua Portuguesa, coma qual são ensinadas todas as outras. Ao ignorar os compostos greco-latinos, abundantes no Português, não desprezamos apenas o glorioso símbolo de nacionalidade, mas também suas línguas-mães e irmãs.

Muitos livros didáticos reiteram o falado e ouvido, desprezando os sabores de outros saberes, ao apagar autores indispensáveis, desta e de outras disciplinas. Têm, pois, textos de menos. Precisamos com urgência do escrito e do lido.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Cotação

Um dos nomes falados para o Ministério da Educação é o de Antônio Freitas, pró-reitor da FGV. Aliás, o que se diz é que Bolsonaro quer nomear alguém preparado. Já era tempo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Relator quer acabar com gasto mínimo em Saúde e Educação

Senador Márcio Bittar (MDB-AC), responsável pela PEC do pacto federativo, propõe desvincular integralmente gastos nestas áreas. Ele pretende ainda ampliar proposta que incorpora municípios pequenos para rever despesas com Câmaras municipais

BRASÍLIA

O relator da proposta enviada pelo governo ao Congresso para rever regras fiscais do país vai propor o fim da obrigatoriedade de gastos mínimos com saúde e educação. Em entrevista exclusiva ao GLOBO, o senador Márcio Bittar (MDB-AC) avalia que a exigência, hoje na Constituição, engessa os orçamentos e prejudica a gestão em estados e municípios.

A chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo faz parte do Plano Mais Brasil, idealizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A ideia de desvincular os gastos com saúde e educação chegou a ser estudada pela equipe econômica e é abertamente defendida por Guedes. Na versão final do texto, porém, foi suavizada. Hoje, a Constituição obriga estados a destinarem ao menos 12% do que arrecadam à saúde e outros 25% para a educação. Já os municípios precisam gastar, nessas áreas, 15% e 25% de suas receitas, respectivamente. Em vez de acabar totalmente com esses mínimos, a PEC prevê que esses mínimos sejam unificados. Dessa forma, estados teriam que aplicar 37% da receita com saúde ou educação, podendo definir, dentro desse limite, como distribuir o dinheiro. Agora, Bittar, quer retornar à ideia original e, portanto, acabar de vez com qualquer tipo de vinculação.

—Minha tendência é devolver a originalidade dela (a PEC). O ministro Paulo Guedes passou o tempo inteiro defendendo claramente a desvinculação. Recuou, porque ele é um democrata e tenho uma admiração muito grande por ele, mas não é a ideia original. A ideia original é a desvinculação. E é a ideia à qual tenho simpatia — afirmou o relator, que deve apresentar seu parecer em fevereiro.

Segundo o parlamentar, o modelo atual dificulta a execução do orçamento nos governos

locais. Na União, a forma de cumprir os gastos está parcialmente modificada pela regra do teto de gastos, válida pelo menos até 2026.

O senador observa que é comum que governadores corram para gastar em educação, mesmo que tenham como prioridade investimentos em segurança, por exemplo. Bittar admite que a questão é polêmica. Perguntado sobre a visão de parlamentares em relação ao assunto, ele diz que há uma doutrinação, que faz com que a maioria seja contra a ideia: —O que percebo é que está todo mundo doutrinado. Todo mundo abre a boca e diz a mesmacoisa: “não, porque não pode tirar dinheiro da saúde”. Ninguém está tirando dinheiro da educação e da saúde. Entendo que é uma oportunidade de aprofundar a conversa. O relator também quer avançar sobre outro tema polêmico: a extinção de municípios com menos de cinco mil habitantes que não tenham condições de se sustentar. A ideia é rever também as câmaras municipais. — Esses municípios que seriam incorporados custam quase R\$ 4 bilhões. É o custo da máquina política. O brasileiro que paga esta conta está de acordo com isso? Será que esse é apenas um problema? Será que as Câmaras no Brasil inteiro não tinham que rever seus percentuais? Por que não diminuir isso? —questiona.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Educação e Justiça financiarão pesquisas

O Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançaram, dia 8/1, o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses. Ao todo, serão investidos R\$ 10,1 milhões para estudos na área, e o valor mensal das bolsas será de acordo com o nível de especialização: R\$ 1,5 mil, para mestrado; R\$ 2,2 mil, doutorado; e R\$ 4,1 mil, pós-doutorado. O objetivo é que as pesquisas auxiliem as forças de segurança no combate ao crime no país.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, explicou que as bolsas serão destinadas a "pesquisadores que queiram desenvolver soluções para as famílias brasileiras terem mais segurança". E o ministro da Justiça, Sérgio Moro, disse que os profissionais da pasta estarão à disposição para ajudar nas pesquisas e, por outro lado "o Ministério da Educação, junto com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, colocará à disposição a sua estrutura educacional".

O programa deve durar cinco anos e envolverá, além dos dois ministérios, a Polícia Federal, as secretarias nacionais de Segurança Pública (Senasp), a de Políticas sobre Drogas e a **Capes**. Do orçamento, R\$ 6 milhões serão financiados pela Senasp (em 4 anos); R\$ 2,1 milhões, pela Polícia Federal; e R\$ 2 milhões, pela **Capes**.

A publicação do edital sairá nas próximas semanas e poderão participar pesquisadores vinculados a 400 instituições públicas federais, estaduais e privadas. Os tipos de conhecimentos que serão estudados, bem como os pesquisadores, serão selecionados por consultores da **Capes**, que, em conjunto com a Polícia Federal, vai avaliar os resultados decorrentes das pesquisas.

topo ↕

DIÁRIO DO AMAPÁ - AP - BRASIL

Pesquisas sobre segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação

Os ministérios da justiça e da educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas sobre segurança pública e ciências forenses. Os

interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas ou comunitárias, com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes**.

O projeto terá investimento de R\$ 10,1 milhões da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O edital de seleção tem previsão de ser publicado nos próximos 15 dias. Os pesquisadores ganharão bolsas de R\$ 1500 para mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós doutorado.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para os pesquisadores desenvolverem os trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também vai permitir que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Um dos objetivos esperados, por exemplo, é que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - REGIONAL

2 ESCOLAS RURAIS SERÃO REABERTAS EM UBAJARA

O Ministério Público do Ceará entrou com pedido para reabertura das escolas rurais dos Sítios Itaperacema e Suminário, em Ubajara. Crianças e jovens foram realocados para novas escolas distantes de onde residem, em transporte cedido pela Prefeitura. O MP solicitou urgência para que as escolas permaneçam abertas, com multa de R\$10 mil por dia de descumprimento da liminar.

2ª MELHOR COLOCADA NO BRASIL

O polo de Educação a Distância (EaD) do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) do Centec, em Beberibe, que oferece graduação da UFC, Uece e IFCE, alcançou o 2º lugar nacional no prêmio "EAD em Ação", organizado pela **Capes**. A premiação observou nove critérios de avaliação, como trabalhos voluntários e realização de eventos técnico-científicos.

topo ↕

AMAZ. EM TEMPO - AM - DIA A DIA

Mais de 30 mil profissionais do magistério receberam abono

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (Seduc-AM) pagou, nesta sexta-feira [10], o rateio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a 30 mil professores e pedagogos da rede pública estadual. Ao todo, foram rateados cerca de R\$ 23 milhões em forma de abono salarial com valores de R\$ 750 a R\$ 2250, dependendo do tipo de vínculo com a secretaria.

O rateio só foi possível devido ao aumento da arrecadação da receita do Estado no último mês de dezembro, que foi superior ao esperado. Para atingir os 60% mínimo com investimento na folha de pagamento de pessoal, a Secretaria de Educação deveria pagar R\$ 348 como abono salarial para cada 20 horas. No entanto, o Estado viabilizou o pagamento de R\$ 750a cada 20 horas.

Com a decisão, a Secretaria de Educação supera o mínimo de 60% do valor total do Fundo, que deve ser utilizado para pagamento dos profissionais do magistério.

Aos profissionais que possuem vínculo de 40 horas, foi paga quantia de R\$ 1,5 mil. Já os que atuam em 60 horas semanais receberam a quantia de R\$ 2.250.

Para profissionais que possuem vínculos com cargas horárias diferenciadas foram pagos valores proporcionais, conforme o cálculo realizado pelo Departamento de Gestão Pessoal (DGP) da secretaria.

topo ↕

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - EDITORIAL

Empresa e pesquisa

Costuma-se afirmar que há, no Brasil, enorme distância entre o trabalho realizado nas universidades, notadamente as públicas, e empresas em geral. Os estudos teriam caráter teórico exclusivo, sem interessar ao setor privado. O resultado disso seria o baixo investimento do País em pesquisa e desenvolvimento (P&D), comprometendo a competitividade nacional. Destaque-se que P&D normalmente se refere a atividades de longo prazo e orientadas ao futuro, relacionadas à ciência ou tecnologia, usando técnicas similares ao método científico sem que haja resultados pré-determinados, mas com objetivos de algum benefício comercial.

Estudo desenvolvido pelo físico e diretor-científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito Cruz, desmente tal conclusão, e mostra que a interação entre universidades públicas e empresas é subestimada no País. O número de artigos científicos realizados em coautoria entre pesquisadores da academia e da indústria cresceu a uma taxa média de 14% ao ano entre 1980 e 2018, passando de pouco mais de uma dezena para 1,5 mil no final do período.

Apesar de não existir indicadores confiáveis e levantamentos sistemáticos sobre a colaboração empresa-universidades, esses números mostram que o panorama vem se alterando de modo bastante significativo nos últimos anos. A maior interação tem sido restrita, porém, a poucas instituições: 72% dos artigos comuns escritos pertencem a dez universidades, com destaque para a Universidade de São Paulo, com 2,7 mil deles produzidos entre 2009 e 2018, mais do que o dobro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1,1 mil artigos no período).

A Petrobras se destaca entre as empresas que mais publicaram artigos em coautoria (543 entre 2015 e 2017, 13% do total analisado), mas chama a atenção a presença de laboratórios farmacêuticos, como a Novartis, segunda colocada no período, com 77 artigos. Aparecem ainda empresas como Vale, IBM e Embraer.

Fica evidente que há espaço para o crescimento dessas parcerias. Elas interessam tanto às universidades como as indústrias, e permite maior financiamento privado às pesquisas desenvolvidas na academia. Isso não significa, entretanto, que todo o trabalho científico terá essa finalidade. Há necessidade, é claro, de autonomia para a definição de áreas e temas que serão estudados, sem que eles tenham necessariamente interesse e objetivo de servir ao setor privado, e que, em certos casos, possuem caráter essencialmente teórico.

Nesse sentido, é importante que sejam asseguradas verbas públicas para o fomento das pesquisas, por meio de agências governamentais, como a **Capes**, ligada ao Ministério da

Educação, e o CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A combinação das duas fontes - pública e privada - é necessária e pode trazer grandes perspectivas para o futuro da pesquisa no Brasil.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - 24H

Sou contra a militarização nas escolas, diz nova reitora do Ifba

Nesta entrevista, Luzia Mota falou sobre ciência, modelos de educação e racismo estrutural

Nos anos 80, Luzia Mota iniciou os estudos em um curso técnico de eletrônica na extinta escola técnica federal, desde 2008 chamada de Instituto Federal da Bahia (Ifba). De lá, saíria apenas para breves intervalos de estudos. “Era uma realidade de muito pão doce e refrigerante”, lembra Luzia, 52 anos, sobre os dias de estudante. Uma das sete filhas de um feirante e uma dona de casa saía do bairro do Castelo Branco, onde morava, até as aulas no Barbalho. Era necessário catar os miúdos para conseguir permanecer no instituto, de onde, hoje, é reitora.

As eleições no Ifba foram realizadas em 13 de dezembro de 2018, na reitoria do instituto, no bairro do Canela. Somente mais de um ano depois, Luzia assumiria o cargo para o qual foi eleita, entre quatro candidatas, com 32% dos votos válidos. A nova reitora chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que ordenasse sua posse. Durante a espera, visitou todos os campi do instituto para dizer que, até então, não havia sido empossada.

Somente nessa sexta-feira (10), aconteceu, em Salvador, a cerimônia de posse. Agora, Luzia quer falar do futuro.

“Queremos reposicionar o Ifba na cena educacional baiana”, contou.

A reitora recebeu a reportagem num bairro central de Salvador, onde mora, depois de uma viagem à Brasília para acertar os últimos detalhes da posse. Os esforços, falou Luzia, estão dedicados a projetar o Ifba.

Os institutos federais foram criados, no modelo inicial, em 1909, como a Escola de Aprendizizes Artífices da Bahia. Os nomes mudaram ao longo do tempo até que, em 1993, as escolas passariam a ser chamadas de Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet) – como muitos ainda costumam se referir ao Ifba, criado em 2008.

“A sociedade baiana não tem dimensão da complexidade, da dimensão do Ifba. Nossa missão é formar cidadãos histórico-críticos”, disse.

Durante uma hora e meia de entrevista, Luzia falou sobre as mudanças nas metodologias de ensino do Ifba e se, ainda hoje, cursos técnicos são mesmas opções vantajosas. Na época de Luzia como estudante, o instituto era procurado como se fosse uma garantia para vaga no mercado de trabalho. O principal eram as indústrias do Polo de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador.

“Não podemos esperar que um estudante de 14 anos entre para fazer um curso técnico e tenha seu futuro definido ali. Não podemos esperar que, no mundo de hoje, esse estudante que sai dali com 17 anos seja, durante toda a vida, um tipo de profissional”.

É a segunda vez que uma mulher ocupa a sala mais importante do instituto – a primeira foi Aurina Santana, reitora duas vezes consecutivas, de 2006 a 2014. Na conversa, Luzia, que é professora do Ifba desde 1994, falou sobre mulheres em espaços de poder e como é possível atingir realidades como a de sua família, quando jovem. A reitora é licenciada em Física pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e doutora pela mesma universidade.

“Temos que ser todas feministas, esse é o básico”, falou.

Também comentou as dificuldades da educação básica, o processo de militarização das escolas, como incentivar crianças e adolescentes ao estudo e os incômodos em relação a um ensino que não consegue compreender as subjetividades de cada aluno. “É preciso superar essa ideia de sucesso”, opinou.

Confira a entrevista na íntegra:

Quando a sua história com o Ifba começou e qual era seu contexto de vida na época?

Eu sou professora do Ifba há 25 anos. Fui estudante da Casa, entrei na antiga escola técnica federal na década de 80, fiz o curso de eletrônica. Ao sair de lá, fiz o curso de Licenciatura em Física na Ufba. Em 1994, fiz concurso como docente para o antigo Cefet. Passei e, desde então, leciono em várias modalidades, no ensino médio integrado, na graduação e na pós-graduação.

Como você saiu de uma realidade de trabalho braçal na família para se tornar reitora do Instituto Federal da Bahia?

Eu venho da periferia, do bairro de Castelo Branco. Meus pais são filhos da classe trabalhadora, assim como nós – somos sete irmãos. Sou a penúltima dos filhos. Desses sete, quatro são docentes e um irmão é professor do Ifba, da área técnica.

Mas, na verdade, concretamente, eu sou a primeira professora. Apesar de eu ser mais nova, sou a primeira formada em Licenciatura. Os meus irmãos se tornaram professores depois. Isso porque em famílias grandes e de trabalhadores, onde os recursos são escassos, os irmãos mais velhos acabam trabalhando para ajudar em casa e os caçulas acabam se beneficiando disso. Eles trabalharam e ajudaram na casa, o que liberou minhas forças produtivas, digamos assim, para que eu pudesse seguir na carreira acadêmica.

E como se deu essa aproximação com a ciência?

Ela se deve basicamente ao curso que fiz na extinta escola técnica que viria a se tornar o Ifba. Havia dois caminhos depois disso: um trabalhar como técnica – e, pelo período, um caminho possível era o Polo [de Camaçari], que já dava sinais de esgotamento – e a outra trajetória possível era da universidade. Eu trabalhei em algumas empresas de eletrônica e, passado o tempo, tomei a decisão de voltar para a universidade, de onde não saí mais.

Logo fiz seleção de mestrado, fui para a Universidade Federal de Santa Catarina, em

área de ensino de física, e depois voltei para Salvador para trabalhar, dar aula, construir a minha carreira um pouco como pesquisadora e orientadora, docente, extensionista. Consegui aprovar alguns projetos e só em 2013 retornei para fazer o doutorado em difusão do conhecimento, na Ufba, com uma bolsa na Universidade de Campinas [Unicamp], em São Paulo. Estudei como a pesquisa se desenvolveu nos institutos federais.

Que Ifba você encontrou no passado e que Ifba é esse de hoje?

Essas escolas técnicas federais tiveram uma formação muito própria, porque foram a primeira política pública para educação técnica no país. Com a industrialização, ganhou um papel cada vez mais importante. Na década de 80, com a crise do petróleo, essas escolas perderam um pouco a razão de formar mão de obra. Foi nesse momento que elas começaram a se transformar em Cefets, que já tinham funções mais ampliadas, porque poderia haver graduações e pós-graduação. De escolas voltadas exclusivamente para formação de mão de obra, passaram a ter uma função cada vez mais complexa, mas mantendo a sua origem e função de formação de técnicos.

Quando eu cheguei, peguei o final das escolas técnicas federais organizadas pedagogicamente para isso, os Cefets. Só que essas escolas, após a década de 80, passaram a ter uma precarização, perderam um pouco a função social e a formar mais para o vestibular.

Quando eu voltei como professora, peguei essa situação. Isso desestruturou o modelo pedagógico que vinha funcionando. Nós passamos a lutar pelo retorno da educação integrada. Em 2008, voltamos a oferecer os cursos profissionalizantes, no modelo de ensino médio integrado, que é o modelo que mostra os melhores resultados. Nossos estudantes têm desempenho acima das médias nacionais nesses testes de larga escala. Luzia é a segunda mulher a ocupar o cargo no Ifba (Foto: Marina Silva)

No passado das escolas técnicas, o Ifba era escolhido como certeza de “garantia de emprego”. Nesse sentido, o Ifba ainda é o Ifba?

É difícil fazer um julgamento de valor, porque os contextos são diferentes. Mas quando eu estudei lá, havia mesmo essa fama do Ifba. Os estudantes constituem uma relação de afeto muito forte com a instituição. Muitos ex-alunos estão no mundo do trabalho, da política, professores como eu. De certa forma, a escola sempre teve uma formação que permitia que a juventude escolhesse a trajetória que melhor lhe coubesse. Apesar de ser uma escola com um objetivo orientado [para o trabalho].

Vivemos num país onde a educação é dual, dualidade que está relacionada à própria sociedade: temos as escolas que formam a classe trabalhadora – como o Ifba, que sempre foi voltada para a formação dos filhos dos trabalhadores – e as escolas que formam a elite. O modelo pedagógico que adotamos permite, no entanto, que a gente forme não uma classe trabalhadora alienada, mas capaz de compreender a realidade.

Mas a procura pelo Ifba ainda permanece alta?

É alta, e nossa seleção é bastante concorrida. Não apenas em Salvador, que foi a sede,

mas também na capilaridade [no interior]. Os Ifbas são muito diferentes das escolas técnicas, porque trazem dois elementos: a primeira característica é que elas oferecem educação em todos os níveis e modalidades, oferecem trajetórias educacionais; o outro é que os Ifbas têm capilaridade pelo interior. Temos, hoje, 22 campi nos interiores da Bahia. Temos capilaridade em todos os territórios. Isso tem uma diferença fantástica porque dialogam com as políticas de desenvolvimento local.

Por que você resolveu ser reitora após tanto tempo de Instituto?

Essa decisão de me candidatar reitora não foi uma decisão tomada efetivamente e apenas por mim. Apenas tomei a decisão de representar um projeto que precisava de uma liderança. Não era minha intenção ser candidata inicialmente. Eu estava muito bem como professora e pesquisadora, mas já tínhamos, há alguns anos, pensamentos novos sobre as possibilidades da instituição. Foi assim que nós passamos a constituir um projeto diferente do que vem sendo implementado. O projeto é coletivo, e eu só fiz representá-lo.

Mas o que esse projeto quer mudar no Ifba? O que a instituição tem de “incômoda”?

Primeiro, queremos reposicionar o Ifba na cena educacional baiana. Nós temos muito potencial, temos essa capilaridade no estado – uma média de quatro mil servidores e mais de 30 mil estudantes, com quantidade grande de mestres e doutores que pensam a própria prática. O que queremos é colocar o Ifba num local que represente, de fato, essa complexidade e potencialidade da instituição.

Você acha, então, que os baianos desconhecem o Ifba?

Eu considero que a sociedade baiana não tem a dimensão da complexidade do Ifba. Nós ficamos sempre ligados à imagem da escola técnica – que foi muito boa, não estamos desmerecendo aquela história. Sem as escolas técnicas, não chegaríamos até aqui.

Depois de um ano de espera pela posse, como você assume esse instituto?

Vamos implementar o projeto que foi escolhido pela comunidade. Acreditamos que a oferta de educação pública precisa ser fortalecida, a pesquisa precisa ser tratada com trajetórias – que é a da inovação, da tecnologia social, da economia solidária, que é uma possibilidade real e forte – e ter uma extensão que é a interação com a sociedade. Temos que entender quais são as demandas.

E quais são os desafios que você acha que serão enfrentados?

No nosso projeto, o diálogo com a sociedade é muito importante. O mundo do trabalho é um ator privilegiado, mas conversar com os projetos e os movimentos sociais é importante. Um elemento que trouxemos é trazer um modelo de “multicampia”, ou seja, que faça com que as potencialidades de cada lugar sejam liberadas e desenvolvidas. O que existe hoje, e é um ponto que criticávamos, era a centralização da reitoria, o que faz com que as potencialidades de cada local não sejam desenvolvidas. Uma instituição que tem 30 mil alunos precisa se preocupar com a permanência desses estudantes.

Não apenas com assistência estudantil, mas é preciso olhar para o estudante e ver que eles não são homogêneos, em uma região como a Bahia, que você tem uma maioria jovem negra, é necessário que as ações garantam a esses estudantes que os desiguais receberão as mesmas oportunidades. Nosso projeto estabeleceu como meta a criação de estruturas que tratem das políticas e das ações afirmativas. As ações pedagógicas precisam ser feitas para que superemos algumas realidades, como o racismo. O combate à evasão e a retenção são outros pontos.

Esses desafios também devem ser encarados num período em que o Ministério da Educação diz que a prioridade é a educação básica. O que você acha disso? É possível virar a chave do que é realmente crítico?

Eu acho que fortalecer um em detrimento do outro é uma falsa antinomia. Não existe contradição [nesse aspecto]. É necessário que o país tome a decisão de investir em educação, que é um todo, não pode ser pensada só no básico. Se você foca no básico, você precisa pensar que o básico depende do professor, que é formado na universidade, no ensino superior. Não é possível pensar a educação separadamente. É preciso pensar em um projeto de educação, que vai olhar do básico, ao superior à pós-graduação, porque você não pode pensar que o país vai se desenvolver sem avanços científicos.

Não podemos mimetizar soluções que vêm de países avançados, precisamos focar em problemas que temos. É possível a gente atacar toda a estrutura, toda a trajetória acadêmica. Um outro elemento é que o modelo do Ifba, por exemplo, é o melhor modelo de ensino médio do país. Nossos estudantes do IFBA, tomados à parte, mostram resultados acima da média. Enquanto que se colocar toda a educação básica, o Brasil fica abaixo da média. O governo precisa olhar para isso e tentar observar se esse modelo não deveria ser replicado nas redes estaduais.

A gente também tem acompanhado a militarização das escolas públicas, sob a justificativa dos bons rendimentos. Na sua opinião, a militarização é mesmo um caminho?

Sou conta a militarização nas escolas. Os colégios militares apresentam, de fato, bons resultados. Mas, então, pela lógica, o governo deveria olhar para os dois. Os Ifbas têm bons resultados. A escolha pela militarização, então, não é racional. Para mim, que atuo dentro dos Ifbas, vejo que o modelo ofertado pelos Ifbas é mais potente do que o das escolas militares. Porque, além de dar uma formação geral, damos uma formação profissional, aliamos a formação profissional à propedêutica, isso promove ao jovem a capacidade de desenvolver qualquer trajetória de vida sustentável. O que eu vejo na militarização das escolas é uma ênfase da disciplina.

Eu não tenho conhecimento de mudanças muito efetivas na questão dos investimentos relacionados a essas escolas, com o currículo, com a formação. Se a gente quer resolver o problema e constituir um modelo de educação que seja capaz de promover o desenvolvimento do país, precisamos focar em muitas coisas, pois não é apenas um elemento que vai melhorar o país. Precisamos pensar, por exemplo, na carreira do professor, na estrutura física.

Quando leio sobre militarização, o elemento mais forte é a disciplina, o civismo, que

podem ser importantes, mas são só esses. Precisamos verificar quais são os modelos que têm dado certo e a partir daí promover um debate amplo. De que forma queremos educar a juventude brasileira.

Olhando um pouco para o estudante, como é possível torná-lo interessado pelos estudos?

Aí entra a questão relacionada com o mundo, com a forma como o mundo vem se transformando a partir das tecnologias da informação. Tudo isso faz com que o mundo seja muito diferente e a maioria dos professores foi criada em outra geração, diferente da dos alunos. Isso cria uma dicotomia entre o que os estudantes demandam e o que as licenciaturas oferecem. Na minha área, na física, há um distanciamento muito forte entre o que é pesquisado e o que chega na sala de aula. Mas isso se deve também à própria estrutura da escola, que impede que o professor desenvolva novas tecnologias.

Há muitas pesquisas sendo realizadas que conseguem compreender essas mudanças e propor novas metodologias. Mas há um “gap” [vão] entre as pesquisas e o que é feito. Mas digo para você que sou otimista. No início, tudo passa por um desequilíbrio para depois ter um funcionamento mais adequado. Professor nenhum gosta de perder aluno, ou perder sua atenção.

Mas qual é o principal problema para que as escolas baianas ainda não alcancem bons desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [Ideb]? No ano passado, a Bahia teve a pior média no Ensino Médio...

Primeira coisa que temos que perceber: os indicadores são muito bons, porque conseguimos pensar em políticas públicas a partir daí. Mas a avaliação avalia o processo: se o processo não é feito de forma adequada, o resultado não será bom. Minha preocupação, na verdade, é como vamos melhorar a educação.

Se você, agora, pudesse sugerir uma medida ideal para alavancar a educação, qual seria? Meu Deus, é muita coisa. Mas eu diria... Só um? [Silêncio] Valorização do trabalho docente faz com que as carreiras sejam carreiras que as pessoas se interessem. Aí, você vai ter pessoas dedicadas àquelas carreiras.

Se você tem bons salários, você não precisa se dedicar a várias escolas e os professores poderão conhecer melhor a realidade daquela escola onde trabalham. Digo isso porque, no modelo dos institutos federais, temos uma carreira docente que é uma carreira que nos permite dedicação exclusiva. Isso faz muita diferença: o professor dá aula, faz projetos, desenvolve pesquisas. Se eu pudesse, hoje, fazer uma alteração, eu valorizaria o trabalho docente.

Nesse sentido, num contexto de mudanças, qual é sua sobre ensino técnico e quem o Ifba tem formado?

Se nós avaliarmos friamente, veremos que o Ifba forma em todas as áreas, não apenas nas técnicas – apesar de ter, ainda, um forte elemento relacionado à tecnologia. Mas a formação que oferecemos permite a nossos estudantes que eles escolham sua trajetória. Não podemos esperar que um estudante de 14 anos entre para fazer um curso técnico e

tenha seu futuro definido ali. Não podemos esperar que, no mundo de hoje, com todo esse aparato, com outras perspectivas, que esse estudante que sai dali com 17 anos seja, durante toda a vida um tipo de profissional.

Queremos que nosso estudante possa fazer as escolhas dele e com perspectivas de desenvolvimentos. Queremos que os estudantes tenham noção que estão numa escola pública, são beneficiados por uma política pública e precisam contribuir para o desenvolvimento do país. É preciso superar essa ideia de competição, é preciso superar essa ideia de sucesso, e partir para outros valores como solidariedade, cooperatividade

Quais seriam, então, as profissões como grandes oportunidades?

Eu diria a você que ninguém pode dizer isso. Depende do local. Se eu estiver falando para você da Chapada Diamantina, por exemplo, vai existir uma forma de pensar. O que nós não podemos é não ouvir a comunidade, ouvir os atores e conhecer os arranjos produtivos locais para escolher, por exemplo, os cursos que iremos ofertar.

Eu diria que não há profissão do futuro, não é um conceito. O que você tem são alterações relacionadas com ciclos tecnológicos. Depende muito de como o sistema de produção se desenvolva. O que precisamos é formar pessoas que tenham capacidade de entender essas mudanças. Nossa missão é formar cidadãos históricos-críticos. O estudante precisa entender que as condições históricas são fundamentais para o que ele vive. Essa é a nossa utopia.

Para as mulheres, que são minoria na comunidade científica, como é o processo de produzir ciência, guiar os estudantes e ocupar um espaço de poder como o seu?

É difícil, viu? É um desafio. Primeiro porque eu, que sou de uma geração do século passado, não tive, na minha trajetória, um preparo para estar ocupando uma posição de poder com essa. Vim me construindo e desconstruindo ao longo do tempo, numa perspectiva de tentar dar exemplos positivos às meninas com quem convivo.

O que me mobiliza é a ideia de que nós sofremos e pagamos um preço muito alto num momento em que a condição de mulher ainda é uma condição subalterna, em que nós ainda somos atacadas e oprimidas por um sistema patriarcal, apesar de estarmos resistindo muito. E por isso precisamos assumir uma postura pública mais combativa. Vou lhe dizer, eu me coloco nesse papel porque não há outra possibilidade. Ou você é ou você é. Eu me coloco nesse papel, mas não é fácil.

Queria deixar muito registrado que, quando eu me lancei como candidata a reitora, eu reunia todas as condições necessárias para ser candidata à reitora. Mas, ainda assim, para mim sempre foi muito difícil e isso pela minha condição de ser mulher, de ser negra. Os sujeitos nessas posições estão a todo tempo convencidos de que esses locais não são para nós.

Acho a coisa mais importante que tenho observado no mundo moderno não são as transformações tecnológicas, mas as capacidades de os grupos sub-representados politicamente terem a capacidade de ser colocados e não permitir que outros falem por eles, mas que eles falem por eles próprios. Fui atacada pela minha condição de mulher.

Mas tem também o componente racial, que muitas vezes é velado, mas está ali presente.

Então, como a gente pode incentivar as mulheres a seguir esses caminhos de poder e da ciência?

Há uma comunidade muito pequena de mulheres científicas que, quando partem para a carreira, são discriminadas. Temos que ser todas feministas, esse é o básico. Quando você se coloca nesse lugar, você luta por igualdade.

A igualdade é fundamental, porque nossa sociedade se estrutura por meio da desigualdade, tudo alimenta esse sistema e não é por acaso que tenhamos sempre esses mecanismos de reprodução das relações sociais, e essa representação sempre está em cima dessas opressões.

Precisamos combater o machismo e o racismo estruturais. Políticas públicas são fundamentais, porque elas tocam o indivíduo, e às vezes transformam a vida daquela pessoa, que passa a ser uma pessoa que luta. Eu fui tocada por uma política pública, mas muitas Luzias ficaram de fora.

O processo de espera pela posse foi mais difícil por isso? Por que você acha que demorou?

Houve um momento em que o processo, de fato, teve problemas. Mas chegou um momento em que questões ligadas a esses marcadores fizeram diferença. Podem até não ter feito, mas essa é a impressão.

Depois de 25 anos no Ifba e agora como reitora, toda essa trajetória, além da espera, te deu vontade de pesquisar?

O que tenho pensado muito é a questão da democracia nas instituições públicas, na forma como a gente conduz. Tenho pensado muito em estudar isso.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - 24H

‘Não me sinto intimidada’, afirma nova reitora do Ifba

Luzia Mota assumiu o cargo depois de passar um ano esperando a nomeação do MEC

A tarde foi de festa na reitoria do Instituto Federal da Bahia (Ifba), no bairro do Canela, em Salvador. A nova reitora, Luzia Mota, a diretoria e os dirigentes dos 17 campi da instituição participaram da posse simbólica nesta sexta-feira (10). O auditório ficou lotado e muitas pessoas precisaram assistir a cerimônia de pé.

Emocionada, Luzia agradeceu ao apoio que recebeu da família e dos amigos, lembrou dos colegas do Ifba e deu ênfase a importância dos movimentos estudantis e outras organizações sociais. No primeiro discurso como reitora, ela citou Nelson Mandela, Frida Kahlo e foi direta em relação as questões políticas.

“Assumo o cargo de reitora do Instituto Federal da Bahia com muito orgulho e, sobretudo, consciente da responsabilidade e distinção que recebi da comunidade acadêmica e da sociedade. Não me sinto intimidada com a tarefa que estamos assumindo aqui e nem me intimida a incerteza de uma conjuntura adversa e, diria,

perversa. Não estarei sozinha e confio plenamente nos movimentos organizados”, afirmou.

O tom duro tem relação com a data da posse. Luzia foi eleita para o posto de reitora em dezembro de 2018, mas o Ministério da Educação (MEC) protelou a oficialização dela no cargo por um ano. O decreto com a nomeação foi publicado apenas em 23 de dezembro de 2019, com data da posse em Brasília marcada para 30 do mesmo mês, mas, segundo a assessoria do Ifba, o MEC desmarcou alegando falta de agenda.

No dia seguinte, Luzia entrou em um avião e foi para Brasília, onde pegou o termo de posse pessoalmente e o assinou. Na época, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal (MPF), questionou o MEC sobre a demora na posse da reitora. A procuradora federal Deborah Duprat solicitou ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que apresentasse os motivos para a demora no processo.

O evento realizado nesta sexta-feira, em Salvador, foi a ação simbólica da subida de Luzia ao cargo de reitora, juntamente com o restante da diretoria e dirigentes regionais.

“Estamos aqui para reconhecer e celebrar a luta empreendida em nome de uma ideia, de um projeto e de ação. Estamos celebrando um dos marcos da sociedade em que vivemos. A possibilidade de mobilizar a comunidade entorno de uma gestão democrática de uma instituição pública de educação”, afirmou.

Auditório lotado assiste a cerimônia de posse (Foto: Gil Santos/ CORREIO)

Ensino de Ciências

Professora titular do IFBA desde 1994, a reitora Luzia Mota tem como áreas prioritárias de ensino, extensão e pesquisa: educação profissional, particularmente, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), nas interseções com os estudos sociais da ciência e tecnologia; políticas públicas; desenvolvimento regional; e gestão democrática em instituições públicas.

Ela tem doutorado em difusão do conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), mestrado em ensino de Ciências Naturais e Matemática, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e licenciatura em Física pela Ufba.

Na sua trajetória profissional, também é possível destacar sua participação como fundadora do Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica (Gpet), do Ifba, e como coordenadora da implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Científica e Tecnológica do Ifba, que reúne o curso de especialização em educação científica e tecnológica e o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

topo ↕

CORREIO DO ESTADO - MS - CIDADES

Escolas militares devem exigir envolvimento da família de alunos

Os pais serão obrigados a participar de reuniões e outros encontros agendados pelo estabelecimento

As famílias de alunos das duas escolas cívico-militares de Campo Grande serão peça-chave no funcionamento das instituições. Além de participar das reuniões, os pais ou responsáveis deverão ir a encontros da comunidade escolar.

Selecionadas para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) do Ministério da Educação (MEC), essas unidades vão ter, a partir deste ano, militares do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar (PM) para auxiliar na gestão e ensino das unidades em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SED). A Escola Estadual Marçal de Souza Tu-pã-Y, no Jardim Los Angeles, região sul de Campo Grande, receberá a PM. Já a Escola Estadual Alberto Elpídio Ferreira Dias, no Jardim Anache, no norte da Capital, terá apoio dos bombeiros.

Em dezembro de 2019, os diretores das unidades e uma técnica da SED passaram por capacitação em Brasília (DF). "O objetivo era mostrar como vai funcionar esse modelo. A gestão das escolas cívico-militares é focada na excelência. Então, a gestão pedagógica cuida mais da parte do aprendizado e do acompanhamento do estudante e a gestão educacional fica com a questão de normas de conduta, horários, uniformes e valores", explicou a professora Eliana Verneque Soares, diretora da Escola Estadual Alberto Elpídio Ferreira Dias.

Essa unidade vai funcionar em tempo integral, enquanto a escola do Jardim Los Angeles manterá os três turnos de aula. "Houve uma consulta com a comunidade, que preferiu manter como está", justificou o diretor da Escola Estadual I Marçal de Souza, Ademir Medeiros dos Santos Júnior.

Com a entrada dos militares nas escolas, Eliana avalia que os educadores podem focar na gestão da escola. "O que acontece hoje é que a direção e a coordenação das escolas trabalha muito em função da correção disciplinar dos estudantes e os outros serviços da escola vão ficando para trás. Com esse apoio dos oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nosso trabalho será mais voltado à questão administrativa e pedagógica, porque a questão disciplinar esses oficiais vão tomar conta", afirmou.

PARTICIPAÇÃO FAMILIAR No calendário escolar estão previstos quatro sábados em que as famílias dos alunos deverão comparecer às escolas. "A família vai ter de acompanhar esse estudante. No momento da matrícula é assinado um termo de compromisso, comprometendo-se a acompanhar o aluno e a comparecer quando for chamado", explicou Eliana.

Com esse vínculo, os educadores esperam diminuir a evasão escolar, que é quando o aluno, por qualquer motivo, deixa de ir à escola. "O objetivo macro é o aprendizado do estudante e a diminuição da evasão. Precisamos resgatar esses meninos para que a escola seja interessante para eles", disse a diretora.

Para a coordenadora das Escolas Cívico-Militares (Ecim) da SED, Tatiana Marangoni, ao manter o aluno estudando, ele acaba difundindo boas práticas na comunidade. "O aluno é o ator principal e o multiplicador de boas práticas. A partir daí, ele vai, de certa forma, influenciar outros", afirmou.

CURRÍCULO ESCOLAR

As disciplinas do currículo comum, como Língua Portuguesa e Matemática, serão mantidas e ministradas por professores da SED. Os militares vão contribuir em outras atividades. Entre as matérias eletivas, que o estudante pode escolher seguir, está a Educação para a Cidadania.

No caso da escola do Jardim Anache, a direção estuda desenvolver atividades esportivas e científicas. Está em construção uma quadra e uma pista de atletismo. As obras de todo o complexo devem ser concluídas em janeiro.

PROGRAMA

Anunciado no dia 5 de setembro, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) do Ministério da Educação (MEC) deve implementar as mudanças em 216 colégios até 2023, começando com 54 em 2020. O modelo será levado, preferencialmente, para regiões que apresentam situações de vulnerabilidade social e baixos desempenho nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No último dia para estados e interessados se inscreverem no programa, o governo do Estado anunciou a indicação das duas escolas de Campo Grande para o Pecim. A SED realizou uma consulta pública nos dois bairros, tendo 93% de aprovação no Anache e quase 80% no Los Angeles.

Para a seleção, o MEC levou em conta critérios como a escola inscrita estar na capital do estado ou pertencer à região metropolitana, estar situada na faixa de fronteira e a faixa populacional, considerando a realidade estadual. Logo no lançamento, o governo abriu prazo para os estados manifestarem interesse. Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e outros 14 estados aderiram. Depois, foi a vez dos municípios e mais de 600 cidades pediram para participar — incluindo Corumbá.

topo ↕

CORREIO DO ESTADO - MS - POLÍTICA

Ministro confirma o fim da TV Escola, diz ator

ESTADÃO CONTEÚDO

O ator e diretor Carlos Vereza saiu, na tarde desta sexta-feira (10), de uma reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em Brasília, de quem recebeu a notícia de que o MEC não renovará mesmo o contrato com a Associação de Comunicação Roquette Pinto, a Acerp, responsável pela gestão da TV Escola desde a fundação em 1996.

Vereza foi convidado pelo próprio Weintraub para participar da reunião. "Fiz questão de pagar meu voo e meu hotel. Fiz de tudo para convencê-lo, mas só ouvi argumentos burocráticos para acabar com uma TV de baixo custo", contou o ator, que está morando em São Paulo por conta do programa "Plano Sequência", no canal público. "Foi dito que o sinal [da TV] seria mantido pelo menos até acabar meu programa. Falta exibir 21 entrevistas. Mas eu, sinceramente, não sei mais", completou, desolado.

Segundo Vereza, o ministro alegou que o canal custaria em 5 anos ao governo Bolsonaro R\$ 400 milhões. "Não sei se é verdade, mas, pelo que sei, o custo hoje é 0,06% do orçamento do MEC". Vereza telefonou imediatamente ao diretor da Acerp, Francisco Campera, pedindo números.

A decisão pode gerar a demissão de cerca de 400 funcionários e atinge também outros equipamentos culturais, como a Cinemateca, em São Paulo.

Eleitor de Bolsonaro, Vereza disse à coluna que chegou a lembrar do seu apoio ao

presidente na reunião. "Falei: Cara, vocês acham que a TV Escola é de esquerda? Então o que é que eu estou fazendo lá? Justo eu, que fui ao hospital gravar um vídeo de apoio ao Bolsonaro [após a facada]". Antes desse episódio, o ator já havia recebido o então candidato Jair Bolsonaro em sua residência, no Rio.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

RS poderá receber a quinta escola cívico-militar

Bagé entrou na lista, após a desistência de uma escola em Rondônia. E o governador Eduardo Leite disse que apoiará o pedido junto ao MEC

O RS poderá ampliar, para, cinco, o número de municípios com escolas cívico-militares. Além de Uruguaiana, Alegrete, Alvorada e Caxias do Sul, confirmadas em novembro/2019 pelo MEC, Bagé poderá fazer parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em 2020. Caso essa notícia se confirme, será um dos estados com o maior número de instituições no projeto-piloto.

A costura política entre o Ministério da Educação (MEC) e o RS passou pelos deputados estaduais Tenente-Coronel Zucco e Rodrigo Lorenzoni. Bagé entrou na lista, após a desistência de uma escola em Rondônia. Lorenzoni informou que o RS tem boas chances de ficar com esse recurso e ampliar o número de cidades contempladas, de quatro para cinco. O programa a ser executado pelo ministério prevê investir R\$ 54 milhões em todo o país, colocando mais de mil militares das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar para trabalhar como monitores, com a contrapartida de 30% de adicional no salário. "Essa possibilidade é uma importante notícia que o deputado nos traz, e apoiaremos o pedido junto ao ministério, para que mais uma escola gaúcha seja contemplada", declarou o governador Eduardo Leite.

A proposta do deputado Zucco, aprovada em plenário, na Assembleia Legislativa, no ano passado, prevê atuação de civis nas áreas de ensino e pedagógica; e terá militares colaborando na formação dos estudantes. Cada instituição de ensino contemplada terá aporte de R\$ 1 milhão, em incentivos do governo federal, incluindo a compra de uniformes. Conforme Zucco, o objetivo da proposta é incorporar aos alunos atitudes e valores sociais, patrióticos e familiares. Os futuros monitores que atuarão nas escolas públicas — municipais e estaduais — terão remuneração mensal de R\$ 2,4 mil.

LOCAIS CONFIRMADOS

- Em setembro/2019, o MEC havia anunciado as escolas de Ensino Médio Alexandre Zatte-ra, em Caxias do Sul, na Serra; e Carlos Drummond de Andrade, em Alvorada, na Região Metropolitana, como as primeiras contempladas no Estado.
- Na Fronteira Oeste, o projeto piloto será também implementado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elvira Ceratti-CAIC, em Uruguaiana; e no Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha, em Alegrete.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

AGENDA DO ENSINO

- Planetário: Uma programação especial para as férias escolares foi organizada pelo Planetário da Ufrgs (av. Ipiranga, 2.000), na Capital. Às terças-feiras, haverá apresentações de "O Príncipe sem Nome"; às quartas-feiras, "Formas" e "Aventuras de Zito"; e às quintas será exibido "Sou Parecido com as Estrelas". Ingressos ao custo de

R\$ 5,00, no cartão, ou 1kg de alimento não perecível, por pessoa, até 30/1. Dados: (51) 33085384 ou ufrgs.br/planetario.

■ UCS: A 1ª edição de 2020 do processo seletivo contínuo da Universidade de Caxias do Sul ocorrerá quinta-feira (16/1), em todas unidades universitárias. Isenção da taxa de inscrição para quem usar a nota de Redação de vestibulares anteriores da UCS e para ingressantes em cursos de licenciatura. Ver: ucs.br/estudenaucs. Medicina na Unijuí: A Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, com sede em Ijuí, realiza inscrições, até 26/1, ao Vestibular de Medicina. São 50 vagas para o curso, que oferece 4% de desconto no valor do semestre pago à vista; e 1% de desconto no semestre pago parcelado, até a data de vencimento. A Unijuí ainda possui várias bolsas de estudo e financiamentos diferenciados. Inscrições em: uni-jui.edu.br/vestibularmedicina.

■ UPF: A Universidade de Passo Fundo abriu seleção complementar para os programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. São ofertadas vagas nos cursos de mestrado e doutorado, nas modalidades presenciais ou a distância (EAD), com início das aulas em março. Mais informes no site: www.upf.br/ensino.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

UFSM terá Parque Tecnológico

O Conselho Universitário (Consu) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aprovou em reunião extraordinária, ontem pela manhã, a minuta de resolução de criação do Parque de Inovação, Ciência e Tecnologia (PICT) da UFSM.

O reitor Paulo Afonso Burmann, que presidiu a sessão do Consu, afirmou que a criação é "estratégica e urgente". O PICT ocupará a área do atual Centro de Eventos do campus sede (cerca de dez hectares). E o espaço deverá funcionar como um complexo planejado de desenvolvimento tecnológico, articulando ensino, extensão e pesquisa com tecnologias e inovação.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Escola Padrão

ENSINO & HISTÓRIA

Instituto de Educação General Flores da Cunha

Desde sua criação, em 1869, a Escola Normal foi considerada modelo, uma referência pedagógica para todo o Rio Grande.

Quando da criação do Colégio Distrital, em Porto Alegre, com a finalidade de formar professores para o Ensino Primário, foi-lhe dada a organização de escola modelo, que serviria de padrão para outros colégios distritais que viessem a ser criados. E a Escola Complementar, ao ser criada, serviria de modelo para as demais que poderiam ser criadas nos vários municípios rio-grandenses.

Com o passar do tempo, a Escola Normal de Porto Alegre e, depois, a Escola Normal General Flores da Cunha, sempre foi considerada um padrão pedagógico e administrativo. E assim continuou, como Instituto de Educação, e, após, como Instituto de Educação General Flores da Cunha. Por isso, foi contínua a busca de aperfeiçoamento do seu corpo docente e de organização pedagógica e administrativa cada vez mais eficiente.

O governo rio-grandense, tentando promover maior qualificação ao Ensino Público Elementar, organizou, em 1913, uma missão especial de professores, com o objetivo de observar a organização e o funcionamento das Escolas Primárias uruguaias. A comissão era composta pelo diretor da Escola Complementar, Alfredo Clemente Pinto, pelo professor Affonso Guerreiro Lima e por 4 professoras do Curso Elementar da Escola Complementar: Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz, Marieta de Freitas Chaves e Florinda Tubino. Essa missão permaneceu por três meses em Montevidéu (Uruguai), financiada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao final dos quais os professores apresentaram relatórios sobre os sistemas e os processos educativos praticados naquele país.

Em 1914, a convite do governo do Uruguai, o governo rio-grandense enviou seis alunas-mestras para estudar, por um ano, na Escola Normal de Montevidéu e na sua Escola de Aplicação: Carolina Cunha, Olga Acauan, Idalina Mariante Pinto, Maria José de Souza e Branca Diva Pereira. Duas dessas alunas-mestras adaptaram, posteriormente, o Primeiro Livro de Leitura "Quieres Leer", do professor uruguaio José Henrique Figueira. E surgiu, então, o livro de leitura "Queres Ler?", de Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza (foto acima), que foi amplamente adotado nas escolas do Rio Grande do Sul e teve inúmeras edições, sendo muito bem aceito pelos professores, pois apresentava um novo método de ensino de leitura: o método intuitivo analítico sintético.

A busca contínua de aperfeiçoamento administrativo e pedagógico fez com que, no Instituto de Educação General Flores da Cunha, vários setores internos fossem criados, além daqueles estabelecidos por lei: Grêmio dos Professores; Associação dos Ex-Alunos; Centro de Línguas Estrangeiras; Centro de Alunos do IE; Teatro Permanente do IE; Orfeão Artístico; Coro Falado; Laboratórios de Matemática, de Linguagem e de Ciências; Gabinete Médico; Gabinete Odontológico; Nutrição; Creche; Escola Maternal; Jardim de Infância; Biblioteca Clemente Pinto e Biblioteca Infantil; Classes Experimentais; Arquivo; Comunicação; Portaria; Zeladoria; Almoxarifado; e Serviços Gerais de Limpeza e Manutenção.

O Instituto de Educação General Flores da Cunha procurou aperfeiçoamento permanente do seu corpo docente, proporcionando cursos internos e externos, palestras, seminários, reuniões pedagógicas...

Os laboratórios de Matemática, Linguagem e Ciências eram centros de pesquisa dessas disciplinas e serviam de apoio ao trabalho do professor. Traziam renovação. Eram neles que se faziam análises das causas de uma dificuldade de aprendizagem de um determinado conteúdo. E se tratavam de pré-requisitos que faltavam para a superação da dificuldade.

As Classes Experimentais eram classes especiais onde eram testados novos métodos, novas técnicas de ensino. E, se dessem resultado positivo, poderiam ser aplicados às demais classes.

Os professores, no Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE), ensinavam conscientes do seu trabalho, sabendo dos conhecimentos prévios necessários à aprendizagem de cada conteúdo e da graduação das dificuldades a serem observadas e desenvolvidas.

E como havia um trabalho de Coordenação Pedagógica, tanto de disciplinas, quanto de classes paralelas, além da coordenação por graus de ensino e a coordenação geral, o trabalho era muito integrado.

Escola padrão significa ser uma escola aberta à observação permanente do seu trabalho e ser capaz de manter suas atividades sempre em nível elevado, de modo a servir de exemplo e fonte de inspiração. Assim era o IE!

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO

Um novo Brasil, um novo Nordeste

O governo federal tem adotado importantes medidas em favor do Nordeste. Encontra-se no Congresso Nacional para discussão e votação o Novo Plano para a Sudene, denominado Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, com seis eixos principais. Foram liberados para estados e municípios relevantes recursos da partilha do pré-sal. Cerca da metade dos recursos aplicados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional foi para a Região. Expressivos montantes foram direcionados para recursos hídricos, inclusive para a Adutora do Agreste, em Pernambuco. Está sendo revogada a tentativa de taxar a energia solar.

O presidente Bolsonaro fez o 13º do Bolsa Família e liberou recursos do FGTS para ativar a economia. Só em Pernambuco mais de R\$ 1 bilhão do Fundo foram injetados na economia. O Enem 2019, sob coordenação do Ministério da Educação, foi o melhor exame de todos os tempos, sem fraudes e com a maior participação da história. O MEC lançou o Enem Digital com versão piloto já neste ano. A Fundaj/MEC está nacionalizando o Projeto Alumiar, tornando o cinema acessível a todos. A economia dá claros sinais de retomada do crescimento, ante a firmeza do Banco Central e a política de regras claras e de austeridade fiscal do ministro Paulo Guedes, sob o comando do Presidente Bolsonaro, apesar das turbulências do ambiente externo, acentuadas no início do ano.

A convite do novo superintendente da Sudene, Douglas Cintra, a direção da Fundaj estará no dia 13 deste mês fazendo uma visita protocolar aquela importante instituição. A meta é ampliar as parcerias em 2020, se estendendo além do convênio para realização de dois cursos semipresenciais, cujos conteúdos versam sobre implementação e avaliação de políticas públicas, com análise regional, realizados em 2019.

Não é uma visita qualquer, mas de grande simbolismo. Nos 60 anos da Sudene e no ano do centenário de Celso Furtado estamos nos aproximando mais ainda dessa superintendência de desenvolvimento do Nordeste, propondo uma agenda com sinergia, cada uma das instituições dentro das suas atribuições.

Entre outras parcerias, estamos propondo a criação de um núcleo de Geodesastre, para monitoramento de desastres ambientais, nucleado na Fundaj. Neste ano a Fundaj lançará o Projeto Fundaj Verde e, entre outras iniciativas, utilizará energia solar e dará início a um projeto ambiental interno da instituição, com coleta seletiva, eficiência energética e de uso da água. No bojo dessas iniciativas relacionadas ao meio ambiente, a Fundação solicitou à Prefeitura do Recife que a área do Campus da Fundaj Casa Forte e seu entorno sejam tidas como área de patrimônio histórico cultural do Poço da Panela, pedido esse em sinergia com o momento atual, quando está sendo discutida a revisão da

Lei de uso e ocupação do solo no Recife.

Defenderemos a importância da economia criativa e da educação como um eixo matriz no desenvolvimento do Nordeste. A importância do turismo para a Região. Convidaremos a Sudene para participar de um seminário Nordeste e China, com data marcada, a princípio, para o dia 30 de março, na Fundaj, mostrando as sinergias econômicas, culturais, entre a China e o Nordeste. Foi o mestre Gilberto Freyre que viu os traços orientais no nascedouro do Brasil, que sistematizou em sua obra China Tropical. Entre outras iniciativas, haverá uma exposição: “Orientes e o Brasil, antevistas e atualidades no pensamento de Gilberto Freyre”.

O Brasil, em 2020, abre mais ainda uma nova página. E o Nordeste mostrará seu grande potencial nesse contexto. A Fundaj e a Sudene, órgãos do Governo Federal, serão incansáveis nesse desafio, de trazer mais desenvolvimento para a Região, promovendo, assim, a redução da desigualdade regional e social.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - CIDADES

Sonho realizado

Universidade de Fortaleza gradua 1.600 estudantes. Colação de Grau 2019.2 reuniu concluintes de 34 cursos de graduação e 16 cursos do Programa de Pós-Graduação. Cerimônia entregou ainda Certificados de Desempenho Acadêmico e Bolsa de Pós-Graduação Yolanda Queiroz

O sonho da formatura se concretizou para 1.600 estudantes da Universidade de Fortaleza. Na noite de ontem (10), alunos de 34 cursos de graduação e 16 cursos do Programa de Pós-Graduação participaram da Colação de Grau 2019.2, na Praça Central.

A cerimônia, que reuniu formandos, pais, amigos, professores, funcionários e parceiros da Instituição, incluiu apresentações do Coral e da Camerata da Unifor, além dos discursos proferidos pela professora Fátima Maria Fernandes Veras, Magnífica Reitora, e pelo Chanceler Edson Queiroz Neto.

O juramento foi feito pela concluinte do Curso de Direito, Halana Karine Dias dos Santos. Já o professor Jari Vieira Silva, do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão (CCG), representou o corpo docente. Durante a solenidade, os graduados com as melhores médias foram agraciados com Certificados de Desempenho Acadêmico, e os primeiros lugares de cada Centro de Ciências da Universidade, com a Bolsa de Pós-Graduação Yolanda Queiroz.

A partir do segundo dia útil, após a colação, os alunos podem requerer a certidão de conclusão de curso, histórico escolar final e o diploma de graduação na Central de Atendimento/Divisão de Assuntos Estudantis (DAE).

Formação consciente

Minhas senhoras e meus senhores,

No mundo contemporâneo, as modificações da economia mundial, o formidável avanço tecnológico, as transformações que se processam em todos os campos da atividade humana nos levam a refletir sobre a missão da Universidade e o objetivo precípuo da Instituição.

Entendemos que ministrar a educação superior, difundindo com as melhores técnicas pedagógicas, o conhecimento científico e humanístico, induzindo nossos alunos à busca do desenvolvimento integral como ser humano, alcançando tanto a sua inteligência como suas emoções e sua espiritualidade é motivação cotidiana dessa Universidade.

É cada vez necessário que as pessoas compreendam a dimensão especial dos problemas gerais que afligem a Humanidade, que ultrapassam grupos e fronteiras, como o aquecimento global e a luta pela preservação das espécies e do meio ambiente.

A Universidade de Fortaleza está consciente de seu papel na formação desse ser humano novo, solidário e responsável. Também está consciente de que a Instituição deve participar para encontrar as soluções para os problemas relevantes da sociedade em que atua.

A Universidade de Fortaleza trabalha, com afincamento e sem esmorecimento, para graduar profissionais e, ao mesmo tempo, formar seres humanos integrais. Ela oferece ensino, pesquisa e extensão em dezenas de áreas do saber. Alcançou reconhecimento no País com premiações nacionais e colocações honrosas nas avaliações do Ministério da Educação.

Há anos que é classificada como a melhor Instituição privada de ensino superior no Norte e Nordeste. E esse esforço contínuo a levou a ser considerada uma das melhores universidades do mundo pelo The Ranking Internacional, o que é um atestado inquestionável de sua excelência. Essa distinção veio premiar a Universidade que já formou milhares de profissionais em 47 anos de existência.

Prezados graduados,

A década de 20 se abre para vocês com as melhores perspectivas, porque vocês estão preparados para enfrentar quaisquer desafios. O diploma que lhes está sendo outorgado nesta solenidade será a chave para seu futuro brilhante.

A cada um que desenvolveu pesquisas nos laboratórios; a quem apreciou a arte e história no aconchegante espaço cultural; aquele que elaborou seu projeto de conclusão do curso na sala de aula ou na biblioteca; a quem se engajou em projetos de extensão e experimentou a satisfação de servir ao próximo carente; aqueles que por caminhos diferentes fizeram destes bosques um ponto de encontro de novos amigos; aqueles que, com ritmos de vida diferentes, chegaram hoje à noite a este pátio para brindar suas vitórias pessoais; a todos vocês, a Universidade de Fortaleza, da Fundação Edson Queiroz, agradece e formula os votos de feliz Ano Novo. Parabéns e boa noite!

Edson Queiroz Neto, Chanceler da Universidade de Fortaleza

Prosperidade profissional

Primeiramente gostaria de agradecer por ter a oportunidade de, nesse momento, representar todo o corpo docente da Universidade de Fortaleza. Meu nome é Jari Vieira, sou natural de Juazeiro do Norte, ingressei na Unifor em 1998, como aluno, e em 2002 como professor.

Sei que a data de hoje é muito importante para todos os alunos e familiares aqui presentes, mas é também uma data em que nós, professores, nos sentimos felizes e orgulhosos, com a sensação de dever cumprido, por, de alguma forma, termos contribuído para que esse momento se tornasse possível. Nesse contexto, é inevitável ficarmos com um sentimento de gratidão e, ao mesmo tempo, de saudade de cada um de vocês e das histórias que construímos juntos ao longo dos semestres que se passaram.

Acredito que os alunos, ao ingressarem na Universidade e até mesmo antes, pensam no dia de hoje, na colação de grau, imaginam como será o sorriso dos seus pais ao lhes verem vestidos na beca; os abraços que vão receber dos entes queridos; as fotografias que vão tirar com os professores, coordenadores, diretores e colegas de turma; enfim, e até mesmo aqueles parentes do interior que vocês convidaram para esta solenidade.

Com certeza, ao longo do curso, vocês continuaram sonhando, projetando e aumentando ainda mais tudo que iria e está acontecendo hoje. Portanto aproveitem, é um dia mágico sim. Confesso, dá um certo frio na barriga em pensar no dia de amanhã, mas ao mesmo tempo dá segurança saber que agora vocês são graduados e prontos para enfrentar o mercado de trabalho.

Recordo-me aqui da minha colação de grau há 18 anos (21/12/2001). Como esperei por aquele dia! Naquela época, me lembro do que minha avó, que era minha madrinha, disse ao me abraçar: "meu filho, nunca se esqueça da Universidade, por que foi aqui que você adquiriu um conhecimento que eu não tive a sorte de conhecer". Eu sorri e foi mais ou menos o que eu fiz. Nunca esqueci nem do que ela disse nem da Universidade.

Fiz, com o passar dos anos, duas pós-graduações e também dois mestrados e percebi nitidamente que o maior investimento que se pode fazer em você e para você mesmo é a educação, porque o conhecimento não se perde não se desgasta; ele se transforma e funciona como um fator de transformação na vida de uma pessoa. Se vocês estão aqui hoje é porque passaram por essa transformação por meio do conhecimento, e nós, como professores, participamos e contribuímos também nesse processo.

Sou professor da Universidade de Fortaleza há dezoito anos, exatamente a idade que tinha quando entrei aqui como aluno. Vivo essa transformação aqui diariamente, leciono nos cursos de Comunicação Social, coordeno o Núcleo de Estágio em Fotografia, elaborei e também coordeno a primeira pós-graduação em Fotografia do Ceará, aqui na Pós-Unifor.

Na realidade, nunca saí daqui. Após a colação, fiz concurso para professor, passei, e na época consegui uma permissão especial do saudoso Dr. Airton Queiroz para que pudesse começar a lecionar aos 22 anos de idade, com a condição de que entrasse logo em uma Pós-Graduação.

Portanto, vivam o dia de hoje como um dia especial e único, pois começa um novo ciclo na vida de vocês, uma nova etapa de coisas boas que passarão a acontecer exatamente a partir de hoje, mas não esqueçam que tudo começou aqui na Universidade de Fortaleza, e que, quando quiserem, já como profissionais, e se sentirem a vontade para voltar, seja em um outro curso, seja em uma pós-graduação, ou seja para conversar, tirar uma dúvida ou reviver o campus, nós professores estaremos aqui para lhes receber.

Termino aqui esse discurso, repetindo uma frase que é o que mais falo aos meus alunos em sala de aula e estendo esse desejo a todos os presentes: Sucesso, sucesso mundial e muito obrigado!

Jari Vieira, professor do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão (CCG)

Novo ciclo de oportunidades

A conclusão do curso simboliza o fim de uma etapa, mas também o início de outra. E durante os anos de graduação, o aluno se prepara para alcançar o futuro almejado, seja o início de uma carreira, o aperfeiçoamento de uma profissão que já exerça ou o aprimoramento de conhecimento para crescimento pessoal. O fato é que, independentemente dos motivos que levaram os alunos aqui presentes a se formarem, a caminhada nos trouxe até aqui.

Na Universidade de Fortaleza, todos os aqui presentes tiveram a oportunidade de realizar o seu sonho com excelência. A diversidade de ofertas para o desenvolvimento estudantil dos graduandos fez com que o diploma que iremos receber hoje tenha muito mais valor. Por meio desta instituição, foi possível que muitos de nós não somente experimentássemos os ensinamentos trazidos em sala de aula pelos professores, mas também fôssemos além.

Muitos de nós tivemos a oportunidade de ser monitores, e com isso ensinar e aprender ainda mais; outros se empenharam em ser pesquisadores, e assim irem além dos livros e manuais de sala de aula, desenvolvendo artigos e trabalhos acadêmicos.

Também existiram aqueles que buscaram protagonismo docente em movimentos estudantis, seja fazendo parte de Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos ou do Diretório Central Estudantil, e puderam, assim, vivenciar um pouco do papel político do conhecimento.

Alguns foram beneficiados com as oportunidades de estágio oferecidas pelas empresas parceiras da Central de Estágios da Universidade, e puderam realizar trabalhos que fomentaram o exercício da teoria na prática cotidiana, o que lhes rendeu contatos, experiências, e até mesmo os ajudou a descobrir o caminho a seguir agora, ou até lhes possibilitou o encontro da vaga de emprego que vão ocupar após a colação de grau.

Outros estudantes fizeram parte de projetos de extensão e trouxeram os seus conhecimentos para comunidades carentes, crianças com câncer, ou realizaram outros tipos de trabalho voluntário.

Ainda há os que expandiram os seus horizontes por meio dos intercâmbios, conhecendo outros países, culturas e universidades. Existem aqueles também que uniram a graduação com outras paixões, como esporte e arte, fazendo parte das companhias de teatro e dança, do coral ou compoendo as seleções de atletas que representam esta instituição. Alguns, ainda, foram responsáveis pelos projetos de consultoria realizados pelas empresas juniores.

Além das formas de aproveitar a Universidade, os alunos aqui também cumpriram essa

etapa por diferentes caminhos. Alguns iniciaram o curso em continuidade com os estudos do ensino médio; outros só tiveram a oportunidade de fazer isso anos depois.

Alguns tinham que trabalhar enquanto estudavam, cuidar de filhos, gerir uma casa; outros puderam se dedicar totalmente a uma atividade só durante esses anos. Alguns conseguiram pagar o curso com a renda que possuíam ou com um responsável financeiro; outros precisaram de programas de financiamento para concretizar esse sonho.

A Universidade nos ofereceu tudo isso e muito mais...

Para que este sonho se concretizasse, foi preciso a ajuda de muitas pessoas, sejam os profissionais da Universidade - chanceler, reitora, vice-reitores, diretores, coordenadores, professores e funcionários; assim como os familiares e amigos, que forneceram todo o apoio necessário.

Isso tudo mostra que as trajetórias, os cursos e os caminhos trilhados pelos aqui presentes podem ter sido bem diferentes. Porém, existe algo que nos une, que foi a perseverança em concluir uma graduação, e isso nos faz todos vitoriosos, por termos vencido essa etapa.

Por fim, deixo uma mensagem para o nosso futuro; que todos possam seguir ensinando e aprendendo, alcançando sonhos, adquirindo conhecimento, se esforçando para alcançar os objetivos que almejam, e vencendo as barreiras que virão. Lembro, ainda, que a nossa Universidade de Fortaleza foi, é e sempre será o nosso lugar.

Muito obrigada!

Carla Mariana Café Botelho, concludente do Curso de Direito

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - INTERNACIONAL

O Estado que nos educa

Brasil confunde dever estatal de financiar a educação com moldar discurso dos professores

Quando o presidente decidiu pontificar sobre livros didáticos, formou-se um pequeno escândalo sobre o periférico. As opiniões de Bolsonaro, boçais como de costume (um “lixo”, “um montão de amontoado de muita coisa escrita”), não movem nenhum moinho.

Já o principal — a promessa de que, a partir de 2021, os livros escolares “serão feitos por nós” — passou como pretensão legítima. Acostumamo-nos com a ideia de que o Estado tem o direito de educar o povo.

Um quarto de século atrás, não era assim. Os livros didáticos postos no mercado pelas editoras eram submetidos à escolha dos professores. Tínhamos uma saudável diversidade de obras, de qualidade bastante desigual, que refletiam as diferentes abordagens teóricas e pedagógicas em voga nas universidades.

O sistema de mercado, porém, excluía a maioria das escolas públicas, cujos alunos não podiam pagar pelos livros. A solução encontrada — a compra pública federal e

centralizada— abriu o caminho das salas de aula às ideologias estatais.

Nos EUA, os livros são patrimônio das escolas e passam de uma turma de alunos à seguinte, em longos ciclos. Por aqui, o Estado preferiu estabelecer ciclos curtos de renovação dos livros. De um lado, a cara opção gera óbvios dividendos eleitorais. De outro, prende a indústria editorial de didáticos à órbita do poder público.

O MEC converteu-se no comprador quase monopolista: o verdadeiro patrão das editoras. Nessa condição, adquiriu a prerrogativa de esculpir as narrativas pedagógicas.

Os governos do PT utilizaram esse poder para conduzir uma revolução em marcha lenta, revestida por uma fina película de saber acadêmico. As comissões de “especialistas” formadas nas universidades federais para selecionar obras “de qualidade” foram, regra geral, colonizadas por professores-ativistas.

As análises “técnicas” contaminaram-se de (pre)conceitos políticos. Aos poucos, num processo que jamais se completou, eliminaram-se inúmeras obras “desviantes”.

A revolução escolar atingiu livros de exatas e biológicas —mas, claro, teve impacto maior nos de humanas. Na era pós-Muro de Berlim, um marxismo outonal, diluído em caldos de anti-imperialismo, terceiro-mundismo e multiculturalismo, passou a impregnar a maior parte dos livros de história e geografia.

Siga o dinheiro: as editoras jamais reclamaram —antes, pelo contrário, assumiram o papel de correias de pressão sobre autores recalcitrantes.

As obras “de qualidade” deviam trafegar pelos circuitos do antiamericanismo ritual, da denúncia da “história ocidental”, da idealização romântica da África pré-colonial. A política identitária desceu como uma sombra sobre os textos escolares.

A escravidão moderna passou a ser explicada pela chave do racismo, não pela lógica do sistema mercantil colonial. A campanha abolicionista foi expulsa do palco iluminado da história brasileira. Zumbi dos Palmares transformou-se no ícone absoluto da luta antiescravista.

Confundimos o dever estatal de financiar a educação pública com o poder abusivo reivindicado pelo governo de invadir as salas de aula e moldar o discurso dos professores.

O Estado-Educador é, sempre e inevitavelmente, o Partido-Educador. Na proclamação presidencial de que os livros didáticos “serão feitos por nós”, o “nós” indica o núcleo ideológico que rodeia Bolsonaro.

A obra “suavizada” dos sonhos dessa turma é um manual nacionalista, autoritário e ultraconservador, anticientífico, de fortes colorações religiosas. Nele, evaporariam tanto a ditadura militar quanto as mudanças climáticas e o lugar do evolucionismo seria ocupado pelo criacionismo.

O projeto provavelmente fracassará, pois Bolsonaro carece das redes de legitimação acadêmica conferidas por brigadas universitárias de professores-ativistas. Mas o risco

existe, num país que não aprendeu a separar o Estado da sala de aula.

Sociólogo, autor de “Uma Gotinha de Sangue: História do Pensamento Racial”. É doutor em geografia humana pela USP.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Hora de comemorar

UEL divulga nesta segunda a lista de aprovados no vestibular 2020

A Cops (Coordenadoria de Processos Seletivos) da UEL (Universidade Estadual de Londrina) divulga nesta segunda-feira (13) a lista de aprovados no vestibular 2020 nos 53 cursos ofertados pela instituição. Neste ano, a UEL ofereceu 2.559 vagas pelo vestibular e 586 pelo (Sistema de Seleção Unificada), totalizando 3.145 vagas.

Desde a manhã desta segunda (13), o Grupo Folha de Comunicação estará presente em mais uma edição do VestibaFest no aterro do Lago Igapó, festa marcada, também, pela divulgação de um caderno especial com a lista de aprovados a partir das 12h. O evento é realizado em parceria com a Rede Massa. Além de reunir os principais colégios e universidades de Londrina com brindes e brincadeiras, a tradicional celebração dos aprovados no vestibular contará com as apresentações musicais do Bloco Bafo Quente, das baterias Loloteria e Demônios da Lagoa, e Dj Solz, ressalta o gerente comercial do Grupo Folha, Carlos Maistro.

"É um dos principais eventos do início do ano, também muito focado em educação já que o resultado do vestibular da UEL é muito esperado. É uma das festas mais tradicionais deste período, já é o 12º VestibaFest, o 11º seguido com a Folha e a adesão é bastante grande, além de ser um local muito bacana e muito propício para uma grande festa", avaliou.

Para Sandra Garcia, coordenadora da Cops, mais uma vez o vestibular da UEL cumpriu o seu objetivo de selecionar alunos que tenham um perfil crítico, reflexivo e condições de interpretar aquilo que aprenderam na educação básica. "Agora é o momento de celebração tanto para alunos quanto para nós, professores", ressaltou.

Thais Castro, 25, está de olho em uma das 50 vagas do curso de Ciências Econômicas (Noturno). Já formada em Geografia pela UEL, licenciatura e bacharelado, em 2018, a jovem conta que buscou estudar por conta própria com materiais mais recentes em relação ao seu primeiro vestibular, provas dos anos anteriores e até recursos da internet. A saída para ver o próprio nome na lista de aprovados – mais uma vez – foi “driblar” o cansaço do dia a dia, já que trabalha em horário comercial.

“Foi difícil, mas tem coisas que já temos uma certa experiência. Por exemplo, primeira vez eu tinha específica em história e desta vez também, então eu já estava acostumada, eram assuntos correlatos embora seja uma prova meio maçante, mas a expectativa é boa. Acho que vai dar tudo certo sim”, avaliou.

Assim como ela, que teve que encarar uma concorrência de mais de cinco candidatos por vaga, milhares de candidatos e treineiros estarão com a atenção voltada para o resultado. Neste ano, 22.593 pessoas realizaram a inscrição, no entanto, a abstenção foi de 6,57%, pouco menor do que ano passado. Dos 22,5 mil inscritos, 7.513 vieram de instituições públicas, 1.779 autodeclararam-se negros oriundos de qualquer percurso

escolar e 1.225 eram negros de escolas públicas.

Neste ano, o jovem londrinense Evair de Oliveira, 25, está tentando uma vaga no curso de Relações Públicas. A escolha veio após uma tentativa frustrada no curso de Jornalismo e dois anos cursando História na UEL. Em 2019, Oliveira também encarou os estudos paralelamente ao trabalho, o que o faz ter expectativas mais “moderadas” em relação aos concorrentes, define.

“Acho que é uma dúvida geral, mas minha família me apoia bastante, até meu pai está bastante esperançoso também, mas as minhas expectativas não são altas porque eu não me preparei como as outras pessoas pelo que eu percebi”, contou.

Para não “aumentar a ansiedade”, a estratégia foi não olhar a relação de candidatos por vaga para o curso.

Novamente neste ano a concorrência foi maior nos cursos de Medicina (170,5), Biomedicina (36,88), Psicologia (33,15), Medicina Veterinária (24,79) e Design Gráfico (24,27). Já as “novidades” do vestibular 2020 foram os locais de prova em Curitiba e Cascavel e a chegada dos cursos de Nutrição, com 40 vagas e escolhido por 252 candidatos, e Biotecnologia, que teve 125 inscritos para 20 vagas.

Questionada se vai ser possível participar da festa dos aprovados, no aterro do Lago Igapó, Thais Castro lembrou que, desta vez, as responsabilidades vão falar mais alto. "O complicado de ser uma estudante que trabalha é não ter muitas opções. Primeiro eu vou falar com a minha família e amigos que me apoiaram e depois vou trabalhar", riu.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

Aprendizagem escolar

Após seis anos atuando como diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, começo agora um novo desafio, ode coordenar a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). A Cátedra tem como objetivo contribuir para melhorar a qualidade das políticas públicas em cidades de médio porte. Nos dois primeiros anos de atuação, o foco será a Educação Básica. Para mim é um grande privilégio. Primeiro porque sempre nutri uma grande admiração pelo Professor Sérgio Henrique Ferreira - um dos mais notáveis pesquisadores brasileiros. Segundo porque levo para dentro da mais importante universidade brasileira o debate sobre a qualidade do ensino público em nosso país, pelo ângulo das cidades de médio porte cuja faixa populacional situa-se entre 100 mil e 500 mil habitantes.

De acordo com o estudo censitário de 2010 do IBGE, o Brasil tem próximo a 250 cidades nessa situação demográfica, e sete delas são capitais: Florianópolis Vitória, Palmas, Boa Vista, Porto Velho, Macapá e Rio Branco. Olhando os dados educacionais do 5º ano do Ensino Fundamental (EF), verifica-se que essas capitais trazem consigo os dois maiores desafios da educação brasileira: o baixo índice de aprendizagem escolar e as profundas desigualdades educacionais entre redes e entre escolas de uma mesma rede. Por exemplo, analisando o percentual de estudantes com aprendizado adequado, em matemática, ao final do 5º ano, o melhor resultado é verificado para a capital Rio Branco com 63%, enquanto Macapá ostenta o pior resultado com apenas 18%.

Pernambuco tem dez cidades na categoria de médio porte, sendo que seis delas (Cabo de Santo Agostinho, Carnaragibe, Igarassu, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata) fazem parte da região metropolitana do Recife. E os dados de aprendizagem escolar, com base nos resultados do exame Prova Brasil de 2017 do Ministério da Educação, são preocupantes, não obstante essas cidades estejam próximas de importantes universidades públicas. A pior situação se verifica para a cidade de São Lourenço da Mata, cuja prefeitura dista apenas 23,4 km da reitoria da UFPE e 13,7 km daquela da UFRPE - os centros de decisão política. O percentual de estudantes com aprendizado adequado, em matemática, ao final do 5º ano, é de apenas 12%! Ou seja, de cada 100 estudantes que concluem o 5º ano EF apenas 12 aprenderam o que seria esperado em matemática. Em língua portuguesa a situação é um pouco melhor, 28 - mas nada que se possa comemorar. A melhor situação é verificada em Petolina. Lá de cada 100 estudantes que concluem o 5º ano do EF, 57 aprenderam o que seria esperado em língua portuguesa; em matemática, 42.

Não tenho dúvidas que isso deveria estar na agenda da mais absoluta prioridade das universidades públicas, de liderar esse processo de mudança da qualidade do ensino em nosso país, em forte colaboração com as prefeituras e estados.

•Mozart Neves Ramos é titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CIDADES

Escola se destaca em feiras científicas

A Escola Zenita Pires Ferreira, na localidade São Joaquim, em Campo Maior, destaca-se na gestão do prefeito, Professor Ribinha, e da secretária de Educação, Conceição Lima, pelo desempenho dos alunos em feiras científicas, como a Estadual de Ciências e Tecnologia do Piauí - PIAUITEC — 2017, e outras. Ela foi premiada pela apresentação do Projeto Científico de reutilização de águas cinza na escola. A escola atende 231 alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e EJA.

Na atual gestão, depois de triplicar o número de alunos, as mudanças foram necessárias. "As condições nas quais se encontrava a antiga sede não ofereciam conforto. A nova estrutura, além de conforto, favoreceu a melhoria no ensino e na aprendizagem dos alunos", disse a diretora Ramara Silva.

O antigo prédio existia há mais de 50 anos, com paredes de adobe e sem segurança. A nova estrutura, padrão MEC/FNDE, funciona com todas as garantias para ter um ensino de qualidade. "Nós estamos conseguindo vencer e vamos fazer da educação de Campo Maior a educação dos nossos sonhos, porque nós somos do tamanho dos nossos sonhos, já dizia Fernando Pessoa", falou a secretária de Educação, Conceição Lima, comemorando os avanços na educação nos últimos anos.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - OPINIÃO

Desce

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, cometeu mais uma gafe em sua conta do Twitter nesta quarta-feira (8). O chefe do MEC cometeu um erro de português ao escrever a palavra "impressionante" ou invés de "impressionante" para responder o deputado Eduardo Bolsonaro e virou piada entre os usuários da rede social.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS

UFPA - Projeto Nacional HTLV

O Laboratório de Virologia da UFPA, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Vallinoto, irá liderar um projeto de pesquisa nacional intitulado "Marcadores epidemiológicos de frequência (Prevalência) dos HTLV-1/2, seus subtipos moleculares e aspectos sociocomportamentais de risco para a infecção em populações humanas das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil", o qual foi aprovado na chamada pública CNPq/MS-SCTI E-De cit Nº 22/2019 Pesquisas Sobre Doenças Transmissíveis e Negligenciadas. O projeto avaliará a ocorrência de marcadores epidemiológicos de prevalência da infecção pelos HTLV-1/2 e de seus subtipos moleculares e os aspectos epidemiológicos e comportamentais de risco para a exposição em comunidades de diferentes estratos populacionais (urbanos, rurais, indígenas, ribeirinhos, e quilombolas) localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, envolvendo uma rede de trabalho com 13 unidades de pesquisa, de 10 instituições de ensino e pesquisa, sediados em cinco Estados da Amazônia Legal (Pará, Amapá, Amazonas, Acre e Maranhão) e dois da região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso do Sul).

Mestrado

Estão abertas as inscrições (até 31 de janeiro) para o Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE), da Universidade do Estado do Pará. Informações no cite da Uepa.

Psicologia

Excelente o Plantão Psicológico da UFPA para atendimento de estudantes. É gratuito e não precisa de inscrição prévia. Funciona às terças e quintas, das 8h30 às 12h e das 13 às 17h, no 20 andar da Biblioteca Central.

Até o dia 20 de janeiro estão abertas as inscrições para o Programa de Residência Médica do Hospital Barros Barreto. Vagas para: Anestesiologia, Clínica Médica, Cirurgia Básica, Cirurgia Geral, Dermatologia, Infectologia, Medicina de Família e Comunidade, Endocrinologia, Geriatria, Pneumologia e Cirurgia do Aparelho Digestivo.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Educação teve lenta melhora em 15 anos

PROPOSTAS- Estudioso afirma que é preciso investir nos profissionais, dar estrutura física e material às escolas e garantir gestões participativas

ESPECIAL PARA O LIBERAL

No que tange a situação da educação pública em Belém nos últimos quinze anos, o que observo é uma melhoria gradativa, embora bem mais lenta do que poderia ser". É o que afirma Alberto Damasceno, doutor em educação e professor titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), integrante do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 apontou que os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Belém obteve avanços. A capital ficou entre as que tiveram melhor evolução na educação básica.

A meta dos alunos do 4º ano era atingir 4,7 pontos. Mas as escolas municipais superaram, chegando a 5,1. Diferentemente dos estudantes do 9º ano, que não

alcançaram a pontuação prevista.

Mesmo com pequenos avanços, ainda é necessário um maior investimento na educação pública. "Não restam muitas dúvidas quanto à necessidade de maiores investimentos para o aumento da oferta e para a elevação da qualidade do ensino", diz Alberto. "Sobretudo se considerarmos que a rede pública deveria ser prioridade no momento da escolha, pelos pais e responsáveis, do estabelecimento de ensino que querem para seus filhos".

MEDIDAS

Para melhoria do ensino básico e fundamental nos próximos anos, Alberto enumera algumas medidas necessárias. "Em primeiro lugar é preciso investir na valorização dos profissionais docentes e não docentes por meio de uma formação consistente, de uma remuneração digna e também criando condições adequadas para o desenvolvimento do seu trabalho".

Em segundo lugar, o professor destaca que é preciso criar uma estrutura física e material nas escolas que dê conta do desenvolvimento de um ensino de qualidade, com boas bibliotecas e laboratórios. Além de espaços nos quais os professores possam desenvolver as dimensões teóricas e práticas e os alunos possam exercitar o que aprendem.

Em terceiro, ele elenca que é de fundamental importância que a gestão da escola seja participativa e democrática. "Desta forma a comunidade, em suas extensões interna e externa, se envolve, assumindo compromissos e se tornando parceira permanente na tarefa de instruir e educar".

PROFESSORES

Segundo o relatório "Índice Global de Status de Professores 2018", elaborado pela Varkey Foundation, entidade voltada à educação, o prestígio da profissão de professor no Brasil é o pior entre os 35 países avaliados. Ainda de acordo com a pesquisa, somente um em cada cinco brasileiros recomendaria a carreira de professor a um filho. E apenas 9% acham que os estudantes respeitam seus mestres em sala de aula.

Diante desse cenário, é importante lembrar a relevância do professor. "Se há um profissional estratégico para as sociedades humanas, este é o professor", frisa Alberto. "Ele é o primeiro formador de médicos, biólogos, engenheiros, físicos e de outras profissões".

[topo](#)

O LIBERAL - PA - CIDADES

Ricardo Galvão no MEC!

Bolsonaro pôs na Educação o curioso e meteórico Ricardo Vélez, substituído pelo não tão meteórico Abraham Weintraub.

Depois os bolsonaristas de internet reclamam, sejam eles robôs de carne e osso ou meramente robôs, mas que jeito? Como deixar de comentar as falas, os posts e os vexames do governo, se o presidente Jair Bolsonaro e um ministro daqui, outro dali, dão a chance de mão beijada?

O mesmo presidente que demitiu o cientista Ricardo Galvão do Inpe – e de forma humilhante, antecipando pela imprensa – nomeou o curioso e meteórico professor Ricardo Vélez Rodríguez para o MEC e o substituiu em meses por outro “olavista”,

o igualmente curioso, mas aparentemente não tão meteórico Abraham Weintraub.

Galvão é formado em Engenharia, tem doutorado em Engenharia Nuclear nada mais nada menos no MIT e, não satisfeito, ainda é livre-docente em Física. Depois de demitido por Bolsonaro, encerrou 2019 como um dos dez cientistas do ano na revista Nature.

Mas o principal troféu do professor foi outro, ainda bem mais objetivo, concreto: a ratificação dos dados do Inpe sobre o desmatamento na Amazônia. O governo, que demitiu Galvão após desacreditar e desqualificar os dados do Inpe, agora confirma, acredita e qualifica os mesmos dados. Bolsonaro vai readmiti-lo por justa causa?

Do outro lado, Vélez Rodríguez virou motivo de piada e Weintraub tem demonstrado uma certa birra com a língua portuguesa. Errar uma palavra pode acontecer nas melhores famílias, mas o ministro da Educação errou a primeira vez, a segunda vez e, agora, a terceira vez. É recorrente. E, cá para nós, não foram errinhos banais. “ParaliZação”? “SuspenÇão”? “ImpreCionante”? Sem falar em crases...

Já que os Bolsonaros têm uma milícia digital bastante ativa, poderiam destacar uns três ou quatro soldados para fazer a revisão do que o ministro escreve. Ou, quem sabe?, criar um corretor ortográfico particular para ele.

Afora esses erros crassos contra a língua pátria, o ministro já atacou as universidades que, segundo ele, são focos de balbúrdia e de plantio de maconha. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro chama o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, de energúmeno, e anuncia a “descentralização (essa é com Z mesmo) de investimentos da área de Humanas, como filosofia, sociologia e, deduz-se, antropologia.

Nesse contexto, faz todo o sentido que o presidente tenha nomeado quem nomeou para a Secretaria Nacional de Cultura, um órgão que pula de galho em galho, está cada vez mais contaminado pelo viés evangélico e foi empurrado bruscamente para o Ministério do Turismo. O que uma coisa tem com a outra? Não se sabe. Perguntem ao presidente, por favor.

Universidades, filosofia, sociologia, antropologia, cultura, cinema, teatro e ortografia estão, portanto, dentro de um mesmo saco: o das desimportâncias, dos que não servem para nada e estão dominadas pelas esquerdas internacionais que só pensam naquilo: destruir o Ocidente cristão.

Assim como Paulo Freire é um “energúmeno”, os livros didáticos são também um horror, “um montão, um amontoado de muita coisa escrita”, como definiu Bolsonaro. E vem aí uma reforma para “suavizar” esses livros. A tal “raça em extinção” está de olho...

Com Bolsonaro xingando Paulo Freire e criticando livros com muitas “coisas escritas”, mais o ministro da Educação escrevendo “paraliZação, suspenÇão e impreCionante”, dá

um frio na barriga imaginar as políticas de educação e cultura e como ficarão os livros didáticos.

Mas ainda há tempo. O presidente não nomeou o professor Mozart Neves Ramos para a Educação, mas por que não Ricardo Galvão? Professor, homem da ciência, belo currículo, cidadão do bem. E, aliás, com um português claro, direto e... correto.

O governo que demite Galvão do Inpe é o que nomeia Vélez e Weintraub para o MEC

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - ESPECIAL

Projeto transforma esgoto em energia

> Engenheiro Thiago Silva desenvolveu sistema capaz de separar o esgoto e extrair óleo dos resíduos sólidos para a produção de biocombustível. Projeto é da PPgCTI da Escola de Ciência e Tecnologia (ECT/UFRN)

Mais de nove toneladas de esgoto são produzidas no Brasil diariamente e 45% disso é descartado em qualquer lugar, sobretudo nos nossos mananciais, causando poluição e resultando em uma série de problemas ambientais e de saúde. Segundo o Instituto Trata Brasil, isso equivale a quase 6 mil piscinas olímpicas de água despejadas na natureza. Acontece que esse material, rico em propriedades orgânicas, tem enorme potencial econômico. Se fosse tratado, poderia retornar para muitas torneiras, virar adubo, irrigar áreas cultiváveis ou mesmo ser transformado em energia, como propõe o engenheiro Thiago Silva.

Ele desenvolveu um sistema capaz de fazer a separação do esgoto e extrair óleo dos resíduos sólidos, que pode ser usado para a produção de biocombustível. Baseado no conceito de Internet das Coisas, o projeto consiste em um conjunto de duas centrífugas que se unem e operam sequencialmente. A primeira separa a fase sólida da fase líquida, ou seja, agrupa os restos de alimentos e dejetos para que eles se distanciem da água e do óleo presentes na mistura. Na segunda, a fase líquida composta por água e óleo é processada com a finalidade de separar esses dois componentes, resultando em água industrial e óleo para a produção de biocombustível.

O projeto Tecnologia para Reaproveitamento de Rejeitos Orgânicos para Geração de Energia, realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PPgCTI) da Escola de Ciência e Tecnologia (ECT/UFRN), considera aspectos importantes na coleta de matéria-prima. Segundo a Agência Nacional de Águas, mais de 110 mil km de trechos de rio estão com a qualidade da água comprometida por causa da alta carga de rejeitos orgânicos, isso significa que grande parte da população ribeirinha do Brasil vive ao lado de água contaminada.

A situação é tão séria que, em mais de 83 mil km desses trechos, não é mais permitida a captação para abastecimento público de água e, mesmo nos espaços permitidos, é necessário realizar tratamento avançado para que a água possa ser utilizada pelos seres humanos, o que compromete, também, grande parte do abastecimento das pequenas cidades.

De acordo com Thiago Silva, apesar de o assunto em torno do reaproveitamento dos rejeitos orgânicos estar em alta na área da Biotecnologia, existem poucas pesquisas relacionadas a biodiesel e a bioquerosene provenientes de rejeitos orgânicos no Brasil. A ideia de trabalhar com esse produto surgiu em 2012, por meio dos professores Efrain

Pantaleon, Maria Aparecida Macêdo, Ademir Oliveira e Jackson Santos. Dois anos depois, Efrain apresentou a proposta a Thiago, que ainda estava na iniciação científica na ECT/UFRN.

Professor Efrain Pantaleon, como orientador de Thiago, afirma que a utilização dos rejeitos para a produção de biocombustíveis encerra a discussão em relação à produção de vegetais, como a soja, para combustível. "Você não fica com o dilema de utilizar a terra para produzir alimento ou combustível", afirma.

De acordo com ele, a diferença do sistema do Thiago está nesse ponto, no melhor aproveitamento dos recursos naturais que há no meio ambiente.

Mercados beneficiados

Contando com o apoio da incubadora InPACTA, da ECT, e o PPgCTI, o projeto de Thiago ainda está em fase de experimentação, mas a proposta é que ele possa ser utilizado em grande escala. O equipamento foi criado para a produção industrial, de forma a atender demanda nacional de biocombustível, principalmente de bioquerosene, que atende uma demanda da aviação.

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) determinou que, até 2022, o setor aéreo precisa reduzir as emissões de poluentes atmosféricos, o que aumenta o interesse por combustíveis limpos. Empresas aéreas brasileiras já utilizam o bioquerosene (Bio-QAV), mas seu custo é maior que o querosene comum (QAV), pois depende da produção de óleos vegetais que demanda outros custos agregados, como desmatamento e produção agrícola.

Além de mais barata, a reutilização de esgoto cumpre um papel estratégico para o País, assegurando a melhoria da saúde da população. A proposta prevê produção em larga escala, considerando o aproveitamento do esgoto de uma cidade, mas também pode ser adaptada para atender demandas particulares, a exemplo do caso dos agricultores, que podem produzir seu próprio biocombustível. "Essa proposta pode ser mais bem aplicada em ambientes rurais para a produção de fertilizantes na agricultura, biogás para o consumo doméstico e biodiesel para operação de máquinas e veículos", relata Thiago.

O pesquisador compartilha, ainda, que tem esperanças de um dia vivenciar o equipamento na prática. Para ele, será um grande momento saber que o combustível responsável por transportar pessoas venha de rejeitos que seriam descartados no meio ambiente. "A maior satisfação que vamos sentir não será a financeira, mas a social, por saber que retiramos mais um poluente do meio ambiente", encerra. (Agecom/UFRN).

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Falemos todos português!

O erro do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que escreveu "impressionante" com c, é recorrente - ele já havia escrito "paralisação" com z, e trouxe à tona o debate sobre a importância do uso correto da língua. Folgo em saber que muitos "progressistas", que hibernaram durante a era petista - sendo que Fernando Haddad, que comandou a mesma pasta no governo Lula, escreveu "racismo" com s antes do c - finalmente despertaram para a relevância do português bem utilizado.

Não vamos esquecer do debate que foi travado nos anos de petismo. "Livro adotado pelo MEC defende falar errado", estampava uma reportagem. "Nós pega o peixe", para

os autores do livro, pregava que o uso da língua popular - ainda que com seus erros gramaticais - é válido, para que os alunos não sofram "preconceito linguístico".

Na hora de disputar uma vaga de emprego, o menino pobre da periferia que "aprendeu" dessa forma estará em desvantagem clara frente a outro, mas isso parecia não incomodar muito a esquerda relativista.

A professora Kátia Simone Benedetti, no livro A Falácia Socioconstrutivista, escreve que "o relativismo pedagógico e a tendência de se problematizar quaisquer aspectos do processo ensino-aprendizagem levaram à completa permissividade pedagógica". Para ela, o pós-modernismo "serviu apenas para dificultar e obscurecer os objetivos e metas da ação pedagógica, retirando-lhe seus principais instrumentos de intervenção: transmissão de conteúdos, correção e avaliação".

Para a professora, os "dois grandes flagelos da educação brasileira, seja pública ou privada, são a indisciplina e a incapacidade de leitura e escrita dos alunos, que chegam aos anos finais do Ensino Fundamental sem as noções mais básicas do processo de alfabetização". Sobre a indisciplina ela trata em outra obra, Dignidade Ultrajada, que merece ser lida também.

Por mais hipócrita que seja a crítica "progressista" ao ministro atual, portanto, se ela servir para resgatarmos o valor do aprendizado correto da língua, algo que havia se perdido na era do "coitadismo paulo-freiriano", então isso já terá sido uma grande vitória do governo Bolsonaro, ainda que não intencional...

topo ↕

AGORAMT - TEMPO REAL

MEC e Ministério da Justiça financiam pesquisas para enfrentamento de crimes São bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado

Em ação conjunta, os ministérios da justiça e da educação irão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas relacionadas aos setores da Segurança Pública e Ciências Forenses. O investimento será em torno de R\$ 10,1 milhões, provenientes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O edital que dará origem à seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa deverão possuir vínculo com instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes**.

Valores das bolsas

As bolsas, distribuídas entre os projetos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, irão depender, diretamente, do número de projetos qualificados. Os valores são os mesmos das outras bolsas da **Capes** e dependem do nível acadêmico. Serão:

R\$ 1.500 para alunos de mestrado;

R\$ 2.200 para doutorado;

R\$ 4.100 para pós-doutorado.

Saiba como irá funcionar a Seleção

A escolha do tema de projeto e do pesquisador será feita pelos consultores da **Capes**. A autarquia também realizará, juntamente com a Polícia Federal, a avaliação dos resultados. Os projetos podem permanecer com as pesquisas durante cinco anos.

Os pesquisadores poderão desenvolver seus trabalhos através da plataforma “Portal de Periódicos”, disponível pela **Capes**. A biblioteca virtual da Coordenação conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também irá permitir que os pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Objetivo das pesquisas

Os ministérios envolvidos no projeto acreditam que o financiamento científico vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Espera-se, por exemplo, que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

ARATU ONLINE - TEMPO REAL

Pesquisas sobre segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação

Os ministérios da justiça e da educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas sobre segurança pública e ciências forenses. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas ou comunitárias, com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes**.

O projeto terá investimento de R\$ 10,1 milhões da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O edital de seleção tem previsão de ser publicado nos próximos 15 dias. Os pesquisadores ganharão bolsas de R\$ 1500 para mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós doutorado.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para os pesquisadores desenvolverem os trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também vai permitir que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Um dos objetivos esperados, por exemplo, é que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Seleção da UFMS busca professores para dar aulas a distância em cinco cursos Bolsas tem salários de R\$ 1,1 mil e R\$ 1,3 mil

A UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) está com inscrições abertas para o processo seletivo de professores temporários em cinco cursos. Serão selecionados 19 profissionais que atuarão em aulas a distância, recebendo bolsas

da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

As bolsas são de R\$ 1,3 mil, para quem possuir experiência de no mínimo três anos no magistério superior, e R\$ 1,1 mil, para um ano no magistério superior, podendo os valores variarem de acordo com a carga horária das disciplinas. As inscrições terminam em 10 de fevereiro e devem ser realizadas no Sigproj.

A seleção é para cinco cursos oferecidos a distância: Administração Pública, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras com habilitação em Português/Espanhol e Pedagogia oferecidos pela UFMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O professor formador deve desempenhar algumas atividades, dentre elas, elaborar plano de ensino, gravar videoaulas, manter contato com os acadêmicos e tutores da disciplina, por meio de ambiente virtual.

topo ↕

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS - TEMPO REAL

MEC concede IGC de excelência à Fase

Com mais de 50 anos de tradição, a FMP/Fase valoriza e reconhece a formação humanizada de excelência nas áreas de saúde e gestão.

Mais uma vez, a Fase faz parte do seleto grupo de Instituições de Ensino Superior que recebeu nota 4 (em uma escala de 1 a 5) no IGC – Índice Geral de Cursos, avaliação criteriosa realizada pelo Ministério da Educação. Uma façanha obtida por poucas Instituições de Ensino Superior do país, mas que pela oitava vez consecutiva foi conquistada pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto (Fase).

O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Ensino Superior. Anualmente, o cálculo é realizado levando em consideração alguns aspectos: a média dos CPCs (Conceito Preliminar de Cursos) do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

Com esse resultado, a Fase se consolida como uma faculdade comprometida com a excelência na formação de seus alunos. No ranking nacional do MEC, a Fase faz parte do grupo de 10 % das melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, sendo a melhor da Região Serrana e de Petrópolis!

No Centro de Simulação Realística são utilizados robôs que respondem como um ser humano às ações praticadas, permitindo aos alunos realizarem procedimentos próximos da realidade

O bom desempenho da instituição nas avaliações do MEC é resultado do trabalho de uma equipe de Professores mestres e doutores, com vasta experiência profissional, comprometidos e antenados com as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, de uma ampla e moderna estrutura tecnológica disponibilizada para as aulas, com espaços focados na sustentabilidade e na harmonização com o meio ambiente, para que os alunos vivam uma agradável experiência na construção do conhecimento.

“O compromisso com a qualidade acadêmica se reflete na excepcional performance da Fase nos processos de avaliação do MEC, obtendo nota de excelência no Índice Geral de Cursos. Nossa missão é oferecer aos nossos alunos um processo educacional de excelência, que permita o desenvolvimento de talentos profissionais e pessoais”, comenta Maria Isabel de Sá Earp de Resende Chaves, supervisora geral da FMP/Fase.

Há mais de cinco décadas, a FMP/Fase forma profissionais que se destacam aonde quer que exerçam suas atividades, em razão da sólida formação que recebem. A parceria da faculdade com renomadas instituições nacionais e internacionais garante um amplo campo de estudos, valorizando também os acadêmicos que desejam se dedicar à Pesquisa e à Extensão.

Os amplos laboratórios da faculdade estimulam o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

A FMP/Fase vem acumulando notas máximas ao longo dos anos. Em 2018, a instituição recebeu o conceito 5 para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, devido à qualidade de sua infraestrutura de EAD. Em 2017, a Faculdade de Medicina de Petrópolis também obteve sua nota 5 em avaliação institucional realizada pelo MEC, mantendo o conceito de excelência desde 2009.

Além da sólida formação, a instituição oferece a dinamização profissional através do estímulo ao envolvimento em projetos de extensão, culturais e de inserção comunitária, fortalecendo o vínculo e a responsabilidade socioambiental do estudante. Os alunos são inseridos na rotina de atendimentos em Unidades de Saúde da Família próprias da instituição e que fazem parte da rede pública de saúde, além do Hospital de Ensino Alcides Carneiro, que é referência em qualidade de atendimento na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, o Departamento de Doenças Infetoparasitárias (DIP), e o Ambulatório Escola com amplo espaço assistencial.

Totalmente informatizada, a biblioteca da FMP/Fase conta com um acervo superior a 27 mil exemplares de livros, revistas e periódicos impressos e digitais

Desde 2015, os estudantes da FMP/Fase fazem intercâmbios em diversos países. A instituição também começou a receber alunos do exterior, vindos de países como México, Croácia e Holanda. Além disso, iniciou uma parceria para mobilidade estudantil com a Universidade Nacional de Quilmes, na Argentina.

“Nossa instituição vê com muito bons olhos o intercâmbio com outras entidades de Ensino Superior, tanto de alunos quanto de professores. O grupo que veio em janeiro deixou expresso que o que mais o encantou foi o carinho e a receptividade que recebeu dos professores. Destacou também a alegria dos nossos alunos em integrá-lo à vida acadêmica e social. Para o próximo ano, a FMP/Fase planeja estreitar sua parceria com outras universidades nacionais e internacionais”, ressalta o coordenador geral de Ensino, Abílio Aranha.

Comprometida com a valorização do ser humano e com a excelência do ensino, com

ênfase em modernas práticas pedagógicas, a Fase oferece formação nas áreas de Administração, Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura em Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Odontologia e cursos superiores de tecnologia em Radiologia, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Pública.

Frisando a importância da democratização do saber e o compromisso de garantir que todos tenham acesso ao ensino superior de qualidade, a Fase disponibiliza diferentes formas para facilitar o ingresso dos candidatos em seus cursos. O próximo vestibular será no dia 19 de janeiro e já está com inscrições abertas. Outras informações estão disponíveis no site: www.fmpfase.edu.br ou pelos telefones: (24) 2244-6471 e WhatsApp (24) 9 8865-0693.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Artigos de pesquisadores da UFC sobre vazamento de óleo no Brasil são publicados na revista Science

De acordo com o estudo, o derramamento possui extensão de mais de 3 mil quilômetros de costa, fazendo desse o mais severo desastre ambiental já registrado em oceanos tropicais do planeta.

Dois artigos científicos de pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), da Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre o vazamento de óleo na costa brasileira foram publicados nesta quinta (9) e sexta-feira (10), na Science, uma das maiores e mais importantes revistas científicas do mundo.

De acordo com o estudo, o derramamento possui extensão de mais de 3 mil quilômetros de costa, fazendo desse o mais severo desastre ambiental já registrado em oceanos tropicais do planeta.

No primeiro artigo, intitulado "Brazil oil spill response: time for coordination", os pesquisadores do LABOMAR calculam que o óleo atingiu mais de 40 unidades de conservação.

Além disso, houve impacto, ainda não mensurado, em uma grande diversidade de ambientes e ecossistemas marinhos e costais, como praias, manguezais, estuários, bancos de gramas marinhas, bancos de algas calcárias e recifes de corais.

O segundo artigo intitulado "Brazil oil spill response: protect rhodolith beds", avalia o possível impacto nos bancos de rodólitos, ecossistemas marinhos compostos principalmente por algas calcárias presentes na costa brasileira. Trata-se de ambientes que, apesar de importantes pela diversidade biológica e presença de espécies de valor econômico, seguem sem proteção adequada.

Pesquisadores

O primeiro artigo foi realizado pelos pesquisadores do LABOMAR Marcelo de Oliveira Soares, Luís Ernesto Arruda Bezerra, Carlos Eduardo Peres Teixeira, Rivelino Martins Cavalcante, Tallita Cruz Lopes Tavares, além do Prof. Sergio Rossi, da Universidade de Salento (Itália), que atua como professor visitante na UFC, por meio do projeto CAPES/PRINT.

Já o segundo teve participação do Prof. Marcelo Soares, é feito em parceria com

pesquisadores das universidades federais de Santa Catarina, do ABC, do Espírito Santo, da Paraíba, de São Paulo e do Rio Grande, da Universidade de São Paulo, do Museu de História Natural da França, do Instituto Alfred Wegener de Pesquisa Polar e Marinha (Alemanha), da Universidade Nacional da Austrália e das universidades de Plymouth (Reino Unido), de Algarve (Portugal), de Griffith (Austrália), de Grana (Espanha), da Corunha (Espanha) e de Salento (Itália).

topo ↕

FOCO CIDADE - TEMPO REAL

Católica de MT investe em cursos de mestrado e doutorado

Maior aprofundamento, autoridade profissional, impacto no salário, novas oportunidades e internacionalização de carreira e desenvolvimento de competências. É com base nestes motivos que a Faculdade Católica de Mato Grosso (FACC-MT) tem investido em programas de mestrado e doutorado. E as parcerias com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), e com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) tem feito a diferença na Instituição mato-grossense.

Apesar de ainda de ser novata no mercado, justamente porque começou a funcionar efetivamente como Instituição de Ensino Superior (IES) autorizada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2012, a Católica de MT oferece, atualmente, seis programas de mestrado e doutorado em Filosofia, Ciências Sociais, Computação Aplicada, Teologia, Administração e Design. O convênio com a PUC-Rio é com o curso de Teologia, e os demais mestrados e doutorados com a Unisinos.

De acordo com o diretor-geral, professor padre Edson Sestari, esses programas de pós-graduação stricto sensu têm como objetivo a busca de desenvolvimento de estudos aplicados, a realização de pesquisas e a produção de conhecimentos que concorram para o avanço científico e para a melhoria da qualidade de vida no Estado, país e no mundo. Assim, como já é praticado nos cursos de graduação, os programas de mestrado e doutorado da Católica MT, avaliados com elevados conceitos pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do MEC, primam, além da qualidade, pela completude do ser social.

Padre Edson Sestari salienta que a formação humanizada implantada pela Instituição torna-se mais visível até na convivência em sala de aula. A sensibilidade com a problemática humana, segundo o diretor-geral, fica mais presente, sem contar a alegria, dos estudantes, de poder se sentir útil com as atividades e a aplicação de pesquisas acadêmicas em contextos da sociedade.

“Durante os semestres letivos as aulas da graduação são em período normal, manhã e noite, e nos cursos de mestrado e doutoramento são nas férias, em janeiro e julho”, assegura o diretor, acrescentando que agora, neste mês, está tendo aulas nos mestrados de Ciências Sociais, Filosofia e Computação Aplicada. As aulas em janeiro são realizadas no campus em Várzea Grande, e em julho no Rio Grande do Sul.

Já os cursos de Teologia, Administração e Design ainda estão realizando os respectivos processos seletivos, e devem iniciar as aulas em breve. “Logo, teremos também mais convênios com programas stricto sensu em Psicologia e Educação”, informa padre Edson. Ele sublinha que a Católica MT é a única instituição privada do Estado que, proporcionalmente, tem o maior número de programas de mestrado e doutorado em funcionamento.

O diretor-geral diz também que as novidades abrangem os cursos de graduação. “Além de Pedagogia, Psicologia, Processos Gerenciais, Teologia e Filosofia, nos próximos meses, teremos mais cursos. Aliado a isso ainda oferecemos cursos de especialização lato sensu. Entre os quais o de Logoterapia e Análise Existencial de Viktor Frankl, que, aliás traz professores renomados na área do Brasil e de outros países, como da Argentina”, destaca.

A Católica MT tem ainda parcerias internacionais que lhe garantem realizar intercâmbios. Os convênios são com a Faculdade de Teologia de Granada e com a Universidade de Salamanca, ambas sediadas em cidades espanholas com os mesmos nomes das IES. E nesse processo de integração além Brasil, a Católica MT conta com o Reconhecimento Pontifício do Vaticano (Itália) no Curso de Teologia. Isso significa que o diploma de teólogo com a chancela da FACC-MT tem validade em países da União Europeia.

“Estamos fazendo nossa trajetória com planejamento e determinação, sempre arquitetando nossas ações com equilíbrio e, acima de tudo, com eficiência. Nosso sistema de educação é sólido. Isso faz parte da nossa marca, da nossa história”, acentua Sestari, assegurando que a Católica MT está de portas abertas para todos os que queiram e desejem investir no futuro dentro de uma relação diferenciada, benéfica e sadia.

topo ↕

FOLHA REGIONAL - TEMPO REAL

Pós-graduação: diferencial competitivo para o mercado de trabalho ganha cada vez mais adeptos no Brasil

País contabiliza mais de 122 mil pós-graduandos; região sudeste concentra o maior número de estudantes, com mais de 80 mil ingressantes

O mercado de trabalho é competitivo e até, por que não dizer, “agressivo” quando o assunto são as vagas de destaque em ambientes corporativos. Para muitos profissionais, a especialização é um diferencial competitivo, que ganha cada vez mais adeptos no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o número de ingressantes em cursos de pós-graduação (especialização e MBA) cresce exponencialmente. No último levantamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (**Capes**), o Brasil alcançou a marca de mais de 122 mil estudantes da categoria.

Desses, 80 mil estão localizados no Sudeste, considerada a região com maior concentração de acadêmicos do País. Das principais áreas de conhecimento, os números mais expressivos de alunos estão nos cursos das especialidades em Ciências Humanas e Engenharias, Ciências da Computação e Ciências da Saúde.

Salários Melhores

A motivação para a realização de uma pós-graduação está na valorização de cargos e vagas que recebem maior remuneração, devido às suas competências profissionais. Prova disso é o resultado da pesquisa feita, neste ano, pela Catho, site brasileiro de classificados de empregos.

Os resultados confirmaram que a pós-graduação é capaz de aumentar o salário de um

colaborador em até 118%. Ou seja, estar preparado para ocupar espaços de destaque é a porta para uma vida financeira mais bem sucedida.

A UNIFEV tornou-se referência em Educação por compreender esse cenário e oferecer, aos profissionais que buscam ainda mais qualificação, ensino de excelência, com um corpo docente titulado e expert em diferentes áreas de conhecimento. Para isso, a Instituição oferece cursos de especialização e MBA.

PUBLICIDADE

Upgrade que faltava

Formada em Biomedicina pela UNIFEV, em 2013, Tamires Granero, 30 anos, especializou-se em Diagnóstico por Imagem, também pela Instituição, no ano de 2014. De lá para cá, sua vida profissional foi alavancada por conta do curso.

Em apenas um ano de pós-graduação, como é o sonho de qualquer pessoa, sua carga horária de trabalho foi reduzida e seu salário recebeu um upgrade. E não parou por aí, Tamires, além de melhorar suas condições, conseguiu realizar o sonho de trabalhar no Hospital de Amor de Barretos, único na região que realiza o Pet Ct – um dos exames de diagnóstico por imagem mais revolucionários que existem.

“Quando achei que não tinha como melhorar, fui surpreendida por um convite da UNIFEV para dar aulas no curso de pós-graduação que tinha mudado a minha vida. Fiquei muito emocionada e feliz por poder compartilhar minhas experiências com os alunos”, comemorou.

Inscrições abertas

A Pós-Graduação UNIFEV está com as inscrições abertas para diversos cursos, cuja previsão de início é fevereiro de 2020. Confira as ofertas de especializações e MBAs pelo link: www.unifev.edu.br/site/posgraduacao.

MAIS DESCONTOS

A UNIFEV oferece, também, inúmeros benefícios, como o Desconto de 10% referente ao Programa UNIFEV Corporativa e Desconto de 5%, alusivo ao pagamento antecipado, a serem aplicados em fórmula de cálculo de efeito cascata. Além disso, ex-alunos da Instituição possuem condições especiais nas mensalidades.

Para consultar todas as condições entre em contato pelo telefone (17) 3405-9985 ou acesse o link já citado.

topo ↕

GAZ ONLINE - TEMPO REAL

**Capex oferta mais de 60 mil bolsas para professores da educação básica
Vagas são voltadas para alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química**

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou na segunda-feira, 6, no Diário Oficial da União, dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da educação básica.

O primeiro edital oferece bolsas para o programa Residência Pedagógica, ação que integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o segundo edital refere-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de Ensino Superior, com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O prazo para cadastro dos projetos cada instituição de ensino superior se encerra em 2 de março e pode ser feito por meio da plataforma da **Capes**. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Na avaliação do presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a medida visa a melhoria significativa do desempenho dos estudantes nas avaliações dos próximos anos. “O professor é o elo vital da formação das crianças e adolescentes no país. Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, disse.

topo ↕

ITAPORA NEWS - TEMPO REAL

Seleção da UFMS busca professores para dar aulas a distância em cinco cursos

A UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) está com inscrições abertas para o processo seletivo de professores temporários em cinco cursos. Serão selecionados 19 profissionais que atuarão em aulas a distância, recebendo bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

As bolsas são de R\$ 1,3 mil, para quem possuir experiência de no mínimo três anos no magistério superior, e R\$ 1,1 mil, para um ano no magistério superior, podendo os valores variarem de acordo com a carga horária das disciplinas. As inscrições terminam em 10 de fevereiro e devem ser realizadas no Sigproj.

Curta nossa Fan Page e fique por dentro de tudo que acontece em Itaporã, Região, Brasil e Mundo!

A seleção é para cinco cursos oferecidos a distância: Administração Pública, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras com habilitação em Português/Espanhol e Pedagogia oferecidos pela UFMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O professor formador deve desempenhar algumas atividades, dentre elas, elaborar plano de ensino, gravar videoaulas, manter contato com os acadêmicos e tutores da disciplina, por meio de ambiente virtual.

Confira o edital através do link.

Fonte: Adriano Fernandes / Campo Grandes News

topo ↗

LAPADA LAPADA - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura

Os professores que atuam nas redes públicas de ensino em uma área diferente da sua formação, ou que ainda não possuem curso superior, podem se cadastrar na Plataforma **Capes** de Educação Básica até o dia 31 de janeiro a fim manifestar interesse em se especializar por meio de um curso de graduação.

O acesso a plataforma é <https://eb.capes.gov.br/portal/>

É importante que os professores que estão atuando na Educação Básica preencham o cadastro e manifestem o interesse em algum curso de licenciatura. Pois será com base nesse levantamento que o governo federal, poderá vir a oferecer novos cursos de graduação com vistas a formação de professores para a educação básica. Os professores que não efetuarem o cadastro até o dia 31 de janeiro, não poderão concorrer às vagas nos cursos que, por ventura, vierem a ser oferecidos.

A intenção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** neste momento é mapear, em todo o Brasil, os docentes que precisam adequar sua formação ao que foi exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar. As informações obtidas a partir dos cadastros vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da Educação Básica a serem implementados em 2020.

A **Capex** salienta que a manifestação de interesse por parte dos professores e a validação pelas secretarias de educação, não garantem a oferta dos cursos. Mas a intenção é que o cadastro norteie o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados pelas informações obtidas no cadastro.

A iniciativa, ainda conforme informações da **Capex**, contribuirá para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais. Tudo isso com o objetivo de assegurar a formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem apenas formação de nível médio.

topo ↗

O ATUAL - MT - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura

Os professores que atuam nas redes públicas de ensino em uma área diferente da sua formação, ou que ainda não possuem curso superior, podem se cadastrar na Plataforma **Capex** de Educação Básica até o dia 31 de janeiro a fim manifestar interesse em se especializar por meio de um curso de graduação.

O acesso a plataforma é <https://eb.capes.gov.br/portal/>

É importante que os professores que estão atuando na Educação Básica preencham o cadastro e manifestem o interesse em algum curso de licenciatura. Pois será com base nesse levantamento que o governo federal, poderá vir a oferecer novos cursos de graduação com vistas a formação de professores para a educação básica. Os professores

que não efetuarem o cadastro até o dia 31 de janeiro, não poderão concorrer às vagas nos cursos que, por ventura, vierem a ser oferecidos.

A intenção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** neste momento é mapear, em todo o Brasil, os docentes que precisam adequar sua formação ao que foi exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar. As informações obtidas a partir dos cadastros vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da Educação Básica a serem implementados em 2020.

A **Capes** salienta que a manifestação de interesse por parte dos professores e a validação pelas secretarias de educação, não garantem a oferta dos cursos. Mas a intenção é que o cadastro norteie o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados pelas informações obtidas no cadastro.

A iniciativa, ainda conforme informações da **Capes**, contribuirá para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais. Tudo isso com o objetivo de assegurar a formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem apenas formação de nível médio.

Fonte: GOV MT

topo 

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura

Os professores que atuam nas redes públicas de ensino em uma área diferente da sua formação, ou que ainda não possuem curso superior, podem se cadastrar na Plataforma **Capes** de Educação Básica até o dia 31 de janeiro a fim manifestar interesse em se especializar por meio de um curso de graduação.

O acesso a plataforma é <https://eb.capes.gov.br/portal/>

É importante que os professores que estão atuando na Educação Básica preencham o cadastro e manifestem o interesse em algum curso de licenciatura. Pois será com base nesse levantamento que o governo federal, poderá vir a oferecer novos cursos de graduação com vistas a formação de professores para a educação básica. Os professores que não efetuarem o cadastro até o dia 31 de janeiro, não poderão concorrer às vagas nos cursos que, por ventura, vierem a ser oferecidos.

A intenção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** neste momento é mapear, em todo o Brasil, os docentes que precisam adequar sua formação ao que foi exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar. As informações obtidas a partir dos cadastros vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da Educação Básica a serem implementados em 2020. Leia Também: Previsão orçamentária da Segurança Pública é de R\$ 3,2 bilhões para 2020

A **Capes** salienta que a manifestação de interesse por parte dos professores e a

validação pelas secretarias de educação, não garantem a oferta dos cursos. Mas a intenção é que o cadastro norteie o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados pelas informações obtidas no cadastro.

A iniciativa, ainda conforme informações da **Capes**, contribuirá para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais. Tudo isso com o objetivo de assegurar a formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem apenas formação de nível médio.

topo ↕

TRIBUNA DO SERTÃO - TEMPO REAL

Tribuna do Sertão - Do sertão ao litoral a opinião que Alagoas deseja saber!

Bolsas para pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, relacionadas à Segurança Pública e Ciências Forenses serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação, para propostas de pesquisa vinculadas a instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Os valores do investimento serão de R\$ 10,1 milhões que virão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Capes**. O edital de seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias.

As disponibilidades das bolsas vão depender do número de projetos qualificados. Os valores são os mesmos das outras bolsas da **Capes** e dependem do nível acadêmico. Assim, são: R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

Seleção e funcionamento

A seleção do tema de projeto e do pesquisador será feita pelos consultores da **Capes** que também realizarão, juntamente com a Polícia Federal, a avaliação dos resultados. Para esta seleção os projetos podem permanecer com as pesquisas durante cinco anos.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também consentirá que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Objetivo das pesquisas

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Com a iniciativa espera-se que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Professores da rede pública podem manifestar interesse em cursos de licenciatura

Os professores que atuam nas redes públicas de ensino em uma área diferente da sua formação, ou que ainda não possuem curso superior, podem se cadastrar na Plataforma **Capes** de Educação Básica até o dia 31 de janeiro a fim manifestar interesse em se especializar por meio de um curso de graduação.

O acesso a plataforma é <https://eb.capes.gov.br/portal/>

É importante que os professores que estão atuando na Educação Básica preencham o cadastro e manifestem o interesse em algum curso de licenciatura. Pois será com base nesse levantamento que o governo federal, poderá vir a oferecer novos cursos de graduação com vistas a formação de professores para a educação básica. Os professores que não efetuarem o cadastro até o dia 31 de janeiro, não poderão concorrer às vagas nos cursos que, por ventura, vierem a ser oferecidos.

A intenção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** neste momento é mapear, em todo o Brasil, os docentes que precisam adequar sua formação ao que foi exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar. As informações obtidas a partir dos cadastros vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da Educação Básica a serem implementados em 2020.

A **Capex** salienta que a manifestação de interesse por parte dos professores e a validação pelas secretarias de educação, não garantem a oferta dos cursos. Mas a intenção é que o cadastro norteie o atendimento gradativo das demandas. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – já terão seus próximos editais direcionados pelas informações obtidas no cadastro.

A iniciativa, ainda conforme informações da **Capex**, contribuirá para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), cuja meta aborda as estratégias que preveem consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais. Tudo isso com o objetivo de assegurar a formação superior aos professores que estão em exercício, mas que possuem apenas formação de nível médio.

ALAGOAS 24hs - TEMPO REAL

Ministérios da Justiça e da Educação vão financiar pesquisas em segurança pública

Os Ministérios da Justiça e da Educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas relacionadas à Segurança Pública e Ciências Forenses. Os valores do investimento serão de R\$ 10,1 milhões que virão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O edital de seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capex**.

Valores das bolsas

As bolsas que serão distribuídas entre os projetos de mestrado, doutorado e pós-

doutorado vão depender do número de projetos qualificados. Os valores são os mesmos das outras bolsas da **Capes** e dependem do nível acadêmico. Serão:

R\$ 1.500 para alunos de mestrado;

R\$ 2.200 para doutorado;

R\$ 4.100 para pós-doutorado.

Seleção e funcionamento

A seleção do tema de projeto e do pesquisador será feita pelos consultores da **Capes**. A autarquia também realizará, juntamente com a Polícia Federal, a avaliação dos resultados. Os projetos podem permanecer com as pesquisas durante cinco anos.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também consentirá que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Objetivo das pesquisas

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Espera-se, por exemplo, que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

DIÁRIO DO AÇO - TEMPO REAL

Pesquisas em segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação

São bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado

Os ministérios da justiça e da educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas relacionadas à Segurança Pública e Ciências Forenses. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes**.

Os valores do investimento serão de R\$ 10,1 milhões que virão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O edital de seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias.

Valores das bolsas

- R\$ 1.500 para alunos de mestrado;
- R\$ 2.200 para doutorado;
- R\$ 4.100 para pós-doutorado.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também consentirá que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em

atividades policiais.

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Espera-se, por exemplo, que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes. (Agência Educa Mais Brasil)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Capex cadastra professores da rede pública para cursar licenciaturas pelo Parfor; saiba como participar

A iniciativa contribui para identificar a necessidade de formação relacionada à Meta 15 do Plano Nacional de Educação.

Professores da rede pública de ensino em exercício que tenham interesse em cursar licenciatura, na área em que atuam, pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) devem cadastrar o currículo na Plataforma da Educação Básica, aberta pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, até dia 31 de janeiro de 2020, no site da **Capex**.

As inscrições serão analisadas e homologadas pelas secretarias de Educação, mas não há garantia de oferta dos cursos. O cadastro servirá para mapear no país os professores que precisam se adequar à formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e identificar aqueles que têm interesse em se especializar.

A iniciativa contribui para identificar a necessidade de formação relacionada à Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que aborda estratégias para consolidar e ampliar plataformas eletrônicas e implementar cursos e programas especiais, e planejar o atendimento das demandas por meio dos programas de formação de professores em 2020.

Em Santarém, oeste do Pará, os interessados em mais informações devem entrar em contato com o Parfor/Ufopa pelos meios abaixo:

E-mail: parfor.ufopa@gmail.com

Telefone: (93) 2101-3620

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Pesquisas em segurança pública serão financiadas pelos Ministérios da Justiça e da Educação

São bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado

Os ministérios da justiça e da educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas relacionadas à Segurança Pública e Ciências Forenses. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capex**.

Os valores do investimento serão de R\$ 10,1 milhões que virão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. O edital de seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias.

Valores das bolsas

R\$ 1.500 para alunos de mestrado;
R\$ 2.200 para doutorado;
R\$ 4.100 para pós-doutorado.

A **Capes** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também consentirá que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Espera-se, por exemplo, que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

NEWS RONDÔNIA - TEMPO REAL

PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA SERÃO FINANCIADAS PELOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA EDUCAÇÃO

São bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado

Os ministérios da justiça e da educação vão financiar bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas relacionadas à Segurança Pública e Ciências Forenses. Os interessados em apresentar propostas de pesquisa devem ser vinculados a instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias com cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes**.

Os valores do investimento serão de R\$ 10,1 milhões que virão da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. O edital de seleção tem previsão para ser publicado nos próximos 15 dias.

Valores das bolsas

- R\$ 1.500 para alunos de mestrado;
- R\$ 2.200 para doutorado;
- R\$ 4.100 para pós-doutorado.

A **Capex** vai disponibilizar a plataforma “Portal de Periódicos” para que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos. A biblioteca virtual conta com um acervo de mais de 45 mil produções científicas do mundo todo. A Polícia Federal também consentirá que pesquisadores tenham acesso aos dados estatísticos e aos laboratórios físicos usados em atividades policiais.

Os Ministérios da Justiça e Educação acreditam que o financiamento vai auxiliar as forças de segurança no enfrentamento ao crime. Espera-se, por exemplo, que os projetos entendam a origem das drogas e ajudem a aprimorar técnicas de identificação de autoria de crimes.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Capes oferece mais de 60 mil bolsas para formação de professores

Investimento na formação de professores deve contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes

Objetivo é melhorar a qualidade da educação brasileira, por meio da capacitação de docentes

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou nesta semana, no Diário Oficial da União, dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas para a formação de professores da educação básica. O objetivo é melhorar a qualidade da educação brasileira, por meio da capacitação de docentes.

O primeiro edital oferece bolsas para o programa Residência Pedagógica, ação que integra a Política Nacional de Formação de Professores e promove a vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de licenciatura. Já o segundo edital refere-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), direcionado à primeira metade do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior, com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O prazo para cadastro dos projetos das instituições de ensino superior se encerra em 2 de março e pode ser feito por meio da plataforma da **Capes**. O resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

Na avaliação do presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a medida pode representar uma melhoria significativa do desempenho dos estudantes nas avaliações dos próximos anos. “O professor é o elo vital da formação das crianças e adolescentes no país. Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros”, disse.

O investimento na formação de professores deve contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), calculado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O indicador é produzido com base nas informações de duas fontes, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), por meio de prova e questionário aplicados a cada dois anos, e o Censo Escolar, respondido anualmente por todas as escolas do país.

A oferta das vagas foi anunciada pelo presidente da **Capes**, em 12 de dezembro do ano passado, na sede da Coordenação, em Brasília.

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

Justiça e Educação financiarão pesquisas em segurança pública

Parceria foi anunciada pelos ministros Sergio Moro e Abraham Weintraub

Os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Educação lançaram o Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses).

Com investimento de R\$ 10,1 milhões, a iniciativa deve beneficiar pesquisadores que desenvolvam estudos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com vista à melhoria das ações em segurança pública.

Do montante total previsto, R\$ 6 milhões virão do caixa da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ao longo de quatro anos; R\$ 2,1 milhões da PF (Polícia Federal) e R\$ 2 milhões da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

A previsão é de que o edital de seleção de projetos seja publicado nos próximos dias. A partir daí, interessados vinculados a uma das 400 instituições de ensino públicas, privadas e comunitárias que mantêm cursos de pós-graduação supervisionados pela **Capes** poderão se candidatar a uma bolsa. Os valores das bolsas variam conforme o nível acadêmico, sendo de R\$ 1.500 para alunos de mestrado; R\$ 2.200 para doutorado e R\$ 4.100 para pós-doutorado.

“Esse programa está inserido na mudança do modelo de avaliação que a **Capes** vem empreendendo, buscando maior impacto social [com o financiamento] a temas que beneficiem diretamente a sociedade e possibilitem maior interação das universidades com o setor produtivo”, disse o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

Parcerias

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, classificou a iniciativa como uma “oportuna e relevante parceria”. Moro também destacou que, além dos recursos provenientes da Senasp, órgãos vinculados ao ministério, como a Polícia Federal, disponibilizarão seus laboratórios e profissionais para a realização das pesquisas contempladas pela iniciativa.

“Esse projeto vem em boa hora. Investimentos em segurança pública são demandados; construções no âmbito da segurança são necessárias, e é sempre importante contar com conhecimentos científicos a respeito destes temas”, comentou Moro, destacando a possibilidade de financiamento a estudos no campo jurídico.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a importância da ação: “Acho que essa é uma área de total interesse da sociedade. A segurança pública está entre as prioridades do povo brasileiro, das famílias”, disse Weintraub, explicando que o total de bolsas dependerá da proporção de estudantes de cada nível qualificados. “De qualquer forma, será um número expressivo de pesquisadores dedicados ao tema, com os laboratórios e a expertise do Ministério da Justiça [à disposição].”

Temas

A seleção dos temas das pesquisas e dos pesquisadores será feita por consultores da **Capes**. A autarquia fará, em conjunto com a PF, a avaliação dos resultados dos estudos. Cada projeto poderá permanecer em pesquisa por até cinco anos. Além disso, as teses produzidas serão disponibilizadas no Portal de Periódicos, que a **Capes** mantém na internet.

topo ↕

O PROGRESSO - MS - TEMPO REAL

Abertas inscrições para professores atuarem no ensino a distância

Estão abertas inscrições para professores atuarem em disciplinas a distância. Serão selecionados 19 profissionais que atuarão caráter temporário, recebendo bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A seleção é para cinco cursos oferecidos a distância: Administração Pública, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras com habilitação em Português/Espanhol e Pedagogia oferecidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O professor formador deve desempenhar algumas atividades, dentre elas, elaborar plano de ensino, gravar videoaulas, manter contato com os acadêmicos e tutores da disciplina, por meio de ambiente virtual.

As bolsas são de R\$ 1,3 mil, para quem possuir experiência de no mínimo três anos no magistério superior, e R\$ 1,1 mil, para um ano no magistério superior, podendo os valores variarem de acordo com a carga horária das disciplinas. As inscrições terminam em 10 de fevereiro e devem ser realizadas no Sigproj. Os professores selecionados já iniciarão as suas atividades neste primeiro semestre.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Inscrições para novo doutorado em Educação da Unoeste estão abertas

Submissão de proposta para a nova pós-graduação stricto sensu foi aprovada pela Capes em todos os indicadores

A Unoeste teve recentemente mais uma grande conquista: a aprovação do doutorado em Educação. A proposta submetida pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu na área, juntamente com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), foi aprovada em todos os indicadores pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação.

As inscrições já podem ser feitas e prosseguem até o dia 30 de janeiro. Veja mais informações na página on-line do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Unoeste, que também está com inscrições abertas para vagas remanescentes no mestrado.

Há 21 anos o programa vem oferecendo mestrado, sendo que de 1998 a 2018 foram outorgados o título para 420 profissionais vinculados ou interessados na carreira docente ou de gestão escolar. Para o coordenador Dr. Marcos Vinicius Francisco esse histórico revela que o doutorado é o resultado das construções de vários pesquisadores.

O pró-reitor Dr. Adilson Eduardo Guelfi tem manifestado seu reconhecimento à qualidade da produção científica e ao ensino de alto nível, promovendo o desenvolvimento institucional e beneficiando a região do oeste paulista mediante a aplicação dos resultados nas soluções aos mais diferentes problemas. A Unoeste oferta seis mestrados e agora são quatro doutorados, nas áreas de ciências da saúde, odontologia, meio ambiente, ciência animal, educação e agronomia.

Francisco e a vice-coordenadora do programa Dra. Monica Fürkotter explicam que a solicitação agora aprovada advém de tudo que havia sido feito, mais especificamente da

obtenção do conceito 4 em 2017. Ocorreu a primeira submissão em 2018 e a segunda foi feita em julho de 2019, com a aprovação ocorrendo agora e sendo de apenas três aprovadas em todo país.

O parecer apresenta muitos elogios, com a aprovação dos seguintes indicadores: condições asseguradas pela instituição; proposta de oferta do curso; dimensão e regime de trabalho do corpo docente; produtividade docente e consolidação da capacidade de pesquisa. Como são 11 professores pesquisadores que compõem a proposta, inicialmente são ofertadas 11 vagas.

O processo seletivo será em fevereiro com prova escrita, exame de língua estrangeira (inglês ou espanhol), análise de currículo e entrevista na apresentação do projeto de pesquisa do candidato. As aulas serão a partir de 3 de março. Em levantamento do programa, foi constatada demanda reprimida na formação de doutores em educação, por conta de que apenas 18,9% dos egressos do mestrado na Unoeste fizeram ou estão fazendo doutorado.

“Então, está aí uma conquista que perpassa pelo atual grupo de professores pesquisadores do programa, com todo apoio de funcionários e, especialmente, o institucional; de tal forma que são muitos os que deram sua contribuição”, diz Francisco.

Ainda, conforme Guelfi, o novo doutorado representa o compromisso da Unoeste com a excelência, com o ensino de atualidade e sempre visando a inovação e a melhora dos seus produtos acadêmicos. Diz que também representa uma conquista que foi construída por muitas mãos, durante muito tempo; compromissada com trabalho sério e, principalmente, com foco na área da educação.

“Uma área muito importante no mundo. Dados demonstram que países desenvolvidos são aqueles que tiveram uma educação forte, que tiveram os melhores desempenhos educacionais nas principais avaliações. Hoje se fala muito de um novo aluno, de novos docentes e novas metodologias. Então, o doutorado em educação vem contribuir com esses novos desafios da educação 4.0, que exige uma nova formação”, pontua.

O pró-reitor aponta ainda que o novo doutorado está inserido no compromisso da Unoeste de promover benefícios sociais, contribuindo com a titulação de profissionais inseridos no mercado regional, estadual, nacional e até internacional. Guelfi agradece o empenho da coordenação e dos professores do programa, juntamente com a pró-reitoria, para que essa conquista do doutorado acontecesse.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Congresso não aceitará proposta de Weintraub para o Fundeb, diz relatora

A relatora da proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta o percentual e torna permanente o Fundeb, fundo que é a principal fonte de financiamento da educação básica, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), criticou duramente o ministro Abraham Weintraub por ter anunciado ontem que enviará novo texto à Câmara nos próximos dias.

Segundo Dorinha, que fará a leitura de seu parecer em fevereiro, a proposta de Weintraub deverá ser ignorada pelo Congresso. “Não tem por que ele dar piti e dizer

que vai mandar outro texto. Não estamos brincando. São 48 milhões de estudantes envolvidos”, disse a deputada ao Congresso em Foco. Para ela, o ministro tenta atropelar as discussões no Parlamento.

O envio de uma nova PEC forçará a Câmara a instalar nova comissão especial, derrubando todo o trabalho feito até agora e atrasando a tramitação da proposta. Para que o fundo criado em 2006 não seja extinto, o Congresso precisa aprovar ainda este ano, além da mudança constitucional, a regulamentação dos novos critérios e a sua inclusão nas propostas orçamentárias para 2021.

“Qual é a lógica do ministro a não ser a de causar tumulto, demonstrando desrespeito enorme com a educação?”, questionou Dorinha. “O texto não é meu, não é dele. O ministro passa, assim como eu. A educação não passa”, acrescentou.

A deputada também critica a falta de disposição para o diálogo do ministro nas discussões sobre o Fundeb. “Ele participou de 20 minutos de uma audiência e foi embora, eu nunca me furtei a conversar”, afirmou. “Nenhum parlamentar vai assumir a responsabilidade por um fundo que vai desmontar a educação básica”, ressaltou.

Disputa por percentual

O principal ponto de divergência entre Abraham Weintraub e Professora Dorinha está na definição dos percentuais a serem destinados pelo governo federal para o Fundeb.

A relatora propôs que a contribuição da União para o fundo passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%, sem aumento para os anos seguintes.

A deputada estima que sua proposta, com aumentos gradativos, terá impacto de até R\$ 280 bilhões em 11 anos. “O governo não nos apresentou seus cálculos. Já chegaram a declarar em jornais que poderia ser equivalente à economia esperada com a reforma da Previdência [mais de R\$ 800 bilhões em dez anos]. Não há conta possível que chegue a esse valor”, afirmou.

Dorinha ressaltou que seu relatório tem o apoio de governadores, secretários e representantes de entidades ligadas à educação. “Os 40% não são uma escolha. Fizemos contas até chegar a esse percentual. O Brasil investe US\$ 3 mil por aluno na educação básica enquanto a média dos países da OCDE é de US\$ 9 mil. Em 49% das escolas não há sequer tratamento de esgoto”, observou a deputada.

Inviabilidade

Weintraub nega que esteja desrespeitando a educação e o Congresso ao anunciar o envio de uma nova proposta sobre o Fundeb, como acusa a relatora. Por meio de sua assessoria, o ministro disse ao Congresso em Foco que considera o percentual defendido pelo deputado inviável. Ele alega que não é possível passar dos 15% e que está aberto ao diálogo para construir um texto viável.

Criado para vigorar até 2020, o Fundeb responde por mais de 60% do financiamento de

CLIPPING



todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios. No ano passado a União destinou R\$ 14,3 bilhões ao fundo, 10% o total dos recursos.

“Ao longo deste ano [2019], tentamos colocar o novo Fundeb com propostas que acreditamos pertinentes. Infelizmente, não andou na direção e na velocidade que queríamos. Diante desse quadro, estamos encaminhando [ao Congresso] uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional]”, disse Weintraub nessa quinta (9) ao anunciar o envio de uma nova proposta.

Para o ministro, elevar o repasse da União de 10% para 15% é o suficiente. “É um aumento expressivo. Além de aumentar o volume de recursos, cobraremos resultados para receber esses recursos. Estados e municípios terão que adotar critérios de desempenho e mostrar resultados”, declarou o ministro.

